

Simpósio de Inovações Metodológicas e Tecnológicas

As Inovações nas Informações Sociais e Econômicas

Volume 9

Tomo 3
sessão 108

SIMPÓSIO DE INOVAÇÕES

As Inovações nas Informações Sociais e Econômicas

108 Pesquisas domiciliares: tipologia e objetivos - a experiência brasileira e da América Latina

PESQUISAS DOMICILIARES:

**TIPOLOGIA E OBJETIVOS - A EXPERIÊNCIA
BRASILEIRA E DA AMÉRICA LATINA**

Coordenador: WILLIAM SAVEDOFF (BID/USA)

A Sessão Temática tratará sobre:

- leque de alternativas para coletar dados de pesquisas e as ferramentas institucionais e metodológicas disponíveis para atingir esses objetivos;
- alternativas para fornecer dados sobre políticas macroeconômicas, análise do mercado de trabalho, desenho de programas sociais, programação de alvos, zoneamento e projeções de demanda de serviços;
- estudo comparativo sobre soluções utilizadas dentro e entre países para resolver problemas similares;
- como os objetivos crescem e mudam e quais os problemas levantados em relação às ferramentas institucionais e metodológicas disponíveis para enfrentar esse fenômeno;
- as pesquisas domiciliares têm crescido dramaticamente durante a última década, mas uma nova onda de crescimento está a caminho. Qual é a forma que as pesquisas devem ter para serem mais produtivas?

INTERVENÇÕES:

- **William D. Savedoff** tratará das mudanças no papel das pesquisas domiciliares no trabalho acadêmico e de planejamento.
- **Márcia Bandeira de Mello Arieira** apresentará o tema do estado da pesquisa domiciliar em América Latina, informando sobre sua qualidade e utilidade para a pesquisa.
- **Elisa Caillaux** relatará a experiência específica com a aplicação do Living Standard Measurement Survey no Brasil.
- **Gláucio Soares** comentará as apresentações, assinalando os frutos e as sementes.

PESQUISA SOBRE PADRÕES DE VIDA

1996 - 1997

Elisa L. Caillaux¹

**Encontro Nacional de Produtores e Usuários de
Informações Sociais, Econômicas e Territoriais
27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ**

¹ Pesquisadora Titular do Departamento de População e Indicadores Sociais
Diretoria de Pesquisas do IBGE

PESQUISA SOBRE PADRÕES DE VIDA 1996-1997.

Elisa L. Caillaux

Introdução

Com as transformações recentes da sociedade brasileira, a intensificação da crise econômica na década passada e os sucessivos planos de ajuste econômico, aparecem novas indagações sobre o impacto e a eficácia de tais políticas nas condições de vida da população. O grande desafio hoje é pesquisar e acompanhar os efeitos do crescimento e dos planos de ajuste econômico no padrão de vida da população, em especial, no da população mais pobre.

Como pré-requisito de um processo de desenvolvimento econômico e social com equidade, é de fundamental importância a disponibilidade de um sistema de informações que subsidie e oriente, com eficiência e eficácia, as políticas públicas e acompanhe o impacto de medidas intervencionistas. À produção de informações sociais e econômicas típicas soma-se a necessidade de pesquisas que integrem as várias dimensões da vida social.

O IBGE, embora dispondo de um elenco variado de pesquisas nas áreas social e econômica que tem permitido a divulgação de informações relevantes para o conhecimento do estado social da nação e para o planejamento, precisa suprir lacunas de informação existentes nas estatísticas socioeconômicas. Hoje, o IBGE conta com uma ampla abrangência de informações estruturais na área econômica que resulta nas Contas Nacionais. As informações estruturais na área social são menos sistemáticas. Exceto as investigações sobre população, trabalho, migração e educação levantadas pelo Censo Demográfico e atualizadas anualmente através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o levantamento dos Estabelecimentos de Saúde (Pesquisa Assistência Médico-Sanitário - AMS), as demais áreas sociais oscilam quanto à periodicidade e à abrangência de temas cobertos¹.

Cada vez mais há a necessidade de se acompanhar e explicar os efeitos das transformações macroeconômicas na vida das pessoas, na organização domiciliar. As informações levantadas pelas pesquisas socioeconômicas, hoje existentes, são relevantes para

¹Os temas sociais foram objeto, principalmente, de suplementos da PNAD. Na década de 1970 foram realizados os seguintes suplementos: Mão-de-obra, Cor e Características da Habitação. Em 1974/75 foi realizada uma pesquisa especial - Estudo Nacional de Despesas Familiares (ENDEF) que investigou o consumo alimentar e orçamentos familiares. Na década de 1980, os suplementos cobriram áreas como: Saúde, Educação, Mão-de-obra e Previdência, Fecundidade, Menor, Acesso a Serviços de Saúde - Suplementação Alimentar - Associativismo - Anticoncepção, Participação Político-Social e Trabalho. Em 1985, foi levada a campo a Pesquisa de Orçamento Familiar, pesquisa que está sendo repetida em 1996. Em 1989 foram realizadas as pesquisas de Saúde e Nutrição e Saneamento Básico.

acompanhar e medir variações em indicadores chaves através do tempo. Normalmente, são pesquisas que, por terem amostras amplas, permitem a divulgação de resultados a níveis mais desagregados, possibilitam a identificação de grupos sociais mais vulneráveis e identificam tendências de indicadores básicos. A explicação e o diagnóstico dos efeitos das transformações macro na organização domiciliar, no entanto, dependem de informações adicionais, mais completas e integradas. A coleta de informações descritivas, tópicas e a coleta de informações explicativas multitemáticas devem ser atividades paralelas e consolidadas para que formem um sistema integrado de informações socioeconômicas.

No intuito de aprimorar o sistema das estatísticas socioeconômicas, o IBGE, em convênio com o Banco Mundial, iniciou um projeto piloto de pesquisa multitemática para atender a necessidade de informações que (a) qualifiquem e indiquem os determinantes do bem-estar social de diferentes grupos sociais e (b) permitam identificar os efeitos de políticas governamentais nas condições de vida domiciliar.

Pesquisa sobre Padrões de Vida

I - Objetivos

A Pesquisa sobre Padrões de Vida é uma versão, adaptada às necessidades brasileiras, do projeto *Living Standards Measurement Study - LSMS* do Banco Mundial, criado na década de 1980. Hoje a pesquisa é parte integrante do acervo estatístico de mais de 30 países da América Latina, África e Europa. O propósito inicial do projeto foi aprimorar o tipo e a qualidade de pesquisas domiciliares, com ênfase no desenvolvimento de novos métodos para acompanhar as melhorias nos níveis de vida da população e identificar as consequências de políticas governamentais na organização domiciliar.

O objetivo da pesquisa é fornecer informações adequadas para planejamento, acompanhamento e análises de políticas econômicas e programas sociais em relação ao seus impactos nas condições de vida domiciliar, em especial nas das populações mais carentes. Por este motivo, as informações devem estar integradas e disponíveis o mais rápido quanto possível para uso de estudiosos e formuladores de política.

Substantivamente, a pesquisa proporciona um panorama do bem-estar dos moradores dos domicílios e possibilita o estudo de seus determinantes. Partindo da premissa que quantificar e situar um problema não é suficiente, a pesquisa busca explicações que permitam indicar soluções. Por exemplo, o conhecimento de quantos pobres existem, como e onde moram e o que

- flexibilidade do plano amostral, que permite a divulgação de informações parciais a cada quatro meses, durante a realização da pesquisa; e
- disseminação ágil, que se traduz na divulgação de resultados finais tão logo termine o trabalho de campo.

Para se alcançar estes objetivos, metodologias foram adotadas com o intuito de minimizar problemas comuns em pesquisas integradas.

Questionário Domiciliar

O questionário² coleta uma diversidade de temas sociais e econômicos a nível do domicílio. Para se atingir os objetivos de analisar o bem-estar social e as características e determinantes da pobreza, os temas incluídos na pesquisa foram examinados de forma a definir o número mínimo de questões, para cada tópico, necessárias à avaliação das condições de vida.

Pela importância de se avaliar o bem-estar social, foi dada ênfase aos aspectos relativos às despesas domiciliares. Investiga-se o gasto com moradia, educação, saúde, consumo alimentar, despesas com bens e serviços, assim como com o custo da produção para moradores envolvidos em atividades de indústria, comércio, serviços, agropecuária e pesca. Além dos gastos monetários, os bens e serviços doados ou trocados pelos moradores do domicílio poderão ter seus custos estimados a partir do valor de mercado, coletados através do questionário de preços.

As características e determinantes da pobreza são mensurados por uma série de indicadores de renda. Para as pessoas no mercado formal de trabalho, foram incluídas questões detalhadas sobre salário, bonus, compensações e benefícios, tanto para o trabalho principal quanto para o secundário. No âmbito do domicílio, são investigados rendimentos líquidos provenientes de empreendimentos exercidos por moradores, de investimentos financeiros e de outras fontes variadas de renda, como transferências, pensões, ganhos em loterias, etc.

Como a caracterização da qualidade de vida e a identificação dos níveis de pobreza da população vão além da análise de dimensões econômicas, no questionário se investiga as condições de moradia, as tendências demográficas (migração, fecundidade, história dos nascimentos), acesso aos serviços de educação e saúde, nutrição, antropometria e avaliação das condições de vida. É através da disponibilidade de informações sociais e econômicas mais detalhadas que se espera obter análises das inter-relações destas dimensões com vistas a uma definição mais acurada da desigualdade social, da pobreza e de seus determinantes.

²Em anexo, encontra-se o resumo dos temas e principais dimensões do questionário da Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV - 1996/97.

fazem é apenas uma parte da investigação. Para se produzirem informações que possam subsidiar soluções mais efetivas, é necessário um levantamento detalhado sobre as causas e consequências da pobreza. O mesmo princípio se aplica a outras áreas do bem-estar social.

Desta forma, o questionário da pesquisa é planejado para fornecer um conjunto de informações integradas com o objetivo de:

- medir a distribuição do bem-estar e o nível de pobreza, principalmente, em áreas onde predominam a agricultura de subsistência, a economia informal e o emprego sazonal;
- descrever os padrões de acesso e utilização de serviços públicos - educação, saúde, saneamento básico, etc.;
- compreender como os moradores dos domicílios reagem às condições econômicas e aos impactos de medidas governamentais; e
- permitir análises complexas das relações entre os vários aspectos do bem-estar social, como o impacto da saúde no emprego, o padrão de gastos nos níveis nutricionais dos moradores, etc.

A pesquisa, no entanto, não trata os vários temas investigados com a mesma profundidade que as informações levantadas em pesquisas tópicas. Ao mesmo tempo, por ter uma amostra pequena, a precisão dos resultados é menor do que aqueles das pesquisas tópicas. Mas, pela sua abrangência temática, a pesquisa permite um bom resumo multidimensional do bem-estar e o estudo das interações entre os vários fatores.

II - Características

A Pesquisa sobre Padrões de Vida - PPV, que está sendo implantada no Brasil, nas Regiões Nordeste e Sudeste, caracteriza-se pela:

- abrangência de temas socioeconômicos estudados de forma integrada em uma mesma amostra de domicílios;
- permanência no campo durante um ano (março de 1996 a fevereiro de 1997) com o objetivo de captar fenômenos sazonais;
- manutenção de rígido controle tanto na aplicação dos questionários quanto no processo de entrada de dados e de plano de crítica;
- incorporação do processamento de dados como parte integrante da pesquisa;

O questionário da pesquisa é aplicado em duas visitas ao mesmo domicílio em um intervalo de duas semanas. Este procedimento visa a obter um maior controle de qualidade em relação às informações sobre despesas familiares (é pedido ao entrevistado que anote as despesas durante as duas semanas que antecedem a segunda visita); a esclarecer eventuais dúvidas e/ou lacunas encontradas na primeira parte do questionário, detectadas pelo plano de crítica; e, finalmente, a reduzir o tempo de cada entrevista.

Questionário de Preço

O questionário de preço é um instrumento que serve de apoio às informações levantadas no domicílio. Como os preços variam consideravelmente entre as Grandes Regiões e as áreas urbanas e rurais, a avaliação de preços locais ajuda a dimensionar o custo de vida das comunidades onde estão localizados os domicílios selecionados na amostra.

Como já existem informações disponíveis sobre custo de vida levantadas pelo IBGE para as Regiões Metropolitanas, a aplicação do questionário de preço está restrita às pequenas cidades e áreas rurais. Tão pouco se trata de um questionário exaustivo sobre locais de compra; o levantamento se atém à relação de preços dos principais produtos alimentícios, farmacêuticos, higiene pessoal, material de limpeza e suplementos agrícolas nas áreas rurais.

Amostra

A amostra³ da PPV é probabilística, selecionada em dois estágios: o primeiro, a unidade primária, é composto pelos setores censitários da base geográfica do Censo Demográfico de 1991; e, o segundo, a unidade secundária, é formado pelos domicílios.

Para a estratificação dos setores foram adotados os seguintes procedimentos:

- foram criados dez estratos geográficos: Região Metropolitana de Fortaleza, Região Metropolitana de Recife, Região Metropolitana de Salvador, outras áreas urbanas do Nordeste, área rural do Nordeste, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Região Metropolitana de São Paulo, demais áreas urbanas do Sudeste e área rural do Sudeste;

³Para maiores detalhes sobre o plano amostral da pesquisa, ver Albieri, Sonia, Zélia Magalhães Bianchini & Ricardo Luiz Cardoso "Pesquisa sobre Padrões de Vida - Planejamento da Amostra".

- com base na renda média mensal do chefe do domicílio. apurada no questionário da não-amostra do Censo Demográfico, foram criados três estratos estatísticos em cada estrato geográfico;
- os setores foram distribuídos dentro dos estratos estatísticos selecionando-se, então, em cada um destes estratos, com probabilidade proporcional ao total de domicílios, os setores que compõem a amostra da pesquisa.

Após a seleção dos setores, a cada trimestre, é realizada a operação listagem, que tem por finalidade construir um cadastro atualizado dos domicílios existentes. A partir da listagem são selecionados os domicílios com equiprobabilidade.

Com o objetivo de tornar a pesquisa mais ágil, foi elaborada uma amostra de, aproximadamente, 5.000 domicílios distribuídos em 554 setores censitários⁴ nas duas regiões selecionadas (278 no Nordeste e 276 no Sudeste). Os setores da amostra foram distribuídos, proporcionalmente, pelos quatro trimestres do ano, de forma que, em cada trimestre, houvesse a representatividade dos dez setores geográficos. Nos setores metropolitanos e urbanos são realizadas entrevistas em oito domicílios e dezesseis nos setores rurais.

Processamento dos Dados

Uma das características inovadoras da PPV é a incorporação do processamento de dados como parte integrante da pesquisa. O que se pretende é diminuir o tempo entre a coleta e a divulgação da informação e criar mecanismos mais rígidos de controle da qualidade dos dados produzidos.

A apuração descentralizada da pesquisa é realizada durante o trabalho de campo. Para tanto, foram criados 28 polos de digitação e crítica. Ao término da primeira etapa da entrevista, o questionário é digitado e criticado e, em caso de inconsistências e/ou omissões, o entrevistador faz as correções quando for aplicar a segunda fase da entrevista. Este procedimento não só agiliza a apuração como melhora a qualidade da entrevista. O entrevistador tende a aprender com o erro e dificilmente cometerá o mesmo erro em uma outra entrevista.

Para levar a apuração ao campo, foi criado um sistema de informatização automatizado que permite, ao leigo em informática, acesso fácil à digitação e crítica. Os procedimentos foram desenvolvidos em linguagem DOS com a incorporação de alguns módulos do IMPS⁵.

⁴Ver mapa dos setores em anexo.

⁵O IMPS (Integrated Microcomputer Processing System) é um programa de apuração de pesquisa desenvolvido pelo Bureau de Censo dos Estados Unidos.

Após o término da apuração nos centros de processamento, os arquivos são transmitidos eletronicamente para a equipe central que realiza a consolidação dos diversos setores a cada trimestre. Os dados são processados por microcomputadores, o que agiliza o trabalho e facilita o acesso às informações. Terminada a montagem dos arquivos, eles podem ser transferidos para programas estatísticos (sas, spss, excel, access, etc.) que facilitam a análise dos dados.

Com este procedimento, espera-se poder divulgar as primeiras informações parciais a partir do segundo trimestre da pesquisa e ter os dados finais disponíveis para análise tão logo termine o trabalho de campo.

Divulgação dos Resultados

Os resultados da pesquisa estarão disponíveis em disquete e CD ROM para utilização dos diversos usuários de informações estatísticas como, por exemplo, agências governamentais, universidades e organismos internacionais.

Um produto imediato da pesquisa será a divulgação de tabelas selecionadas, com indicadores de diferentes aspectos das condições de vida da população, acompanhadas de textos analíticos multitemáticos.

Até o momento, foram tomadas algumas iniciativas junto a pesquisadores do IBGE, de outras instituições governamentais e acadêmicas com o objetivo de desenvolver estudos mais aprofundados sobre os temas cobertos pela pesquisa.

Como as informações da pesquisa são muito ricas e com uma ampla divulgação dos resultados, certamente, surgirão vários estudos que contribuirão para um melhor entendimento do bem-estar social.

ANEXO I

TEMAS DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA SOBRE PADRÕES DE VIDA

1996 - 1997

1ª Fase da Entrevista

Tema	Subtema	População pesquisada	Referência
Habitação	Características do domicílio Gastos com moradia	Domic. particular permanente	data da entrevista últimos 30 dias
Moradores	Característica Demográfica Informações sobre os pais Relações de convivência	Todos os moradores Moradores 12 anos e mais	data da entrevista
Migração	Interestadual Rural/Urbana Motivo	Todos os moradores	data da entrevista
Educação	Frequência à escola Gastos Histórico escolar Curso profissionalizante	Todos os moradores	data da entrevista últimos 30 dias e últimos 12 meses data da entrevista
Saúde	Avaliação da saúde Morbidade Atendimento Gastos	Todos os moradores	data da entrevista últimos 30 dias
Trabalho	Primeiro trabalho Trabalho comunitário/assist. Trabalho doméstico Trabalho principal Trabalho secundário Trabalho principal Procura de trabalho	Moradores 5 anos e mais	data da entrevista últimos 7 dias últimos 12 meses últimos 30 dias
Fecundidade	Fecundidade Anticoncepção História da união História de nascimento	Mulheres de 12 a 49 anos Mulheres 12-49 anos que vivem com cônjuge Mulheres que tiveram filhos	data da entrevista últimos 5 anos

Referências

Albieri, Sonia, Zélia Magalhães Bianchini & Ricardo Luiz Cardoso (1995) - **Pesquisa sobre Padrões de Vida: Planejamento da Amostra**. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Metodologia, IBGE.

Grootaert, Chistiaan & Timothy Marchant (1991) - **The Social Dimensions of Adjustment Priority Survey**, Working Paper nº 12, The World Bank.

Grosh, Margaret E. & Juan Muñoz (1996) - **Manual for Panning and Implementing the LSMS Survey**, Poverty and Human Resources Division, Policy Research Department, The World Bank.

Grosh, Margaret E. & Paul Glewwe (1996) - **A Guide to Living Standard Measurement Study Surveys and Their Data Sets**, Série Seminários nº 1/96, Diretoria de Pesquisa, IPEA

Nações Unidas (1993) - **Social Monitoring of Adjustment Processes for Economic Management - Report of the Interregional Workshop held in Banjul, The Gambia, novembro de 1991**.

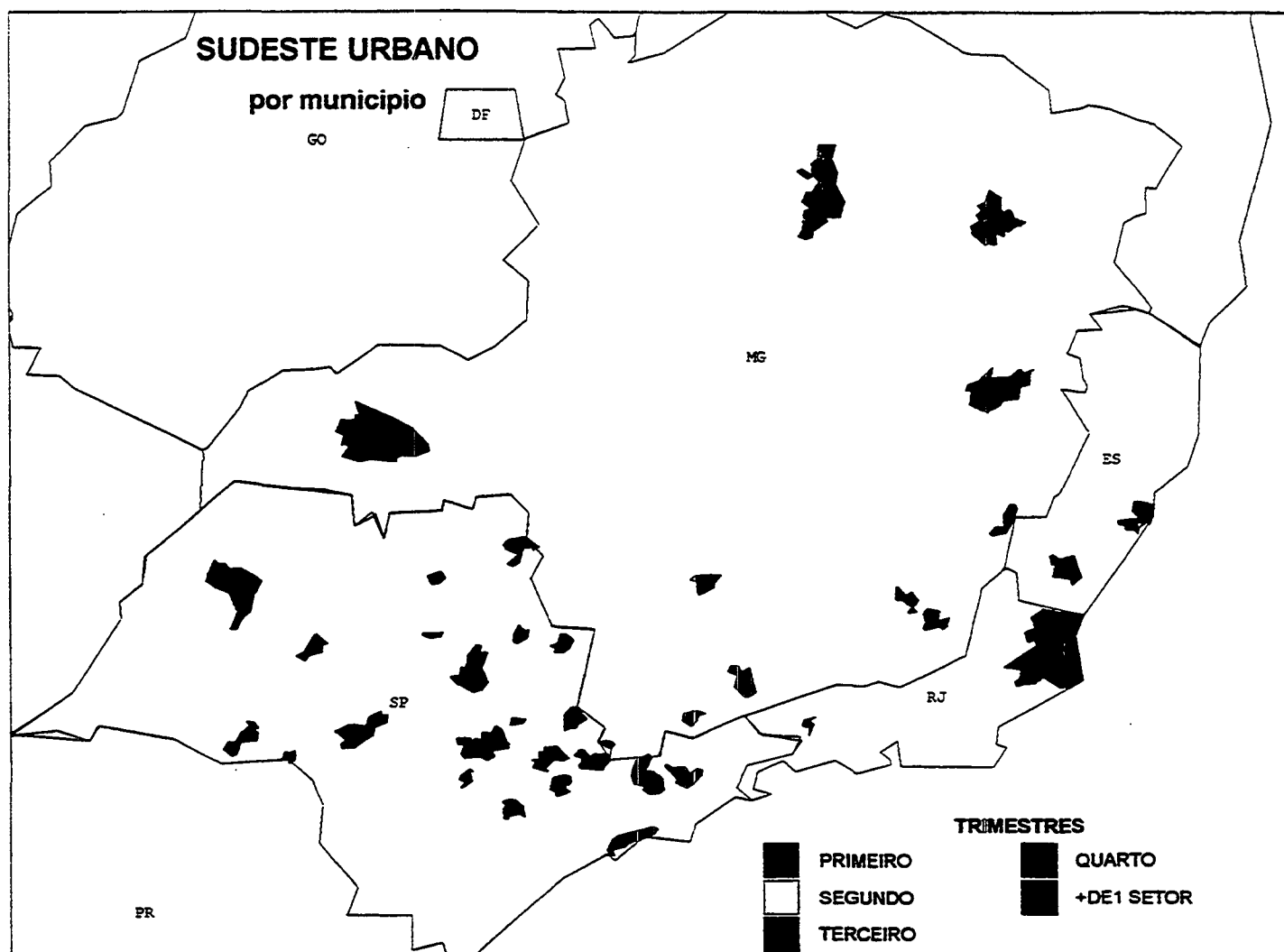
Tema	Subtema	População pesquisada	Referência
Despesas e Consumo de Alimentos	Relação de alimentos Obtenção do alimento Gasto Quantidade consumida	Domicílio	últimos 14 dias
Conta-própria e Empregador	Informação sobre a empresa (indústria, comércio e serviço) Gastos da empresa Capital e inventário de bens	Domicílio	últimos 12 meses últimos 30 dias data da entrevista
Atividade agro-pecuária	Informação empreendimento Produção agrícola Produto agrícola elaborado Produção pecuária Produto pecuário elaborado Gastos com a pecuária Extração vegetal Reflorestamento e produção madeireira Gastos com agricultura, extração vegetal e reflorestamento Máquinas, implementos e utensílios agrícolas	Domicílio	data da entrevista últimos 12 meses
Atividade Pesqueira	Informação empreendimento Produção pesqueira Equipamento pesqueiro Gastos com atividade pesca	Domicílio	últimos 12 meses
Avaliação das Condições de Vida	Avaliação sobre a renda Avaliação sobre condições de vida Ítems prioritários das condições de vida	Chefe do domicílio	data da pesquisa
Antropometria	Altura/comprimento Peso	Todos os moradores	data da pesquisa

2ª Fase da Entrevista

Tema	Subtema	População pesquisada	Referência
Rendimentos (Exclusive de trabalho)	Aposentadoria/pensão Abono Seguro de vida Pensão alimentícia Aplicações financeiras Indenização Herança, jogos Aluguel/venda (imóvel, etc.) Seguro desemprego Doação Outros	Moradores de 10 anos e mais	últimos 30 dias
Investimentos e Crédito	Ações Poupança Ativos financeiros Compra de imóvel Compra de terreno Automóvel Telefone, moto, barco, etc. Empréstimo/financiamento	Moradores de 18 anos e mais	últimos 30 dias últimos 12 meses últimos 30 dias
Gastos e Inventário bens	Alimentação fora do domic. Higiene pessoal Material de limpeza Transporte Empregada doméstica Lazer Vestuário Medicamentos Seguro saúde Livros, assinaturas, etc. Bens e serviços pessoais Outros gastos Conservação do domicílio Móveis para o domicílio Seguro de veículo Seguro de bens/domicílio Casamento Funeral Advogado, arquiteto, etc. Pensão alimentícia Doações Imposto de renda Outros impostos Contribuição à previdência Prêmios seguro de vida Cotas de títulos de clube Inventário de bens existentes no domicílio Remessa de contribuições (bens ou dinheiro) para não moradores do domicílio	Domicílio	últimos 30 dias últimos 6 meses últimos 12 meses últimos 30 dias data da entrevista

ANEXO II

AMOSTRA DA PESQUISA SOBRE PADRÕES DE VIDA



SUDESTE RURAL

por municipio

GO

DF

MG

ES

SP

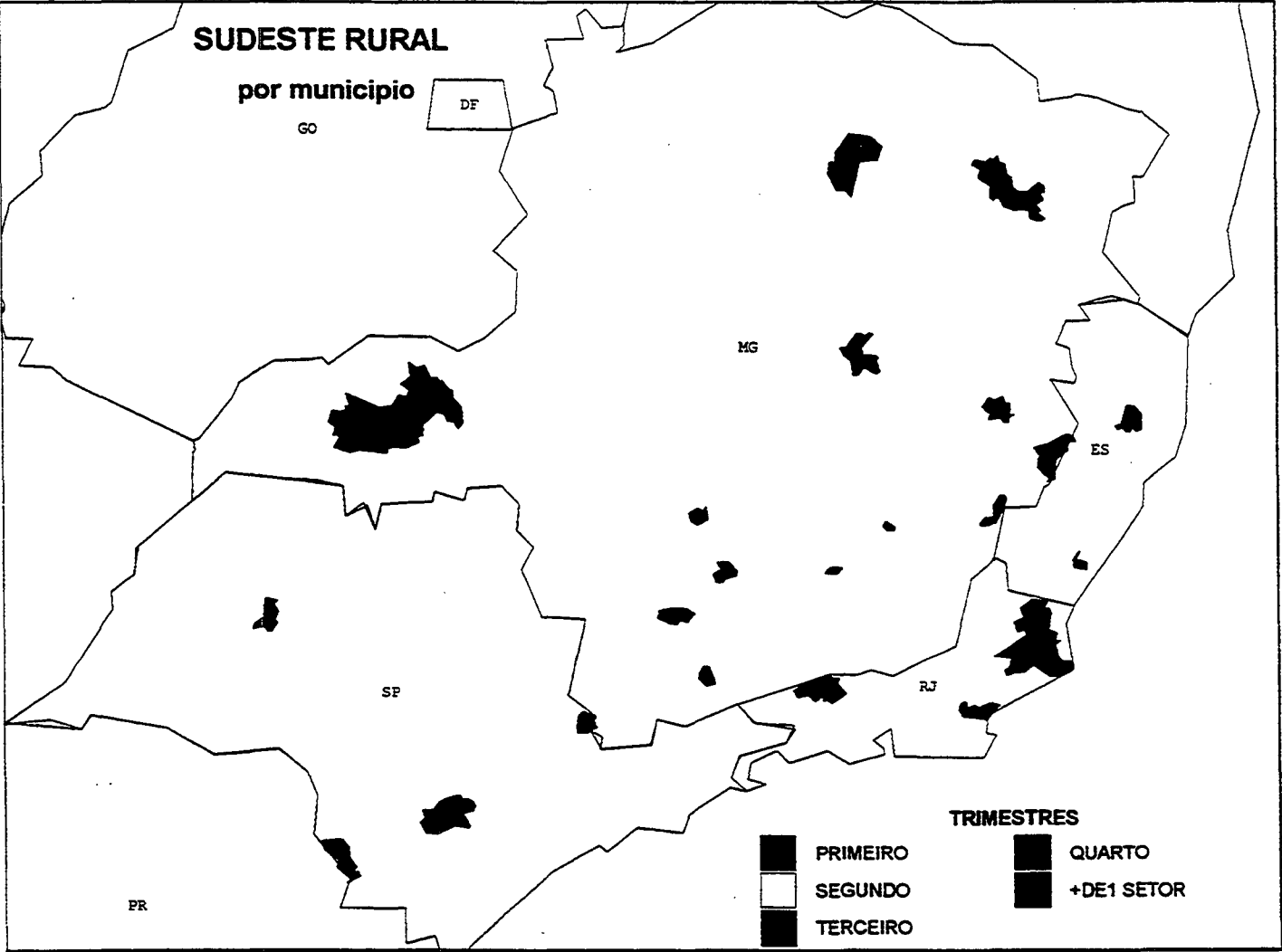
RJ

PR

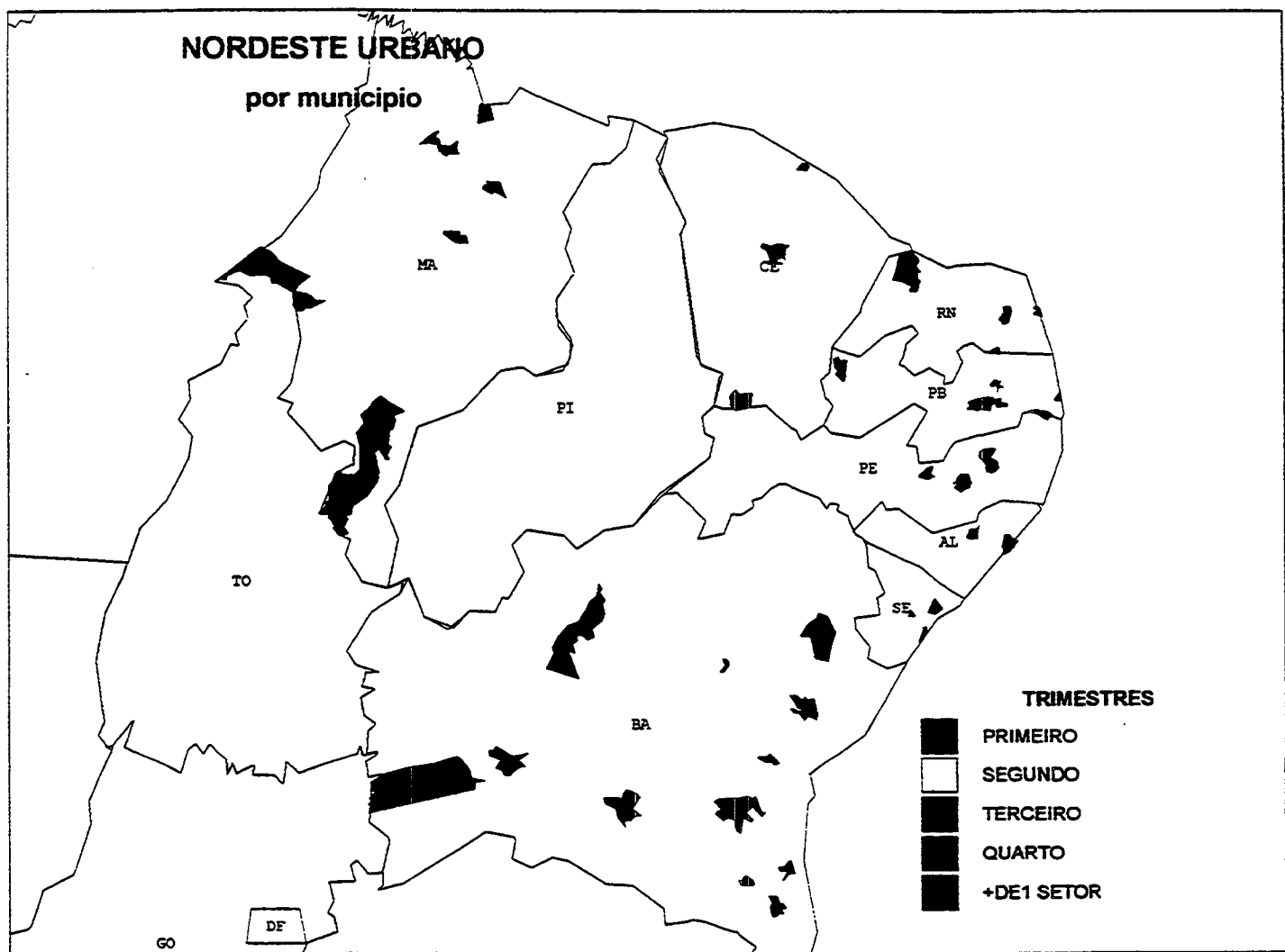
TRIMESTRES

- PRIMEIRO
- SEGUNDO
- TERCEIRO

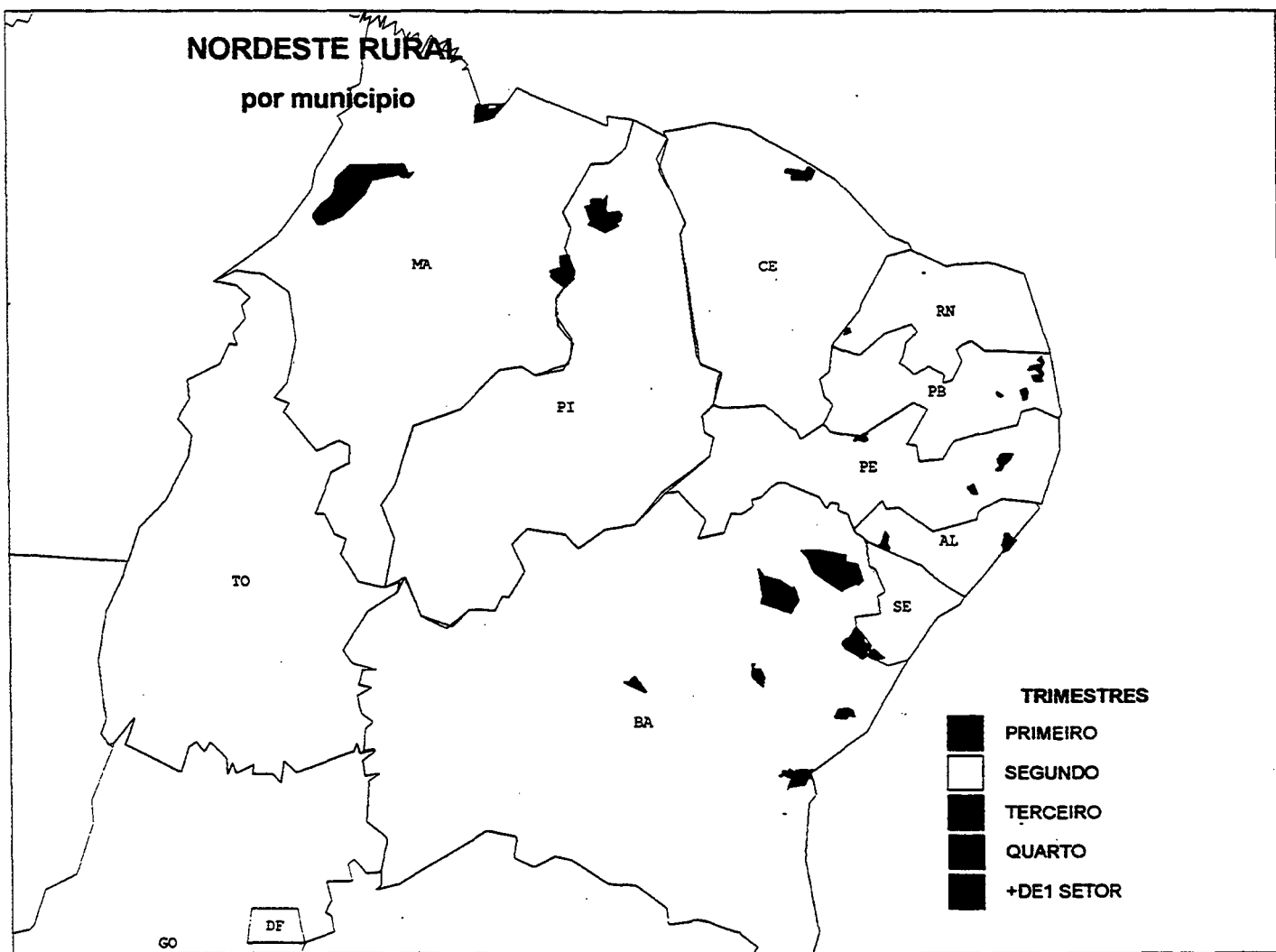
- QUARTO
- +DE1 SETOR



NORDESTE URBANO
por municipio



NORDESTE RURAL
por município



PESQUISAS DOMICILIARES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: UMA AVALIAÇÃO

MÁRCIA LEITE ARIEIRA, IBGE/DPE

PREFÁCIO

O final dos anos 80 presenciaram uma preocupação, em toda a América Latina, com políticas sociais de promoção da justiça nos países desta região. Em grande medida, esta preocupação correlaciona-se com novas definições de prioridades por parte dos governos da região e por parte de instituições multilaterais. Estas novas definições reconhecem explicitamente que a redução da pobreza e a justiça social são percebidas como a maior preocupação de governos e ações multilaterais na região.

No Brasil e na maioria da região, contudo, a preocupação com questões econômicas nos últimos 15 anos obscureceu as iniciativas de fomento do desenvolvimento social propriamente dito. Consequentemente, o estado dos dados de pesquisas domiciliares sobre as condições sócio-econômicas dos brasileiros neste ponto reflete uma forte ênfase do governo sobre as políticas econômicas e um foco sobre as “variáveis sociais” apenas como variáveis intervenientes explicativas, ou como variáveis que simplesmente refletem o desenvolvimento econômico.

O desenho e implementação de políticas para a consecução de metas sociais deve ser apoiado por dados demográficos, econômicos e sociais confiáveis e oportunos sobre as condições de vida prevalentes na região, principalmente dados advindos de pesquisas domiciliares (aqui incluídos os censos demográficos, pesquisas populacionais anuais e pesquisas de renda/gastos). Embora a formulação de políticas sociais e a análise das políticas sociais no Brasil com frequência se beneficie de uma riqueza de dados de pesquisas domiciliares que dificilmente encontrará paralelo na maioria dos países latino-americanos, as dimensões continentais do Brasil e a complexidade de sua conjuntura econômica, demográfica e social apresentam um difícil desafio para a coleta e análise de dados e para a oportunidade de disponibilização destes dados. Este problema afeta as estatísticas de todos os países latino-americanos, dos menos e menos complexos, que também são os mais frágeis institucionalmente, até os países maiores e mais robustos institucionalmente como o Brasil e a Argentina. Por esta razão, todos aqueles envolvidos na análise sócio-econômica e demográfica seja do Brasil seja de outros países latino-americanos sabem que muita coisa ainda resta a ser feita na atualização e modernização dos instrumentos de coleta de dados, desde seu conteúdo e procedimentos de lançamento e processamento até a sua disseminação amistosa-ao-usuário.¹

Este trabalho apresenta um sumário das pesquisas domiciliares na América Latina, concentrando-se:

- a) no seu conteúdo de informações e disponibilidade de dados; e

¹ No caso específico do Brasil, a Pesquisa Nacional Domiciliar (PNAD) certamente proporciona dados relevantes para o entendimento das condições sócio-econômicas da população brasileira e o faz de maneira muito mais eficiente do que as pesquisas domiciliares na maioria dos países latino-americanos. Contudo, parece haver um consenso entre os profissionais brasileiros de que é necessário muito mais, especialmente em termos de conteúdo de informações, para que os demógrafos, cientistas sociais, economistas sociais e formuladores/analistas de políticas refinem as análises de pobreza, desigualdade social e suas causas.

- b) sua utilidade como instrumentos para a mensuração e análise das condições de vida em bases oportunas, comparáveis e contínuas.

Com isso, espera-se traçar uma perspectiva comparativa sobre questões relevantes que até agora foram negligenciadas, porém precisam ser considerados na discussão do futuro das pesquisas domiciliares no Brasil e sua utilidade para a formulação e análise de políticas como metas em si próprias, e não como simples efeitos colaterais das mudanças macro-econômicas.

Capítulo 1 INTRODUÇÃO

Por várias décadas, os economistas acadêmicos e os formuladores de políticas esperaram que os efeitos dos investimentos econômicos e do crescimento econômico eventualmente “respingariam” na população dos países latino-americanos - especialmente os grupos menos privilegiados - na forma de uma distribuição de renda mais justa e, conseqüentemente, maior justiça social. Contudo, recentemente, em 1973, a Avaliação Regional da Estratégia Internacional apresentada pela CEPAL em Quito indicou que uma das maiores contradições do desenvolvimento latino-americano parece ser a ausência de sincronismo entre o desenvolvimento econômico e o bem-estar social nos países latino-americanos.² Ao fim dos anos 80 e início da década de 90, não apenas ficou evidente que isso não aconteceria, como também parecia que os efeitos da crise da dívida dos anos 80 e políticas subseqüentes implementadas visando ao ajuste estrutural tiveram um impacto muito mais adverso sobre as condições sociais globais das populações da maioria dos países latino-americanos do que previamente se esperava. A pobreza e a desigualdade social aumentaram tremendamente e os países da América Latina viram-se no meio de uma crise que era muito mais social do que econômica.³

Embora à primeira vista os indicadores sociais agregados demonstraram aperfeiçoamentos em relação às décadas anteriores (por exemplo, índices de matrícula escolar, índices de mortalidade infantil e especialmente índices de cobertura de infraestrutura demonstraram algum progresso), argumentou-se que tais aperfeiçoamentos (a) refletiriam investimentos realizados nas décadas anteriores e portanto demonstravam o hiato dos retornos dos investimentos sociais direcionados à melhoria das condições de vida de qualquer país⁴ e que a qualidade dos serviços sociais se deteriorou com uma redução dos investimentos sociais nos anos 80; e (b) que tais melhorias ainda assim deixaram estes países numa situação muito pior do que a situação de países mais desenvolvidos. O Relatório de Desenvolvimento Humano da UNDP de 1994 indica que, na região, apenas Barbados classifica-se entre os principais 20 países, ocupando exatamente a 20ª. posição. O Uruguai está na 33ª., a Argentina na 37ª., o Chile na 38ª., o México na 52ª. e o Brasil na 65ª. O Canadá, a Suíça, o Japão, a Suécia e a Noruega ocupam as primeiras cinco posições, sendo que os Estados Unidos estão em 8º. lugar. (UNDP, 1994).

Vários estudos aportaram evidências dos custos sociais para os pobres advindos das políticas de ajuste nestes países, focando a pobreza e distribuição de renda na América latina nos anos 80. Estes estudos consistentemente demonstraram os efeitos das políticas de ajuste que aumentaram o hiato entre os ricos e os pobres na maioria dos países latino-

² Cf. CEPAL (1983:3).

³ Cf. Morley (1992a, 1992b e 1992c), Bernstein & Boughton (1993), CEPAL (1990).

⁴ Cf. Gosh (1990).

americanos⁵. Análises das interrelações entre a educação e a distribuição de renda, assim como tentativas de medir a pobreza e traçar linhas de definição da pobreza nos países latino-americanos, contudo, frequentemente focavam as limitações apresentadas pelos dados estatísticos disponíveis, especialmente os dados advindos das pesquisas domiciliares.⁶

Estas limitações variam desde a virtual inexistência de dados até a existência de dados que não são simultaneamente confiáveis, oportunos nem comparáveis no eixo do tempo entre todas as sub-regiões nem entre países. Diante disso, os estudos baseados em dados advindos de pesquisas domiciliares nos países da América Latina com frequência não avançam tanto quanto seria desejável nem necessário para uma avaliação precisa dos diferentes componentes e facetas da pobreza de cada país. Isso também lança dúvidas sobre a confiabilidade em determinar parâmetros e fazer recomendações de políticas visando aos pobres e objetivando reduzir a pobreza. É difícil para os formuladores de política utilizar estes dados como base confiável para a caracterização geral dos sub-grupos populacionais a se beneficiarem dos investimentos sociais ou comparar a evolução dos indicadores das condições de vida com o passar do tempo, ou mesmo identificar mudanças no perfil de pobreza da população.

Este relatório proporciona uma avaliação das pesquisas domiciliares dos países latino-americanos e caribenhos com uma ênfase especial numa análise mais detalhada das pesquisas domiciliares de cinco países: Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile. A avaliação dessas pesquisas será qualitativa e tentará identificar deficiências, especialmente aquelas relacionadas à cobertura das pesquisas: seu conteúdo, substância e cobertura tópica, bem como demográfica, e a representatividade do desenho amostral e das definições dos sub-grupos de entrevistados para diferentes tópicos. O relatório analisará: (i) o escopo dos fenômenos medidos; (ii) o escopo das variáveis utilizadas para medi-los; (iii) as definições, conteúdo e limites destas variáveis, (iv) os sub-grupos da população definidos como respondentes do questionário e cada uma de suas seções. Os aspectos relativos à estrutura global da amostragem serão analisados apenas se tiverem alguma correlação com os aspectos acima.

O relatório focará os aspectos internos substantivos das pesquisas, especialmente as questões metodológicas e/ou operacionais identificados na estrutura do questionário e desenho da amostra⁷. Além disso, avaliará o potencial dos dados da pesquisa domiciliar para a formação de indicadores sociais para medir os padrões de vida nos países latino-americanos.

Quando disponível a análise será apoiada pelos manuais dos entrevistadores contendo instruções sobre os procedimentos de coleta de dados. Esta análise ajudará na identificação de áreas onde melhorias podem ser alcançadas através de definições mais cuidadosamente feitas e instruções mais precisas para os entrevistadores bem como através da programação regular de treinamento e retreinamento do grupo operacional da pesquisa

⁵ Além daqueles citados na nota (2), cf. Cardoso (1992).

⁶ Isso também é válido para os dados obtidos através da utilização de registros administrativos que, contudo, não serão analisados neste trabalho.

⁷ O relatório, contudo, não avaliará os aspectos institucionais relacionados à força dos órgãos executivos na implementação das melhorias de seus programas de pesquisa, na adequação da infraestrutura atual e recursos humanos para operacionalizar estas melhorias, seu compromisso com a criação e manutenção de mecanismos para garantir a comparabilidade de dados, a interação entre os órgãos executivos e os formuladores de políticas / usuários dos dados ou as necessidades de treinamento e fortalecimento da capacidade institucional.

(aqui incluídos os grupos de campo e de processamento de dados). A avaliação será em sua grande medida restrita às pesquisas realizadas nos anos 80 - preferivelmente na última metade da década - e sempre utilizará o material mais recente disponível.

Tradicionalmente os programas de pesquisa domiciliar consistem de dois grandes tipos de pesquisas: (a) pesquisas domiciliares permanentes que estudam as características da força de trabalho e os aspectos ocupacionais, de emprego e de desemprego, os quais, em maior ou menor grau, podem cobrir outros aspectos tais como as condições habitacionais, demográficas e educacionais dos integrantes do domicílio; (b) pesquisas de renda - gasto, que proporcionam informações sobre o orçamento e consumo familiares e que são predominantemente utilizados como base do IPC (Índice de Preços ao Consumidor). Mais recentemente outros tipos de pesquisas domiciliares foram implementadas em vários países latino-americanos: o Banco Mundial designou o Living Standards Measurement Survey (LSMS) e no Chile o Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN).⁸

Embora a análise foque o modelo predominante de programas de pesquisas domiciliares institucionalizados até agora nos países latino-americanos - o do tipo de força de trabalho e pesquisas de renda/gasto - um sumário dos outros tipos de pesquisas domiciliares será oferecido para os países onde as pesquisas regulares do tipo de força de trabalho tenham sido complementados ou substituídos baseados no LSMS ou no CASEN.

A decisão sobre os países a serem analisados em detalhe foi tomada baseando-se no esclarecimento que a análise faz sobre a vantagem comparativa da implementação de diferentes tipos de pesquisas domiciliares de acordo com diferentes necessidades de recursos informacionais. Deu-se também alguma consideração ao seu potencial para exemplificar as diferenças subregionais na implementação dos programas de pesquisa domiciliar. A Bolívia é um exemplo da interação entre um programa de pesquisas de forças de trabalho e pesquisas tipo LSMS. Tanto o programa CASEN no Chile, que começou em 1985 e o programa Encuesta sobre Características Socioeconómicas de las Familias Paraguayas proporcionam as bases de uma comparação das pesquisas de força de trabalho e pesquisas do tipo CASEN.

A análise considerou os seguintes elementos: (a) a cobertura dos tópicos do questionário da pesquisa; (b) sua frequência e prontidão com que tais dados são disponibilizados; (c) o grau de integração entre diferentes pesquisas domiciliares dentro do mesmo país.⁹

O restante desse relatório está estruturado da seguinte forma. O Capítulo 2 contém um sumário dos diferentes tipos de pesquisas domiciliares e a sua utilização na avaliação das condições de vida e análise de política; o Capítulo 3 contém um sumário das pesquisas domiciliares atuais dos países latino-americanos, assim como uma avaliação global das forças e fraquezas nacionais nessa área. O Capítulo 4 contém os estudos de caso com uma

⁸ LSMS é a sigla de Living Standards Measurement Survey que significa Pesquisa de Medição do Padrão de Vida, uma experiência do Banco Mundial que foi implementada com diferentes graus de sucesso em alguns países africanos, asiáticos e latino-americanos. O CASEN é a sigla de Encuestas de Caracterización Socioeconómica Nacional que significa Pesquisa de Caracterização Sócio econômica Nacional, primeiramente implementada no Chile em meados dos anos 80 mas que já foi duplicado em outros países. O detalhamento da tipologia das pesquisas analisadas neste relatório está contido na parte 2 deste documento.

⁹ A primeira versão desse trabalho também continha uma análise da cobertura geográfica das pesquisas domiciliares realizadas em países latino-americanos, a qual, contudo, foi excluída dessa versão para simplificar.

avaliação do potencial das pesquisas para a medição dos padrões de vida e a estimativa dos indicadores sociais. Finalmente o Capítulo 5 contém um sumário das questões a serem atacadas nas propostas de reformulação dos programas de pesquisas domiciliares.

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS E TIPOS DE PESQUISAS DOMICILIARES

1. A Utilização de Registros Administrativos na Estatística Social

As informações básicas sobre o tamanho e as características da população de uma determinada área ou de um determinado país por muito tempo foram essenciais para os órgãos oficiais e não governamentais para o planejamento de suas ações. Estas informações podem ser obtidas através de duas fontes principais: registros administrativos e pesquisas domiciliares. Os registros administrativos consistem de todas as informações oficiais registradas sobre uma determinada população: certidões de nascimento, certidões de óbito, certidões de casamento, arquivos de usuários de serviço públicos tais como serviços educacionais, serviços habitacionais, serviços de assistência médica, serviços previdenciários, registros fiscais, informações comerciais sobre empregados demitidos ou contratados, salários pagos, etc., isto é, todas as informações que os órgãos governamentais coletam e organizam sobre os usuários de serviços a nível, nacional, estadual, municipal e mesmo local.

Os registros administrativos, contudo, só podem fornecer informações sobre os usuários de serviços públicos. As informações estatísticas que permitem a análise das características sociais, demográficas e econômicas dos usuários dos serviços em comparação com os não usuários, podem ser obtidas na melhor forma possível através de pesquisas domiciliares. As pesquisas domiciliares são a fonte mais amplamente utilizada de informações para inferência sobre as semelhanças e diferenças entre os usuários e não usuários de serviços, ao mesmo tempo em que proporcionam um quadro dos usuários em potencial.

Estas informações são essenciais (a) para o planejamento de melhorias dos serviços existentes; (b) para o planejamento da oferta de novos serviços; e (c) para a proposição e implantação de mudanças (seja através de redução ou expansão) dos serviços esperando mudanças das populações dos usuários presentes e potenciais desses serviços além, é claro, da utilização desses dados para finalidades analíticas não voltadas à formulação de política.

2. A Utilização de Pesquisas Domiciliares na Estatística Social

As pesquisas domiciliares são o instrumento mais amplamente difundido para a coleta de informações sociais, econômicas e demográficas sobre grandes grupos populacionais. São importantes instrumentos para proporcionar dados intersenso sobre as características sócio econômicas da população de um país. Diferentemente dos censos populacionais, que investigam determinadas características demográficas, sociais e econômicas básicas da população inteira as pesquisas domiciliares são aplicadas a uma amostragem de domicílios que são selecionadas baseando-se em determinados critérios. As amostragens da pesquisa domiciliar são extraídas de uma base geocartográfica que representa a área a ser coberta e que normalmente é atualizada com base nos dados do recenseamento mais recentemente disponíveis. Os domicílios são tipicamente selecionados num processo de múltiplos estágios nos quais ao invés de simples amostragem aleatória, o

para o modelo de Atlántida um conjunto de 14 documentos compreendendo todos os aspectos básicos de uma pesquisa domiciliar. Embora o modelo de Atlántida representasse uma contribuição importante para aqueles países que tinham pequena ou nenhuma experiência em pesquisas domiciliares, basicamente foi um modelo de pesquisa domiciliar projetado para países industrializados, onde as características do mercado de trabalho são muito diferentes das características encontradas nos mercados dos países menos desenvolvidos.¹⁰ Contudo dependendo-se desse modelo e com alimentação financeira e técnica de organizações internacionais (USAID, UNDP, ILO, etc.) e do Bureau of the Census, muitos países latino-americanos puderam estabelecer e manter algumas atividades básicas na área da pesquisa domiciliar, especialmente pesquisa da força de trabalho.

No início, tanto o referencial amostral e seu desenho quanto o conteúdo do questionário das pesquisas da força de trabalho foram direcionados para a identificação da composição da força de trabalho, medindo atividade econômica, buscando as diferenças na composição das atividades econômicas e variações da estrutura ocupacional em diferentes países, medindo o emprego e o desemprego e as variações da renda do trabalho resultante dos diferenciais de salários, forma de pagamento, benefícios pagos aos operários, etc.

Além das principais variáveis relacionadas aos aspectos acima, certas variáveis demográficas e sociais - como idade, gênero e nível de instrução - foram investigadas como variáveis com um potencial explicativo das diferenças e variações do comportamento das variáveis econômicas relacionadas à força de trabalho. Os estudos utilizando dados das pesquisas domiciliares analisaram de diferentes perspectivas o grau e a medida em que estas variáveis eram relacionadas umas com as outras.

Pesquisas domiciliares de múltipla finalidade

Em diferentes medidas de complexidade e intensidade, as pesquisas domiciliares nos países latino-americanos eventualmente começaram a ser utilizadas como instrumento para medir outras variáveis sociais, econômicas e demográficas além dos aspectos da força de trabalho mencionados acima. Em alguns casos essas pesquisas "ampliadas" chegaram a ser designadas pesquisas domiciliares de múltiplas finalidades. A análise do conteúdo das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos demonstra que elas são basicamente compostas de alguma coisa em termos de 3 a 5 partes que cobrem: as características domiciliares demográficas principais dos integrantes do domicílio, as principais características da moradia, algumas variáveis educacionais, força de trabalho e renda e, às vezes, migração.

Esses tópicos contudo são estruturados ao redor da caracterização da força de trabalho. Apesar da relevância potencial das pesquisas domiciliares em caracterizar a situação demográfica num país, com freqüência reconheceu-se que nos países latino-americanos as informações demográficas não são satisfatórias: "a publicação dos dados básicos com freqüência é atrasada, os dados disponíveis são incompletos, de má qualidade, e freqüentemente não tem o detalhamento necessário para serem úteis".¹¹

Pesquisa de rendas/gastos

¹⁰ Cf. Cuadernos de la CEPAL, no.44, 1983.

¹¹ CEPAL (1983:4)

referencial amostral proporciona os *clusters* (normalmente chamados de grupos ou distritos de enumeração) aproximadamente do mesmo tamanho da população. Os *clusters* são então selecionados em base probabilística e utilizados para representar o universo dos *clusters*; os domicílios são então selecionados - também em base probabilística - como sendo representativos de determinados níveis. Os *clusters* e os domicílios são selecionados como representativos dos fenômenos que a pesquisa pretende medir.

As amostragens serão representativas da população inteira ou de alguns de seus segmentos (por exemplo a força de trabalho), das áreas geográficas (das áreas rurais e/ou urbanas), de diferentes *clusters* populacionais e administrativos: o país, o estado e/ou província, todas as cidades ou todas as cidades com uma população superior a x número de pessoas, ou algumas cidades e as capitais dos estados e províncias, regiões metropolitanas, etc.

Uma maneira comum de abordar os registros administrativos e as pesquisas domiciliares é afirmar que, embora os primeiros proporcionem uma boa imagem do lado da oferta de determinados serviços públicos e privados, o segundo proporcionará um bom quadro do lado da demanda real e potencial dos mesmos serviços. Eles proporcionam informações sobre as quais construir indicadores demográficos, econômicos e sociais para a identificação das tendências da demanda de tal forma que a oferta de novos serviços e mudanças de serviço atualmente oferecidos possam ser planejadas concomitantemente.

A avaliação das pesquisas domiciliares baseando-se em critérios definidos na introdução desse relatório deve levar em consideração os objetivos e metas subjacentes à sua concepção e desenho contra o pano de fundo das atuais necessidades por informações estatísticas. O programa de pesquisas domiciliares que agora prevalecem nos países latino-americanos e caribenhos não foi originariamente concebido num conjunto de instrumentos para a medição das condições de vida, porém como instrumentos para medir as características da força de trabalho ou para definir o sistema de ponderações do IPC baseando-se na cesta de consumo médio das famílias de determinados níveis de renda.

3. Pesquisas domiciliares na América Latina e no Caribe

Pesquisas de força de trabalho

Virtualmente todos os países latino-americanos tiveram alguma atividade na área de pesquisas domiciliares. De todos os países analisados neste relatório apenas a Guiana e o Haiti não têm uma atividade regular na área de pesquisas domiciliares. O atual sistema de pesquisas domiciliares nos países latino-americanos remonta ao início dos anos 60 quando, sob a inspiração do CEPAL do ILO e outras organizações e órgãos internacionais, muitos países iniciaram programas de pesquisas domiciliares projetados para medir o emprego, desemprego e algumas características da força de trabalho. Além dessas pesquisas domiciliares permanentes (normalmente realizadas em termos anuais e às vezes trimestrais) que são ancoradas na pesquisa do emprego, desemprego e força de trabalho, muitos países latino-americanos também implementaram pesquisas domiciliares de renda/gasto a intervalos nem sempre previsíveis (a cada 5 ou 10 anos).

As origens das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos podem ser rastreadas até um seminário que foi realizado na cidade do México em 1965, quando um estudo realizado pelo US Bureau of the Census foi apresentado. Este estudo chamado "Atlántida: un estudio de caso en encuestas de hogares por muestra" proporcionou as bases

Pesquisas de rendas/gastos (IES) foram designadas basicamente para medir a renda/gasto dos domicílios, proporcionando as bases e as estruturas das ponderações para montagem do Índice de Preços ao Consumidor. Até os final dos anos 60, elas apenas cobriam alguns grupos sócio econômicos e as principais áreas metropolitanas da região latino americana. Com o tempo, contudo, as pesquisas de renda/gasto chegaram a ser consideradas como uma importante fonte de informação para medir os diferenciais de custo de padrão de vida através da comparação da estrutura e composição da renda e do consumo dos domicílios, portanto a sua cobertura de grupo sócio econômico foi algo ampliada. (CEPAL 1983: 25).

Apesar da riqueza das informações que proporcionam contudo, as pesquisas de renda/gasto são relativamente limitadas como fonte regular de informações para análise do padrão de vida. Primeiramente porque a maioria delas não tem cobertura nacional. Em segundo porque mesmo naqueles poucos países onde foram realizadas com alguma regularidade, o intervalo entre elas foi muito longo (os intervalos oscilaram entre 5 e 10 anos) e portanto seus dados não tiveram muita utilização para uma monitoração oportuna das condições de vida.

Finalmente as pesquisas de renda/gasto são normalmente operações muito caras tanto por causa do conteúdo complexo dos questionários, quanto por causa do volume de operações de campo. Os questionários dessas pesquisas são projetados para uma cobertura vasta da composição da renda e das gastos domiciliares e de seus membros individuais durante um longo período de tempo o que exige entrevistadores bem treinados e uma supervisão eficiente.

As operações de campo das pesquisas de renda/gasto são demoradas porque o período de referência precisa ser suficientemente longo para que capture: (i) todos os insumos para uma casa e seus membros na forma de diferentes volumes de renda, de diferentes fontes, disponibilizadas ao domicílio e/ou seus membros individuais em diferentes períodos de tempo dentro do período referenciado; (ii) todos os resultados na forma de gastos na aquisição de bens e serviços (não apenas quais os bens e serviços que são adquiridos mas também quais e em que volumes são consumidos e com que frequência) bem como o valor estimado (preço) dos bens e serviços produzidos dentro do domicílio ou o custo estimado que o domicílio teria caso alguns gastos fossem realizados.¹²

As técnicas para coleta de dados sobre os gastos domiciliares podem variar desde "registros de memória" (nos quais os membros são solicitados a reconstruírem as gastos individuais ou domiciliares durante um determinado período referenciado) até a utilização de folhetos que os membros do domicílio são solicitados a preencher, com relação a todos os dispêndios realizados, em cada categoria específica de bens e serviços, dentro do período referenciado. Ambos os métodos têm suas vantagens e desvantagens que são extensamente discutidos pelo CEPAL (1983:25-8).

A utilização de um longo período de referência no caso das pesquisas de renda/gasto para cada tipo de gasto é especialmente importante para a captura de aspectos como as características sazonais de determinados tipos de renda e determinados tipos de gasto. Também garante uma maior representatividade dos dados não obstante os procedimentos utilizados para seleção amostral e para operações de pesquisa no campo (por exemplo se as

¹² Por exemplo quando custaria alugar uma casa que hoje é própria

entrevistas são realizadas de uma vez na amostragem inteira ou se serão distribuídos painéis de subamostragem durante o ano, com uma rotação dos painéis).

O conceito inicial do programa de pesquisas domiciliares está baseado no potencial para integração de dados dessas pesquisas ao nível analítico. Apesar também das tentativas realizadas em vários países para fazer a integração das pesquisas da força de trabalho e das pesquisas de renda/gasto num programa regular de pesquisas domiciliares nunca se conseguiu integração completa. Além das diferenças na cobertura geográfica e no desenho e referencial amostral, a implementação mais irregular das pesquisas de renda/gastos dificultaram especialmente a integração analítica dos resultados para esses dois tipos de pesquisas.

Medição de condições de vida

As avaliações dos sistemas estatísticos nos países latino-americanos com frequência enfocaram as dificuldades da implementação das pesquisas de renda/gastos e da integração das mesmas com pesquisas de força de trabalho num programa regular de pesquisas domiciliares. Dificuldades orçamentárias de recursos humanos contribuíram para com as dificuldades institucionais que os órgãos estatísticos encontram na manutenção da frequência programada da implementação de pesquisas.¹³ A essas dificuldades institucionais bem conhecidas uniram-se recentemente as necessidades emergentes de dados mais abrangentes para a análise de condição de vida para uma caracterização demográfica e sócio econômica melhor dos grupos populacionais e para identificação dos elementos para explicar as diferenças entre subgrupos populacionais. Essas necessidades aumentaram a cognição de determinadas limitações detectadas pelos usuários dos dados advindos das pesquisas domiciliares: (i) que os dados das pesquisas domiciliares não permitiam completamente uma análise das condições de vida, proporcionando uma medida precisa da pobreza e para traçar as linhas de pobreza que viessem a apoiar o desenho de políticas visando a redução da pobreza e visando os grupos mais pobres da população; e (ii) que mesmo naquelas áreas tradicionais as quais foram projetadas para cobrir (força de trabalho, emprego e desemprego) elas demonstraram ser ineficientes para medir novos fenômenos especialmente os fenômenos relacionados à estrutura e composição das atividades dos mercados de trabalhos informais.

Tendo sido desenhados com a estrutura do mercado de trabalho formal como sua espinha dorsal, as pesquisas domiciliares não tinham maiores definições da atividade do trabalho e atividades econômicas. Essa estreiteza tornou muito difícil ou totalmente impossível capturar novos fenômenos como os fenômenos relacionados nas atividades econômicas informais (ou invisíveis). Além disso elas não proporcionaram a amplitude de cobertura exigida para uma análise mais refinada das condições de vida da população.

A mensuração das condições de vida é mais inclusiva do que a medição do mercado de trabalho e das atividades econômicas. Vai muito além da utilização dos diferenciais de renda para determinar os padrões de vida e traçar linhas de pobreza; exige também uma cobertura mais estendida de tópicos do que aquela que se encontra nas pesquisas

¹³ As restrições orçamentárias e de recursos humanos são com frequência citadas como as maiores dificuldades institucionais na sustentabilidade dos programas de pesquisas domiciliares nos países latino-americanos. Esse é o caso de projetos de fortalecimento institucional solicitando a cooperação técnica do BID, em projetos tais como o de Honduras, Costa Rica e Argentina. São citadas também dificuldades institucionais na avaliação que Schwartzman fez do IBGE no Brasil.

tradicionais de força de trabalho. A medida das condições de vida exige uma cobertura mais detalhada de variáveis que não estão estritamente relacionadas ao mercado de trabalho nem à atividade econômica. Deve cobrir em detalhes aspectos como condições habitacionais, tendências demográficas (migração, fertilidade, mortalidade infantil, entre outras) e acesso a serviços (tais como escolas e centros de saúde), assim como os padrões de consumo. A medida das diferenças no acesso a habitação adequada, educação, serviço de saúde, etc. pode acrescentar algo às análises das diferenças entre os subgrupos dentro das principais categorias ocupacionais e de renda e assim apoiar refinamentos no entendimento analítico da desigualdade sócio econômica e dos determinantes da pobreza.

Apesar de uma necessidade crescente de dados para apoiar o desenho de políticas públicas, especialmente de políticas sociais, nem o desenho amostral e a representatividade dos dados, nem a cobertura geográfica e tópica das pesquisas tradicionais da força de trabalho permitem, nesse ponto, uma caracterização detalhada dos subgrupos populacionais necessários a objetivar efetivamente as políticas públicas sociais e para a construção de indicadores para avaliar o impacto dessas políticas.

Tanto o Living Standards Measurement Survey (LSMS) do Banco Mundial quanto o Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN) do Chile representam tentativas de lidar com as necessidades mutantes por informações estatísticas que apoiem o desenho e avaliação do impacto de políticas sociais. Muito embora sejam diferentes na estrutura do questionário em desenho amostral e em procedimento operacional, tanto o LSMS quanto o CASEN e pesquisas parecidas cobrem um escopo muito mais abrangente de tópicos numa profundidade muito maior do que as pesquisas tradicionais de mão de obra.

O foco dessas pesquisas vai além da mensuração da atividade econômica chegando até a medida das condições de vida da população e mesmo até a identificação dos fatores que podem estar subjacentes a determinadas condições ou situações, especialmente situações de pobreza de tal forma que ações mais eficazes possam ser envidadas para corrigi-las. Portanto, tornou-se de maior importância a identificação dos elos de ligação entre os vários domínios os quais eram percebidos como sendo mais comportamentabilizados em pesquisas domiciliares tradicionais.

Isso significa o reconhecimento da importância da análise dos elos de ligação entre as condições de saneamento básico e morbidade, morbidade e absenteísmo, baixos níveis educacionais e dificuldades de acesso às escolas, ou condições deficientes de moradia e elevadas taxas migratórias em determinadas áreas; assim o fazendo, políticas poderiam ser projetadas assim como ações que poderiam ser envidadas para corrigi-las, melhorando as condições globais de vida de subgrupos populacionais e do país como um todo.

A LSMS inclui uma faixa muito mais ampla de tópicos do que as pesquisas convencionais do tipo força de trabalho ou do tipo CASEN. Esses tópicos estão cobertos em três diferentes questionários: o questionário domiciliar que, é aplicado aos integrantes dos domicílios e inclui vários aspectos da renda domiciliar, consumo e bem estar; o questionário comunitário, que é aplicado aos principais líderes comunitários para avaliação das condições da infra-estrutura comunitária; e o questionário de preços, aplicado ao comércio local para coleta de dados sobre os níveis de preços e tendência desses preços.

Conforme mencionado anteriormente nessa seção, programas tradicionais de pesquisas domiciliares na maioria dos países latino-americanos incluirão pesquisas do tipo

LFS e pesquisas de renda/gastos. Normalmente esses instrumentos são estruturados ao redor de diferentes finalidades analíticas e operacionais; com frequência a sua estrutura amostral e desenho muito embora derivando de uma base comum (em geral censos demográficos) diferem, resultando em diferentes níveis de cobertura e de representatividade dos dados.

O LSMS, ao contrário, atua em dois níveis diferentes - o domicílio e a comunidade - dentro do mesmo referencial amostral e cobre tanto a renda domiciliar consumo e preços com os instrumentos de pesquisa integrados pelo mesmo referencial temporal dentro do qual os questionários são aplicados e pelo desenho amostral. Na realidade, embora o LSMS seja composto de três questionários diferentes, com frequência ele é chamado de uma pesquisa única exatamente por causa dessa integração.

Comparadas às pesquisas domiciliares tradicionais, as características mais distintivas do LSMS são : (i) seu desenho multisetorial permite a análise dos determinantes dos vários resultados; (ii) amostragens muito menores levando a um foco sobre a qualidade dos dados e não sobre a quantidade; (iii) o uso intenso de microcomputadores em todos os níveis das operações, levando a uma disponibilização rápida de dados e melhor controle da qualidade; (iv) a flexibilidade e a adaptabilidade dos questionários LSMS para se conformarem com diferentes características e necessidades de políticas de diferentes países.

Deve-se observar contudo - esse ponto será mais explorado mais para frente nesse relatório - que a experiência do LSMS foi adaptada em diferentes países em diferentes modalidades: os questionários foram modificados eliminando perguntas e/ou módulos ou ligeiramente adaptando o seu conteúdo para se adaptarem a diferentes circunstâncias de cada país. Os módulos podem ter sido eliminados completamente, os seus níveis de detalhamentos podem ser variados ou podem ser ligados a outras pesquisas aplicadas no país, maximizando economias de escala no desenho amostral e nas operações de campo.

Em alguns países a LSMS também precisou enfrentar dificuldades financeiras e de recursos humanos semelhantes às dificuldades que anteriormente afetaram as pesquisas de força de trabalho e de renda/gasto. Diante disso, o sucesso relativo da LSMS em diferentes países varia em grande medida e, apesar de uma avaliação global da cobertura de seus tópicos, a simples substituição das pesquisas de força de trabalho e de renda/gasto pela LSMS não deve ser percebida como sendo uma garantia automática de dados de melhor qualidade nem de sustentabilidade das informações, muito embora na maior parte dos países normalmente signifique uma cobertura mais completa dos tópicos.

As pesquisas do tipo CASEN (Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional) englobam todas as experiências de pesquisa baseadas na experiência chilena das Encuestas de Caracterización Socioeconómica Nacional. A implementação do CASEN começou no Chile em 1985. A CASEN difere da LSMS porque a sua finalidade é diretamente relacionada à política afetando o âmbito do seu questionário e seu referencial e desenho amostral. A CASEN foi concebida como sendo um instrumento para medir o efeito redistributivo dos investimentos sociais e para avaliar os atuais programas sociais, determinando os passos seguintes desses programas bem como as correções e os ajustes em sua trajetória.

No final das contas, a CASEN proporciona informações que permitem uma monitoração de perto dos programas sociais para garantir que os beneficiários dos programas sociais sejam segmentos populacionais previamente identificado como foco

principal dos investimentos dos programas sociais.: "La Encuesta CASEN constituye una importante herramienta para la evaluación y el diseño de políticas sociales. Permite medir el impacto monetario que tiene el gasto social y los diferentes programas sobre los distintos estratos de la población. Permite verificar si los diferentes programas están efectivamente llegando a los grupos que se han definido como beneficiarios". (MIDEPLAN: 1992).

A CASEN é também mais dirigida: seu questionário cobre em detalhe os programas e políticas sociais implementados pelo governo e seu referencial e desenho amostral são representativos das regiões e grupos sócio econômicos que serão os beneficiários esperados dessas políticas e programas. A CASEN foi implementada de dois em dois anos desde 1985. Parece que seu papel estratégico como instrumento para monitoração dos programas e investimentos sociais do governo proporcionam a ela maior apoio e força institucional do que os programas tradicionais das pesquisas domiciliares recebem. A propósito, o mesmo tipo de apoio é proporcionando à versão da LSMS implementado na Jamaica, que também foi desenhada e implementada como instrumento de monitoração do impacto das políticas sociais do governo.

Quando se examina os diferentes tipos de pesquisas descritas acima, vem à mente a idéia de um espectro em que as pesquisas do tipo força de trabalho estariam numa extremidade - finalidade única - enquanto que as pesquisas do tipo LSMS e CASEN devido à abordagem altamente integrada e interrelacionada para com os diferentes aspectos que investigam, estariam no outro extremo. Em certa medida as pesquisas analisadas nesse relatório estarão localizadas nesse espectro embora mais fortemente concentradas em seu ponto médio. Poucas pesquisas são estritamente do tipo força de trabalho e não muitas são do tipo LSMS nem CASEN no que tange à suas finalidades, pelo menos por enquanto.

CAPÍTULO 3

PROGRAMAS DE PESQUISA DOMICILIAR EM PAÍSES LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS: SUMÁRIO

As pesquisas analisadas para formar a base dessa seção estão resumidas nas Tabelas 1, 2 e 3 (Anexo 1). A Tabela 1 apresenta a situação em cada país para o qual existem informações referentes aos aspectos mencionados acima. A Tabela 2 proporciona um sumário da cobertura dos tópicos para os países. A Tabela 3 resume o tipo e qualidade dos indicadores sociais que podem ser construídos com os dados advindos dessa pesquisa.

Esse capítulo começa com uma descrição das informações disponíveis em pesquisas domiciliares nos países latino-americanos resumidos na Tabela 1 e um delimito das categorias usadas no relatório para classificação das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos. Em seguida ele realiza um sumário da atividade nos países latino-americanos na área de pesquisas domiciliares, tentando identificar, em cada caso para o qual existem informações disponíveis, as forças e fraquezas dos instrumentos de pesquisa para obter dados oportunos e confiáveis para a montagem de indicadores sociais e para a análise das condições de vida.

3.1. Pesquisas existentes

Foram atualizadas as informações sobre as pesquisas domiciliares de todos os países latino-americanos exceto Bahamas, contendo as informações mais recentes encontradas em cada

país. No caso de alguns países nem todas as informações necessárias para a tabela estavam disponibilizadas. A Tabela 1 proporciona informações sobre :

- (a) a data do último censo populacional de cada país.
- (b) informações sobre as pesquisas domiciliares permanentes: nome da pesquisa, instituição responsável pelo planejamento da pesquisa e operação de campo, tipo (se é de força de trabalho, multifinalidade, padrão de vida, etc.) e data em que a pesquisa foi iniciada, frequência e cobertura de cada pesquisa, tamanho amostral e o último ano para o qual houve disponibilidade de dados, informações sobre módulos especiais que acompanhem a pesquisa.
- (c) Informações sobre pesquisas de renda e gasto: nome, data, frequência, instituição responsável pelo planejamento da pesquisa e operação e campo, e cobertura.
- (d) informações sobre outras pesquisas relevantes realizadas no país, tais como: pesquisas demográficas, pesquisas de nutrição, pesquisas populacionais e de habitação, etc., incluindo o nome da pesquisa, data, tamanho amostral e sua cobertura.

Em termos gerais no que se refere a definições e categorias utilizadas nesta tabela para classificação de diferentes pesquisas, é o seguinte:

As pesquisas domiciliares são classificadas se foram pesquisas permanentes, pesquisa de renda e gasto ou outras pesquisas relevantes. Dentro da primeira categoria incluímos todas as pesquisas domiciliares que fizeram parte do programa de Encuestas Permanentes de Hogares: Pesquisas do tipo força de trabalho, Pesquisas domiciliares de múltiplas finalidades, e pesquisas tipo CASEN ou tipo LSMS, sempre que demonstrem algum grau de continuidade ou institucionalização.

- (a) As pesquisas domiciliares permanentes tipicamente incluem pesquisas anuais, bianuais ou trimestrais, derivando em escopo, conteúdo e tamanho amostral e desenho das pesquisas de força de trabalho. Na maioria dos casos, fazem parte de um programa de Encuestas Permanentes de Hogares e em alguns países o programa pode ter sido interrompido durante alguns períodos, a frequência pode não ser tão regular assim e o processamento de dados pode ser lento afetando fortemente a disponibilidade de informações recentes. Contudo, esses programas originariamente foram concebidos como sendo permanentes e regulares.

As pesquisas domiciliares permanentes foram também classificadas de acordo se são tipos de pesquisa de força de trabalho, pesquisas domiciliares de múltipla finalidade, pesquisas do tipo LSMS, ou do tipo CASEN. A classificação das pesquisas como sendo força de trabalho estarão restritas às pesquisas domiciliares com um enfoque quase que exclusivo sobre o emprego, desemprego, e variáveis de renda, aquelas em que as variáveis demográficas e sociais (idade, gênero, educação, etc.) são mantidas no mínimo e que geralmente são utilizadas apenas para proporcionar algumas características muito básicas na força de trabalho. As pesquisas que foram originalmente concebidas como força de trabalho, mas que através dos anos incorporaram variáveis demográficas e sociais, seja através de módulos ou suplementos, foram classificadas como sendo pesquisas domiciliares de múltipla finalidade.

A categoria de pesquisas domiciliares de múltiplas finalidades compreende todas as pesquisas domiciliares que, muito embora originariamente projetadas para a mensuração do emprego e desemprego, renda e característica da força de trabalho, incorporaram tópicos

sociais e demográficos em grande medida, maior que as pesquisas tradicionais de força de trabalho. Esses tópicos podem incluir educação, habitação, saúde, fertilidade, migração interna, e os respondentes não serão restritos à população economicamente ativa.

- (b) As pesquisas de renda/gasto compreendem todas as pesquisas domiciliares que são realizadas em base regular, normalmente de 5 a 10 anos, para medir as rendas e gastos familiares. Uma característica específica da pesquisa de renda/gasto é que elas são mais espaçadas no tempo, porque são operações cara que exigem um planejamento extenso, uma atividade de campo longa para coleta de dados, e tendem a ser realizadas em intervalos mais irregulares que as pesquisas domiciliares permanentes.

As análises já demonstraram que os cancelamentos ou adiamentos das pesquisas de gasto e de renda são mais frequentes do que os cancelamentos e adiamentos das pesquisas domiciliares permanentes, especialmente porque as pesquisas de renda/gasto são operações muito cara que exigem disponibilidade de recursos financeiros. Embora, no ideal, as pesquisas do tipo força de trabalho deveriam ter o conteúdo dos seus questionários, o tamanho amostral e procedimento operacional mais periodicamente revisto e atualizados, normalmente isto não é feito. Na maioria dos países, as pesquisas de força de trabalho usam o mesmo questionário de um ano para outro, e, se houver escassez de recursos, serão implantados com pequenas atualizações, com intervalos mais longos, no treinamento de entrevistadores, por exemplo. Não é esse o caso com as pesquisas de renda/gasto. Elas representam uma operação de grande porte em intervalos mais longos e quase sempre exigem uma significativa atualização do questionário para incluir novos itens e mudanças previamente detectadas nos padrões tanto de renda como de gasto. Os levantamentos de renda/gasto não podem contar apenas com o grupo disponível de entrevistadores que aplicam os questionários dos programas regulares de pesquisa e exigem portanto o recrutamento e treinamento de entrevistadores num processo muito semelhante àquele que acontece na ocasião do censo populacionais.

Além disso as pesquisas de renda/gasto são mais utilizadas para atualização da base do IPC. Dessa forma elas precisam ser complementadas por pesquisas de ponto de compra e especificação de produto, que agregam ainda mais custo à pesquisa. Finalmente os dados poderão gerar uma tensão política sobre o processo de decisão política como resultado das pressões exercidas por mudanças naquela base.

- (c) A categoria de outras pesquisas relevantes incluem todas as pesquisas domiciliares realizadas num determinado país e em base não permanente, não regular, e não sistemática. Diferentemente dos módulos especiais abaixo, a característica básica dessas pesquisas é que elas são entidades autônomas: sua amostragem normalmente é projetada independentemente do desenho amostral das pesquisas domiciliares permanentes, os conceitos utilizados podem ser muito diferentes dos conceitos utilizados em pesquisas permanentes, não existe nenhum plano inicial para duplicá-la em determinados intervalos, e numa grande maioria dos casos, são planejadas por órgãos que não os escritórios centrais de estatística, particularmente pelas ONG's.
- (d) A coluna que cobre os módulos especiais, pelo contrário, indicam os casos em que módulos adicionais ou questionários suplementares a respeito de tópicos especiais estão vinculados à pesquisa domiciliar permanente regular tanto no que se refere ao desenho e referencial amostral quanto a integração conceitual. Muito embora na maioria dos casos não sejam realizadas regularmente, esse módulos e os

questionários suplementares podem ser repetidos de quando em vez para proporcionar informações para uma análise comparativa. Não são muitos os países que utilizam módulos especiais: o Brasil e a Colômbia parecem ter utilizado módulos especiais e suplementos em bases regulares pelo menos até 1989. A Argentina, Costa Rica e El Salvador aparecem na tabela como países que utilizam, muito embora não existem muitos detalhes no momento a respeito de seu conteúdo, frequência, etc.

Investigações a respeito das características sociais e demográficas podem ser feitas seja através de perguntas especiais contidas no questionário principal, módulos especiais dentro do questionário ou suplementos especiais (questionários adicionais) agregados ao questionário principal. Não é necessário que esses módulos ou suplementos sejam executados em bases regulares para caracterizar uma pesquisa domiciliar de múltiplas finalidades. Contudo, para ser caracterizada como sendo de múltiplas finalidades, uma pesquisa domiciliar deve com regularidade, módulos e/ou suplementos para investigar um escopo maior de variáveis sociais e demográficas do que aquelas estritamente relacionadas à força de trabalho, e devem assim o fazer para outros grupos populacionais e não apenas para a força de trabalho.

As pesquisas domiciliares compostas dos módulos integrados baseados no modelo de pesquisa de medição do padrão de vida do Banco Mundial e introduzidas nos países através de financiamentos e apoio técnico do Banco Mundial foram classificadas como sendo LSMS. As pesquisas baseadas na experiência na Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional foram classificadas como CASEN.

3.2 Sumário das atividades na área das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos

Todos os países latino-americanos e caribenhos à exceção do Haiti e Guiana têm uma forma de pesquisa domiciliar institucionalizada. A Guiana fez uma rodada da LSMS em 1992 e 1993, realizada pelo Banco Mundial.

Programas mais regulares das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos foram iniciadas entre 20 e 30 anos atrás: Barbados (1975), Bolívia (1970), Brasil (1967), Chile (1973), Colômbia ((1970), Equador (1969), Jamaica (1968). Programas mais recentes incluem Belize, Costa Rica (1987), República Dominicana (1991), Peru (1985). Em alguns casos, contudo, os programas tiveram o início lento com longos intervalos entre as pesquisas como foi o caso do Equador. A maior parte das atividades da área de pesquisas domiciliares em países latino-americanos (incluem censos populacionais, pesquisa de força de trabalho, pesquisa domiciliares múltipla finalidade, etc.) são realizadas por órgãos governamentais, na maioria dos casos pelos órgãos estatísticos centrais dos países latino-americanos. Em alguns casos, apoio de órgãos externos tais como AID, a OMS Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, ajudou os países a aumentar sua capacidade institucional de realizar e planejar pesquisas domiciliares e de analisar os dados advindos das pesquisas domiciliares. Esse apoio contudo, ainda está vinculado aos órgãos governamentais à cargo das operações de pesquisas domiciliares. Em alguns casos foi dado apoio a uma organização privada, tal como a Cuanto S.A. para realizar a LSMS no Peru, a qual foi implementada com apoio financeiro e técnico do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para um módulo especial.

Referencial Amostral e Censo Populacional

Os censos populacionais normalmente proporcionam o referencial do qual se derivam as amostragens para as pesquisas domiciliares. A Tabela 1 demonstra que a maioria dos países latino-americanos fez um censo populacional nos últimos 10 anos. As exceções são o Haiti, onde o último censo populacional foi feito em 1982, Suriname, onde o último censo populacional foi feito em 1980, a Guatemala e Nicarágua que realizaram censos populacionais em 1995. Dos países remanescentes, não existem informações disponíveis a respeito da data do último censo populacional realizado em Barbados. Em 16 países o censo mais recente foi feito entre 1990 e 1993.

Contudo a frequência e o intervalo de tempo entre os censos não são sempre mantidos. O censo de 1990 do Brasil foi adiado para 1991, representando um intervalo de 11 anos, em vez de 10. O censo da Guatemala foi feito em 1981 (um intervalo de 14 anos até o censo planejado de 1995). A República Dominicana fez um censo populacional em 1993, 12 anos depois do último censo realizado em 1981.

Tipos predominantes de sistemas de pesquisas domiciliares nos países latino-americanos

As pesquisas LFS e as pesquisas domiciliares de múltipla finalidade prevaleceram nos países latino-americanos até o momento apesar de dificuldades institucionais e recursos financeiros e humanos frequentemente escassos. As críticas contra essas pesquisas enfocaram que as dificuldades na sua frequência e cobertura geográfica tornam a sua utilização na formulação e monitoração de política muito difícil. A maioria das pesquisas nos países latino-americanos são predominantemente urbanas, e com frequência não conseguem ser desagregadas além do nível de estado ou província. Além disso o adiamento e/ou cancelamento de grandes operações tais como censo demográfico impede a atualização regular do seu desenho referencial amostral, tornando-as instrumentos pouco confiáveis para serem utilizados na formulação de políticas.

Além disso a LFS e a HHS Múltipla finalidade durante muito tempo foram criticadas pela pouca ou nenhuma atualização do questionário e tecnologia de processamento de dado; pelas reduções substantivas e cortes nos programas de treinamento de entrevistadores (com seu impacto resultantes sobre a qualidade e confiabilidade dos dados) pelos frequentes atrasos na liberação dos dados ao público (fazendo com os dados fiquem obsoletos ou sejam de pequena utilização quando finalmente liberados) e pelos métodos obsoletos e/ou rígidos de disseminação de dados e uma análise pequena ou nenhuma dos dados, especialmente para finalidades decisórias.¹⁴

Fraquezas institucionais

Muitos desses problemas são consequências de dificuldades institucionais. Recursos financeiros e humanos escassos provocaram que os órgãos centrais de estatística começassem a se atrasar na atualização do conteúdo bem como na modernização dos procedimentos operacionais que poderiam se beneficiar com as inovações tecnológicas. Parece haver um consenso generalizado de que, na maioria dos países latino-americanos, esses problemas se agravaram como resultado dos ajustes estruturais e na crise do setor público na década de 80, quando a reforma do setor público (ou tentativas de promovê-lo)

¹⁴ CEPAL, 1983:4-23

levaram a dificuldades institucionais e cortes orçamentários que prejudicaram ainda mais a implementação de pesquisas domiciliares.

O Brasil e a Argentina são exemplos disso. Por padrões latino-americano ambos são países “ricos”, países com economias maiores e mais complexas, e maior capacidade técnica do que muitos países latino-americanos de menor porte e mais pobres. Contudo são também países onde a necessidade de designar um status de alta prioridade às políticas macro econômicas de combate à inflação e ao déficit público deixaram pouco ou nenhum espaço para investimentos na qualidade dos dados estatísticos. No caso do Brasil, por exemplo, a pesquisa domiciliar de 1994 precisou ser cancelada porque os recursos humanos disponíveis tiveram que se concentrar em tempo integral à análise de processamento de dados das pesquisas domiciliares de 1992 e 1993. A pesquisa de renda/gasto apenas teve recursos financeiros para cobertura do seu estágio de planejamento, tendo sido indefinidamente adiada a partir de sua data originalmente esperada de realização (1992).¹⁵

O Suriname, no lado oposto do espectro, apresenta talvez o exemplo mais extremo dos obstáculos que podem surgir contra a implementação de um programa de pesquisas domiciliares. O país implementa pesquisas domiciliares trimestrais. A amostragem é de aproximadamente 1000 domicílios, com a taxa de resposta de aproximadamente 50%, que é extremamente baixa. Visto que o último censo foi realizado em 1980 cujos resultados apenas foram publicados em 1992 e no final das contas foram altamente controvertidos¹⁶, não existem bases confiáveis a utilizar para a atualização do referencial amostral. A atualização do questionário foi realizada em 1994, baseada em recomendações do ILO, e as questões que foram acrescentadas perguntas sobre um segundo e terceiro empregos. Contudo muito embora tivessem sido completados dados para 1994 eles ainda não foram processados por falta de recursos financeiros. A última pesquisa de renda e gasto do Suriname conforme mencionada, foi realizada em 1968 e 1969. Outra pesquisa começou em 1987, porém não foi concluída devida à falta de recursos financeiros. Uma tentativa de realizar uma pesquisa domiciliar num orçamento minúsculo em 1993-94 também não foi bem sucedida.¹⁷

3.3 Frequência

A frequência das pesquisas domiciliares varia demais. Na Argentina, Belize, República Dominicana, Equador, Honduras, Uruguai e Venezuela elas são realizadas duas vezes por ano. Em Barbados, Colômbia, Suriname e México são trimestrais. Na Colômbia, contudo, são realizadas em bases trimestrais somente nas regiões urbanas; a frequência nas áreas rurais é variável. Na Jamaica o programa regular de pesquisas domiciliares (tipo LFS) foi implementado desde 1968 e é realizado em bases trimestrais. A Jamaica, contudo, foi bem sucedida na realização, desde 1988, do Jamaican Survey on Living Conditions (tipo LSMS) e em bases anuais como parte do sistema LFS.

O Chile apresenta um caso ligeiramente diferente no seu Programa Integrado de Encuestas de Hogares (PIDEH) que é composto de uma pesquisa trimestral (a Encuesta Nacional de Empleo) duas pesquisas mensais (a Encuesta Nacional de Mano de Obra y

¹⁵ Schwartzman: 1995

¹⁶ Entre outras questões, as controvérsias com relação aos resultados atinentes a migração interna e externa. Existem indicativos de que o país como um todo perdeu população para a emigração internacional e migração interna mudou a perspectiva demográfica das regiões no país.

¹⁷ Informação fornecida por Jacques Anas.

Remuneración e a Encuesta Ocupacional) e uma pesquisa anual (a Encuesta Ocupacional y de Ingreso). A Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN), é realizada de dois em dois anos. Bolívia, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Panama, Paraguai e Peru realizam pesquisas anuais. Desde 1980, contudo, o Brasil vem realizando uma pesquisa mensal da força de trabalho em 6 regiões metropolitanas.

As datas da implementação das pesquisas não estão disponíveis em todos os casos. Entre os países para os quais existem informações disponíveis, a pesquisa Argentina é realizada em Maio e Outubro enquanto que em Honduras ela é realizada em Março e Setembro. No Brasil ela é realizada no quarto trimestre do ano. Na Costa Rica, é realizada em Julho e no Panama em Agosto. Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala e Paraguai realizam suas pesquisas com datas variáveis.

3.4 Módulos especiais e outras pesquisas relevantes

Alguns países utilizaram - com maior ou menos grau de continuidade - módulos especiais para investigação de tópicos sócio demográficos que podem ser de interesse para a formulação e análise de políticas. A iniciativa para a introdução desses módulos pode advir de órgãos governamentais, universidades ou especialistas interessados na maximização dos benefícios das operações de pesquisas domiciliares, particularmente quando realizadas em escala nacional.

O potencial das pesquisas domiciliares em coletar informações adicionais sobre tópicos outros que aqueles para os quais foram originariamente projetadas para cobrir varia em grande medida como resultado do seu projeto e referencial amostral. Na ausência de pesquisas especificamente projetadas para cobertura de aspectos sócio demográficos da população, contudo, as pesquisas domiciliares tradicionais demonstraram ser muito úteis, particularmente quando os proponentes têm consciência das limitações impostas pelo seu referencial amostral.

De todos os países latino-americanos cobertos por esse relatório, pelo menos a Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador e Jamaica já trabalharam com questionários centrais e módulos especiais rotativos em programas regulares de pesquisas domiciliares. No Equador, um módulo especial sobre Saúde foi realizado em 1990, mas não há disponibilização de detalhes ainda. A Colômbia e o Brasil parecem ser os países que mais amplamente utilizaram este instrumento.

Os módulos colombianos são projetados para medir tópicos e questões específicos de interesse para os formuladores de política, e normalmente são solicitados por outros órgãos governamentais. No passado, esses módulos incluíram habitação e transporte (1978); transporte (1980); habitação (realizada anualmente desde 1986); fertilidade (1971, 1972, 1977, 1978 e 1980); e setor informal (1984, 1986, 1989, 1990).

No caso do Brasil, módulos especiais foram executados regularmente entre 1973 e 1989, com diferentes graus de sucesso. Implementados como questionários adicionais aplicados a amostragem completa ou, em alguns casos, a uma sub amostragem de respondentes do questionário principal, esses módulos cobriram: força de trabalho e fertilidade (1973); raça, estrutura ocupacional e mobilidade social (1976), habitação (1977), saúde (1981), educação (1982), trabalho e seguridade social (1983), fertilidade (1984), condições de vida infantil nas áreas metropolitanas (1985), controle populacional,

acesso a programas sociais e participação comunitária e sindical (1986), participação social e política (1988) e força de trabalho e mercado de trabalho formal (1989 e 1990).

A pesquisa de 1985 foi realizada apenas nas regiões metropolitanas para coletar informações sobre as condições de vida das crianças e de suas famílias, particularmente nos grupos de baixa renda. A pesquisa de 1986 consistiu na realidade de 3 módulos, cada um sobre cada tema. O módulo de fertilidade foi aplicado a uma sub-amostra feminina entre 15 e 54 anos de idade. Os dados obtidos sobre o módulo de acesso a programas sociais, contudo, demonstrou de pouco uso, considerando a baixa representatividade das respostas.

A maioria dos países latino-americanos tiveram experiências na categoria de “outras pesquisas relevantes”, que incluem pesquisas domiciliares não regulares, geralmente realizadas apenas uma vez, cobrindo principalmente questões de saúde, nutrição e aspectos demográficos. Contrariamente aos programas regulares de pesquisas domiciliares que são normalmente implementados pelos Órgãos Estatísticos Centrais e, em alguns casos, pelo Ministério do Planejamento, essas outras pesquisas são com frequência implementadas por organizações não governamentais. Especialmente nos países com poucas ou infrequentes atividades na área de pesquisas domiciliares, essas atividades preenchem um hiato das informações estatísticas, especialmente sobre os aspectos sócio demográficos da população.

Esse é o caso da Encuesta Demográfica y de Salud, realizada na República Dominicana em 1986, da Encuesta Nacional de Fecundidad realizada no Equador em 1979, do National Food and Nutrition Survey realizado pela OMS na Guiana em 1976 e da Pesquisa Econômica Social Rural implementada na Guiana em 1994. O México fez uma pesquisa nacional sobre economia informal em 1991 e o Panamá entre outros realizou uma pesquisa nacional sobre a maternidade e as crianças em 1984 e uma pesquisa nacional sobre nutrição em 1980, além de uma pesquisa nacional sobre a saúde maternal e infantil e planejamento familiar, recentemente realizada em 1993.

De especial importância são as experiências com a LSMS em vários países. Na Bolívia a experiência da LSMS foi utilizada como base para ampliar o escopo da pesquisa domiciliar tipo força de trabalho que foi implementada antes de 1989. Na Guiana, uma LSMS foi realizada em 1993 e uma rodada em 1996 ainda está em discussão, embora a pesquisa a pesquisa em si não possa ser classificada como institucionalizada. O Equador vem realizando uma Encuesta de Condiciones de Vida desde 1994 (repetida em 1995 e planejada para 1996), baseada na LSMS e com apoio do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP). A Nicaragua realizou uma LSMS em 1993 com apoio do Banco Mundial e vem discutindo a possibilidade de realizar uma rodada em 1995. Honduras e Paraguai têm ambos planos para uma LSMS em 1995, com o apoio do Banco Mundial.

O Panamá também fez uma LSMS em 1983-84 na cidade do Panamá e no distrito de San Miguelito. Trinidad e Tobago fizeram uma LSMS em 1992 e o Perú fez 4 rodadas em 1985/86 e em 1990 e 1991, a última sob a administração de um instituto privado de pesquisa. A Venezuela também realizou uma pesquisa social em 1992 que foi originariamente planejada como LSMS mas que foi implementada de uma forma muito modificada. No Brasil está em andamento um piloto da LSMS.

De todas as experiências com a LSMS até agora realizadas em países latino-americanos, a mais bem sucedida foi a Jamaica, onde a LSMS é feita como um segundo estágio de sua pesquisa de força de trabalho com um questionário projetado para a medição

de aspectos específicos de políticas e programas que são de interesse para o governo jamaicano e o seu Ministério do Planejamento. O ativo interesse do governo na utilização dos dados da LSMS para o desenho e monitoração de políticas sociais provavelmente é a razão pela qual a LSMS foi tão bem sucedida nesse país comparada com a experiência que outros países têm com a LSMS.¹⁸

Em 1993 a Colômbia começou uma nova experiência com a CASEN, Encuesta de Caracterización Socioeconómica e com a Encuesta de Calidad de Vida Nacional y de Calidad de Vida in Bogota. Essa última em particular foi percebida como sendo resultado de uma sequência natural de estudos e análises que foi implementada desde meados dos anos 80, numa tentativa de refinar e definir mais precisamente as linhas de pobreza e os indicadores de pobreza, com base numa ampla gama de indicadores sobre condições de vida.

Em 1992, além do seu programa de pesquisas domiciliares e seus planos de uma pesquisa domiciliar integrada em 1996 modelada em grande medida na LSMS, o Paraguai realizou a Encuesta sobre características socioeconómicas de las familias paraguayas, com uma amostragem nacional de 5059 domicílios em áreas urbanas e rurais do país.

A implementação de módulos especiais, embora não difundidos nos países latino-americanos, pode ser muito útil, especialmente naqueles países onde não existe muita disponibilidade de informações sociais através do programa normal de pesquisas domiciliares. A definição de um plano básico de módulos a ser coberto em intervalos regulares poderia preencher o hiato das informações sócio econômicas em muitos países. Uma dificuldade na implementação dos módulos, contudo, é o fato de que eles nem sempre permitem uma análise integrada de múltiplos fatores que explicam a pobreza e os diferenciais das condições sócio econômicas, problema que pode ser resolvido através de um desenho amostral que leve tais necessidades em consideração.

3.5 Pesquisas domiciliares em países latino-americanos e caribenhos: tópicos de cobertura, frequência e graus de integração em programas de pesquisa

Os aspectos que são investigados nas pesquisas domiciliares, especialmente as pesquisas de força de trabalho, e os conceitos e definições das variáveis que as medem foram ajustados pelos diferentes organismos internacionais que apoiaram iniciativas de implementação de pesquisas domiciliares em países membros, como o ILO, o CEPAL e uma rede mais inclusiva de agências e órgãos das Nações Unidas envolvidas com o trabalho de desenvolvimento. Essas definições primariamente foram direcionadas para proporcionar uma comparabilidade entre diferentes países e evoluíram com o passar dos anos numa tentativa de manter-se atualizadas com as mudanças econômicas e sócio demográficas que afetam a organização do trabalho, da estrutura de renda, e as características sócio demográficas de diferentes países.

A consistência, com o correr do tempo, sobre o conteúdo (ou seja, definições, conceitos e classificações), cobertura geográfica e frequência são aspectos importantes que proporcionam comparabilidade entre as pesquisas. Além disso, a integração de diferentes instrumentos dentro de um mesmo programa de pesquisas - que pode ser em grande medida realizado através da utilização da definição de conceitos padronizados, do mesmo referencial

¹⁸ A Jamaica também usa a implementação da LSMS, que é baseada em domicílios, com uma pesquisa sobre educação, assim cobrindo usuários e não usuários ou usuários em potencial de serviços de educação.

amostral e da mesma cobertura geográfica - tem vantagens que ultrapassam a comparabilidade. Elas representam economias de escala no sentido de que uma escala muito mais ampla de aspectos podem ser investigados a intervalos regulares, maximizando as possibilidades de análises melhores e mais efetivas e para a comparação entre países e entre regiões de um mesmo país.

3.5.1 Cobertura ideal básica dos tópicos das pesquisas domiciliares: insumo, acesso, produto e indicadores de resultados

Além dos dados sobre a característica da força de trabalho e sobre a estrutura e composição de renda que formam as bases da estatística do trabalho, a medição e a análise das condições de vida exigem que as pesquisas domiciliares proporcionem informações sobre vários aspectos sociais e demográficos. Habitação e saneamento, educação, saúde, fertilidade, mortalidade e migração são os aspectos básicos que devem formar o âmago de qualquer pesquisa domiciliar. Dados sobre gastos e consumo - especialmente consumo de alimentos são extremamente relevantes visto proporcionarem um excelente substituto para a mensuração da renda e para traçar limites de pobreza.

É evidente que o conteúdo ideal das pesquisas domiciliares é altamente dependente daquilo que está sendo medido e para quais finalidades. Seu potencial para a implementação de sistemas efetivos de indicadores sociais logicamente, depende desses aspectos. Em termos gerais, conforme este relatório já destacou, foi estabelecido uma tendência na última década para a mensuração das condições de vida bem como para a monitoração de programas sociais e de investimentos sociais.

Duas questões fundamentais alimentam essa tendência: (i) a necessidade de avaliar as condições sociais basais, principalmente a pobreza e a desigualdade social, identificando grupos populacionais e áreas geográficas meta para se beneficiarem dos investimentos e programas sociais; e, (ii) a necessidade de obter dados confiáveis para monitorar o impacto dos investimentos e com que eficiência eles alcançam os grupos alvo.

Em termos gerais, essas metas podem ser traduzidas em termos de indicadores que cobrem as condições de vida e medem os meios ou recursos aplicados aos programas, projetos e serviços, com que eficácia os programas, projetos e serviços atingem a população e sua renda (o impacto dos programas, projetos e serviços sobre o bem estar da população objetivo). Os indicadores podem ser classificados de acordo com os elementos e componentes que medem, como insumo, acesso, resultado e indicadores de resultado (cf. Vos, 1992). Essa classificação pode se aplicar no global sobre os indicadores de condições sócio econômicas em geral bem como aos indicadores sobre setores específicos nos quais estão concentrados programas e investimentos.

Os indicadores de insumo proporcionam uma medida das condições de recursos humanos e das condições financeiras que precisam ser satisfeitas, bem como os programas básicos projetados para o atendimento de necessidades sócio econômicas; em sua maioria eles se referem às condições institucionais para a disponibilização de determinados serviços em um determinado nível de eficiência e cobrem tanto o gasto público quanto privado. A nível de gasto público, os indicadores de insumo basicamente se referem ao volume de recursos financeiros, humanos e materiais necessários para a prestação de determinados serviços; no caso da educação, eles se referirão aos gastos de um determinado país com a educação, número de professores, salas de aula e material didático disponibilizados aos

alunos, etc. No caso da saúde, a parcela do orçamento designada para a saúde, o número de médicos, hospitais, leitos hospitalares, etc.

Os indicadores de insumo, contudo, também cobrem algumas condições básicas a nível privado familiar ou domiciliar, como condições sanitárias dos domicílios que são essenciais para a sustentabilidade dos programas de saúde projetados para a melhoria das condições de vida e de saúde, a densidade dos domicílios que proporcionam a medida do ambiente em que a infância atingida pelos programas educacionais sejam capazes de estudar e realizar suas tarefas escolares, etc.

Os indicadores de acesso medem, as restrições físicas, materiais e financeiras (ou falta das mesmas) ao acesso e uso de programas pelos grupos populacionais, os quais pretende se atingir. A distância geográfica até uma escola até um hospital ou centro de saúde, as dificuldades financeiras por parte da família em comprar os livros necessários ou os uniformes para as crianças em idade escolar, ou em pagar os gastos de passagem de ônibus ou simplesmente poder enviar os filhos à escola ao invés de precisar do trabalho deles para geração de maior renda para a família são todos eles elementos importantes na discussão dos indicadores educacionais. As dificuldades em uma consulta com um médico ou uma enfermeira, longas filas de espera nos centros de saúde, rendas caras e a necessidade de pagamentos por determinados exames laboratoriais podem todos eles ser fatores de desestímulo à busca da assistência de saúde quando necessário.

Os indicadores de resultado medem os resultados dos investimentos em determinadas áreas. Eles medem os resultados ou impactos de programas e políticas projetados para a melhoria das condições de vida ou para aperfeiçoamento em área específicas tais como saúde, saneamento básico, habitação, educação, segurança pública, etc. Os indicadores de resultados construídos a partir de dados de pesquisas domiciliares geralmente mostram mudanças e a evolução nas condições gerais de vida de uma população e/ou determinadas áreas.

Os indicadores efetivos proporcionarão medidas efetivas das melhorias ou deteriorização de condições de vida no global ou em determinadas áreas específicas. Quando os investimentos, programas e políticas em educação e saúde por exemplo, são bem sucedidas, isto teria de estar refletido na melhoria dos indicadores de cobertura dessas áreas: maiores taxas de matrícula, uma maior taxa de crianças em idade escolar na escola, uma maior taxa de alfabetização, um número maior de anos de instrução da população como um todo, uma força de trabalho mais habilitada e capacitada, etc. Bem como índices mais baixos de mortalidade de infantes e infantil, taxas mais altas de expectativa de vida, taxas de morbidade mais baixas.

As melhorias de condições demonstradas nos indicadores de resultado, contudo, podem ter um impacto em área que não são diretamente relacionadas às áreas que estão sendo medidas originalmente. Os indicadores de resultados medem externalidade que ultrapassam os resultados específicos de determinados projetos e setores, afetando outras áreas e melhorando as condições gerais de vida da população. Melhores condições de saneamento básico também aparecerão não apenas nos indicadores da cobertura do saneamento dos domicílios mas também como indicadores sociais, por exemplo, uma redução das doenças e óbitos resultantes de más condições de saneamento nos domicílios. Aperfeiçoamentos da educação poderão eventualmente afetar as taxas de fertilidade e mesmo taxas de morbidade. Em seu conjunto com condições melhores de saúde, melhorias nas condições educacionais de um país efetivamente terão um impacto na produtividade

global como resultante de uma força de trabalho melhor educada e mais saudável de menos absenteísmo do trabalho e da escola devido a problemas de saúde, etc.

Os indicadores de insumo e de acesso medirão os elementos e meios disponíveis para proporcionar programas sociais e/ou obter serviços sociais, enquanto que os indicadores de resultado e produção vão mostrar o impacto mais imediato ((produto) ou mais abrangentes (resultado) sobre os programas de bem estar da população. Poder-se-ia considerar as políticas educacionais projetadas para aumentar o nível educacional de uma população (o produto esperado) que será baseado em programas que exijam um insumo de um número suficiente de professores, escolas, livros didáticos e, em termos gerais, uma certa quantidade de recursos financeiros para garantir que esses elementos estarão em seu lugar atuando adequadamente na direção da consecução das metas do programa.

Pesquisas domiciliares podem ser instrumentos extremamente eficientes na obtenção de indicadores, especialmente do acesso, do produto e de resultados. Desse ponto de vista, de todos os modelos de pesquisas analisadas neste relatório, a LSMS é a pesquisa que proporciona a mais ampla cobertura de tópicos em um nível de complexidade que permite tanto a análise das condições de vida em geral, o impacto dos investimentos públicos em áreas como saúde e educação e as externalidades dos investimentos em programas sociais e projetos - impacto que investimentos numa área como nutrição ou saneamento poderá ter sobre outras áreas como por exemplo saúde e educação. O LSMS é mais completo do que a CASEN quanto outras pesquisas tradicionais de força de trabalho porque proporcionam uma boa cobertura para a construção de indicadores de insumo produto e mesmo de resultado além dos indicadores de acesso.¹⁹

A análise das condições de vida em qualquer país exige informações sobre situações sócio geográficas específicas (condições urbanas e rurais), representativa de diferentes níveis (nacionais, estaduais, provinciais, municipais) em diferentes níveis sócio demográficos: ao nível das condições de vida da população como um todo, ao nível das condições de vida dos estratos sócio econômicos, de famílias, bem como dos subgrupos populacionais, especialmente aqueles que tradicionalmente tem sido alvo de políticas sociais como crianças, jovens e mulheres, populações nativa, etc. Ela permitiria a monitoração e identificação das diferenças nas condições de vida de diferentes grupos étnicos e raciais e grupos etários (velhos, mulheres, crianças, por exemplo), entre áreas (rural e urbana) e em diferentes regiões de um determinado país.

Além de proporcionar informações para uma análise comparativa ao longo das linhas descritas acima, pesquisas domiciliares podem ser uma fonte eficiente de informação sobre a demanda (real ou potencial) de determinados serviços no curto ou longo prazos. Por exemplo, o conhecimento a respeito das tendências das taxas de fertilidade, dos índices de expectativa de vida, ou que haverá um aumento na demanda em determinados serviços de assistência médica para os idosos, ou que as taxas de matrícula escolar nos níveis primário e secundário podem cair (ou subir) é crítico na avaliação de um sistema de bem-estar que pode estar sendo sobrecarregado por uma pequena percentagem de contribuintes.

Os dados das pesquisas domiciliares podem ajudar na medida precisa da cobertura real dos serviços públicos e do hiato existente entre essa cobertura e a demanda por tais serviços: habitação, educação saúde, saneamento básico e utilidades urbanas são algumas das áreas em que os indicadores baseados nos dados das pesquisas domiciliares

¹⁹ Os indicadores de acesso são particularmente bem cobertos nas pesquisas tipo CASEN.

proporcionarão uma boa medida dos diferenciais do acesso a tais serviços que podem implicar em diferenças relativas nas condições de vida entre diferentes grupos populacionais.

No ideal as pesquisas domiciliares devem proporcionar dados para cobertura dos indicadores de insumo, acesso e produto. Aspectos importantes a serem incluídos nas pesquisas domiciliares são:

a) **Habitação: características da moradia**

A forma em que as pessoas vivem é uma dimensão crítica para avaliação do bem estar de uma população. Os indicadores do bem estar podem ser construídos com informações nas características físicas das moradias,²⁰ incluindo ali aspectos tais como situação da propriedade, tamanho em metragem quadrada e/ou número de aposentos e números de aposentos utilizados como quarto, tipo de material usado no exterior e interior da moradia, disponibilidade de água corrente e banheiro dentro da moradia. Essa investigação deverá cobrir também a fonte de água corrente, bem como as facilidades para coleta de lixo, avaliação das conexões com serviço público (serviços de água e esgoto público. Além disso a utilização de cozinha e banheiro - se são exclusivas para a moradia ou compartilhados por outras moradias - são importantes indicadores das condições de higiene disponibilizadas aos membros do domicílio. Medidas sobre o acesso a determinados serviços como combustível para cozinha, eletricidade (tanto dentro de casa como na rua), e telefone, a certos equipamentos básicos como fogão e geladeira, e a certos confortos tais como televisão, toca discos e rádios, proporcionam bons indicadores dos diferenciais relativos do bem estar global dos grupos populacionais.

b) **Características populacionais: investigação das variáveis demográficas básicas**

Estas incluem idade e gênero, bem como origem étnica e racial, estado civil, situação de cada indivíduo dentro de um determinado domicílio e/ou família em relação ao chefe da unidade. Características demográficas de todos os membros de um domicílio são essenciais na caracterização de uma população e subgrupos populacionais e de como esses grupos são distribuídos com relação uns aos outros no que tange aos aspectos listados aqui. (condições de habitação, atividades econômicas, educação, saúde, etc.).

Além disso, a identificação dos padrões migratórios da população é relevante para a caracterização demográfica geral. A informação sobre os movimentos das populações pelas áreas (urbana e rural) bem como entre regiões, é uma fonte importante da identificação de fatores que afetam a atração e expulsão de populações. Essas informações são essenciais para um planejamento mais eficaz do tamanho e tipos de infra-estrutura de serviços sociais que serão necessários na zona de atração bem como políticas eficazes para corrigir situações que representam fatores de expulsão em potencial em outras áreas.

c) **Ocupação e renda**

²⁰ A distinção entre moradia e domicílio é uma distinção que existe entre uma unidade física e uma unidade sócio econômica e demográfica. As unidades de investigação nas pesquisas domiciliares são na realidade as moradias, aqui definidas como grupo de aposento ou um único aposento ocupado por uma família ou grupo de pessoas vivendo em conjunto. O conceito de domicílio implica em uma família ou grupo de pessoas vivendo junto em uma moradia. Na realidade pode-se fazer ainda um refinamento se os domicílios forem definidos como consistindo de uma família ou 2 ou mais famílias compartilhando dos mesmos aposentos.

Podemos agrupar esses dois tópicos dentro de um tópico maior denominado Atividades Econômicas. As informações para medir as atividades econômicas de uma determinada população deverão incluir participação em atividades econômicas, a renda derivada das atividades econômicas e o tempo gasto nelas. Elas devem ser suficientemente flexíveis para incluir as atividades econômicas menos convencionais as quais nem sempre são estritamente o emprego e podem ser realizadas dentro do domicílio bem como para diferenciar os inativos dos desempregados (que estão ativamente buscando um emprego), bem como para identificar o subemprego. Tradicionalmente, as pesquisas domiciliares do tipo da força de trabalho cobrem o emprego solicitando informações sobre o emprego principal dentro do período referencial de uma semana, e às vezes buscando informações sobre uma ocupação secundária. Em alguns casos, elas cobrem um período de referência de uma semana no diz respeito ao emprego e de um mês para renda. A LSMS cobre os últimos sete dias e os últimos 12 meses para ter uma medida mais precisa da renda domiciliar anual. Com frequência elas também incluem busca de um emprego ou de um emprego adicional.

Um quadro mais preciso da força de trabalho, das movimentações dentro do mercado de trabalho deveriam incluir a cobertura da principal atividade dos respondentes bem como das atividades secundárias. Um quadro mais preciso da renda deveria incluir a renda do trabalho e outras, como pensões e benefícios, rendas de capitais, renda de aluguéis, juros e dividendos, transferências, bem como, naturalmente, a composição de tais quantidades em cada categoria.

Conforme vai ficar claro logo a seguir, as pesquisas tradicionais da força de trabalho são principalmente projetadas tendo-se em mente as condições de emprego. As pesquisas domiciliares nas áreas rurais, contudo, exigem um questionário muito diferente, permitindo a cobertura do emprego sazonal, a utilização da terra, produção agrícola, da propriedade de gado e da produção, da produção para consumo doméstico, a estrutura e composição da renda domiciliar, entre outros.

d) Educação

A educação e instrução são tópicos diferentes para caracterizar não apenas a força de trabalho mas também a população como um todo, proporcionando uma medida relevante do grau em que uma população ou subgrupo populacional tem (ou eventualmente adquirirá) a capacidade de buscar os meios que permitirão a satisfação de outras necessidades básicas. Devido ao papel que o nível de instrução desempenha nos aspectos de saúde e condições de nutrição de uma população, além de sua relação com os aspectos econômicos mais estritos como o acesso a melhores empregos e renda mais alta, a investigação das variáveis educacionais nas pesquisas domiciliares é crítica na caracterização das condições de vida.

As pesquisas domiciliares podem ser instrumentos eficientes para a obtenção de informações que permitem a construção de indicadores de insumo, acesso, produto e resultado na educação.²¹ Os indicadores de produto podem ser obtidos de pesquisas domiciliares que incluem a participação do sistema educacional (matrícula e frequência

²¹ Uma análise das utilizações dos indicadores de insumo e produto educacionais podem ser encontrados em Vos, 1995. É importante lembrar aos leitores, contudo, que a maioria dos indicadores de insumos estão disponibilizados dos registros administrativos e, nesse sentido, uma tentativa de compatibilizar os dados das pesquisas domiciliares e administrativas poderá aprimorar em grande medida a qualidade da estatística social em geral.

escolar), de desempenho (progresso escolar e último nível de instrução completado) e acesso (as razões porque subgrupos populacionais que deveriam estar na escola -crianças por exemplo - não estão). Os índices de alfabetização, número médio de anos de escolaridade, adequação idade/nível, e o grau de dificuldade no acesso à escola são indicadores relevantes dessa área. Os indicadores de insumo incluirão gastos particulares com educação por exemplo, enquanto que os indicadores de produto incluem os índices de escolaridade para a população como um todo, para a população em idade escolar, bem como em grupos etários específicos e níveis.

f) Saúde

A investigação da saúde nas pesquisas domiciliares tipicamente incluem a investigação da morbidade além do acesso aos serviços de saúde, através da investigação da utilização dos serviços de saúde que estão associados com o episódio de doença ou lesão. Como no caso da educação, a investigação sobre a saúde poderá incluir a demanda e oferta de condições de saúde e proporcionar indicativos de insumo e produto para a avaliação das condições de saúde. Os gastos com saúde, a nível de orçamento doméstico e governamental, a disponibilidade e acesso à saúde, aos serviços de saúde deverão ser investigados, bem como a morbidade e o tipo preferido de assistência médica nos diferentes grupos sócio econômicos. A investigação da saúde nas pesquisas domiciliares deverá incluir indicadores que analisem os elos de ligação entre a produtividade na saúde e no trabalho, incluindo a remuneração e saúde e desempenho escolar, isto é, indicadores para medir o impacto das condições de vida no trabalho e sobre a produtividade escolar, o impacto das doenças e das lesões sobre o trabalho e atividade escolar. Tal investigação deverá também incluir gastos com serviços de saúde, seguro saúde, etc.

A avaliação das condições de saúde deverá também incluir aspectos atinentes a grupos vulneráveis da população, os quais com freqüência são o alvo de políticas públicas na área da saúde: mulheres - especialmente mulheres na idade de reprodução - e crianças. O cuidado pré-natal adequado bem como alimentação no peito materno podem dramaticamente reduzir as taxas de mortalidade feminina relacionadas ao parto bem como taxas de mortalidade infantil. A imunização e o conhecimento das técnicas rehidratação oral podem reduzir a incidência de doenças fatais (como sarampo, rubéola, diarreia, entre outras) nos infantes e nas crianças em idade escolar.

Informações sobre o grau em que as políticas e os programas existentes estão alcançando diferentes áreas e grupos populacionais torna-se essencial para o projeto de programas efetivos de saúde.

g) Nutrição

Informações a respeito dos gastos domiciliares com alimentos são relevante para avaliação de se as necessidades nutricionais básicas da população e de sub grupos populacionais estão sendo atendidas. Os níveis de nutrição constituem uma medida importante no seu bem estar, particularmente durante a infância e podem traduzir diferenciais no acesso das famílias a dietas saudáveis e balanceadas como resultado da renda, da educação, ou de ambos. Os aspectos nutricionais podem ser medidos através de diferentes técnicas: (i) a medição do consumo real de alimentos nos domicílios, colimando um consumo real com o consumo ideal de acordo com níveis etários, gênero, nível de atividade física, etc. e (ii) através de medidas antropométricas. As medidas

antropométricas são especialmente mais eficientes e mais confiáveis do que as estimativas baseadas em alimentos para determinar o status nutricional de crianças jovens.

h) Consumo

Muito embora as pesquisas de renda/gasto tenham em sua maioria sido utilizadas para atualizar os pesos do IPC, os dados dessas pesquisas domiciliares são muito úteis para uma avaliação do bem estar geral dos grupos populacionais. Dados sobre consumo e renda proporcionam uma base sólida para refinamento da análise das diferenças entre os estratos sócio econômicos que não estão unicamente baseados em renda. porém, na estrutura dos orçamentos domiciliares, numa expressão das diferenças, das estratégias orçamentárias que são características dos diferentes estágios do ciclo vital de uma família, ou ainda de diferentes escolhas com relação à aplicação da renda: a capacidade dos domicílios em prover as necessidades básicas, como habitação, alimentação e vestuário, dos integrantes da família, e das diferenças nas probabilidades de prover recreação, lazer, investimentos, etc. Expressam as diferenças sócio econômicas que podem estar ocultas quando apenas a renda é levada em consideração.

3.5.2 Cobertura de tópicos nas pesquisas domiciliares em países latino-americanos

A. Sumário

As pesquisas tipo força de trabalho dos países latino-americanos raramente investigam todos os tópicos descritos acima, porém podem incluir um número razoável deles. Um sumário da cobertura de tópicos das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos está descrito nas Tabelas 2 e 3 (Anexo). A Tabela 2 proporciona uma informação geral sobre blocos de cobertura de tópicos, enquanto que a Tabela 3 resume as dimensões e as variáveis cobertas dentro de cada tópico principal.²²

Ambas as tabelas contêm informações da última pesquisa domiciliar realizada no programa de pesquisa domiciliar regular de cada país, sempre que tal país tenha esse programa.

A tabela 2 apresenta a cobertura dos programas regulares como quadro basal - o ponto de partida analítica - para os países latino americanos.²³ Isso nos dá uma medida única (neste caso o conteúdo das pesquisas) para comparar os países. Por causa da ampla cobertura que a LSMS faz dos tópicos, a utilização das informações a partir de sua implementação neste ponto poderá proporcionar um quadro falso da situação, especialmente nos países do tipo 1, onde a incidência das experiências com a LSMS é maior do que nos outros dois tipos de países.²⁴

²² As Bahamas, Belize, Costa Rica, Guiana, Haiti, México, Suriname e Trinidad & Tobago não estão incluídas nesta análise porque não foi disponibilizado o questionário. No caso da Nicarágua, a documentação estava disponível porém o questionário não, o que dificultou o acesso às variáveis que incluíam a listagem dos itens, como equipamento existente no domicílio, dispêndios por item, etc.

²³ Além disso, nos casos dos países onde questionários ou módulos suplementares são regularmente realizados, as tabelas apenas utilizam o conteúdo dos questionários básicos, concentrando-se assim na comparabilidade dos questionários e dos tópicos cobertos.

²⁴ Visto que a cobertura que a LSMS faz dos tópicos é extensa e intensa, os países onde a LSMS foi realizada pelo menos uma vez apareceriam na tabela como tendo um bom sistema naquilo que se refere á

Na tabela 2, as informações das pesquisas tipo LSMS foram utilizadas quando o país não tinha um programa regular de pesquisas domiciliares, ou quando não havia disponibilidade de tais informações em tal programa. A exceção é a Jamaica: visto que a LSMS foi uma operação bem sucedida naquele país, e visto que ela é institucionalizada e integrada à estrutura operacional da pesquisa regular sobre a força de trabalho, as informações sobre a Jamaica também incluem a cobertura da LSMS.²⁵

O Quadro 3, contudo, utiliza uma abordagem diferente: além das informações sobre a cobertura da última pesquisa domiciliar realizada em um determinado país, ele proporciona informações sobre pesquisas do tipo LSMS ou CASEN realizadas no país, não importando seu grau de institucionalização. Desta forma, ela proporciona uma comparação da cobertura dos tópicos e das dimensões cobertas dentro dos tópicos para cada país, com relação tanto ao programa regular de pesquisas domiciliares quanto programas alternativos ou complementares como a LSMS ou CASEN.

A Tabela 2 mostra que não existe diferença entre os países latino-americanos com programas regulares de pesquisas domiciliares com relação a tópicos globais das pesquisas domiciliares regulares. Isto pode indicar que as diferenças entre os países residem em sua capacidade institucional relativamente diferentes nas seguintes áreas (a) a composição resumida ou não das questões relativas a cada tópico, (b) a frequência e a oportunidade da coleta e processamento dos dados, significando isso a capacidade dos países de manterem a frequência das operações de pesquisas domiciliares, tanto do ponto de vista de operações de campo quanto do ponto de vista de operações de processamento de dados; (c) a consistência e qualidade dos dados obtidos.

A análise das pesquisa aponta para algum grau de correlação entre a cobertura dos tópicos, frequência e grau de integração das pesquisas de um programa. Pesquisas mais integradas como a LSMS ou CASEN são também as que têm a maior cobertura de tópicos. A frequência sempre foi um problema, mas parece ter um impacto mais dramático nos países onde os programas não são integrados e onde as pesquisas de rendas e despesas são realizadas em intervalos mais longos.

Por outro lado, as mudanças nas medidas em que todas as variáveis básicas de um tópico são cobertas são muito comuns nas pesquisas analisadas. Com grande frequência, as mudanças são realizadas numa tentativa de melhorar a qualidade dos dados e a cobertura de tópicos. Em alguns casos, contudo, as mudanças poderão resultar da necessidade de encurtar os questionários, encurtar o tempo de entrevista e atender a restrições orçamentárias das atividades operacionais.

Se analisarmos o núcleo das pesquisas de força de trabalho no Brasil e na Colômbia, por exemplo, veremos que não são muito diferentes da pesquisa domiciliar média - do tipo

cobertura dos tópicos; na maioria dos casos, contudo, a implementação da LSMS nestes países defrontou-se com problemas e a LSMS foi implementada apenas uma vez ou, mesmo depois de realizarem-se várias rodadas, a pesquisa realmente nunca foi institucionalizada.

²⁵ Da mesma forma, a tabela neste ponto não contém informações sobre a cobertura das pesquisas do tipo CASEN. Apenas o Chile e a Colômbia parecem ter institucionalizado esta experiência. Por outro lado, a principal finalidade das pesquisas do tipo CASEN não é proporcionar indicadores sociais, econômicos e demográficos gerais para avaliações sócio-econômicas, mas sim atuar como instrumento de aferição do impacto redistributivo dos investimentos sociais e avaliar programas sociais, proporcionando informações para o monitoramento e ajustes dos programas sociais.

força de trabalho - dos países latino-americanos. Em todos os países analisados neste relatório, a estrutura básica é a mesma: características demográficas dos membros do domicílio, características da moradia, características da força de trabalho. De todos os tópicos que deveriam idealmente compor uma pesquisa domiciliar balanceada média, contudo, a Educação e a Migração são as únicas investigadas de uma forma mais sistemática na maioria dos países no corpo principal das pesquisas.

Em termos gerais, as pesquisas domiciliares nos países latino-americanos cobrem os aspectos tradicionais incluídos nas pesquisas de força de trabalho. Raramente são de cobertura tão extensa quanto, por exemplo, a pesquisa de Aferição de Padrão de Vida. A Saúde, Nutrição e Consumo são investigados em muito poucos países, normalmente em países com pelo menos alguma experiência em LSMS. A maioria dos países normalmente inclui alguma cobertura de aspectos tais como habitação, saneamento e educação. Mesmo assim, contudo, a cobertura não é tão extensa e detalhada quanto seria desejável, conforme demonstrado no restante desta seção.

As pesquisas do tipo força de trabalho nos países latino-americanos (i) frequentemente não têm a cobertura geográfica desejável para serem representativas tanto das áreas urbanas quanto rurais; (ii) com frequência não têm a cobertura mínima desejada dos tópicos para torná-los instrumentos efetivos da avaliação das condições globais de vida nos países; (iii) com frequência não têm a cobertura profunda desejada dos tópicos para torná-los úteis na medição de cada uma das dimensões a serem incluídas na análise dos padrões de vida. Embora as pesquisas de renda e despesa não sejam analisadas nesta seção, a Tabela 1 indica que, na maioria dos países, a frequência é muito irregular.

Se examinarmos as pesquisas estritamente do ponto de vista de cobertura de tópicos, os países que implementaram pesquisas do tipo LSMS apresentam uma cobertura mais ampla das pesquisas que implementaram, mesmo nos casos em que o questionário da LSMS não foi inteiramente implementado. Este é o caso da Bolívia, Jamaica, Nicarágua, Peru e Venezuela. Nestes países, à exceção da Jamaica, podem surgir problemas advindos de diferentes fatores como a cobertura geográfica, representatividade dos dados e frequência de implementação.

Por outro lado, países com uma sólida tradição na implementação de pesquisas de força de trabalho como o Brasil, a Argentina e o Uruguai, por exemplo, parecem ser aqueles em que a cobertura dos tópicos é menos extensa e onde as pesquisas domiciliares enfocam quase que exclusivamente as medições da força de trabalho e o mercado de trabalho. Nestes países, contudo, a capacidade institucional e o conhecimento e experiência com as operações de pesquisas domiciliares podem proporcionar uma sólida base sobre a qual expandir a cobertura dos tópicos das pesquisas domiciliares.

A capacidade institucional parece ser mais fraca nos países como Barbados, Belize, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname e Trinidad-Tobago. Como previamente indicado, alguns destes países podem ter implementado pesquisas do tipo LSMS porém com frequência irregular e com uma cobertura geográfica circunscrita. À primeira vista, o Paraguai pode ter uma ligeira vantagem em comparação com os outros países devido à implementação da Encuesta de Caracterización Socioeconómica de las Familias Paraguayas. Contudo, neste caso, assim como em muitos outros casos em que as pesquisas foram realizadas fora dos Órgãos Estatísticos, os países não se beneficiam com a contribuição extremamente relevante que a implementação da pesquisa pode aportar ao fortalecimento das instituições.

A institucionalização do SES paraguaio pode contribuir em grande medida para com o aperfeiçoamento da capacidade daquele país na área das pesquisas domiciliares, se a responsabilidade por sua implementação for transferida para os Órgãos Estatísticos e as lições aprendidas com sua implementação inicial puderem ser absorvidas.

A implementação das pesquisas sobre as características sócio-econômicas dos domicílios/famílias representa um grande aperfeiçoamento das estatísticas sociais em países como o Chile e a Colômbia. Como o SES paraguaio, a CASEN chileno e colombiano são de escopo mais estreito do que a LSMS. As pesquisas do tipo CASEN são orientadas na direção da monitoração de grupos-objetivo em programas sociais, e não na direção de medir a qualidade de vida. Contudo, elas proporcionam informações essenciais sobre as famílias e domicílios que vão além do mercado de trabalho e dos aspectos relacionados ao trabalho, permitindo a monitoração de programas sociais nestes países.

A maioria das pesquisas frequentemente não são comparáveis entre os países, ao longo da dimensão tempo. Especialmente no que se refere à comparabilidade dos indicadores entre os países, a cobertura dos tópicos e dentro dos tópicos varia em grande medida. Uma lista detalhada dos aspectos a serem incluídos nas pesquisas domiciliares, especialmente quando devem medir padrões de vida, será fornecida no final deste relatório. As recomendações gerais de todos os países aqui analisados, contudo, incluem:

(i) visto que o Censo Popacional proporciona as informações básicas para o referencial amostral e desenho amostral das pesquisas domiciliares, estas deveriam receber a primeira prioridade nos países. Os países em que os Censos Popacionais foram realizados com regularidade devem prosseguir com o aperfeiçoamento de seus aspectos operacionais e de processamento de dados para torná-los instrumentos efetivos no planejamento de seus programas de pesquisas domiciliares regulares. Os aperfeiçoamentos devem incluir as características sócio-econômicas sobre as quais poder-se-ia desenhar uma estratificação sócio-econômica efetiva da amostra. O desenho da operação do censo propriamente dito deve incluir alguma preocupação com a utilização das informações obtidas no desenho mais eficiente das amostragens das pesquisas domiciliares.²⁶

(ii) Como segundo passo, comparações internacionais entre regiões e tempo devem ser priorizadas sobre as comparações internacionais. As pesquisas devem ser representativas a nível nacional, para as áreas urbanas e rurais, para as regiões, estados ou províncias, capitais e áreas metropolitanas. Além disso, dependendo das necessidades específicas de informações, especialmente com relação às informações para finalidades de definição de política e de avaliação, sub-segmentos como cidades com uma ou mais faixas populacionais deveriam também ser representadas na amostragem.

(ii) um nível básico de cobertura geográfica e representatividade (nacional, urbana/rural, estados e/ou províncias, áreas metropolitanas e/ou cidades com populações acima de um determinado nível) deveria ser ajustado. Deve-se também buscar um acordo sobre a frequência mínima e os períodos de referência que as pesquisas cobrirão, assim como um número mínimo de tópicos e aspectos dentro dos tópicos a serem cobertos em comparações internacionais. Através da definição de um número mínimo de indicadores a serem cobertos em escala nacional e as variáveis para sua cobertura, a concordando-se com um conjunto comum de conceitos para definir estas variáveis, os países poderão também proporcionar informações sobre comparações internacionais, ao mesmo tempo mantendo as

²⁶ cf. CEPAL, 1983: 37.

pesquisas como instrumentos eficazes de medição de aspectos específicos que podem diferir de país para país.

(iv) Tanto as comparações intranacionais quanto internacionais podem se beneficiar de uma planilha de cobertura de tópicos, nas quais certos tópicos poderiam ser cobertos anualmente, enquanto que outros seriam cobertos de dois em dois anos. Aspectos Demográficos (incluindo Migração, Fertilidade e Mortalidade Infantil), Habitação, Educação, Trabalho e Renda, e também Saúde devem ser investigados anualmente. As variáveis de Educação e Saúde da população como um todo devem incluir a cobertura do acesso aos serviços e investimentos. Além disso, uma planilha resumida das despesas e consumo (com o tipo, quantidade e valor por item) de alimentos, habitação e transporte para a escola e trabalho. O consumo de alimentos deve incluir alimentação dentro e fora do domicílio. Os períodos de referência do alimento devem ser semanais e, para o transporte, semanais ou quinzenais. A menos que as pesquisas domiciliares sejam utilizadas para avaliação dos programas destinados à mulheres e crianças, a cobertura de aspectos tais como a nutrição e o acesso à assistência pré-natal deve ser feita a cada dois anos.

(v) no caso dos países que optam pela implementação das pesquisas do tipo LSMS, a implementação de módulos deve também ser avaliada nas bases das necessidades de informações. Além disso, pode ser feita uma avaliação da viabilidade da utilização de dados da LSMS para substituir as pesquisas de renda-despesa, especialmente nos casos em que a LSMS está sendo implementada com regularidade. Esta recomendação, embora controversa, resulta das dificuldades que os países encontram na implementação das IES.

(vi) no caso dos países que esperam usar dados das pesquisas domiciliares para medir o impacto de programas oficiais, deve ser feita uma avaliação da viabilidade do desenho de um questionário que combine as variáveis sociais e demográficas com variáveis mais específicas para medir o impacto dos programas.

(vii) os dados das pesquisas domiciliares não podem substituir os dados administrativos. Combinados, eles podem proporcionar informações efetivas para a monitoração das condições sócio econômicas e padrões de vida. Em alguns casos (mortalidade infantil, acesso à educação, acesso à assistência de saúde, por exemplo) eles podem proporcionar verificações eficientes de registros administrativos e uma boa medida da eficiência da prestação de serviços públicos, de quais grupos que não os estão recebendo e as razões por que. As discussões sobre a implementação da estatística social deveria, portanto, considerar as necessidades presentes de aperfeiçoamento dos dados administrativos e como este aperfeiçoamento pode ser efetivamente obtido.

(viii) o apoio técnico aos países interessados em aperfeiçoar seus sistemas de pesquisas domiciliares deveria frisar fortemente a prestação de apoio no fortalecimento institucional. A sustentabilidade das mudanças, no longo prazo, será altamente dependente da capacidade de cada país em continuar o programa depois do final do apoio técnico. Para garantir continuidade, os projetos apresentados pelos países no Programa ISLC devem incluir a implementação de programas em dois estágios. O primeiro estágio ativo deverá incluir o apoio técnico durante o redesenho da pesquisa, a partir da definição do que consistirá o programa de pesquisas até a definição dos aspectos operacionais, de processamento de dados e disseminação dos aspectos informacionais. A continuidade do programa poderá ser garantida através da incorporação de um segundo estágio, em que visitas técnicas ao país poderão ser programadas em intervalos regulares, para proporcionar apoio técnico e uma linha aberta de comunicações, especialmente com relação às

necessidades de atualização tecnológica e para a atualização dos instrumentos de processamento de dados. Um padrão desta cooperação técnica de continuidade demonstrou ser muito bem sucedida no caso das Contas Nacionais dos países latino-americanos como Brasil e Argentina com o INSEE - o órgão estatístico francês - que proporciona apoio técnico aos países para garantir os padrões de qualidade exigidos desses indicadores tão sensíveis.

CAPÍTULO 4

SAÚDE, EDUCAÇÃO E COBERTURA DE OUTROS TÓPICOS EM CINCO PAÍSES: ARGENTINA, BOLÍVIA, CHILE, URUGUAI E PARAGUAI

Esta parte fará uma análise dos indicadores que podem ser obtidos através de pesquisas realizadas nas Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. Fará isso através da comparação das pesquisas realizadas em 1989 na Argentina e de 1989 e de 1992-93 no Uruguai²⁷ que são tipicamente pesquisas do tipo força de trabalho - com o programa boliviano Pesquisas Domiciliares Integradas - que é baseado nas pesquisas do tipo LSMS - e com o CASEN (Encuesta de Caracterización Socioeconómica no Chile e a pesquisa domiciliar das características sócio econômicas das famílias paraguaias (Encuestas sobre Características socioeconómicas de las Familias Paraguayas), as quais nessa seção serão chamadas de SES Paraguai²⁸. Embora a SES paraguai tenha sido uma pesquisa única, contrariamente à CASEN, que é institucionalizada o conteúdo de seu questionário a torna uma pesquisa merecedora de análise.

A análise destaca a cobertura de variáveis para a construção de indicadores de educação e saúde e é ilustrativa dos critérios utilizados para seleção de países para iniciar o programa ISLC. A discussão das variáveis referentes à construção de indicadores de educação e saúde leva em consideração o referencial montado para a organização desses indicadores em termos de indicadores de insumo, acesso, produto e resultado a serem encontrados em Vos (1992).

Conforme mencionado no capítulo anterior desse relatório, as pesquisas domiciliares são uma fonte muito eficiente de dados para a construção de indicadores sociais, especialmente indicadores de acesso, produto e resultado. A parte abaixo descreve que tipos de indicadores de insumo, acesso, produto e resultado podem ser obtidos a partir das pesquisas domiciliares nos cinco países utilizados a casuística. Uma atenção especial será dedicada aos indicadores de educação e saúde, embora nesta parte também exista um resumo dos indicadores que podem ser obtidos sobre habitação, saneamento, população, força de trabalho e renda, nutrição, gastos e consumo.

4.1 Características habitacionais e populacionais

A pesquisa argentina e ambas as pesquisas uruguaias coletam informações sobre as características das moradias, o tamanho e a composição dos domicílios e o estado civil dos respondentes. Além disso a pesquisa argentina coleta informações sobre nascimentos e

²⁷ A versão mais recente do questionário da Uruguai (1992-93) foi obtida apenas perto da conclusão deste trabalho, portanto a análise da pesquisa uruguai primeiramente fará a comparação da primeira de 1989 com a pesquisa Argentina e depois agregará algumas análises sobre o questionário de 1992-93, comparando-o com o questionário de 1989 e tentando identificar quaisquer aperfeiçoamentos nele realizados

²⁸ Sauma (1993), Sauma et al. (1993) and Monges et al. (1993)

óbitos além de inclusões ou exclusões de pessoas no domicílio. O uso que se faz atualmente dessas informações contudo, não estão muito claros porque estas variáveis não estão incluídas no dicionário de variáveis e, portanto, não estão codificadas. Do ponto de vista demográfico, contudo, estas informações são muito úteis para estimativa (e verificação cruzada) dos índices de nascimento e óbito (muito embora as idades dos óbitos não sejam fornecidas) e para dar apoio às análises dos padrões nupciais.

Tanto as pesquisas de 1989 realizadas na Argentina e no Uruguai proporcionam informações sobre o tipo de habitação, se a habitação tem água corrente, eletricidade, banheiro, e se o banheiro é exclusivo para a unidade domiciliar; sobre o status legal de propriedade da habitação e o tipo de material predominantemente usado nas suas paredes externas.

A pesquisa argentina não coleta informações sobre o tamanho da moradia (em número de aposentos) nem sobre o número de aposentos utilizados como quartos. Estas informações poderiam proporcionar uma medida importante da densidade populacional (hacinamiento) além da informação que pode ser obtida a partir dos questionários existentes (número médio de integrantes do domicílio por domicílio) : o número médio de integrantes do domicílio por aposento e por quarto. Contrariamente à pesquisa uruguaia, não existem informações sobre cozinhas nem sobre o tipo de fonte térmica utilizado para cozinhar na pesquisa argentina.

As informações sobre serviços de saneamento na pesquisa argentina não incluem o suprimento de água e esgoto nem coleta e deposição de lixo, que proporcionariam os indicadores das condições de saneamento dentro da moradia e em sua vizinhança, uma medida importante para avaliar as condições de vida. As informações sobre os valores da propriedade (nos casos em que o chefe do domicílio seja proprietário da habitação), ou sobre o aluguel mensal não são fornecidos, nem a disponibilidade de utensílios básicos como fogões e refrigeradores.

Ambas as pesquisas proporcionam informações demográficas básicas sobre os membros do domicílio (idade, sexo, estado civil, etc.) e informações sobre o relacionamento dos respondentes com o chefe da família bem como uma verificação de controle do respondente que proporcionou as informações (o membro entrevistado ou outro respondente).

A pesquisa uruguaia de 1992-93 por outro lado não coleta informações sobre o material utilizado para construção da moradia, porém, ao invés disso faz perguntas a respeito da qualidade global da construção (conforto, se é média, modesta, precária) e as condições globais da construção (precisa de grandes reparos, precisa de pequenos reparos, não precisa de reparo algum) . Também solicita informações sobre quantos domicílios compartilham da moradia e o número de pessoas que moram ali, bem como quantas delas tem mais de 14 anos de idade.

A avaliação das qualidades globais de vida da moradia é deixada à opção do entrevistador e o entrevistador pode solicitar o apoio do respondente na aplicação de uma relação de critérios, descritos no manual do entrevistador, definindo cada categoria , incluindo uma descrição dos tipos de materiais que caracterizam cada uma das categorias de qualidade bem como o que se quer dizer por grandes, pequenos ou reparo algum .

Existem vantagens na complementação dessa avaliação de qualidade no caso das questões tradicionais sobre o material utilizado no piso, nas paredes e no telhado. As questões tradicionais sobre o material utilizado no piso, paredes e telhado permitem a diferenciação entre os prédios que foram construídos realmente e construções improvisadas utilizando, por exemplo, papelão e folha de flandres.

As informações disponibilizadas antes de 1992 permitiram algumas diferenciações com relação à qualidade do material porém não referentes às condições de uma moradia em necessidade de reparos. As informações não capturaram as diferenças nas qualidades e custos dos pisos nem da madeira utilizada no chão, por exemplo, portanto não capturou as diferenças importantes nos níveis do conforto domiciliar, do seu bem estar (ou mesmo suntuosidade), em duas casas construídas tanto com tijolos, cimento, e piso de madeira ou duas casas uma das quais tem ar condicionado central, calefação e uma outra que muito embora seja muito confortável não tem essas coisas. Essas diferenciações são extremamente relevantes no caso dos refinamentos na análise dos diferenciais das condições de vida dos subgrupos da população de um país.

Os aperfeiçoamentos da pesquisa uruguaia de 1992-93 são complementada por uma investigação mais detalhada das condições sanitárias da habitação, com inclusões de informações de como o acesso à água é feito (se há água corrente na habitação ou se está fora da casa a uma distância superior ou inferior a 100 metros), disponibilidade de banheiros e condições de esgoto bem como a disponibilidade de uma série de equipamentos: aquecedor, refrigerador com congelador, refrigerador sozinho, televisão em preto e branco, televisão a cores, vídeo cassete, lavadora, lavadora de pratos, forno de micro ondas, um carro para uso exclusivo do domicílio.

A pesquisa uruguaia de 1989 incluía uma questão sobre a cobertura de saúde na parte do questionário que cobria a característica dos integrantes do domicílio (isto será analisado na seção 4.4, sobre a cobertura de saúde das pesquisas). A pesquisa de 1992-93, além de ampliar as categorias que cobrem esta questão específica sobre como os respondentes recebem assistência médica, inclui uma questão adicional sobre se o respondente adoeceu nos últimos 12 meses. O formato anterior da pesquisa de 1989 basicamente investigava o tipo de cuidado de saúde recebido pelos respondentes.²⁹ As pesquisas de 1992 vão um passo à frente ligando-se com a prestação de serviços médicos até um episódio real de doença proporcionando assim algumas informações para a montagem dos indicadores de morbilidade.

A comparação dessas pesquisas com a EIH da Bolívia, a pesquisa sócio econômica paraguaia e o CASEN chileno mostram como que essas pesquisas são muito mais amplas em termos de tópico e cobertura de variáveis. Por exemplo, essas pesquisas solicitam informações a respeito dos tipos de materiais utilizados nas paredes, piso e telhado das moradias e dessa forma podem proporcionar um quadro melhor sobre as condições de vida das moradias do que aquelas pesquisas que apenas pedem informações sobre um ou dois componentes no máximo. Além disso tanto o CASEN quanto o SES paraguaio também investigam sobre a qualidade de cada um desses componentes colocando uma pergunta sobre as condições em que os componentes foram encontrados: boas condições, condições regulares, condições ruins. Fazendo isto essas pesquisas permitem tabulações cruzadas dessas variáveis com relação às condições gerais de saneamento e a medida como colocou os dados na CASEN o nível de conforto do domicílio.

²⁹ Também investigou se os respondentes tiveram algum tipo de deficiência física ou mental.

Uma preocupação específica da área dos indicadores habitacionais é a medida dos indicadores de produto como o déficit habitacional. Esse indicador proporciona uma medida efetiva da disparidade entre o tamanho da população e a disponibilidade da moradia e pode ser derivado especificamente através da CASEN e da SES. A CASEN identifica as famílias que vivem em conjunto num domicílio (famílias definidas como sendo um casal, ou um casal com filhos solteiros com menos de 18 anos economicamente dependentes dos pais, apenas um dos pais e seus filhos) bem como agregados que sejam integrantes da família. A SES identifica os domicílios que compartilham a mesma moradia.

Essas situações indicam a necessidade por soluções que podem estar ou no nível de política habitacional ou no nível da redução da pobreza propriamente dita. As famílias que compartilham de uma moradia podem indicar se um déficit habitacional quantitativo ou seja mais pessoas que a moradias disponíveis, ou um déficit habitacional qualitativo em que as moradias super povoadas são resultados de estratégias familiares para esticar orçamentos limitados porque a moradia disponível não existe.. Essa situação não é capturada na maior parte das pesquisas regulares do tipo força de trabalho, com exceção da pesquisa da Guatemala que pergunta sobre quantas famílias vivem no domicílio e o PNAD brasileiro que identifica e classifica as famílias que compartilham do mesmo domicílio.

A EIH boliviana, a CASEN chilena e a SES paraguaia permitem a construção efetiva de indicadores de acesso aos serviços básicos de saneamento: água, saneamento, eletricidade. Nesse sentido a pesquisa uruguaia é mais completa que a argentina porque proporciona informações sobre a fonte de água identificando se ela advém de obras públicas e não de alguma conexão entre a moradia e o sistema de esgoto. Apenas a CASEN, contudo, cobre variáveis especialmente projetadas para aferir os efeitos e os beneficiários de políticas habitacionais específicas.

Não existem diferenças substantivas entre essas pesquisas no que diz respeito a cobertura de variáveis estritamente demográficas, exceto no caso da pesquisa argentina e da CASEN que não cobrem as variáveis de migração, enquanto que a Bolívia o Uruguai e o Paraguai o fazem. As pesquisas a respeito da faixa etária e sexo dos respondentes bem como do relacionamento com o chefe da casa são cobertos pelas pesquisas. Os dados da EIH boliviana permitem a identificação dos padrões migratórios tanto urbanos quanto rurais nos últimos cinco anos bem como no ano anterior. Os dados paraguaios não especificam referenciais de tempo para as análises dos padrões migratórios e análise de dados da pesquisa não inclui uma parte sobre migração.³⁰

4.2 Força de trabalho, ocupação e renda

Na pesquisa argentina de 1989, as características habitacionais e demográficas compreendem um conjunto de 21 questões, na uruguaia 25. A ocupação compreende 27 perguntas na Argentina e 50 na pesquisa uruguaia. Na pesquisa argentina a renda é investigada apenas com uma pergunta, e a pesquisa uruguaia através de 13 perguntas aos trabalhadores ou funcionários e 15 para os respondentes nas atividades agrícolas. A pesquisa uruguaia de 1992-93 inclui 32 perguntas sobre habitação e características

³⁰ Os indicadores de fertilidade e mortalidade embora extremamente relevantes para a análise demográfica são discutidos sob o título Indicadores de Saúde. Exceto no caso dos censos populacionais e censos especiais de saúde a fertilidade e a mortalidade somente são investigados em pesquisas domiciliares regulares que aplicam módulos sobre saúde.

demográficas e educacionais dos membros do domicílio e 42 perguntas sobre atividade econômica, ocupações e a força de trabalho, também 17 perguntas renda das quais 3 dizem respeito sobre transferências e gastos.

Ocupação e força de trabalho

A investigação sobre as ocupações e a força de trabalho nas pesquisas domiciliares normalmente seguem as convenções internacionais e definições apresentadas pelo ILO. Nesse sentido elas pretendem identificar a população economicamente ativa, a população ocupada e não ocupada assim como o subemprego. A idade dos respondentes variou ligeiramente oscilando de 10 anos ou mais em determinados países até 14 anos ou mais em outros. A definição no que constitui o trabalho também variou ligeiramente mas normalmente incluiu a realização de determinadas tarefas durante um número mínimo de horas (normalmente 15 horas por semana) e por algum tipo de pagamento em espécie. Dependendo das características das atividades econômicas de um país o trabalho pode também incluir a realização de tarefas não remuneradas em negócios familiares.

Mais recentemente, nos últimos dez ou quinze anos dedicou-se muito esforço a ampliação dessas definições que não estão baseadas nas características dos mercados formais de trabalho das economias estruturadas dos países desenvolvidos. Esses esforços incluem a ampliação da definição do trabalho passando a incluir atividades que são características do mercado de trabalho informal como a produção doméstica e o desempenho de tarefas remuneradas durante pelo menos uma hora por semana; inclui também a ampliação do escopo dos respondentes fazendo solicitação de informações a respondentes abaixo de 10 anos a respeito do desempenho de quaisquer atividades que diretamente ou indiretamente possam gerar renda para o domicílio.

A cobertura de ocupações e a força de trabalho da pesquisa uruguaia de 1989, inclui respondentes de 14 anos de idade e mais; no CASEN chileno, na SES paraguaia respondentes de mais de 12 anos. Na Bolívia e na Argentina os respondentes tem mais de 10 anos. As pesquisas diferem na sua abordagem na identificação da população economicamente ativa, os ocupados e não ocupados bem como os subempregos.

As pesquisas uruguaia e argentina de 1989, por exemplo, definem como ocupados aqueles que trabalharam por algum pagamento e no caso da Argentina sem nenhuma remuneração durante mais de 15 horas por semana enquanto que a Bolívia e a CASEN ampliam essa abordagem e pedem aos respondentes que disseram que não trabalham durante a semana se eles não trabalharão sequer uma hora mesmo ajudando um parente, mesmo como aprendiz, mesmo vendendo qualquer coisa. Quaisquer dessas situações caracterizaria o respondente como ocupado. A pesquisa paraguaia é a única pesquisa que começa o módulo sobre ocupações e força de trabalho fazendo uma pergunta sobre a atividade principal do respondente nos últimos 6 meses.

Embora a abordagem boliviana e da CASEN permita uma melhor caracterização da população ocupada, a CASEN não permite a caracterização do subemprego. As pesquisas uruguaia e boliviana e a SES paraguaia além das perguntas utilizadas para caracterizar o desemprego e que estão relacionadas à busca de emprego por parte dos respondentes, também pergunta daqueles que estão trabalhando, se eles gostariam de trabalhar mais horas por semana. Dessa forma eles permitem uma estimativa da sub-utilização da força de trabalho. A pesquisa uruguaia vai ainda mais à frente, solicitando informações se o respondente gostaria de ter outro emprego e também pergunta sobre o que respondente fez

para descobrir outro emprego bem como as razões pelas quais o respondente busca outro emprego.

Mesmo naquilo que se refere à caracterização do desemprego, a pesquisa argentina apenas investiga a busca de emprego por parte do não ocupados que não estão na compensação pelo desemprego ou seguro desemprego, que restringe ainda mais o potencial de dados dessa pesquisa em analisar as características do desemprego em geral e a disparidade entre o mercado de trabalho e a força de trabalho.

Dentre todas as pesquisas, apenas a CASEN e a pesquisa boliviana tentam capturar certas características do mercado de trabalho informal. A CASEN solicita informações se o respondentes têm um contrato assinado com relação à sua ocupação atual e pergunta sobre o local onde a atividade ocupacional é desempenhada tanto em casas e “na rua” sendo citados como alternativas. A pesquisa boliviana investiga o alto emprego ou trabalho por conta própria com relação ao local de trabalho. Alternativas além de uma localização fixa incluem uma unidade móvel e como “vendedor de rua”.

A SES paraguaia investiga o mercado informal através de uma investigação da população inativa perguntando se esses que foram classificados como estudantes, donas de casa, aposentados e deficientes físicos realizaram qualquer atividade nos últimos seis meses como lavar, passar, cozinhar, costurar, lavar carros, trabalho técnico, trabalho profissional, artesanato e quanto eles receberam por essas atividades.

As pesquisas uruguaias e bolivianas também investigam a população inativa com maiores detalhes, a pesquisa boliviana perguntando a eles se eles gostariam de trabalhar e porque não trabalham, e a pesquisa uruguaia perguntando a eles se nos últimos doze meses eles realizaram qualquer curso profissionalizante ou técnico, de que tipo, onde foi dado o curso e porque o respondente o realizou.

Renda

A cobertura das variáveis de renda pode expressar os diferentes objetivos no desenho de diferentes pesquisas. A SES no Paraguai foi projetada com a meta maior de analisar as características sócio econômicas da população dentro de um referencial mais amplo de diferenciais de distribuição de renda. A pesquisa foi desenhada para capturar renda de: (i) salários e comissões dos respondentes que eram trabalhadores e empregados, de todas as fontes incluindo comissões, reembolso de gastos operacionais, prêmios, bônus de natal etc.; (ii) lucros, a renda empresarial bruta do trabalho por conta própria ou de empregadores, considerando tanto dinheiro como renda em espécie; (iii) renda advinda de juros; (iv) dividendos, incluindo dividendos recebidos sobre a propriedade das empresas; (v) renda de aluguéis; (vi) renda de aluguel das famílias que são donas do imóvel onde moram ou que moram em moradias emprestadas, nesse caso a renda foi imputada sobre qual aluguel que teria sido pago se estivessem alugando aquela moradia; (vii) outros tipos de rendas imobiliárias como aluguel de máquinas, equipamento de transporte etc.; (viii) renda de aposentadoria e pensões devidas a acidentes ou doença; (ix) transferências familiares de renda em dinheiro ou espécie incluindo apoio infantil; (x) outras transferências institucionais, excluindo pensões.

Fazendo agrupamento dessas rendas em três categorias - renda primária, renda de propriedades, e transferências (incluindo tanto pensões e renda de aposentadoria quanto transferências institucionais familiares) - o SES paraguaio permite a análise da renda familiar

a nível regional e nacional, para a identificação de diferenças regionais na distribuição de renda, para comparações dos resultados desse estudo com resultados de estudos anteriores e para comparações no nível internacional com outros países latino-americanos.

Além disso, ele contém as atividades agrícolas e pecuárias e um suplemento de produção que investiga a produção agrícola e pecuária. Esse suplemento permite uma investigação completa das atividades rurais, coletando informações sobre sua importância relativa na distribuição das atividades econômicas rurais, sobre a produção, cultivo, animais criados e presos, sobre a propriedade da terra e da distribuição da terra. Contudo, não cobre o alto emprego em atividades rurais, apenas trabalhadores assalariados e integrantes da família.

Juntamente com as informações proporcionadas no questionário principal, esses dados permitem a análise do volume de produção, quantidade e área das fazendas e quantidade e área das fazendas de acordo com as regras da propriedade rural, utilização da terra e tipo de cultivos, recursos tecnológicos disponibilizados e sua utilização, o relacionamento entre a produção para o consumo domiciliar e a produção para a venda, etc. Também permite uma análise completa do emprego agrícola, dos tipos de relações trabalhistas na atividade agrícola, a estrutura ocupacional da população dedicada à atividade agrícola, seu nível de instrução, sua posição dentro do ramo, etc.

Permite uma análise da população ocupada nos segmentos tradicionais e modernos do mercado de trabalho agrícola, bem como do subemprego e evidentemente da renda das atividades agropecuárias. Finalmente, permite comparações ao longo do eixo das dimensões relacionadas às características das atividades econômicas, mercado de trabalho, renda, educação, entre todas essas na área urbana e as ocupações das atividades agropecuárias.

A pesquisa uruguaia de 1989 é bastante detalhada naquilo que se refere a cobertura de renda e no global inclui as mesmas categorias definições como aquelas utilizadas na SES paraguaia cobrindo a renda das atividades agrícolas separadamente, bem como o aluguel imputado para as famílias que são donas da residência ou que usam a moradia de terceiros gratuitamente. A pesquisa uruguaia contudo não investiga a unidade de produção rural como unidade produtiva e não diferencia entre gorjeta e bonificação, compensação, comissão e pagamento por horas extras (todas elas são agrupadas em uma única categoria). A cobertura geográfica do levantamento uruguaio, contudo é apenas urbana e somente pode ser desagregada para Montevideo e a área urbana restante do país.

A única pergunta sobre renda na pesquisa argentina solicitava informações sobre o volume e fonte da renda no mês anterior e não fazia nenhuma diferenciação entre a renda da ocupação principal e secundária naqueles casos onde os respondentes tinham mais de uma ocupação. Não faz diferenciação entre a renda de aluguéis nem da renda de juros nem da renda de dividendos. Nem a Argentina nem a Bolívia cobrem a renda do aluguel imputado.

Breve avaliação da LFS uruguaia de 1992-93 no que se refere a variáveis de ocupação e renda

A pesquisa de 1992-93 introduz algumas mudanças nas variáveis utilizadas para investigar o trabalho e a força de trabalho muito embora mantenha os parâmetros de idade para os respondentes de 14 anos ou mais. As mudanças mais importantes nessa pesquisa em comparação com a de 1989 foram feitas na investigação da renda.

A inovação na seção que investiga as características da força de trabalho consistem da solicitação aos respondentes se nos últimos seis meses eles realizaram alguma atividade de trabalho numa localidade além daquela em que residem, seja no Uruguai ou outros países, se esta foi sua atividade principal ou secundária e qual atividade era ela e com que frequência os respondentes viajavam para essa localidade. O questionário abandonou perguntas sobre cursos de habilitação e agrega uma pergunta sobre quanto tempo o respondente esteve na atual situação.

A seção sobre renda inclui 3 perguntas sobre transferências e gastos: (a) quanto o respondente gastou ou pagou no mês anterior dando assistência financeira a parentes, pagando pensão ou contribuindo para outros domicílios; (b) quanto o chefe do domicílio pagou pelo aluguel da moradia (no caso de inquilinos); (c) quanto o chefe do domicílio pagou de hipoteca no mês anterior (no caso do chefe de domicílios que são proprietários e que estejam pagando pela moradia).

Na pesquisa de 1992-93, as "gorjetas" tornaram-se uma categoria separada na investigação da composição da renda, tanto de empregados quanto de trabalhadores no setor público e empregados e trabalhadores do setor privado, enquanto que na pesquisa de 1989 as gorjetas foram incluídas junto com comissões e pagamento por horas extras. Além disso coleta informações separadas para os empregados e trabalhadores do setor privado e empregados e trabalhadores do setor público em duas categorias ocupacionais (enquanto que em 1989 esses grupos foram investigados conjuntamente).

A investigação da renda para os respondentes que trabalham por conta própria e no caso dos membros de cooperativa de produção também foi ampliada na pesquisa de 1992-93, incluindo três fontes diferentes de renda: dinheiro, contribuições familiares e benefícios sociais e renda em espécie. A investigação da renda dos empregadores inclui renda à vista e em produtos como no caso da pesquisa de 1989.

Finalmente, no caso de todos os grupos ocupacionais, a pesquisa de 1992-93 solicita dos respondentes quanto receberam nos últimos doze meses no país ou do exterior em pensões de aposentadoria ou outros tipos de pensões, de dotações, bolsas de estudos e outros subsídios, em contribuições familiares, compensações por divórcio ou separação, contribuições de outros domicílios, aluguéis e leasing, juros, dividendos e outros tipos de renda. Os membros de cooperativas produtivas também foram perguntados quanto receberam em termos de participação nos lucros nos últimos doze meses.

4.3 Educação

A. Indicadores educacionais

A HHS argentina cobre a educação com 4 perguntas no final do questionário. Estas perguntas são aplicadas e codificadas para os respondentes de mais de 5 anos:

- o respondente sabe ler e escrever
- o respondente frequenta ou frequentou escola
- que tipo de educandário (pré escola, escola elementar, nacional, comercial, normal, técnica, outro tipo de escola de nível secundário, faculdade)
- se o período foi completado ou não.

Dessas perguntas apenas alguns indicadores de realização e produto podem ser obtidos: índices de alfabetização; frequência escolar (excluindo a pré escola); o último nível estudado e se foi completado ou não. Não há informações sobre o ano. De acordo com a análise de De Jong das pesquisas argentinas de 1980, 1986 e 1989, a de 1980 e 1986 coletaram informações sobre a frequência pré escolar e a de 1980 também coletou informações sobre o último ano completado além do último ano estudado (De Jong, 1995).

A pesquisa uruguaia de 1989 cobre a frequência pré escolar, incluindo se a pré escola é paga ou não e a frequência escolar com o último ano e o último nível completado de escolaridade regular. A pesquisa uruguaia de 1992-93, contudo, mostra alguns aperfeiçoamentos nessa seção, perguntando a todos os respondentes se eles frequentam um educandário e de que tipo e aqueles que não frequentam se jamais frequentaram, se a instituição é pública ou privada e se o aluno pagou por ela caso privada. Sabem pede informações sobre o último período de aprovação e se esse período foi completado. Finalmente introduz uma pergunta para os respondentes de mais de seis anos se já frequentaram cursos de línguas, cursos de computação, cursos de datilografia, cursos de estenografia ou outro tipo qualquer.

A EIH boliviana, a SES paraguaia e a CASEN chilena cobrem a educação em mais detalhes. As três pesquisas cobrem a frequência e as razões por não ir à escola bem como o último período e o nível completado. A pesquisa paraguaia contudo, não inclui a distância como uma razão possível pela infrequência.

Nem a pesquisa boliviana nem a pesquisa paraguaia investigam o período atual nem o nível dos respondentes, muito embora a pesquisa boliviana questionem os respondentes que foram reprovados uma ou várias vezes na escola básica elementar.

A pesquisa paraguaia não investiga a alfabetização diretamente, com a questão de se o respondente sabe ler ou escrever e a pesquisa boliviana não investiga se a escola é paga ou não. A CASEN não investiga diretamente se a escola é paga ou não, mas inclui, não obstante, pergunta se são fornecidos vouchers, com que frequência e solicita o nome e endereço da escola. A CASEN é também a única pesquisa que solicita informações sobre o tipo de merenda escolar que as crianças da pré escola e escola elementar recebem. Isso frisa a utilização dos dados da CASEN para monitoração de programas e de seus beneficiários ao invés das caracterizações mais abrangentes dos dados sócio econômicos da população.

Apenas a pesquisa boliviana cobre os gastos com educação, no seu módulo de gastos domiciliares. A cobertura basicamente se refere a quanto foi gasto no mês anterior com o pagamento da escola, com o pagamento de custos extra curriculares e o quanto foi gasto no ano anterior com gastos universitários e escolares. Os gastos são todos previstos como uma única soma, sem nenhuma indicação no caso dos gastos com várias crianças, de diferentes gastos por criança.

A cobertura das variáveis educacionais na pesquisa argentina é muito má, especialmente naquilo que se refere a construção nos indicadores de acesso e resultado, mas também naquilo que se refere à construção de indicadores de produto. A pesquisa uruguaia proporciona uma cobertura ligeiramente melhor, especialmente naquilo que se refere a tentativa de obtenção de informações para construção de indicadores de acesso. O enfoque da CASEN em proporcionar informações para a construção de indicadores que permitam um monitoramento de programas sociais coloca muita ênfase nas informações para construção dos indicadores de acesso bem como em certa medida aos indicadores de

insumos. A SES paraguaia assim como a pesquisa domiciliar boliviana também parecem colocar uma ênfase maior sobre os indicadores de acesso ao invés de nos indicadores de produto e resultado.

Os hiatos e deficiências destacados acima demonstram que pelo menos algum aperfeiçoamento será necessário nas pesquisas tal que elas possam proporcionar uma cobertura efetiva das variáveis educacionais. Devemos observar, contudo, a peculiar posição da CASEN em comparação com as outras pesquisas porque a CASEN não foi concebida como instrumento de análise das condições de vida nem para proporcionar informações para a construção de indicadores sociais, porém, como um meio de monitorar as políticas sociais específicas em implementação no Chile.

A partir desse ponto de vista, o que este trabalho destaca é o fato de que além da CASEN o Chile poderia também se beneficiar da implementação de um instrumento de pesquisa muito mais amplo no escopo para medir as condições de vida. Em todos os outros casos, os aperfeiçoamentos são necessários para que se possa cobrir mais efetivamente os indicadores educacionais.

B. Avaliação global da cobertura de indicadores educacionais

A cobertura da educação não é tão completa como seria desejável para mensuração das condições de vida em todos os países analisados. No caso das pesquisas tradicionais de força de trabalho, a cobertura da educação está estrita a poucas variáveis que são consideradas como sendo relevante para as análises das características da força de trabalho. No caso da pesquisa uruguaia, alguns elementos são proporcionados para ligeiramente ampliar a análise das características educacionais da população, particularmente no que se refere a escolaridade. Mesmo na EIH boliviana, a mais completa das cinco pesquisas realizadas, não há provisão de todos os elementos que são necessários para a construção dos indicadores educacionais. A cobertura da educação na pesquisa boliviana contrasta sob certo aspecto com a cobertura da saúde na mesma pesquisa que é muito mais completa, conforme demonstrado na seção seguinte.

4.4 Saúde e nutrição

A pesquisa argentina não cobre a saúde e a pesquisa uruguaia somente pergunta como os respondentes receberam assistência médica, e se eles têm algum tipo de dificuldade física, mental ou emocional que os impeça de realizar atividades normais diárias, sejam elas profissionais ou educacionais.

Mais uma vez a EIH boliviana, a SES paraguaia e a CASEN chilena são as pesquisas nas quais a cobertura da saúde é mais completa. A pesquisa paraguaia não cobre nutrição, enquanto que a EIH boliviana e a CASEN avaliam as condições nutricionais das crianças baseado nas medidas antropométricas e, no caso da Bolívia as informações sobre consumo de alimento por domicílio. Entre essas três pesquisas, a EIH boliviana proporciona a cobertura mais completa de saúde, permitindo a construção dos seguintes indicadores de saúde:

A - Indicadores de produto

- Taxas de mortalidade - taxas de mortalidade infantil e índices de mortalidade de crianças com menos de um ano e menos de cinco anos.

- Índices de morbidade infantil - índices das doenças mais prevalentes de acordo com o tipo de doença.
- Taxas de natalidade
- Taxas de fertilidade
- Expectativa de vida ao nascimento
- Medidas antropométricas: peso/idade das crianças de menos de cinco anos e altura/idade das crianças de seis e sete anos.

B. Indicadores de insumo

- População com acesso a serviços por tipo de serviços
- Cobertura de Imunização
- Consumo médio de alimentos por integrante do domicílio

C. Indicadores de Acesso

- Número de visitas médicas por adulto, por episódio de doença
- Limitações do acesso a serviços médicos (incluindo limitações de renda e limitações resultantes da distância física até o posto de serviço médico mais próximo)

D. Outros Indicadores

Além dos indicadores que medem diretamente as condições de saúde e nutricionais da população, um conjunto de indicadores de insumo correlatos nas áreas da educação e habitação são importantes porque contribuem para diferenciar e explicar as diferenças relativas entre os subgrupos da população em termos de indicadores de acesso e produto. Esses indicadores correlatos de insumo são:

- O nível educacional da mãe e do chefe do domicílio: os estudos repetidamente demonstraram que existe uma correlação positiva forte entre educação e saúde. Pessoas mais bem educadas normalmente são mais bem informadas sobre os hábitos de nutrição e hábitos de higiene, as mães mais bem educadas tendem a buscar assistência pré-natal, tendem a alimentar seus bebês ao seio com maior frequência e por períodos mais longos (um elemento importante na transmissão de anticorpos contra várias doenças) e pessoas mais bem educadas com maior frequência serão capazes de identificar sintomas e condições que exigem assistência médica, e buscar o tipo correto de assistência médica para estas condições e também seguir as instruções médicas adequadamente.
- O mesmo é válido para a renda. Parcialmente, o relacionamento entre renda e condições de saúde é coberto através de indicadores de Limitações a acesso a postos de serviço médico. Além desses contudo, a renda (tanto a renda média por domicílio quanto a renda per capita) é um previsor eficiente das possibilidades de acesso à assistência médica. Quanto mais alta a renda de um domicílio melhores são as hipóteses de que seus membros terão possibilidade de acessar não apenas assistência médica como também bons hábitos de nutrição. Os domicílios de renda mais alta terão a possibilidade de acessar a uma habitação adequada especialmente no que se refere a saneamento e, terão também possibilidade de acessar assistência médica privada e remédios quando rendados. A renda é também um importante indicador a ser utilizado na designação de programas de saúde.

- As condições de saneamento do domicílio, as condições gerais dos materiais utilizados na construção da moradia e a densidade do domicílio são importantes na avaliação das condições de saúde. Os estudos repetidamente demonstraram que aperfeiçoamento nas condições de saneamento, especialmente no que se refere ao acesso à água limpa, disponibilidade de banheiros e ligação com os sistemas de esgoto, podem dramaticamente reduzir as taxas de mortalidade infantil bem como a incidência de doenças como o cólera que subsistem onde prevalecem más condições de saneamento.

Finalmente, a quarta rodada da EIH boliviana (1991), coleta informações sobre o cólera. Os dados do EIH boliviano permitem também a identificação de grupos populacionais objetivos dos programas governamentais em geral, bem como na área da educação e saúde, especialmente para cotejar estas informações com informações advindas de registros administrativos referentes às participações e coberturas de tais programas.

A SES paraguaia não cobre os indicadores de saúde de mulheres e crianças especificamente, nem faz a cobertura de indicadores insumo e produto com tanta amplitude quanto a pesquisa boliviana, restringindo-se principalmente às informações sobre as quais basear a construção de indicadores de acesso. Cobre a morbidade da população como um todo perguntando se os respondentes adoeceram no último ano, que tipo de assistência médica foi utilizado, se essa assistência foi proporcionada, e, no caso daquele que não buscaram assistência médica e porque não. Também cobre a hospitalização no ano anterior e a duração dessa hospitalização, bem como a cobertura e tipo de seguro saúde, cobertura de seguro social por tipo e quanto são as contribuições para o seguro social.

Os dados da SES paraguaia permitem a construção de índices de morbidade porém, não para os casos das doenças mais comuns; populações com acesso aos serviços por tipo de serviço, e limitações ao acesso de serviços médicos (com enfoque especial sobre as limitações de renda e as limitações advindas da distância física até o posto de saúde mais próximo). Os índices de expectativa de vida podem ser derivados da pesquisa bem como os indicadores de insumo correlatos: os níveis de instrução dos chefes da família e das mães e esposas dos chefes de família, renda e condições de saneamento da moradia.

A SES paraguaia não proporciona dados de mensuração dos índices de mortalidade infantil nem das taxas de morbidade dos tipos mais comuns de doença, índices de fertilidade, assistência pré-natal, alimento ao seio, imunização, medidas antropométricas nem consumo de alimentos do domicílio. Contudo, ela proporciona indicadores de acesso ao consumo de alimentos, através de um suplemento de produção animal que proporciona informações sobre o cultivo e animais criados, os produtos colhidos e quanto foi utilizado para consumo do domicílio quanto humano quanto animal, quanto foi dado e distribuído e quanto foi vendido.

A CASEN chilena cobre a saúde com maior amplitude do que a SES paraguaia porém através de uma perspectiva diferente porque seu principal interesse reside na avaliação da cobertura e dos tipos dos beneficiários dos programas sociais de saúde. Inclui perguntas específicas sobre mulheres e crianças no que diz respeito às condições cobertas pelos programas sociais, tais como gestação e infância. Contudo, não cobre amplamente informações sobre a construção de indicadores de produto, concentrando-se ao invés disso, em indicadores de acesso e indicadores de insumo.

A - Indicadores de produto

- Condições de nutrição - crianças de menos de quinze anos e mulheres gestantes. A fonte da informação pode ser tanto a caderneta médica quanto o entrevistador.

- Morbidade - episódio de doença ou acidentes nos últimos três meses.

B- Indicadores de insumo

- Disponibilidade de serviços

- Cobertura de imunização

- Teste de Papanicolau para mulheres de mais de 15 anos

- Partos: cesarianas e normais

- Assistência médica preventiva

- O fumo e sua frequência

- Gestantes, crianças de menos de 5 anos e mulheres que estão alimentando ao seio - se nos últimos três meses receberam leite, leite e cereais, arroz e outros da assistência médica e se não receberam, porque não.

C - Indicadores de acesso

- Números de visitas médicas por adulto, por episódio de doença nos últimos três meses por tipo de assistência médica e tipo de serviços recebidos.

- Acesso a serviços tais como: assistência médica preventiva, exames laboratoriais, visitas médicas aos internos, aos especialistas, a Raio-X ou eco-tomografia, parto, hospitalização, cirurgia.

- Limitações do acesso ao serviço médico (incluindo limitações de renda e limitações resultantes da distância física até ao posto de saúde mais próximo)

- Assistência dentária nos últimos seis meses seja para emergência ou não e se o tratamento foi realizado.

- Se vouchers foram utilizados ou serviços não foram pagos

- Os remédios foram rendados e se foram pagos

D- Outros Indicadores

Semelhante ao EIH boliviano e o SES paraguaio a CASEN também proporciona um conjunto de indicadores correlatos de indicadores de insumos nas áreas de educação e habitação que são úteis para diferenciar e explicar as diferenças relativas entre os subgrupos populacionais no que diz respeito aos indicadores de acesso e produto. Esses indicadores de insumo correlato são: o nível educacional da mãe e do chefe do domicílio, a renda, as condições de saneamento da moradia.

E- Avaliação global da cobertura de saúde

A investigação da saúde especialmente em certos aspectos como Fertilidade, Mortalidade Infantil, Anticoncepção e Morbidade está sempre sujeita às percepções dos respondentes no que diz respeito às essas questões. A sequência clássica de perguntas para avaliar a fertilidade e o índice de mortalidade infantil está sujeita à lembrança correta por parte das mulheres do número de filhos que tiveram, também as percepções culturais que envolvem mulheres solteiras que engravidaram e que não querem expor este fato aos entrevistadores e também a convenções culturais sobre natimortos e a morte de crianças logo depois do parto.

De forma semelhante, as informações sobre morbidade podem ser afetadas por percepções culturais de doenças bem como pelo conhecimento que os respondentes têm de sintomas que exigem atenção médica. Em todos esses casos, a utilização correta de registros administrativos (registros hospitalares, estatísticas vitais, etc.) reduziriam em grande medida erros eventuais na interpretação de dados domiciliares.

Não há forma de avaliar a qualidade dos dados obtidos nos levantamentos analisados nesse trabalho. A análise dos questionários, contudo, demonstra que, no caso das pesquisas que investigam as variáveis de saúde, muita atenção foi dada aos indicadores de insumo e acesso, especialmente aqueles relacionados aos serviços de saúde prestados pelo governo como imunização, assistência médica, testes de Papanicolau, exames preventivos de saúde, e os custos de obtenção de determinados serviços, sejam esses custos medidos em moeda corrente ou em termo de facilidade (ou dificuldade) de acesso às instalações de saúde para a população como um todo. Além disso, as pesquisas que investigam as variáveis de saúde dão especial atenção aos grupos mais vulneráveis da população: crianças, gestantes e mulheres em idade de reprodução.

4.5. Renda e Gasto: a Investigação do orçamento familiar nas pesquisas tipo Força de Trabalho

Conforme mencionado na seção anterior, apenas a EIH boliviana cobre de forma mais sistemática os gastos domiciliares especialmente os gastos com alimento. As pesquisas uruguaia e argentina, do tipo LFS não cobrem os orçamentos domiciliares, nem os gastos com consumo de alimento. Nem a CASEN nem a SES paraguaia. No caso do Paraguai apenas os cultivos e os produtos animais utilizados pelo domicílio para consumo próprio são cobertos.

Tanto a CASEN quanto a pesquisa da força de trabalho uruguaia (1992-93), investigam o domicílio com relação à existência de duráveis de consumo que podem indicar diferenças relativas no nível de consumo e conforto dos domicílios. No caso da CASEN, esses itens são: rádio, toca-fitas, televisão preta e branca, bicicleta, televisão colorida, refrigerador, lava-roupas, videocassete e automóveis. No caso do Uruguai, as bicicletas não são incluídas, os refrigeradores são diferenciados entre refrigeradores com congelador e sem congeladores, e aquecedores, lava-louças e forno microondas. Esta investigação não é uma investigação sobre consumo, porém as informações que coletam podem ser utilizadas para uma avaliação global do conforto relativo e bem-estar dos domicílios em diferentes níveis de renda.

4.6. Indicadores e Medidas do Padrão de Vida: resumo

A tabela 4 (anexa) proporciona um sumário da casuística de cinco países com relação à cobertura de dados para a construção de indicadores de insumo, acesso, produto e renda na Educação, saúde e Nutrição. Essa lista básica de indicadores contém apenas aqueles que podem ser obtidos a partir de dados de pesquisas domiciliares e não inclui outros indicadores que podem ser obtidos através de dados administrativos.³¹

Em termos gerais, a tabela demonstra que as pesquisas domiciliares - quando adequadamente desenhadas, implementadas e analisadas - podem ser especialmente úteis ao proporcionar dados para a construção de indicadores de acesso e produto, especialmente em setores como a saúde, a educação e a habitação; podem ser extremamente úteis na identificação dos grupos mais vulneráveis da população que devem ser visados como beneficiários de programas sociais. Finalmente, podem também ser muito úteis para uma avaliação global de programa de políticas, especialmente do resultado de políticas de prazo longo e seu impacto sobre as condições gerais de vida da população. As pesquisas domiciliares são também um instrumento eficaz de avaliação de acesso aos serviços.

As pesquisas domiciliares podem ser instrumentos úteis para complementar as informações coletadas nos postos de saúde de serviço social e conhecidos como pesquisas de programas dos beneficiários que são registrados como usuários na medida em que recebem o serviço. Enquanto que, o PSDS somente consegue cobrir aqueles que realmente recebem o serviço, as pesquisas domiciliares podem proporcionar informações sobre aqueles que deveriam estar recebendo o serviço mas que não estão e as razões por não estarem. Devemos observar contudo que a utilização dos dados das pesquisas domiciliares para avaliar programas individuais, específicos e sociais detalhadamente e programas sociais que não cobrem todas as áreas do país, podem demonstrar ser extremamente difíceis devido à natureza dos fenômenos que essas pesquisas são projetadas para medir e do desenho ao mostrar o necessário para a sua aferição.

Esse é o caso por exemplo, da tentativa de utilizar os dados das pesquisas domiciliares para a avaliação da cobertura de programas de subsídio alimentar para crianças e gestantes, ou para a avaliação de programas designados para aliviar a pobreza urbana ou rural. Programas específicos e projetos se beneficiarão muito com o quadro global dos grupos de beneficiários em potencial e como eles diferem de outros grupos sócio-econômicos que apenas operações de pesquisas domiciliares em escala nacional podem proporcionar. A monitoração e a objetivação desses programas e projetos, assim como a avaliação do impacto contudo, devem estar baseados em instrumentos claramente projetados para essas finalidades.

Ao invés de instrumentos para medir produtos de programas de sociais específicos, as pesquisas domiciliares podem ser instrumentos eficientes para monitoração das condições gerais de vida e, como resultado, para proporcionar dados para a monitoração dos indicadores de resultado (externalidades) que ultrapassam em muito as finalidades específicas de um programa e que tem um impacto em uma escala tão ampla de áreas que vêm a afetar o bem-estar geral de uma população sendo normalmente bem capturada por pesquisas domiciliares bem projetadas.

³¹ A tabela 1 proporciona informações sobre o status global da pesquisa domiciliar e a tabela 2 oferece informações sobre o apoio internacional às atividades relacionadas às pesquisas nesses países, a tabela 3 proporciona um resumo da cobertura de tópicos para cada país.

A tabela 4 mostra que dos cinco países estudados, a Argentina e o Uruguai são os países nos quais as pesquisas exigem, disparado, mais aperfeiçoamento de conteúdo e cobertura de tópicos e variáveis. O conteúdo dos questionários da pesquisa argentina de 1989 e das pesquisas uruguaias de 1989 claramente está direcionado para capturar as características da mão de obra urbana, emprego urbano e da renda e embora alguns aperfeiçoamentos tenham sido feitos na pesquisa da força de trabalho uruguia de 1992-93, elas não alteram a sua natureza e a composição dos tópicos em investigação.

Em termos gerais, a pesquisa argentina é a menos abrangente em termos de cobertura de tópicos, imediatamente seguida pela pesquisa uruguia. Na realidade, apesar dos aperfeiçoamentos do questionário de 1992 da pesquisa uruguia, a sua estrutura ainda é basicamente a mesma estrutura de uma pesquisa domiciliar tradicional.

A EIH boliviana apresenta a cobertura mais impositiva de tópicos do ponto de vista da medição dos padrões de vida, muito embora o material analisado não proporciona qualquer indicação na qualidade de dados bem como sobre a eficiência do processamento dos indicadores sociais para análise. A CASEN chilena é o levantamento mais bem feito do ponto de vista dos objetivos da pesquisa e da construção dos questionários. Conforme previamente indicado, contudo, ela não cobre exaustivamente as condições de vida porém, concentra-se sobre as medidas que permitam a monitoração de programas sociais e seus beneficiários.

Juntamente com a CASEN chilena, a SES paraguaia apresenta uma cobertura ampla das variáveis básicas para analisar as características sócio-econômicas das famílias paraguaias, muito embora não tão extensas nem integradas quanto aquelas proporcionadas pelas pesquisas baseadas na LSMS, com questionários modulares como a pesquisa boliviana. Devemos observar, contudo, que a SES paraguaia é um pouco diferente da CASEN porque não está ainda institucionalizada. Do ponto de vista da institucionalização e da utilização efetiva de resultados, a experiência da CASEN é disparado a mais bem sucedida. A SES paraguaia foi uma pesquisa realizada apenas uma vez que não foi institucionalizada. Contudo, pode proporcionar um bom ponto de partida para um programa projetado para o aperfeiçoamento da qualidade das pesquisas domiciliares naquele país.

Capítulo 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise de diferentes experiências na implantação de programas de pesquisas domiciliares indicam a relevância do apoio institucional e governamental para o sucesso desses programas. As agências multilaterais e bancos de desenvolvimento repetidamente frisaram a importância do apoio do governo de um país no sucesso do programa. Nesse aspecto, a experiência da Jamaica com a LSMS e a experiência chilena com a CASEN, proporcionam as melhores evidências de atividade de pesquisa domiciliar em andamento e bem sucedidas. A experiência jamaicana não foi analisada detalhadamente nesse trabalho por duas razões: (i) por um lado é uma exceção da tentativa de integração da LSMS com o programa regular de pesquisas domiciliares; (ii) por outro lado, já foi amplamente analisada por Grosh (1991).

Uma avaliação do sistema boliviano de estatística social (Vos: 1992, parte 3, p. 3-6) frisa que a necessidade de políticas macroeconômicas para o controle da inflação iniciadas

em 1995 designaram a prioridade da produção regular de indicadores econômicos. Como resultado a estatística social para a produção de indicadores sociais, apresentam vários problemas, entre eles: a descontinuidade do tempo, alta dispersão das fontes de informação (incluindo registros administrativos), a inexistência de um órgão coordenador central, a ausência de classificações analíticas dos tópicos para análise (as únicas classificações disponíveis são setoriais) um alto grau de agregação de dados, áreas em que muito pouca coisa foi feita para a criação de um sistema de estatísticas (como nutrição e habitação). Além disso, os registros administrativos que formam uma fonte importante de informações para esse sistema, nem sempre são, oportunamente ou efetivamente transferidas para o INE que é o órgão de estatística central.

Seguindo linhas semelhantes, uma avaliação do INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos) argentino, foi publicado em 1994 sobre o programa de consolidação da reforma financeira e administrativa do setor público. Esse programa apoiado pelo BID, pretende aperfeiçoar a eficiência gerencial do setor público incluindo entre seus componentes, a modernização do Sistema Nacional Argentino.³² De acordo com esse documento, a estatística social e demográfica do INDEC tem uma reputação melhor entre os usuários do que as Estatísticas Econômicas. Contudo, com relação às estatísticas sócio-demográficas em geral, o documento afirma que:

“No obstante, la profundización del análisis revela carencias en varias áreas que tienen que ver con la cobertura geográfica, la modernización metodológica, el procesamiento incompleto de información y el retraso en la implementación de encuestas básicas para el país”(Melgar, 1994:28).

E, com relação às pesquisas domiciliares em particular, ele afirma:

“A pesar que las evaluaciones internas y externas concluyen favorablemente en cuanto a la calidad de la información que recaba, se reconoce que la EPH tiene muchas limitaciones y carencias: faltan las localidades más chicas, debería ser representativa al menos del país urbano, el cuestionario está en vigencia desde hace 20 años, el marco muestral se basa en el Censo de 1980 y los muchos cambios experimentados por el mercado de trabajo no pueden ser totalmente captados”(Melgar, 1994:31)

O documento menciona esforços na forma de esforços isolados para redesenhar a pesquisa que poderá representar melhorias. Contudo, a revisão como um todo carece de cronograma e não conta com recursos humanos e materiais suficientes para sua implementação. O principal avanço até agora foi a criação de um grupo de trabalho a cargo do desenho referencial amostral - baseado no censo de 1991- para todas as pesquisas domiciliares, incluindo a pesquisa Renda-Gasto que contudo está muito longe de concluir a tarefa proposta por falta de recursos humanos em Estatística, Sociologia e Economia.

Esse documento relaciona as atividades que são necessárias para aperfeiçoamento da qualidade e eficiência global nessa área. Podemos perfeitamente, adaptar essas recomendações para que sejam aplicáveis, em sua quase totalidade, a todos os países analisados nesse relatório da seguinte forma:

³²cf. Alicia T. Melgar, 1994.

- a) pesquisas regulares de renda e gasto para atualizar o sistema de ponderação do IPC, e para ampliar os cálculos do IPC a uma base geográfica maior bem como para estimar e analisar o consumo familiar;
- b) um sistema de informações municipais;
- c) dados administrativos de boa qualidade sobre os educandários e censos regulares dos estabelecimentos educacionais;
- d) atualização regular do referencial amostral das pesquisas domiciliares;
- e) um desenho amostral das pesquisas domiciliares permanentes que permitam estimativas a nível nacional, regional, estadual, urbano e rural das municipalidades e conglomerados urbanos acima de um determinado tamanho populacional.
- f) compatibilidade na classificação das ocupações utilizadas no censo populacional e nas pesquisas econômicas;
- g) análises de migrações internas e externas;
- h) uma disseminação efetiva de dados do Censo, das pesquisas domiciliares permanentes e outras fontes;

5.1. Recomendações gerais

A análise das pesquisas domiciliares nos países latino-americanos deveria levar em consideração que os países são diferentes em suas fraquezas e forças nessa área. Embora alguns países possam precisar de melhorias na cobertura geográfica e outras na cobertura de tópicos, outras poderão aplicar mais esforço a oportunidade com que as informações são liberadas. O que esse trabalho pretende realmente mostrar, contudo, é que um novo esforço pode ser necessário em todos os países para reconceitualizar as pesquisas domiciliares de tal forma a atender as necessidades atuais de análise que sejam focadas sobre as questões sociais em invés de questões e resultados de desenvolvimento econômico.

Em termos gerais a qualidade global e a eficiência da estatística social para a formulação de política para América Latina exigem:

- (i) pesquisas de renda e gasto oportunas e confiáveis além de um programa regular de pesquisas domiciliares com um aumento da cobertura geográfica e de tópicos;
- (ii) um sistema de informações que contabilize indicadores em diferentes níveis a partir de nível nacional indo até o municipal incluindo urbano e rural e que os procedimentos operacionais devem ser descentralizados de tal forma a permitir que os diferentes níveis administrativos colem e organizem informações relevantes a suas necessidades específicas de planejamento e formulação de políticas;
- (iii) a atualização sistemática dos referenciais amostrais e melhorias do desenho amostral nas pesquisas domiciliares;

(iv) melhoria na classificação das ocupações e utilização de conceitos e definições padronizados ligando as informações extraídas das pesquisas econômicas, demográficas e sociais;

(v) conjuntos padronizados de tabelas e tabulações para o censo demográfico e pesquisas domiciliares regulares de tal forma a permitir uma análise comparativa entre o censo.

Mesmo nos países onde o sistema relativamente estável de pesquisas domiciliares esteja em operações o seu conteúdo não atende a necessidade de prover informações sólidas para as análises necessárias sobre as condições de vida. A partir desse ponto de vista as ações projetadas para melhorar o conteúdo cobertura geográfica, metodologia e procedimentos operacionais exigem atenção para as dificuldades institucionais na área de coleta de dados e produção de informações estatísticas em praticamente todos os países latino-americanos.

Estudando mais de perto os cinco casos analisados no capítulo anterior, por exemplo, tanto a Argentina quanto o Uruguai nas suas pesquisas domiciliares precisam de aperfeiçoamentos tanto na cobertura geográfica quanto de tópicos. A cobertura geográfica por si própria não pode ser resolvida simplesmente pela incorporação de extratos rurais à amostragem. Na realidade as pesquisas domiciliares rurais constituem em si próprias um tipo social de pesquisa no sentido de que as categorias e conceitos utilizados para investigar a habitação, atividades econômicas, mercado de trabalho, renda, educação, etc, nas áreas urbanas não são adequadas para investigar esses tópicos em áreas rurais.

Com muita frequência a mensuração e as características do emprego da força de trabalho bem como da habitação, educação exigirão um questionário completamente novo projetado para capturar as peculiaridades deste aspecto em áreas rurais.

A EIH boliviana que é baseada na LSMS e mais especificamente na SES paraguaia são as pesquisas que permitem um melhor entendimento dos aspectos rurais.

A SES paraguaia é organizada de tal forma a efetivamente capturar todos os detalhes das atividades econômicas rurais e seu impacto sobre o nível domiciliar. O modelo LSMS em geral lida com as características rurais específicas com maior conforto devido a construção modular de seu questionário: o módulo que é usado para a investigação das atividades econômicas nas áreas urbanas é diferente do módulo utilizado para investigar essas atividades nas áreas rurais. As pesquisas de força de trabalho contudo, são muito menos flexíveis. Como resultado os poucos países onde a LFS cobre tanto as áreas urbanas quanto rurais não apresentam dados especialmente ricos com relação às zonas rurais. O Brasil é um caso conhecido que tenta, em um certo ponto, uma LFS especificamente projetada para as áreas rurais.

As recomendações para ampliar a cobertura da pesquisa domiciliar para as áreas rurais devem frisar que esta ampliação implica em uma extensão de conteúdo e conceitos com implicações sobre a estrutura do questionário de pesquisa propriamente dito através da incorporação de um questionário especialmente projetado para ser aplicado em áreas rurais com conteúdos e conceitos apropriados para capturar diferentes realidades rurais.

O suplemento agropecuário da pesquisa sócio-econômico paraguaia é um passo à frente na direção do que se refere a análises das atividades agrícolas e as características de emprego da força de trabalho nas áreas rurais, conforme descrito anteriormente. Devido a

isso o suplemento investiga não apenas a produção agropecuária, mas também as características sócio-econômicas das atividades agropecuárias podendo assim ser utilizado como ponto de partida efetivo para o planejamento da cobertura rural de pesquisas domiciliares regulares.

A pesquisa CASEN deve ser analisada como complemento de um programa regular de pesquisas regulares e, assim parece, uma forma muito eficiente de monitoração de investimentos sociais. Contudo, visto que cobre principalmente indicadores de acesso aos programas sociais sendo prestados, é necessário um instrumento para medir tópicos que o CASEN não cobre e nem o PIDEH chileno (Programa Integrado de Encuestas de Hogares). A cobertura desses tópicos inclui especialmente variáveis para a construção de indicadores de insumo para saúde e educação (nutrição), e indicadores de produtos na saúde (taxas de fertilidade, taxas de nascimento, taxas de mortalidade, incluindo infantil e taxas de expectativa de vida). Alguns dos indicadores de produtos setorial são também indicadores de resultados gerais no sentido de que as melhorias desses índices implicam em melhorias globais nas condições de vida da população.

5.2. Recomendações sobre a cobertura de tópicos

A efetiva produção de indicadores de insumo, acesso, produto e resultado exige uma cobertura mais ampla de tópicos nas pesquisas domiciliares em geral do que a que já existe. Das cinco pesquisas analisadas aqui a Bolívia, o Chile e o Paraguai proporcionam uma cobertura relativamente eficaz dos indicadores de acesso e a EIH boliviana proporciona a maior cobertura de variáveis dentro de cada tópico bem como, uma cobertura mais ampla de tópicos porque inclui algumas informações de nutrição e gastos. A SES paraguaia proporciona uma cobertura eficiente dos tópicos com relação à atividade econômica rural. Por outro lado a CASEN parece ser a pesquisa melhor projetada para investigar os indicadores de acesso e tipo de produto para programas sociais especiais.

A cobertura efetiva dos tópicos deveria também proporcionar os elementos básicos para a organização de informações sobre diferentes sistemas de classificação de tal forma que possam ser analisados a partir de diferentes abordagens: ou a setorial que foi escolhida para analisar as informações sobre as pesquisas desse relatório ou para diferentes grupos populacionais para diferentes questões de política: crianças, mulheres, mães, força de trabalho população mais idosa, pobreza etc....As recomendações gerais listadas na seção 3.6 desse relatório, para todos os países latino-americanos se aplica a alguns países analisados nessa parte.

Especialmente no que se refere a necessidade de aperfeiçoamentos, a cobertura geográfica visando a representatividade das áreas rurais, frequência e representatividade de nível dos dados, o programa regular de pesquisas domiciliares na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai exigem tanta atenção como qualquer outro país latino-americano. Conforme mencionado anteriormente, a cobertura geográfica a frequência, e o nível de representatividade dos dados não representam um problema com o CASEN chileno, nem com o SES paraguaio. A cobertura de tópicos do EIH boliviano é abrangente em comparação com a média dos estudos analisados enquanto que, os levantamentos da Argentina e do Uruguai exigem aperfeiçoamentos em todas as áreas.

As melhorias em cada uma dessas áreas devem levar em consideração a necessidade de garantir comparabilidade de dados dentro de cada país, ao longo do eixo do tempo, assim como também o nível mínimo de comparabilidade entre países. A comparabilidade

dos dados dentro de cada país somente pode ser garantida através de uma cobertura geográfica abrangente com desagregamento de dados para diferentes níveis geográficos e administrativos (nacional, rural, urbano, estado, municipal, região metropolitana, cidades dentro de estratos populacionais). A comparabilidade de dados entre países somente pode ser alcançada através de um núcleo de tópicos variáveis dentro de tópicos que serão cobertos com a mesma metodologia e procedimentos operacionais em todos os países apesar das variáveis introduzidas para a cobertura de fenômenos que são peculiares em países individuais.

Uma listagem das variáveis a serem cobertas dentro de cada tópico para proporcionar um conjunto básico de indicadores de insumo, acesso, produto e resultados bem como a cobertura de grupos populacionais específicos de questões de política é apresentada a seguir.

(1) Características demográficas e habitacionais da população

Seria de grande utilidade se os dados das pesquisas domiciliares pudessem proporcionar informações sobre as famílias compartilham habitação, para diferenciar os domicílios que são compostos por um único núcleo familiar (marido, esposa e filhos), um núcleo familiar em que faltam ou o pai ou a mãe, dois ou mais indivíduos não relacionados ou duas ou mais famílias compartilhando a mesma moradia. Tais informações podem ser facilmente obtidas quando a lista dos membros do domicílio proporciona informações sobre quem é o chefe do domicílio, quem é o chefe das famílias e designa números para cada conjunto dos membros familiares que compõem uma família diferente. Tais informações permitiriam a análise de mudanças nos padrões nutricionais, alterações nas composições familiares bem como a identificação de diferentes estratégias adotada pelos domicílios, famílias e indivíduos para enfrentar restrições tais como: baixa renda, desemprego, etc.

(2) Educação

Com relação aos indicadores de insumo na educação, condições de habitação eles estão entre os mais importantes além de condições de saúde e nutrição. Os indicadores de resultado conforme mencionado anteriormente neste relatório medem as externalidades das políticas ou as melhorias realizadas em uma área como resultado indireto de políticas e investimento em outra. Isto é especialmente o caso dos investimentos em educação porque os estudos repetidamente mostraram o efeito cascata das melhorias dos indicadores educacionais para outras áreas: uma população melhor educada tem mais acesso a empregos melhores e conseqüentemente a uma renda melhor, melhores condições de habitação e melhor saúde, mulheres mais bem educadas mostram taxas de fertilidade mais baixa e seus filhos mostram taxas de mortalidade menores bem como índices mais baixos de repetência escolar. Portanto, a construção de indicadores de resultados na educação exigem informações especialmente boas sobre saúde conforme indicado abaixo.

TÓPICO	TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	VARIÁVEIS
CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS E DEMOGRÁFICAS (1)		Densidade	metragem quadrada - número de aposentos e nº. aposentos usados como quartos
		Saneamento	acesso à água potável (tipo e fonte - banheiro e ligação c/ rede de esgoto - coleta e bota-fora de lixo - cozinha e condições de cozimento (tipo de combustível) - disponibilidade de fogão, geladeira, rádio, televisor
		Nível de conforto disponível no domicílio Características demográficas Migração	- idade - sexo - relacionamento com o chefe da casa - tempo no atual endereço - localidades onde entrevistado morou entre o nascimento e atualidade
INSTRUÇÃO	Insumo	Último período estudado pelo pai e pela mãe Indicadores de habitação, saúde e nutrição	- último período estudado por todos os integrantes do domicílio - listados na Seção de Habitação, Saúde/ Nutrição.
	Acesso	Tipo de Escola Custos	- pública, privada, quer paga ou não - custos escolares, taxas, uniformes
	Produto	Acesso Geográfico Frequência Desempenho Alfabetização	- tempo gasto, meios de transporte - frequência e razões da infrequência - período/nível/idade - saber ler e escrever

TÓPICO	TIPO DE INDICADOR	INDICADOR	VARIÁVEIS
SAÚDE E NUTRIÇÃO	Insumo	Nutrição Nível de instrução do chefe da casa e da esposa Renda domiciliar Cobertura da imunização Programa de treinamento de saúde Programa de cuidado pré-natal Tipo de assistência médica procurada e recebida	- Consumo médio de alimentos por pessoa (vide variáveis em <u>Nutrição</u>) - Disponibilidade de programas de subsídios à alimentação para as populações de risco: infantes e crianças, gestantes e lactentes - Crianças de menos de um ano: sêlo materno - privada, pública, drogaria, enfermeira, curandeiro de aldeia, conversa com vizinho ou auto-medicação.
	Acesso	Tipo de assistência prestada (visita ao consultório, hospitalização, cirurgia, etc.) Custos Acesso geográfico Grau de satisfação com o serviço recebido: Fertilidade / taxas de natalidade Taxas de mortalidade infantil	- quanto pagou pela assistência - pagou ou ganhou os remédios recetados - tipo de transporte utilizado - distância até o centro de atendimento tempo de espera como o entrevistado avalia o serviço recebido De todas as mulheres entre 15 e 49 anos - gestante? Quantas vezes? - Quantos filhos nascidos vivos? - Quantos filhos ainda vivos? - Idade na primeira gestação - Nos últimos 5 anos perdeu algum filho de menos de 5 anos?> - Quantos? Data de nascimento, data, idade e causa do óbito
	Produto	Taxas de morbidade adulta Taxas de morbidade infantil Nutrição/saúde infantil	- sintomas - tosse, diarreia, febre - medidas antropométricas: altura/idade (6-7 anos) e peso/idade (0-5 anos)

(3) Indicadores de Saúde

Os indicadores de saúde devem cobrir todos os residentes e investigar a morbidade geral bem como os aspectos específicos referentes a grupos de risco: gestantes e mulheres em idade de reprodução e crianças especialmente as crianças em idade pré escolar como também as crianças em idade escolar. No caso desses grupos as condições de saúde são intrinsecamente relacionadas a condições sanitárias básicas do domicílio, nível de educação do chefe do domicílio e mais importante às mulheres e mães e as condições nutricionais que por sua vez são altamente dependentes da renda domiciliar. Portanto, os questionários deverão investigar todos estes aspectos com relação aos indicadores de insumo, o consumo médio de alimentos por pessoas, a disponibilidade de programas de subsídios alimentares para grupos populacionais em risco, alimento ao seio para crianças de menos de um ano de idade, o nível educacional do chefe do domicílio e de sua esposa, renda domiciliar. Os indicadores de insumo de saúde teriam a cobertura de programas como imunização, educação para a saúde e cuidado pré-natal.

5.2.1 Outros Indicadores Importantes

Nutrição

A investigação da nutrição em pesquisas domiciliares deve ser mantida no mínimo devido a todas as dificuldades metodológicas e operacionais envolvidas na coleta das informações, sobre as quantidades adquiridas, o total pago, e as quantidades de alimento efetivamente consumidos pelos membros do domicílio no período referenciado. A solução dotada nos poucos países que incluíram módulos de nutrição em suas pesquisas domiciliares será investigar os aspectos nutricionais que são relevantes para determinados grupos da população que possam estar em risco: mulheres gestantes, crianças e infantes. Refeições no domicílio e fora do domicílio bem como acesso a determinados programas como refeições no trabalho, tickets alimentação e programas de merenda escolar não são difíceis de investigar também.

Medidas antropométricas representam uma forma simples e eficaz de obtenção de medidas das condições nutricionais de crianças. Devido ao papel relevante que desempenham na tenra infância como provedor natural contra certas condições, o alimento ao peito é uma forma importante de investigar com relação às condições nutricionais dos infantes de 0 a 1 ano de idade: se o infante está sendo alimentado ao seio, se não por quanto tempo, quando é que os infantes foram introduzidos a alimento sólidos, etc.

Gestantes e mulheres que estão alimentando ao seio devem ser investigadas com relação ao consumo de cálcio, ferro e suplementos de foliculina.

Renda e gastos

Conforme observado anteriormente neste relatório as pesquisas de renda e gasto são em si extremamente difíceis de implementar em intervalos regulares devidos aos elevados custos de uma operação extensa e de um questionário complexo. Os países que optam pela implementação da pesquisa do tipo LSMS em geral terão algumas informações sobre os gastos, muito embora não tão extensos como as informações normalmente proporcionadas

nas pesquisas de renda e gasto: normalmente elas cobrem um número menor de itens e períodos de referência mais curtos.

Visto que o consumo de itens e produtos individuais varia de país para país devido a sua disponibilidade, preço, fatores culturais determinando seu uso, etc. não há sentido em proporcionar uma lista detalhada dos aspectos a serem investigados.

Com relação à renda, além das variáveis clássicas utilizadas para investigar a renda nas pesquisas de força de trabalho, as seguintes recomendações gerais devem ser feitas: tipo de renda, fontes e volumes devem ser detalhados ao máximo possível de forma tal que se possa ter a melhor imagem. Além disso a renda indireta deve também ser incluída no cômputo da renda domiciliar e individual. A renda indireta inclui poupanças derivadas pelo não pagamento de aluguel ou de hipoteca sobre uma casa, remessas familiares, empréstimos, prêmios de seguro, benefícios como assistência médica patrocinada pela empresa e benefícios médicos, planos de aposentadoria, bonificações, transportes, etc.

Finalmente, um inventário de bens duráveis do domicílio como automóveis, refrigeradores, televisores, vídeo cassete, computadores, máquinas de costura, lanchas, bicicletas, etc., e seu valor de compra bem como por quanto poderiam ser vendidos hoje, podem proporcionar um conjunto adicional de informações para avaliar o bem estar geral de diferentes grupos populacionais.

5.3 Comentários finais

Melhorias no sistema de pesquisa domiciliares na maioria dos países latino americanos exigirão além de recursos financeiros e suporte técnico um forte engajamento por parte dos governos e órgãos envolvidos. Portanto, uma avaliação da capacidade institucional dos países deverá levar em consideração o histórico institucional dos programas de pesquisas domiciliares nos países numa tentativa de identificação das tendências dos recursos humanos e orçamentários designados à implementação desses programas. Esta análise pode esclarecer as fraquezas e as forças tanto técnica quanto institucionais desses programas direcionando as ações a serem implementadas em cada país individualmente.³³ As metas a serem definidas e sua ordem de prioridade podem ser muito diferentes em cada caso dependendo das áreas que precisam de maior apoio.

Este relatório pode apenas proporcionar um sumário dos principais aspectos a serem considerados nas tentativas de reformulação dos programas de pesquisa nos países latino-americanos. A implementação do programa exigirá uma avaliação local de cada país onde o projeto será implementado. Essa avaliação deve incluir especialmente aspectos que não foram tocados nesse relatório como a coordenação de operações de campo, a qualidade do pessoal de campo, codificação, procedimentos de lançamento de dados, procedimentos de disseminação, microdados, etc.

Devemos observar que o enfoque sobre uma cobertura ideal de tópicos não significa que tais tópicos devam ser investigados todo ano na medida e extensão aqui recomendados. Significa apenas que os países beneficiariam muito com investigação desses tópicos em

³³ Esse ponto será explorado ainda mais na parte final desse relatório que contém as recomendações para melhoria das pesquisas domiciliares em países latino-americanos.

intervalos regulares o que pode ser feito de várias formas sendo a mais fácil delas a inclusão de questionários suplementares. Para os países que já implementam um questionário tipo LSMS essa base de rotação poderia significativamente reduzir o custo operacional. Isso exige (a) que os países projetem um programa básico de pesquisas domiciliares e que implementem esse programa em bases regulares; (b) melhorias no referencial amostral e um desenho amostral suficientemente flexível que possa maximizar as informações obtidas para grupos particulares na população que estão sendo objetivados pelas políticas de programas sociais.

Além de uma avaliação de cada programa de pesquisa e de sua infraestrutura operacional um diagnóstico institucional proporcionando dados adicionais e informações sobre o histórico institucional de cada pesquisa domiciliar específica deverá ser incluída no programa ILSC, bem como sobre suas tendências históricas com relação aos recursos humanos e orçamentários, disponibilidade de dados etc. Nos países onde existe muito pouca atividade nessa área e onde as atividades são escassas, irregulares e infrequentes, o primeiro passo será começar a partir do início, apoiando a implementação de um bom censo populacional ou melhorias das operações do censo.

É importante também integrar e coordenar as ações dos órgãos governamentais bem como dos usuários referentes a recursos humanos e financeiros para planejamento e operações de pesquisas. Essa coordenação é da maior importância quando chega a necessidade de registros administrativos ou para complementar a análise de dados de pesquisas domiciliares. Um sistema efetivo de estatística social não pode depender exclusivamente de dados de pesquisas domiciliares e exige dados administrativos de boa qualidade.

Com relação à cobertura dos tópicos do questionário recomenda-se que especialmente nos países que têm atividade pequena ou irregular na área de pesquisas domiciliares ou onde o apoio institucional para a atividade é instável poderiam começar com o desenho de um questionário muito simples cobrindo basicamente os mesmos tópicos que já cobrem, porém, com maior extensão uma vez que este instrumento se institucionalize outros tópicos podem ser agregados (serviços de saúde, mortalidade infantil, nutrição, gastos e consumo etc.)

Indubitavelmente a riqueza analítica dos dados vindos de pesquisas domiciliares integradas onde todos os módulos são aplicados em conjunto é muito maior por causa de seu potencial para as análises das interrelações entre diferentes aspectos sócio econômicos todos ao mesmo tempo e seu impacto entre si. Contudo, os países que têm dificuldades de implementação dessas pesquisas anualmente poderão se beneficiar da realização de módulos sobre tópicos específicos em base rotativa como o programa de tópicos investigados sequencialmente todo ano, de maneira tal que cada tópico possa ser coberto cada dois ou três anos, por exemplo.

Muito embora isso reduza o potencial analítico dos dados da pesquisa em mostrar as interações múltiplas de diferentes fatores nas condições de vida da população, nesse ponto seria melhor termos uma cobertura condensada de tópicos e buscar aperfeiçoamentos na qualidade do referencial e desenho amostral, operações de campo e instrumentos de codificação, procedimentos de codificação, etc. que levem a uma sustentabilidade das operações, com impactos visíveis sobre a frequência e disponibilidade de dados. Uma vez

que estes elementos estejam funcionando adequadamente, pode-se agregar maior complexidade e mais detalhes ao conteúdo do questionário. Um questionário de boa qualidade e bem desenhado pode oferecer dados de boa qualidade apenas se a infraestrutura da pesquisa for de boa qualidade.

Alguns países, especialmente aqueles com maior experiência em pesquisas domiciliares, podem beneficiar-se de uma combinação entre suas pesquisas tradicionais de força de trabalho com a LSMS ou CASEN, no estilo da Jamaica. A opção por um ou outro instrumento será altamente dependente das razões pelas quais o país quer melhorar seu sistema de pesquisas domiciliares: se há um interesse na obtenção de maiores informações para a análise da pobreza e das condições de vida, a LSMS será a melhor opção. Se, pelo contrário, o interesse do país residir na monitoração dos investimentos e programas sociais, um questionário do tipo CASEN será muito mais adequado.

BIBLIOGRAFIA

Ainsworth, Martha & Jacques van der Gaag (1988) **Guidelines for Adapting the LSMS Living Standards Questionnaires to Local Conditions**, Living Standards Measurement Study Working Paper no. 34, Washington, D.C.: The World Bank.

Bernstein, Boris & James M. Boughton (1933) **Adjusting to Development: the IMF and the Poor**, Washington, D.C.: IMF Paper on Policy analysis and Assessment.

Berumem, Edmundo (1993), **Household Survey Programmes in Latin America: some aspects of sample designs currently in use in Central Statistical Offices**, Contributed Paper Meeting ST 49, International Statistical Institute, 49th Session.

Caillaux, Elisa L. (1994) **Levantamento das Variáveis que Compõem o Corpo Básico e Suplemento da PNAD nas Décadas de 1970 e 1980, da PME e do Registro Civil**, Rio de Janeiro, R.J.: Fundação IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.

Cardoso, Elisa (1992) **Inflation and Poverty**, Cambridge, Mass: National Bureau of Economica Research, INC.

CEPAL (1983) **Las Encuestas de Hogares en America Latina**, Cuadernos de la CEPAL, no. 44, Santiago de Chile: Publicacion de las Naciones Unidas.

Glewwe, Paul & Dennis de Tray (1989) **The Poor in Latin America during Adjustment: A Case Study of Peru**, Living Standards Measurement Study Working Paper no. 56, Washington, D.C.: The World Bank.

Grosh, Margaret E. (1991) **The Household Survey as a Tool for Policy Change: Lessons from the Jamaican Survey of Living Conditions**, Living Standards Measurement Study Working Paper no. 80, Washington, D.C.: The World Bank.

de Jong, Niek (1995) **Education, Income distribution and Poverty: a Critical Analysis of Household Survey Data of Selected Latin American Countries**, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, INT/SDI.

Leite, Márcia B. de Mello (1990), **Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90**, Textos para Discussão no. 19, Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE, Diretoria de Pesquisas.

Melgar, Alicia T. (1994) **Programa de Consolidación de la Reforma Administrativa y Financiera del Sector Público: Fortalecimiento Institucional del INDEC**

MIDEPLAN, Chile (1992) **Población, Educación, Vivienda, Salud, Empleo y Pobreza: CASEN 1990**, Santiago, Chile.

Monges, Fulvio et al. (1993) **Ingresos y Política Económica, Educación y Empleo Agropecuario em Paraguay**, Asunción, Paraguay: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas, Administrativas y Contables.

Morley, Samuel A & Carola Alvarez (1992a) **Poverty and Adjustment in Costa Rica**, Working Paper Series no. 123, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Economic and Social Development Department.

Morley, Samuel A & Carola Alvarez (1992b) **Recession and the Growth of Poverty in Argentina**, Working Paper Series no. 125, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Economic and Social Development Department.

Morley, Samuel A. (1992c) **Policy, Structure and the Reduction of Poverty in Colombia: 1980-1989**, Working Paper Series no. 126, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Economic and Social Development Department.

Morley, Samuel A & Antonia Silva (1994) **Problems and Performance in Primary Education: why do systems differ?**, Washington, D.C.: The Social Agenda Policy Group, Inter-American Development Bank.

Sauma, Pablo (1993) **La Distribución del Ingreso en el Paraguay**, Asunción, Paraguay: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas, Administrativas y Contables.

Sauma, Pablo et al. (1993) **Producción, Ingresos, Empleo y Estratificación Social en El Paraguay**, Asunción, Paraguay: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas, Administrativas y Contables.

Schwartzman, Simon (1995) **O Presente e o Futuro do IBGE**, Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE.

UNDP (1994) **Human Development Report**

UNESCO (1994) **Taller regional sobre indicadores de educación para el desarrollo humano**, Documento de Trabajo, Paris: UNESCO, división de Estadística.

Vos, Robert (1992) **Hacia el Mejoramiento del Sistema de Indicadores Sociales para America Latina**, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank & Institute of Social Studies (ISS).

Vos, Robert (1995) **Educational Indicators: What is to be Measured**, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Inter-American Institute for Social Development, internal paper, not for distribution.

HOUSEHOLD SURVEYS IN LATIN-AMERICA AND THE CARIBBEAN: AN ASSESSMENT

Márcia Leite Arieira, IBGE/DPE

PREFACE

The late 1980s have witnessed a concern, throughout Latin America, with social policies promoting equity in the countries of the region. In large measure, this concern is related to new definitions of priorities, on the part of governments in the region and multilateral institutions. Such new definitions explicitly recognize that poverty reduction and social equity are to be seen as the main concern of government and multilateral action in the region.

In Brazil and in most of the region, however, concern with economic issues in the last 15 years has overshadowed any preoccupation with the fostering of social development in itself. As a result, the state of household survey data on the socio-economic conditions of the Brazilian at this point in time reflects the strong emphasis of the government on economic policies and a focus on "social variables" as merely intervening explanatory variables or as variables which merely reflect economic development.

The design and implementation of policies to meet social development goals should be supported by timely and reliable demographic, economic and social data on the living conditions prevailing in the region, mostly data from household surveys (there included the demographic censuses, annual population surveys and income-expenditure surveys). Although social policy-making and social policy analysis in Brazil often benefits from a wealth of household survey data that hardly finds any parallel in most Latin American countries, the continental dimensions of Brazil and the complexity of its economic, demographic and social situation, pose a difficult challenge to data collection and analysis and to the timeliness with which data is made available. This problem affects statistics in all Latin American countries, from the smaller and less complex, which are also institutionally fragile, to bigger and institutionally more robust countries like Brazil and Argentina. For this reason, all those involved in socio-economic and demographic analysis either in Brazil or in other Latin American countries know that much remains to be done in the updating and modernization of existing data collection instruments, from their content and data entry and processing procedures to their user-friendly dissemination to users.¹

This paper provides an overview of household surveys in Latin America, concerning

- a. their information content, and data availability; and
- b. their usefulness as tools for measuring and analyzing living conditions on a timely, comparable and continuous basis.

In so doing, it expects to bring a comparative perspective on relevant issues that so far have been neglected but need to be considered when discussing the future of household surveys in Brazil and their usefulness for social policy-making and policy analysis as goals in themselves and not as mere side-effects of macro-economic changes.

¹ In the specific case of Brazil, the Brazilian National Household Survey (PNAD) certainly provides relevant data for the understanding of the socio-economic conditions of the Brazilian population and does so in a much more efficient way than household surveys in most Latin American countries. However, it seems to be a consensus among Brazilian professionals that much more is necessary, particularly in terms of information content, in order for demographers, social scientists, social economists and policy makers/analysts to refine the analysis of poverty, social inequality and their causes.

Chapter 1 INTRODUCTION

For several decades, academic economists and policy-makers alike expected that the effects of economic investments and economic growth would eventually "trickle down" to the population in Latin American countries - particularly to the less privileged groups - in the form of a more equitable income distribution and, consequently, of more social justice. However, as early as in 1973, the Regional Evaluation of International Strategy presented by CEPAL in Quito, pointed out that one of the major contradictions in Latin-American development seemed to be the lack of synchronicity between economic development and social welfare in Latin American countries². Towards the end of the 80s and early 90s, not only did it become clear that this was not going to be the case but it also appeared that the effects of the debt crisis of the 80s and the subsequent policies geared to structural adjustment had had a much more adverse impact on the overall social conditions of the populations in the majority of Latin American countries than previously anticipated. Poverty and income inequality increased tremendously and Latin American countries saw themselves in the middle of a crisis that was much more social than economic.³

Although at first glance, aggregate social indicators in some countries showed improvements in relation to previous decades (e.g. school enrollment rates, infant mortality rates, and particularly infrastructure coverage rates showed progress), it was argued that such improvements: (a) reflected investments made in previous decades and thus showed the time-lag of returns for social investments directed to the improvement of living conditions in any given country⁴ and that quality of social services had deteriorated with lower social spending in the 1980s; and (b) that such improvements still left those countries in a much worse social situation than the one found in more developed countries. The 1994 UNDP Human Development Report shows that, in the region, only Barbados ranks among the top 20 countries, placing it exactly in the 20th position. Uruguay ranks 33, Argentina 37, Chile 38, Mexico 52 and Brazil 65. Canada, Switzerland, Japan, Sweden and Norway rank in the first five positions, the United States in 8th. (UNDP, 1994)

Evidence to support the claims on how tolling structural adjustment policies had been for the poor in these countries was provided by several studies focusing on poverty and income distribution in Latin America in the 80s. These studies consistently showed the effects of adjustment policies which increased the gap between the rich and the poor in most Latin American countries⁵. Analyses of the interrelations between education and income distribution, as well as several attempts to measure poverty and to draw poverty lines in Latin American countries, however, often stressed the limitations posed by available statistical data, particularly data from household surveys⁶.

Such limitations range from the virtual non-existence of data to the existence of data which is not simultaneously reliable, timely or comparable over time across sub-regions or between countries. As a result, studies based on household survey data in Latin American countries often cannot go as far as it would be desirable and necessary for an accurate assessment of the different components and faces of poverty in each country. This also sheds doubts on their reliability to set parameters and yield recommendations for policies targeting the poor and aiming at poverty reduction. It is difficult for policy-makers to use such data as a reliable basis for the general characterization of sub-groups of the population to benefit from social investments or to

² Cf. CEPAL (1983: 3).

³ Cf. Morley (1992a, 1992b and 1992c), Bernstein & Boughton (1993), CEPAL (1990).

... ⁴ Cf. Grosh (1990).

⁵ In addition to the ones quoted in footnote (2), cf. Cardoso (1992).

⁶ This is also true for data obtained through the use of administrative records which, however, will not be analyzed in this paper.

compare the evolution of indicators on living conditions over time or even to identify changes in the poverty profile of the population.

This report provides an assessment of household surveys in Latin American and Caribbean countries with special emphasis in a more detailed analysis of household surveys in 5 countries: Argentina, Bolivia, Paraguay, Uruguay, and Chile. The assessment of these surveys will be qualitative and will try to identify deficiencies, particularly deficiencies related to the coverage of these surveys: their content, substance and topics coverage as well as their demographic coverage and the representativeness of their sample design and of the definitions of sub-groups of respondents for different topics. The report will analyze : (i) the range of the phenomena measured; (ii) the scope of the variables used to measure them; (iii) the definitions, content and boundaries of such variables; (iv) the sub-groups of the population defined as the respondents of the questionnaire and of each of its sections. Aspects related to the overall structure of the sample will only be analyzed if they have some bearing on the aspects above.

The report will focus on internal substantive aspects of the surveys, particularly on methodological and/or operational aspects identified in the structure of the questionnaire and sample design⁷. In addition, it will assess the potential of household survey data to construct social indicators and to measure living standards in Latin American countries.

When available, the analysis will be supported by interviewers' manuals containing instructions on data collection procedures. This analysis will help in the identification of areas where improvements can be achieved through more carefully spelled out definitions and more precise instructions to interviewers as well as through the regular scheduling of training and re-training for the survey operational team (there included field and data processing teams). The assessment will be mostly restricted to surveys conducted in the 80s' - preferably in the latter half the eighties - and will always use the most recent material available.

Traditionally, household survey programs consist of two major types of surveys: (a) permanent household surveys which investigate the characteristics of the labor force and occupation, employment, unemployment and income aspects and which, to a lesser or greater extent, may cover other aspects like housing conditions and demographic and educational characteristics of the household members; (b) income-expenditures surveys, which provide information on family budget and consumption and which are predominantly used as the basis for CPI (Consumer Prices Indexes) weights. More recently, two other types of household surveys have been implemented in various Latin-American countries: the World Bank designed Living Standards Measurement Survey (LSMS) and the Chilean-born Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN)⁸.

Although the analysis will focus on the predominant model of household survey programs institutionalized so far in Latin American countries - the Labor Force-type and Income-Expenditures Surveys - an overview of other types of household surveys will be provided for countries where a regular program of Labor Force-type surveys has been complemented or replaced by a program based on the Living Standards Measurement Survey (LSMS) or the Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN) experiences.

⁷ The report, however, will not assess institutional aspects related to the strength of executing agencies in the implementation of improvements in their survey program, the adequacy of the existing infrastructure and human power resources to make these improvements operational, their commitment to create and maintain mechanisms to guarantee data comparability, the interaction between executing agencies and policy makers/users of the data or their needs for training and strengthening of institutional capacity.

⁸ LSMS is the acronym for the Living Standards Measurement Survey, a World Bank experience that has been implemented with different degrees of success in some African, Asian and Latin American countries. CASEN is the acronym for Encuestas de Caracterización Socioeconómica Nacional, first implemented in Chile in the mid-80s' but which now has been replicated in other countries. For details on the typology of surveys analyzed in this report, see part 2 of this document.

The decision on the countries to be analyzed in detail was made on the basis of how much light their analysis throws on the comparative advantage in implementing different types of household surveys according to different information needs. Consideration was also given to their potential to illustrate sub-regional differences in the implementation of household survey programs. Bolivia is an example of the interaction between a program of labor force-type surveys and LSMS-type surveys. Both the CASEN Program in Chile, which began in 1985, and the 1992 *Encuesta sobre Características Socioeconómicas de las Familias Paraguayas* provide the basis for a comparison of regular labor force-type surveys and CASEN-type surveys.

The analysis considered the following elements: (a) the topics coverage of the survey questionnaire; (b) their frequency and promptness with which data is made available; (c) the degree of integration between different household surveys within a same country⁹.

The remainder of this report is structured as follows. Chapter 2 contains an overview of different types of household surveys and their use for the assessment of living conditions and for policy analysis; chapter 3 contains an overview of existing household surveys in Latin American countries, as well as an overall assessment of the countries' strengths and weaknesses in the area. Chapter 4 contains the case studies with an assessment of the potential of surveys for the measurement of living standards and the estimation of social indicators. Finally, chapter 5 contains a summary of issues to be tackled in proposals of reformulation of household survey programs.

⁹ The first version of this paper also contained an analysis of the geographical coverage of household surveys in Latin American countries, which, however, was excluded from this version for the sake of brevity.

Chapter 2

OBJECTIVES AND TYPES OF HOUSEHOLD SURVEYS

1. The Use of Administrative Records in Social Statistics

Basic information on the size and characteristics of the population of a given area or a given country have, for a long time, been essential for governmental and non-governmental agencies to plan their actions. Such information can be obtained through two main types of sources: administrative records and household surveys. Administrative records consist of all the official information recorded on a certain population: birth, death, marriage certificates, files of users of public services like educational services, housing services, medical services, welfare services, tax registers, business information on employees hired or laid off, salaries paid, etc. that is, all the information government agencies collect and organize on users of services at a national, state, municipal or even locality level.

Administrative records, however, can only provide information on the users of public services. Statistical information which allows for the analysis of social, demographic and economic characteristics of users of services vis-à-vis non-users, can best be obtained through household surveys. Household surveys are the most widely used source of information for inferences on the similarities and differences of users and non-users of services, while at the same time providing a picture of potential users

Such information is essential (a) for planning improvements in services which already exist; (b) for planning the offer of new services; and (c) for proposing and implementing changes (either reduction or expansion) in services in anticipation of shifts in the population of actual and potential users of these services in addition, of course, to the use of data for analytical, non-policy-oriented purposes.

2. The Use of Household Surveys in Social Statistics

Household surveys are the most widely used instrument to collect social, economic and demographic information on large population groups. They are important instruments to provide inter-censal data on the socio-economic characteristics of a country's population. Unlike population censuses, which investigate certain basic demographic, social and economic characteristics for the whole population, household surveys are applied to a sample of households which are selected on the basis of certain criteria. Household survey samples are drawn from a geo-cartographic basis which represents the area to be covered and which is usually updated on the basis of the most recently available census data. Households are typically selected in a multistage process in which, instead of simple random sampling, the sample frame provides the clusters (usually called tracts or enumeration districts) of approximately the same size of population. Clusters are then selected on a probabilistic basis and used to represent the universe of clusters; households are then selected - also on a probabilistic basis - to be representative at certain levels. Clusters and households are selected to be representative of the phenomena the survey intends to measure.

Samples will be representative of the whole population or some of its segments (for instance, the labor force), of geographic areas (the rural and/or the urban areas), of different population/administrative clusters: the country, the states and/or provinces, all the cities or all cities with a total population over X number of people, or some cities and the capitals of states and provinces, metropolitan regions, etc.

One common way of approaching administrative records and household surveys is to say that, while the first provide a good picture of the supply side of certain public and private services, the second will provide a good picture of the actual and the potential demand-side for these same services. They provide information

on which to build demographic, economic and social indicators for identifying trends in demand so that the offer of new services and changes in services presently being offered can be planned accordingly.

The assessment of household surveys on the basis of the criteria spelled out in the introduction of this report must take into account the objectives and goals behind their conception and design against the background of the present needs of statistical information. The program of household surveys which now prevails in Latin American and the Caribbean countries was not originally conceived as a set of instruments to measure living conditions but rather as instruments to measure characteristics of the Labor Force or to set the CPI system of weights on the basis of the average consumption basket for families at certain income levels.

3. Household Surveys in Latin America and the Caribbean

Labor Force Surveys

Virtually every Latin American country has had some activity in the area of household surveys. Of all the countries analyzed in this report only Guyana and Haiti do not have a regular activity in the area of household surveys. The present system of household surveys in Latin American countries dates from the early 60s when, under the inspiration of CEPAL, the ILO and other international organizations or agencies, many countries began household survey programs designed to measure employment, unemployment and certain characteristics of the labor force. In addition to these permanent household surveys (usually done on an annual or sometimes quarterly basis) which are anchored on the investigation of employment, unemployment and the labor force, many Latin American countries also implemented Household Income-Expenditures Surveys at longer and not always predictable intervals (every 5 or 10 years).

The origins of household surveys in Latin American countries can be traced back to a seminar held in Mexico City in 1965, where a study done by the US Bureau of the Census was presented. This study, named Atlántida: un estudio de caso en encuestas de hogares por muestra provided the basis for the Atlántida model, a set of 14 documents comprising all the basic aspects of a household survey. Although the Atlántida model represented an important contribution to countries with little or no experience in household surveys, it was basically a model of household surveys designed for industrialized countries, where the characteristics of the labor market are rather different from the ones found in less developed countries¹⁰. However, relying on this model and fed by financial and technical support from international organizations (USAID, UNDP, ILO, etc.) and from the Bureau of the Census, many Latin American countries were able to establish and maintain some basic activity in the area of household surveys, particularly labor force surveys.

Originally, both the sample frame and design and the questionnaire content of labor force surveys were directed towards identifying the composition of the labor force, measuring economic activity, searching for differences in the composition of economic activities and variations in the occupational structure in different countries, measuring employment and unemployment and variations in labor income resulting from differentials in wages, forms of payments, benefits paid to workers, etc.

In addition to the main variables related to the aspects above, certain demographic and social variables - like age, gender and level of education - were investigated as variables with an explanatory potential for differences and variations in the behavior of the economic, labor force-related variables. Studies using data from household surveys analyzed, from different perspectives, the degree and extent to which these variables were related to each other.

¹⁰ Cf. Cuadernos de la CEPAL, no. 44, 1983.

Multipurpose Household Surveys

In different degrees of complexity and intensity, household surveys in Latin American countries eventually began to be used as instruments to measure other social, economic and demographic variables in addition to the Labor Force aspects mentioned above. In some cases, these "expanded" surveys came to be designated **Multipurpose Household Surveys**. The analysis of the content of household surveys in Latin American countries shows that they are basically composed of something between 3 and 5 parts which cover: the household and the main demographic characteristics of household members, the main characteristics of the dwelling, some education variables, labor force and income and, sometimes, migration.

These topics, however, are structured around the characterization of the labor force. In spite of the potential relevance of household surveys to characterize the demographic situation in a country, it has often been recognized that in Latin American countries demographic information is not satisfactory: "the publication of basic data is often delayed, available data are incomplete, of poor quality and often not detailed enough to be of some use" ¹¹

Income Expenditures Surveys

Income and Expenditures Surveys (IES) were designed basically to measure income and expenditures of households, providing the basis and structure of weights for the construction of Consumer Prices Indices. Until the end of the 60s, they only covered certain socio-economic groups and the main metropolitan areas of the Latin American region. With time, however, Income and Expenditures surveys came to be regarded as an important source of information to measure differentials in living standards through the comparison of the structure and composition of the income and the consumption of households, so their coverage of socioeconomic groups has been somewhat expanded. (CEPAL, 1983:25)

In spite of the richness of information they provide however, Income and Expenditures Surveys are relatively limited as a regular source of data for the analysis of living standards. First, because most of them lack national coverage. Second, because even in the few countries where they have been done with a certain regularity, they have been rather spaced in time (in intervals ranging between five and ten years) for their data to be useful for the timely monitoring of living conditions.

Finally, Income and Expenditures Surveys are usually very expensive operations both because of the complex content of their questionnaires and because of the length of field operations. IES questionnaires are designed to extensively cover the composition of the income and the expenditures of the households and their individual members over an extended period of time and this requires well-trained interviewers and effective supervision.

Field operations of Income and Expenditures surveys are lengthy because the reference period needs to be long enough in order to capture: (i) all the inputs to a household and its members in the form of different amounts of income, from different sources, available to the household and/or its individual members at different periods of time within the reference period; (ii) all the outputs in the form of expenditures in the acquisition of goods and services (not only which goods and services are acquired but also in which amounts they are consumed and how often) as well the estimated value (price) of goods and services produced within the household or and the estimated costs the household would have in case certain expenditures were made. ¹²

¹¹ CEPAL (1983:4)

¹² For instance, how much it would cost to rent a house that is actually owned and paid for.

Techniques to gather data on household expenditures may vary from "memory records" (in which members are requested to reconstruct individual or household expenditures for a certain period of reference) to the use of booklets members of the household are asked to fill out, recording all the expenditures made, in each specific category of goods and services, within the period of reference. Both methods have their advantages and disadvantages which are extensively discussed by CEPAL (1983: 25-8).

The use of a long reference period in Income and Expenditures surveys for each type of expenditure is particularly important to capture aspects like the seasonal characteristics of certain types of income and certain types of expenditures. It also guarantees more representativeness of data, regardless of the procedures used for sample selection and for interview/field operations (for instance, whether interviews are done at one shot in the whole sample or whether panels of sub-samples are distributed along the year, with a rotation of panels).

The original conception of a program of household surveys was based on the potential for the integration of data from these surveys at the analytical level. Nevertheless, in spite of attempts made in several countries to integrate Labor Force Surveys and Income-Expenditures surveys in a regular program of household surveys, complete integration has never been accomplished. In addition to differences in geographic coverage and sample frame and design, the more irregular implementation of income-expenditures surveys made it particularly difficult to analytically integrate results from these two types of surveys.

The Measurement of Living Conditions

Assessments of statistical systems in Latin American countries have frequently stressed the difficulties in implementing Income-Expenditures Surveys and in integrating them with Labor Force Surveys in a regular program of household surveys. Budget and human resources difficulties have often contributed to institutional difficulties Statistical Offices find in keeping to the scheduled frequency in the implementation of surveys¹³. These well-known institutional difficulties have recently been joined by emerging needs of more comprehensive data for the analysis of living conditions, for a better demographic and socio-economic characterization of population groups and for identifying elements to explain differences between sub-groups of the population. Such needs increased the awareness of certain limitations detected by users of household survey data: (i) that household survey data did not fully allow for the analysis of living conditions, for an accurate measurement of poverty and for drawing poverty lines to support the design of policies aiming at poverty reduction and targeting the poorer groups of the population; and (ii) that even in the traditional areas which they were originally designed to cover (the labor force, employment and unemployment) they proved ineffective to measure new phenomena, particularly the ones related to the structure and composition of activities in non-formal labor markets.

Having been designed with the formal labor market structure as their backbone, household surveys lacked wider definitions of labor and economic activity. Their narrowness made it very difficult or totally impossible to capture new phenomena like the ones related to the non-formal (or "invisible") economic activities. In addition, they did not provide the range of coverage required for a more refined analysis of the living conditions of the population.

The measurement of living conditions is more inclusive than the measurement of the labor market and of economic activities. It goes beyond the use of income differentials to determine living standards and to draw poverty lines; it also requires a more extended topics coverage than that found in traditional labor-force survey. The measurement of living conditions requires a more detailed coverage of variables which are not strictly related to the labor market and the economic activity. It must cover in detail aspects like housing conditions, demographic trends (migration, fertility and infant mortality among others) and access to services (like schools and health centers), as well as consumption patterns. The measurement of differences in access to adequate housing, education, health services, etc., can add to the analysis of differences between sub-groups within major occupational and income categories and thus support refinements in the analytical understanding of socio-economic inequality, and of determinants of poverty.

In spite of an increasing need of data to support the design of public policies, particularly of social policies, neither the sample design and the representativeness of data, nor the geographic and topics coverage of traditional labor force surveys allow, at this point, for the detailed characterization of population sub-groups necessary for the effective targeting of social policies and for constructing indicators to assess the impact of these policies.

Both the World Bank Living Standards Measurement Survey (LSMS) and the Chilean Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN) represent attempts to deal with the changing needs of statistical information to support the design, targeting and assessment of the impact of social policies. Although different in questionnaire structure, sample design and operational procedures, both the LSMS and the CASEN-type surveys cover a much broader scope of topics and at a much greater length than the traditional labor-force surveys.

¹³ Budget and Human Resources restrictions are often cited as the major institutional difficulties in the sustainability of household survey programs in Latin American countries. This is the case in projects of institutional strengthening requesting IDB's technical cooperation, such as the projects in Honduras, Costa Rica and Argentina. Institutional difficulties are also cited in Schwartzman's assessment of Brazil's IBGE.

The focus of these surveys goes beyond measuring economic activity to measuring the living conditions of the population and even to identify the factors which might lie behind certain conditions/situations, particularly poverty situations so that more effective actions can be taken in order to correct them. It thus became of paramount importance to identify links between domains which were seen as more compartmentalized in traditional household surveys.

This means to recognize the importance of analyzing the links between sanitation conditions and morbidity, morbidity and work absenteeism, low educational levels and difficulty of access to schools, or poor housing conditions and high migration rates in certain areas; in so doing, policies could be designed and action could be taken to correct them, improving overall living conditions of sub-groups of the population and in the country overall.

The LSMS includes a much wider range of topics than the conventional Labor Force-type surveys or the CASEN-type surveys. These topics are covered in three different questionnaires: the household questionnaire, which is applied to household members and includes several aspects of household income, consumption and welfare; the community questionnaire, which is applied to key community leaders to assess the conditions of the community infrastructure; and the prices questionnaire, applied to local vendors to collect data on price levels and trends in these prices.

As mentioned earlier in this section, traditional programs of household surveys in most of Latin American countries typically will include LFS-type surveys and Income-Expenditures Surveys. Usually these instruments are structured around different analytical or operational purposes; often their sample structure and design, although deriving from a common basis (in general demographic censuses) differ, resulting in different levels of coverage and representativeness of data.

The LSMS, on the contrary, operates at two different levels - the household and the community - within the same sample frame and covers both household income, consumption and prices with the survey instruments integrated by the time frame within which the questionnaires are applied and by the sample design. In fact, although the LSMS is composed of three different questionnaires, it is often referred to as one single survey exactly because of this integration.

As compared to traditional household surveys, the most distinctive characteristics of the LSMS are: (i) its multisector design allowing for the analysis of determinants of various outcomes; (ii) much smaller samples leading to a focus on data quality rather than quantity; (iii) the intensive use of personal computers at all levels of operations, leading to quick data availability and better quality control; (iv) the flexibility and adaptability of LSMS questionnaires to conform to particular characteristics and policy needs of different countries.

It must be noted, however - and this point will be further explored at a later point in this report - that the LSMS experience has been adapted by different countries, in different modalities: questionnaires have been modified, dropping questions and/or modules or slightly changing their content to adapt to particular circumstances in each country. Modules may have been dropped altogether, their level of detail may have varied or they may have been linked to other surveys applied in the country, maximizing economies of scale in sample design and field operations.

In some countries, the LSMS also had to face financial and human resources difficulties similar to the ones that had previously affected Labor Force and Income-Expenditures Surveys. As a result, the relative success of the LSMS in different countries varies widely and, in spite of an overall assessment of the thoroughness of its topics coverage, the mere replacement of Labor Force and Income and Expenditures surveys for the LSMS should not be seen as an automatic guarantee of better quality data or of sustainability of the information, although in most countries it generally means a wider coverage of topics.

CASEN-type surveys (*Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional*) encompass all survey experiences based on the Chilean experience of the *Encuestas de Caracterización Socioeconómica Nacional*. The implementation of the CASEN began in Chile in 1985. The CASEN differs from the LSMS in that its purpose is directly policy-related, affecting the scope of its questionnaire and its sample frame and design. The CASEN was conceived as an instrument to measure the redistributive impact of social expenditures and to evaluate current social programs, determining the next steps of these programs as well as corrections and adjustments in their course.

Ultimately, CASEN provides information allowing for the close monitoring of social programs in order to guarantee that the actual beneficiaries of social programs are the segments of the population previously identified as the primary focus of social expenditures and programs: "La Encuesta CASEN constituye una importante herramienta para la evaluación y el diseño de políticas sociales. Permite medir el impacto monetario que tiene el gasto social y los diferentes programas sobre los distintos estratos de la población. Permite verificar si los diferentes programas están efectivamente llegando a los grupos que se han definido como beneficiarios". (MIDEPLAN:1992).

The CASEN is also more "targeted": its questionnaire covers in detail the policies and social programs implemented by the government and its sample frame and design are representative of the regions and socio-economic groups who are the expected beneficiaries of these policies and programs. The CASEN has been implemented every two years since 1985. It seems that its strategic role as the instrument to monitor government social programs and expenditures gives it more institutional support and strength than the average support traditional programs of household surveys receive. Incidentally, the same type of support is provided to the Jamaican version of the LSMS, which was also designed and implemented as an instrument to monitor the impact of government social policies.

When one looks at all the different types of surveys described above, the idea that comes to mind is that of a continuum in which Labor Force-type surveys would be at one end - single purpose - while LSMS and CASEN-type, because of the highly integrated and interrelated approach to the different aspects they investigate, would be at the other end. To a certain extent, the surveys analyzed in this report will be located along this continuum although more heavily concentrated in its mid-section. Few surveys are strictly Labor Force-type and not many are LSMS or CASEN-type in their purposes, at least not yet.

HOUSEHOLD SURVEY PROGRAMS IN LATIN-AMERICAN AND THE CARIBBEAN COUNTRIES: AN OVERVIEW

The surveys analyzed as the basis for this section are summarized in Tables 1, 2 and 3 (ANNEX 1). Table 1 depicts the situation in each country for which there is information regarding the aspects mentioned above. Table 2 provides an overview of topics coverage for the countries. Table 3 summarizes the type and quality of social indicators that can be constructed with data from these surveys.

This chapter begins with a description of the available information on household surveys in Latin American countries summarized in Table 1 and an outline of the categories used in the report to classify household surveys in Latin American countries. It then proceeds to an overview of the activity of Latin American countries in the area of household surveys, trying to identify, in each case for which information is available, strengths and weaknesses of the survey instruments to obtain timely, reliable data for the construction of social indicators and for the analysis of living conditions.

3.1. The Inventory of Existing Surveys

Information was updated on household surveys in all Latin American countries, except for the Bahamas, containing the most recent information found for each country. For some countries not all the information needed for the table was available. Table 1 provides information on:

- (a) the date of the most recent population census for each country.
- (b) information on Permanent Household Surveys: name of the survey, institution responsible for the survey planning and field operation, type (whether Labor Force, Multipurpose, Living Standards, etc.) and date survey was initiated, the frequency and coverage of each survey, the sample size and last year for which data is available, information on special modules that accompany the survey.
- (c) information on Income-Expenditure Surveys: name, date, frequency, institution responsible for the survey planning and field operation, and coverage.
- (d) information on other relevant surveys done in the country, like demographic surveys, nutrition surveys, population and housing surveys; etc., including: name of the survey, date, the sample size and its coverage.

In general terms, in what refers to the definitions and the categories used in this table to classify the different surveys, the following applies:

Household Surveys were classified according to whether they were permanent surveys, income-expenditures surveys or other relevant surveys. Within the first category we included all the household surveys that were part of a program of Encuestas Permanentes de Hogares: Labor Force-Type Surveys (LFS), Multipurpose Household Surveys(MPHHS) and CASEN-type or LSMS-type surveys, whenever they show some degree of continuity and institutionalization.

- (a) **Permanent Household Surveys** typically include annual, bianual or quarterly household surveys, deriving in scope, content and sample frame and design from Labor Force Surveys. In most cases, they are part of a program of Encuestas Permanentes de Hogares and in some countries the program may have been interrupted during certain periods, frequency may not be so regular and data processing may be slow, strongly affecting the availability of recent information. However, these programs were originally conceived as permanent and regular.

Permanent Household Surveys were also classified according to whether they were Labor Force-type Surveys, Multipurpose Household Surveys, LSMS-type Surveys or CASEN-type Surveys. The classification of surveys as LFS will be restricted to household surveys with almost exclusive emphasis on Employment, Unemployment and Income Variables, those in which demographic and social variables (age, gender, schooling, etc.) are kept to a minimum and are generally used only to provide some very basic characteristics of the Labor Force. Surveys which were originally conceived as LFS but which throughout the years incorporated demographic and social variables, either through modules or supplements, were classified as Multipurpose Household Surveys.

The category **Multipurpose Household Surveys** comprises all those household surveys which, although originally designed for the measurement of Employment/Unemployment, Income and the characteristics of the labor force, have incorporated social and demographic topics to a greater extent than the traditional labor force surveys. These topics may include education, housing, health, fertility, internal migration, and respondents will not be restricted to the economically active population.

- (b) **Income-Expenditures Surveys** comprise all household surveys which are done on a regular basis, usually every five to ten years to measure family income and expenditures. One peculiar characteristic of Income-Expenditures Surveys is that they are more spaced in time and, because they are expensive operations which require a lengthy planning and a lengthy field activity of data collection, they tend to be done at much more irregular intervals than the permanent household surveys.

Analysis has shown that cancellations or postponements of income and expenditures survey are more frequent than cancellations and postponements of regular permanent household surveys, particularly because the IES is a lengthy and costly operation which requires availability of financial resources. Although, ideally, labor force-type surveys should have their questionnaire content, sample size and operational procedures periodically revised and updated, this is usually not done. In most countries, labor force surveys use the same questionnaire from one year to the next and, if resources are scarce, be implemented with minor updating, at longer intervals, in the training of interviewers, for instance. This is not the case with income and expenditures surveys. They are a major operation at longer intervals and always require major updating of the questionnaire in order to account for new items and changes previously detected in both income and expenditures patterns. Income-expenditures surveys cannot count on just the available team of interviewers who apply the questionnaires of regular survey programs and require, therefore, the recruiting and training of interviewers in a process very similar to what occurs at the time of population censuses.

In addition, income-expenditures surveys are mostly used to update the CPI base. As such they need to be complemented by Points of Purchase and Product Specification Surveys, which add even more strain to the costs of the survey. Finally, their data may generate political stress in economic policy decision-making as the result of pressures for changes in that base.

- (c) The category **Other Relevant Surveys** includes all household surveys done in a given country on a non-permanent, non-regular, non-systematic basis. Differently from Special Modules below, the basic characteristic of these surveys is that they are self-contained entities: their sample is usually designed independently from the sample design of the permanent household surveys, concepts used may be very different from the ones used in permanent surveys, there is no initial plan to replicate it at certain intervals, and in a great number of cases they are planned and implemented by agencies other than the Central Statistical Offices, particularly by NGOs.

- (d) The column covering **Special Modules**, on the contrary, indicates those cases in which additional modules or supplementary questionnaires on special topics are tied to the regular permanent household survey both in what refers to sample frame and design, and conceptual integration. Although in most cases they are not done on a regular basis, those modules and supplementary questionnaires may be repeated from time to time in order to provide information for comparative analysis. Not many countries make use of special modules: Brazil and Colombia seem to have used Special Modules and Supplements on a regular basis at least until 1989. Argentina, Costa Rica and El Salvador appear on the table as using them, although not many details are known at this point of their content, frequency, etc.

The investigation of social and demographic characteristics can be done either through special questions in the main questionnaire, special modules within the questionnaire or special supplements (additional questionnaires) added to the main questionnaire. It is not necessary that these modules or supplements be done at regular intervals to characterize a multipurpose household survey. However, to be characterized as multipurpose, a household survey must regularly use modules and/or supplements to investigate a larger scope of demographic and social variables than the ones strictly related to the labor force and must do so for other population groups and not just the labor force.

Household surveys composed of integrated modules based on The World Bank's Living Standards Measurement Survey model and introduced in the countries through World Bank funding and technical support were classified as LSMS. Those surveys based on the experience of the Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional were classified as CASEN.

3.2. An Overview of Activities in the Area of Household Surveys in Latin American Countries

All Latin American and the Caribbean countries, with the exception of Haiti and Guyana have some form of institutionalized household survey. Guyana has had one round of the LSMS in 1992-93 conducted by The World Bank.

Most regular programs of Household Surveys in Latin American countries were initiated between 20 and 30 years ago: Barbados (1975), Bolivia (1970), Brazil (1967), Chile (1973), Colombia (1970), Ecuador (1969), Jamaica (1968). More recent programs include Belize, Costa Rica (1987), Dominican Republic (1991), Peru (1985). In some cases, however, the programs had a slow start, with long intervals stretching between surveys, like in Ecuador.

Most activity in the area of household surveys in Latin American countries (including population censuses, labor force surveys, multipurpose household surveys, etc.) is conducted by government agencies, in most cases by the Central Statistical Offices of each Latin American country. In some cases, support from outside agencies such as the AID, PAHO, The World Bank and the IDB, has helped countries to increase their institutional capacity to plan and conduct household surveys and to analyze household survey data. This support, however, is still mostly geared to the governmental agencies in charge of the household surveys operations. In some cases support was given to a private organization, such as Cuanto S.A., to conduct the LSMS in Peru, which was implemented with financial and technical support from The World Bank and the IDB (for a Special module).

Sample Frame and Population Census

Population censuses usually provide the frame from which the samples for household surveys are derived. Table I shows that most Latin American countries have done one population census in the last ten years. The exceptions are Haiti, where the last population census was done in 1982, Suriname, where the last population census was done in 1980, Guatemala and Nicaragua which both conducted population censuses in 1995. Of the remaining countries, there is no information available about the date of the last population census done in Barbados. In 16 countries the most recent census was done between 1990 and 1993.

However, the frequency and the time-interval between censuses are not always maintained. Brazil's 1990 census was postponed to 1991, making a decade interval of 11 years, instead of 10. Guatemala's previous census was done in 1981 (a fourteen-year interval to the planned 1995 census). The Dominican Republic had a population census in 1993, 12 years after the previous one, done in 1981.

Predominant Type of Household Survey Systems in Latin American Countries

LFS and Multipurpose Household Surveys have prevailed in most Latin American countries until now, in spite of institutional difficulties and often scarce financial and human resources. Criticisms to these surveys have emphasized that difficulties in their frequency and geographic coverage make their use in policy formulation and monitoring very difficult. Most surveys in Latin American countries are predominantly urban, and often cannot be disaggregated below State or Province levels. Furthermore, the postponement and/or cancellation of major operations like the Demographic Censuses prevents the regular updating of their sample frame and design, making them unreliable instruments to be used in policy-making.

In addition, LFS and Multipurpose HHS have been, for quite a long time now, criticized for the little or no updating of questionnaire content and data processing technology; for substantive reductions and cuts in training programs for interviewers (with its resulting impact on data quality and reliability) for frequent delays in the release of data to the public (causing data to be obsolete and of little use when finally released) and for obsolete and/or rigid methods of data dissemination and little or no analysis of data, particularly for policy-making purposes¹⁴.

Institutional Weaknesses

Many of these problems are a consequence of institutional difficulties. Scarce financial and human resources have caused central statistical offices to constantly lag behind in content update as well as in the modernization of operational procedures which could benefit from technological innovations. There seems to be a general consensus that, in some or most Latin American countries, these problems deepened as a result of the structural adjustment and the public sector crisis in the 80s, when public sector reform (or attempts to promote it) led to institutional difficulties and budget cuts which further hindered the implementation of household surveys.

Argentina and Brazil are examples of this. By Latin American standards both are "rich" countries, countries with larger and more complex economies and higher technical capacity than most smaller, poorer Latin American countries. However, they are also countries in which the need to assign top priority status to macroeconomic policies to fight inflation and the public deficit left little or no room for investments in the quality of statistical data. In the case of Brazil, for instance, the 1994 household survey had to be canceled

¹⁴ CEPAL, 1983: 4-23.

because human resources available had to concentrate full-time in data processing and analysis of the 1992 and 1993 household surveys. The Income-Expenditures Survey only had financial resources to cover its planning stages and was, therefore, indefinitely postponed from its original expected data (1992) ¹⁵.

Suriname, at the opposite side of the scale, presents perhaps the most extreme example of the obstacles that can arise to implement a program of household surveys. The country implements household surveys on a quarterly basis. The sample is around 1,000 households, with a response rate of around 50%, which is extremely low. Because the last census was done in 1980 which the results were only published in 1992 and ended up being highly controversial ¹⁶, there is no reliable basis to use for the updating of the sample frame. The updating of the questionnaire was done in 1994, on the basis of ILO recommendations, and questions about a second and third job were added. However, although data for 1994 is collected, it has not been processed yet for lack of financial resources. Suriname's last Income-Expenditures Survey, as mentioned, was done in 1968-69. Another survey began in 1987 but was not completed because of lack of financial resources. An attempt to conduct a mini household budget survey in 1993-94 was also unsuccessful ¹⁷.

3.3. Frequency

The frequency of household surveys varies widely. In Argentina, Belize, Dominican Republic, Ecuador, Honduras, Uruguay and Venezuela they are done twice a year. In Barbados, Colombia, Suriname and Mexico they are quarterly. In Colombia, however, they are done on a quarterly basis only in urban areas; frequency in rural areas is variable. In Jamaica, the regular program of household surveys (LFS-type) has been implemented since 1968 and is conducted on a quarterly basis. Jamaica, however, has also been successfully conducting, since 1988, the Jamaican Survey on Living Conditions (LSMS-type) on an annual basis as part of the LFS system.

Chile presents a somewhat different case in that its Programa Integrado de Encuestas de Hogares (PIDEH) is composed of one quarterly survey (the Encuesta Nacional de Empleo, two monthly surveys (the Encuesta Nacional de Mano de Obra y Remuneración and the Encuesta Ocupacional) and one annual survey (the Encuesta Ocupacional y de Ingreso). The Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional (CASEN), however, is conducted every two years. Bolivia, Brazil, Costa Rica, El Salvador, Panama, Paraguay and Peru conduct annual surveys. Since 1980, however, Brazil has also been conducting a Monthly Labor Force Survey in 6 metropolitan regions.

Dates of survey implementation are not available in all cases. Among the countries for which information is available, the Argentina's survey is done in May and October while in Honduras it is done in March and September. In Brazil it is done in the fourth quarter of the year. In Costa Rica, it is done in July and in Panama in August. Bolivia, Ecuador, El Salvador, Guatemala and Paraguay have their surveys at variable dates.

¹⁵ Schwartzman: 1995.

¹⁶ Among other issues, controversies concern the results vis-à-vis internal and external migration. There are indications that the country as a whole lost population to international emigration and internal migration changed the demographic outlook of regions in the country.

¹⁷ Information provided by Jacques Anas.

3.4. Special Modules and Other Relevant Surveys

Some countries have used – with higher or lower degrees of continuity – special modules to investigate socio-demographic topics that may be of interest to policy making and policy analysis. Initiative to introduce these modules may come from government agencies, universities or specialists interested in maximizing the benefits of household survey operations, particularly when they are done in a national scale.

The potential of household surveys to gather additional information on topics other than the ones they were originally intended to cover varies widely as a result of their sample design and framing. In the absence of surveys specifically designed to cover socio-demographic aspects of the population, however, traditional household surveys have proven to be very useful, particularly when proponents are aware of the limitations imposed by their sample frame.

Of all Latin American countries covered in this report, at least Argentina, Brazil, Colombia, Costa Rica and Ecuador and Jamaica have worked with core questionnaires and rotative special modules in regular household surveys programs. In Ecuador, a special module on Health was done in 1990, but no details are available as yet. Colombia and Brazil seem to be the countries to have most extensively and widely used this instrument.

Colombia's modules are designed to measure specific topics and issues of interest for policy-making and are usually requested by other government agencies. In the past, these modules have included Housing and Transportation (1978); Transportation (1980); Housing (done annually since 1986); Fertility (1971, 1972, 1977, 1978 and 1980); and Informal Sector (1984, 1986, 1989, 1990).

In the case of Brazil, special modules were done regularly between 1973 and 1989, with different degrees of success. Implemented as additional questionnaires applied to the whole sample or, in some cases, to a sub-sample of respondents to the main questionnaire, these modules covered: Labor Force and Fertility (1973), Race, Occupational Structure and Social Mobility (1976), Housing (1977), Health (1981), Education (1982), Labor and Social Security (1983), Fertility (1984), Living Conditions of Children in Metropolitan Areas (1985), Contraception, Access to Social Programs and Community and Union Participation (1986), Social and Political Participation (1988) and Labor Force and the Formal and Informal Labor Market (1989 and 1990).

The 1985 survey was done only in metropolitan regions to gather information on living conditions of children and their families, particularly in the lower-income groups. The 1986 survey consisted in fact of 3 modules, one on each theme. The Fertility module was applied to a sub-sample of women between 15 and 54 years of age. Data obtained in the module on Access to Social Programs, however, proved to be of little use considering the little representativeness of responses.

Most Latin American countries have had experiences in the category of "Other Relevant Surveys" which includes non-regular household surveys, usually done only once, mostly covering health, nutrition and demographic aspects. Contrary to the regular programs of household surveys which are usually implemented by the Central Statistical Offices and, in a few cases, by the Ministry of Planning, these other surveys are often implemented by Non-Governmental Organizations. Particularly in countries with little or infrequent/irregular activities in the area of household surveys, such activities fill in a gap for statistical information, particularly information on socio-demographic aspects of the population.

Such is the case of the Encuesta Demográfica y de Salud, done in the Dominican Republic in 1986, of the Encuesta Nacional de Fecundidad in Ecuador in 1979, of the National Food and Nutrition Survey done by PAHO in Guyana in 1976 or of the Rural Social and Economic Survey also implemented in Guyana in 1994. Mexico had a National Survey on the Informal Economy in 1991 and Panama had, among others, a National

Survey on Mothers and Children in 1984 and a National Survey of Nutrition in 1980, in addition to a National Survey on Maternal-Child Health and Family Planning, recently done in 1993.

Particularly important are experiences with the LSMS in several countries. In Bolivia, the LSMS experience was used as the basis to widen the scope of the labor force-type household survey that had been implemented prior to 1989. In Guyana, an LSMS was done in 1993 and a 1996 round is under discussion, although the survey itself cannot be classified as institutionalized. Ecuador has been conducting an Encuesta de Condiciones de Vida since 1994 (repeated in 1995 and planned for 1996), based on the LSMS and with support from The World Bank and The United Nations Development Program (UNDP). Nicaragua conducted an LSMS in 1993 with support from The World Bank and has been discussing the possibility of doing a second round in 1995. Honduras and Paraguay both have plans for an LSMS in 1995, with the support from The World Bank.

Panama also did an LSMS in 1983-84 in Panama City and the district of San Miguelito. Trinidad and Tobago did an LSMS in 1992 and Peru has had 4 rounds of the LSMS, in 1985/86, 1990 and 1991, the last one under the administration of a private research institute. Venezuela also conducted a Social Survey in 1992 which was originally planned as an LSMS but was implemented in a substantially modified form. In Brazil an LSMS pilot is under way.

Of all the LSMS experiences so far in Latin American countries, the most successful one has been Jamaica, where the LSMS is done as a second stage of their Labor Force Survey with a questionnaire designed for the measurement of specific policy/program aspects of interest for the Jamaican government and the Planning Ministry. The government's active interest in using the LSMS data for the design and monitoring of social policies is probably the reason why the LSMS has been so successful in that country as compared to the LSMS experience in other countries¹⁸.

In 1993 Colombia began a new experience with the CASEN, Encuesta de Caracterización Socioeconómica and with the Encuesta de Calidad de Vida Nacional y de Calidad de Vida in Bogotá. The last one in particular was seen as a natural outcome of a series of studies and analysis that had been implemented since the mid 80s, in an attempt to refine and more precisely define poverty lines and poverty indicators, on the basis of a wide set of indicators on living conditions.

In 1992, in addition to its program of household surveys and to its plans for an Integrated Household Survey in 1996 largely modeled after the LSMS, Paraguay conducted a "Encuesta sobre características socioeconómicas de las familias paraguayas", with a national sample of 5,059 households in urban and rural areas of the country.

The implementation of special modules, although not widespread in Latin American countries, can be very useful, particularly in those countries where not much social information is available through the regular program of household surveys. The definition of a basic plan of modules to be covered at regular intervals could fill in the gap for socio-economic information in many countries. A major drawback in the implementation of modules, however, is that they often do not allow for an integrated analysis of multiple factors explaining poverty and differentials in socio-economic conditions, a problem which can be solved through a sample design that takes such needs into account.

¹⁸ Jamaica also combines the implementation of the LSMS, which is household based, with a facility-based survey in Education, thus covering users and non-users or potential users of educational services.

3.5. Household Surveys in Latin-American and the Caribbean Countries: Topics Coverage, Frequency and Degree of Integration in Programs of Surveys

The aspects which are investigated in household surveys, particularly labor force surveys, and the concepts and definitions of the variables which measure them, have been agreed upon by the different international organizations that have supported initiatives to implement household surveys in member countries, like the ILO, CEPAL and the more inclusive United Nations network of agencies involved in development work. Such definitions were primarily intended to provide comparability among different countries and have evolved through the years in an attempt to keep in pace with economic and socio-demographic changes that affect the organization of labor, income structure, and the socio-demographic characteristics of different countries.

Consistency, over time, in content (that is, definitions, concepts and classifications), geographic coverage and frequency are important aspects that provide comparability among surveys. In addition, the integration of different instruments within a same program of surveys - which can be mostly accomplished through the use of standard definitions and concepts, the same sample frame and the same geographic coverage - had advantages that go beyond comparability. They represent economies of scale in the sense that a much wider range of aspects can be investigated at regular intervals, maximizing the chances for better and more effective analyses and for comparisons between countries and between regions within a same country.

3.5.1. Basic Ideal Coverage of Topics in Household Surveys: Input, Access, Output and Outcome Indicators

In addition to data on the characteristics of the labor force and on the structure and composition of income which form the basis of labor statistics, the measurement and analysis of living conditions requires household surveys to provide information on several social and demographic aspects. Housing and Sanitation, Education, Health, Fertility, Mortality and Migration are the basic aspects which should form the core of any household survey. Data on Expenditures and Consumption - in special food consumption are also extremely relevant since they provide an excellent proxy for the measurement of income and for drawing poverty lines.

Of course the ideal content of household surveys is highly dependent on what is being measured and for what purposes. Their potential for the implementation of effective systems of social indicators is, of course, dependent on these aspects. In general terms, as this report pointed out earlier, a trend has been set in the last decade for the measurement of living conditions as well as for the monitoring of social programs and social investments.

Two key issues feed this trend: (i) the need to assess baseline social conditions, particularly poverty and social inequality, identifying target geographic areas/population groups to benefit from social investments and programs; and (ii) the need to obtain reliable data to monitor the impact of investments and how effectively they reach target groups.

In general terms, these goals can be translated into indicators which cover the living conditions and measure the means or resources applied to the programs, projects and services, how effectively programs, projects and services reach the population and their outcome (the impact of programs, projects and services on the well-being of the target-population). Indicators can be classified according to the elements and components they measure as input, access, output and outcome indicators (cf. Vos, 1992). This classification can apply overall to indicators on socio-economic conditions in general as well as to indicators in specific sectors in which investments and programs are heavily concentrated.

Input indicators provide a measure of the required financial and human resources conditions that need to be met, as well as of basic programs designed for the satisfaction of socio-economic needs; they mostly refer to the institutional conditions for making certain services available at a certain level of efficiency

and cover both public and private spending. At the public spending level, input indicators basically refer to the amount of financial, human and material resources required to deliver certain services; in the case of education, it will refer to a country's expenditures with education, the number of teachers, classrooms and classroom material available to students, etc. In the case of health, the portion of the budget allocated to health, the number of doctors, hospitals, hospital beds, etc.

Input indicators, however, also cover some basic conditions at the private level of families or households, like the sanitary conditions of households which are essential for the sustainability of health programs designed for the improvement of health conditions, the density in households which provides a measure of the environment in which children reached by educational programs will be able to study and perform their school tasks, etc.

Access indicators measure physical, material and financial constraints (or lack thereof) to the access and use of services and programs by the population groups they are intended to reach. Geographical distance to school or to a hospital or health center, financial difficulties on the part of the family to buy the required books or the uniforms for their school-age children, or to pay bus fares or simply to be able to send their kids to school instead of needing them to work in order to generate income for the family are all important elements to consider when discussing education indicators. Difficulties to see a doctor or nurse, long waiting lines in health centers, expensive prescriptions and the need to pay for certain exams may all be discouraging factors for some to seek health care when needed.

Output indicators measure the results of investments in certain areas. They measure the results or the impact of programs and policies designed for the improvement of living conditions or for improvements in particular areas like health, sanitation, housing, education, public safety, etc. Output indicators constructed from household survey data generally show changes and evolution in overall living conditions of a population and/or in certain areas.

Effective indicators will provide effective measurements of improvements or deterioration in living conditions overall or in certain specific areas. When investments, programs and policies in Education and Health, for instance, are successful, this should be reflected in the improvement of coverage indicators for these areas: higher school enrollment rates, a higher percentage of school-age children in school, higher literacy rates, higher average number of years of schooling for the whole population, a more skillful and knowledgeable workforce, etc. as well as lower infant and child mortality rates, higher life expectancy rates, lower morbidity rates, etc.

The improvements in conditions shown in output indicators, however, may have an impact in areas that are not directly related with the ones originally being measured. Outcome indicators measure externalities that go beyond the specific outputs of particular projects and sectors, affecting other areas and improving overall living conditions of the population. Better sanitation conditions will show not only in indicators of sanitation coverage of households, but also in health indicators, e.g. a decrease in diseases and deaths resulting from poor sanitary conditions in the households. Improvements in education may eventually affect fertility rates and even morbidity rates. Together with improved health conditions, improvements in educational conditions of a country will certainly have an impact on overall productivity, as a result of a better educated and healthier labor force, of less work and school absenteeism due to health problems etc.

Input and access indicators will measure the elements and means available to provide social programs and/or obtain social services, while output and outcome indicators will measure the more immediate (output) or more comprehensive (outcome) impact of programs on the well being of the population. One might consider that educational policies designed to increase the educational level of a population (the expected output) will be based on programs which require the input of a sufficient number of teachers, schools, school books and, in general terms, a certain amount of financial resources to guarantee that these elements will be in place and working properly for the goals of the program.

Household surveys can be extremely effective instruments to obtain indicators, particularly access, output and outcome indicators. From this point of view, of all the models of surveys analyzed in this report, the LSMS is the one that provides the wider coverage of topics at a level of complexity which allows both for the analysis of living conditions in general, the impact of public investments in areas like Health and Education and of the externalities of investments in social programs and projects -the impact that investments in one area like Nutrition or Sanitation can have on others, like Health and Education. The LSMS is more complete than both the CASEN and traditional labor force surveys in that it provides good coverage for the construction of input and output and even outcome indicators in addition to access indicators¹⁹

The analysis of the living conditions in any given country requires information on specific socio-geographic situations (urban and rural living conditions), representative at different levels (national to state/province to municipality) at different socio-demographic levels: at the level of the living conditions of the population as a whole, at the level of living conditions of socio-economic strata, of families, as well as of sub-groups of the population, particularly the ones which have traditionally been target by social policies like children, youngsters and women, native populations, etc.. It should allow for the monitoring and identification of differences in living conditions of specific ethnic/racial groups and age groups (seniors, women, children, for instance), between areas (rural and urban) and across different regions within a same country.

In addition to providing information for comparative analysis along the lines described above, household surveys can be an efficient source of information on the demand (actual or potential) for certain services in the short run or in the long run. For instance, knowledge about trends in fertility rates, and life expectancy rates, are crucial for assessing whether the welfare system may become burdened overtime by a smaller percentage of contributors, or that there will be an increase in the demand for certain medical services to care for the elderly, or that school enrollment rates at the primary and secondary levels may drop (or rise).

Household survey data can assist in accurately measuring the actual coverage of public services and the lag between such coverage and the demand for such services: housing, education, health, sanitation and utilities are some of the areas in which indicators based on household survey data will provide a good measure of differentials in the access to such services which may imply relative differences in living conditions among different population groups.

Ideally, household surveys should provide data to cover input, access and output indicators. Important aspects to be included in household surveys are:

a) Housing: Characteristics of the Dwelling

The way people live is a crucial dimension to assess the well-being of a population. Indicators of well being can be constructed with information on the physical characteristics of the dwellings²⁰, there included aspects like property situation, size in sq. footage and/or in number of rooms and number of rooms used as bedrooms, type of material used in the exterior and the interior of the dwelling, availability of tap water and bathroom inside the dwelling. Investigation should also cover the source of tap water, as well as the facilities

¹⁹ Access indicators are particularly well-covered in CASEN-type surveys.

²⁰ The distinction between dwellings and households is a distinction between a physical unit and a socio-economic and demographic unit. The units of investigation in household surveys are in fact dwellings, here defined as a groups or rooms or a single room occupied by a family or a group of people living together. The concept of household implies one family or a group of people living together in one dwelling. In fact, an additional refinement can be made if households are defined as consisting of one family or two or more families sharing the same living quarters.

for disposal of deject; assessing the connections to public works (public water and sewerage services. In addition, the use of kitchen and bathroom facilities - whether their are exclusive of the dwelling or shared by other dwellings - are important indicators of the sanitary conditions available to household members. Measures on the access to certain services like cooking fuel, electricity (both inside the house and in the streets) and telephone, to certain basic equipment like cooking stoves and refrigerators, and to amenities such as t.v., stereo and radio sets, provide good indicators of relative differentials in the overall well-being of population groups.

b) Characteristics of the Population: the Investigation of Basic Demographic Variables

These include age and gender, as well as ethnic/racial origin and marital status, the situation of each individual within a given household and/or family in relation to the head of that unit. Demographic characteristics of all members of a household are essential in the characterization of the population and sub-groups in the population and how these groups are distributed concerning each one of the other aspects listed here (housing conditions, economic activities, education, health, etc.).

In addition, the identification of migratory patterns of the population is relevant for the general demographic characterization. The information on movements of the population across areas (rural and urban) as well as across and between regions, is an important source of identification of factors affecting the attraction and expulsion of population. This information is essential for a more effective planning of size and types of infrastructure and social services which will be needed in attraction zones as well as of more effective policies to correct situations which represent potential expulsion factors in other areas.

c) Occupation and Income

We may group these two topics within a larger one named Economic Activities. Information to measure the economic activities of a given population should include participation in economic activities, income derived from economic activities and time spent on them. They should be flexible enough to allow for the inclusion of less conventional economic activities which are not always strictly employment and may be performed within the household as well as to differentiate the inactive from the unemployed (who are actively looking for a job), as well as to identify underemployment. Traditionally, labor force-type household surveys cover employment inquiring about the main job within a reference period of one week and sometimes about a secondary occupation. In some cases, they cover a reference period of one week for employment and 1 month for income. The LSMS covers the last 7 days and the last 12 months in order to get a more accurate measure of annual household income. Often they also include search for a job or for an additional job.

A more accurate picture of the labor force, the movements within the labor market should include the coverage of the main activity of respondents as well as of secondary activities. A more accurate picture of income should include labor and non-labor income, like pensions and benefits, capital income, income from rent, interest and dividends, transfers as well as, of course, the composition of and amounts in each category.

As will become clear below, traditional labor force surveys are mostly designed with urban employment conditions in mind. Household surveys in rural areas, however, require a much different questionnaire, allowing for the coverage of seasonal employment, the use of land, crop production and ownership of livestock and production, production for household consumption, structure and composition of household income, among others.

d) Education

Education and Schooling are important topics to characterize not only the Labor Force but the population as a whole, providing a relevant measure of the degree in which a population or sub-group of the population has (or will eventually acquire) the capacity to pursue the means which will allow for the satisfaction of other basic needs. Because of the role educational level plays on aspects like the health and nutritional conditions of a population, in addition to its relation to more strictly economic aspects like access to better jobs and higher income, the investigation of educational variables in household surveys is crucial in the characterization of living conditions.

Household surveys can be efficient instruments to obtain information allowing for the construction of input, access, output and outcome indicators in Education ²¹. Output indicators to be obtained from household surveys include participation in the educational system (enrollment and attendance to school), of performance (grade progression and highest grade and level of education completed) and of accessibility (the reasons why sub-groups of the population who should be attending school - children, for instance- are not). Literacy rates, average years of schooling, adequacy age/grade, and the degree of difficulty in the access to a school are some relevant indicators in this area. Input indicators will include private expenditures with education for instance, while output indicators include schooling rates for the population as a whole, for the school-age population as well as for particular age groups and levels.

f) Health

The investigation of Health in Household Surveys typically includes the investigation of morbidity plus the access to health services, through the investigation of the use of health services associated with an episode of illness or injury. Like in Education, the investigation of Health should include the demand and the supply sides of Health Conditions and provide input and output indicators for the assessment of Health conditions. Expenditures with Health, at the level of domestic and government budgets, availability and accessibility of health services should be investigated, as well as morbidity and the preferred type of care for different socio-economic groups. The investigation of health in household surveys should include indicators to analyze the links between health and work productivity, including remuneration and health and school performance, that is, indicators to measure the impact of health conditions on work and school productivity, the impact of sickness and injuries on work and school activities. Such an investigation should also include expenditures with health services, health insurance, etc.

The assessment of health conditions should also include aspects pertaining to vulnerable groups in the population and which are often the target of public policies in the area of Health: women - particularly women in the child-bearing years - and children. Proper pre-natal care as well as breastfeeding can dramatically reduce childbirth-related women's death rates as well as infant mortality rates. Immunization and the knowledge of oral rehydration techniques could reduce the incidence of fatal illnesses and ailments (like measles, rubeola, diarrhea, among others) in infants and school-age children.

Information of the degree to which existing policies and programs are reaching different areas and population groups is essential for the design of effective health programs.

²¹ An analysis of the uses of input and output educational indicators can be found in Vos, 1995. It is important to remind readers, however, that most input indicators are available from administrative records and, in this sense, an attempt to make household survey data and administrative data compatible might greatly improve the quality of social statistics in general.

g) Nutrition

Information on the structure of household expenditures with food is relevant for assessing whether basic nutritional needs of the population or of population sub-groups are being met. Nutritional levels constitute an important measure of its well-being, particularly during infancy and early childhood and may translate differentials in the access of families to healthy and balanced diets as a result of income, of educational level or of both. Nutritional aspects can be measured through different techniques: (i) the measurement of the actual consumption of foods in households, matching actual consumption to the ideal consumption according to age levels, gender, levels of physical activity, etc. and (ii) through anthropometric measures. Anthropometric measures are particularly effective and more reliable than food-based estimates to determine the nutritional status of younger children.

h) Consumption

Although income and expenditures surveys have mostly been used to update the CPI weights, data from these household surveys are very useful for the general assessment of the well-being of population groups. Data on income and consumption provide a sound basis to refine the analysis of differences among socio-economic strata that are not solely based on income but on the structure of household budgets, an expression of differences in budgeting strategies characteristic of different stages in the life cycle of a family, or of different choices concerning the use of income: the ability of households to provide for the basic needs, like housing, food and clothing, of family members, and the differences in the chances to provide for recreation and leisure, investments, etc. express socio-economic differences that may be hidden when only income is taken into account.

3.5.2. Topics Coverage in Household Surveys in Latin American Countries

A. An Overview

Labor Force-type Surveys in Latin American countries hardly ever investigate all the topics described above but may include a fair amount of them. An overview of topics coverage in household surveys in Latin American countries is provided in Tables 2 and 3 (Annex). Table 2 provides a general information on major blocks of topics coverage, while Table 3 summarizes dimensions and variables covered within each major topic.²²

Both tables contain information from the last existing household survey in the regular household survey program in each country, whenever the country had such a program. Table 2 presents the coverage of regular programs of household surveys as a baseline picture - or a starting point of analysis - for Latin American countries²³. This gives a unique measure (in this case, the content of the surveys) to compare

²² The Bahamas, Belize, Costa Rica, Guyana, Haiti, Mexico, Suriname and Trinidad & Tobago are not included in this analysis because no questionnaire was available. For Nicaragua, documentation was available but not the questionnaire, which made it difficult to access variables which include listing of items, like existing equipment in household, expenditures per items, etc.

²³ In addition, in the cases of countries where supplementary questionnaires or modules are regularly done, the table only uses the content of the basic questionnaire, concentrating thus on the comparability of the structure of questionnaires and of the topics covered.

countries. Because of the LSMS's wide coverage of topics, using information from their implementation at this point might give a false picture of the situation, particularly in Type I countries, where the incidence of LSMS experiences is higher than in the two other types of countries²⁴.

In Table 2, information from LSMS-type surveys was used either when the country had no regular program of household surveys or when there was no information available on such program. The exception is Jamaica: because the LSMS has been a rather successful experience in that country and because it is institutionalized and integrated to the operational structure of the regular Labor Force Survey, information on Jamaica also includes the LSMS coverage²⁵.

Table 3, however, uses a different approach: in addition to information on the coverage of the last household survey available for a given country, it provides information on LSMS- or CASEN-type surveys done in the country regardless of their degree of institutionalization. This way, it provides the comparison of coverage of topics and dimensions covered within topics for each country regarding both the regular household surveys program and an alternative or complementary program like the LSMS or CASEN.

Table 2 shows that there is not much difference between Latin American countries with regular programs of household surveys concerning overall topics coverage of regular household surveys. This may indicate that differences between countries will lie on their relatively different institutional capacity in the following areas: (a) the relatively lengthier or more summarized composition of questions covering each topic; (b) the frequency and timeliness of data collection and processing, meaning the capacity of countries to keep to their schedule of household surveys operations, both from the point of view of field operations and from the point of view of data processing operations; (c) the consistency and quality of data obtained.

The analysis of the surveys points to some degree of correlation between topics coverage, frequency and the degree of integration of surveys in a program. More integrated surveys like the LSMS and CASEN-type are also the ones with the most extensive coverage of topics. Frequency has always been a problem, but it seems to have a more dramatic impact in countries where programs are not integrated and when Income-Expenditures Surveys are done at longer intervals.

On the other hand, changes in the extent to which all basic variables in a topic were covered are very common in the surveys analyzed. Most often, changes are done in an attempt to improve data quality and topic coverage. In some cases, however, changes may result from the need to shorten questionnaire, shorten interview time and meet budgetary constraints for operational activities.

If we analyze the core of Labor Force Surveys in Brazil and Colombia, for instance, we will find out that they are not much different from the average household survey - labor force-type - in Latin American countries. In all the countries analyzed in this report, the basic structure is the same: demographic characteristics of household members, characteristics of the dwelling, characteristics of the Labor Force. Of all

²⁴ Because the LSMS coverage of topics is rather extensive and intensive, the countries where the LSMS was done at least once, would appear on the table as having a good system in what refers to topics coverage; in most cases, however, the LSMS implementation in such countries has faced problems and either the LSMS was implemented only once or, even when several rounds were done, the survey was never really effectively institutionalized.

²⁵ By the same token, the table at this point does not contain information on the coverage of CASEN-type surveys. On the one hand, only Chile and Colombia seem to have this experience institutionalized. On the other, the major purpose of CASEN-type surveys is not to provide general social, economic and demographic indicators for socio-economic assessments but, rather, to serve as an instrument to measure the redistributive impact of social expenditures and to evaluate social programs, providing information for the close monitoring and targeting adjustments of social programs.

the topics that should ideally compose a balanced average household survey, however, Education and Migration are the only ones investigated on a more systematic basis in most countries in the main body of surveys.

In general terms, household surveys in Latin American countries cover the traditional aspects included in Labor Force Surveys. Seldom are they as extensive in coverage as, for instance, the Living Standards Measurement Survey. Health, Nutrition and Consumption are investigated in very few countries, usually countries with at least some LSMS experience. Most of the countries usually include some coverage of aspects like housing, sanitation and education. Even when they do, however, the coverage is not as extensive and detailed as it would be desirable, as the remainder of this section shows.

Labor Force-type surveys in Latin American countries (i) often lack the desired geographic coverage to be representative of both rural and urban areas; (ii) often lack the desired minimal coverage of topics to make them effective instruments in the assessment of overall living conditions in countries; (iii) often lack the desired in-depth coverage within topics to make them useful in the measurement of each of the dimensions to be included in the analysis of living standards. Although Income-Expenditures Surveys were not analyzed in this section, Table 1 shows that, in most countries, their frequency is very irregular.

If we look at surveys strictly from the point of view of topics coverage, countries which implemented LSMS-type surveys present a wider coverage of topics in the surveys they implement, even in the cases where the LSMS questionnaire was not fully implemented. This is the case in Bolivia, Jamaica, Nicaragua, Peru, Venezuela. In these countries, with the exception of Jamaica, problems may arise from different factors like geographic coverage, representativeness of data and frequency of implementation.

On the other hand, countries with a solid tradition in the implementation of Labor Force Surveys, like Brazil, Argentina and Uruguay, for instance, seem to be the ones where topics coverage is the least extensive and where household surveys emphasize almost exclusively measurements of the labor force and the labor market. In these countries, however, institutional capacity and built-in knowledge and experience with household survey operations may provide a solid basis upon which to expand the topics coverage of household surveys.

Institutional capacity seems to be weaker in the smaller countries like Barbados, Belize, Dominican Republic, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Guyana, Haiti, Honduras, Panama, Paraguay, Peru, Suriname and Trinidad & Tobago. As previously mentioned, some of these countries may have implemented LSMS-type surveys but at an irregular frequency and circumscribed geographic coverage. At first glance, Paraguay may be at a slight advantage as compared to the other countries due to the implementation of the *Encuesta de Caracterización Socioeconómica de las Familias Paraguayas*. However, in this case, as in any others in which surveys were conducted outside Statistical Offices, the countries do not benefit from the extremely relevant contribution survey implementation can bring to institution-building. The institutionalization of the Paraguay SES might greatly contribute to an improvement in the country's capacity in the area of household surveys, if the responsibility for its implementation is transferred to the Statistical Office and the lessons learned from its initial implementation can be absorbed.

The implementation of surveys on socio-economic characteristics of the households/families represents a major improvement in the system of social statistics in countries like Chile and Colombia. Like the Paraguay SES, the Chile and Colombia CASEN are narrower in scope than the LSMS. CASEN-type surveys are oriented towards the monitoring of target groups in social programs than towards the measurement of living conditions. However, they provide essential information on households and families which goes beyond labor market and the work force-related aspects and allows for the monitoring of social programs in these countries.

Most surveys are often not comparable over time or across countries. Particularly in what refers to comparability of indicators between countries, coverage of topics and within topics varies widely. A detailed list of aspects to be included in household surveys, particularly when they are expected to measure living standards, will be provided in the final section of this report. General recommendations for all countries here analyzed, however, include:

(i) because Population Census provide the basic information for sample frame and sample design in household surveys, these should be the first priority in countries. Countries in which Population Censuses have been done regularly, should proceed to improve their operational and data processing aspects to make them effective instruments in the planning of their regular program of household surveys. Improvements should include socio-economic characteristics on which an effective socio-economic stratification of the sample could be designed. The design of the census operation itself should include the concern with making the information obtained useful in the more effective design of samples for household surveys.²⁶

(ii) as a second step, intra-country comparison across regions and over time should be prioritized over inter-countries comparison. Surveys should be representative at the national level, for rural and urban areas, for regions, states or provinces, capitals and metropolitan areas. In addition, depending on specific needs of information, particularly concerning information for policy-making and evaluation purposes, sub-segments like cities within one or several population ranges should also be represented in the sample.

(iii) a basic level of geographic coverage and representativeness (national, urban/rural, states and/or provinces, metropolitan areas and/or cities with population over a certain level) should be agreed upon. Agreement should also be fostered on the minimum frequency and the reference periods surveys will cover, as well as on the minimum number of topics and aspects within topics to be covered when inter-countries comparison is at stake. By defining a minimum number of indicators to be covered nationwide and the variables to cover them, and agreeing upon a common set of concepts to define these variables, countries would be able to provide information for inter-countries comparison while, at the same time, maintaining surveys as effective instruments to measure specific aspects which may differ from country to country.

(iv) Both intra-country and inter-countries comparisons might benefit from a schedule of coverage of topics in which certain topics could be covered annually, while others every two years. Demographic (including Migration, Fertility and Infant Mortality), Housing, Education, Labor and Income, and Health aspects should be investigated every year. Variable for Education and Health for the population as a whole should include coverage of access to services and expenditures. In addition, a summary schedule of expenditures and consumption (with type, quantity and amount per item) for food, housing and transportation to/from school/work. Food consumption should include meals at home and outside. Reference periods for food should be the week and, for transportation, either the week or the previous 15 days. Unless household surveys are used for the assessment of targeted programs for women and children, coverage of aspects like nutrition and access to pre-natal care could be done every two years.

(v) in the case of countries which choose to implement LSMS-type surveys, the implementation of modules should also be assessed on the basis of the needs for information. In addition, assessment could be made of the feasibility of using data from the LSMS to substitute for Income-Expenditures Surveys, particularly in the cases in which the LSMS is being implemented on a regularly basis. This recommendation, albeit controversial, results from the difficulties countries have in implementing IES.

(vi) in the case of countries which expect to use household survey data to measure the impact of government programs, assessment should be made of the feasibility of designing a questionnaire which combines social and demographic variables with more specific variables to measure program impact.

²⁶ cf. CEPAL, 1983: 37

(vii) household survey data cannot replace administrative data. Combined, they can provide effective information for the monitoring of socio-economic conditions and living standards. In some cases (infant mortality, access to education, access to health care, for instance) they can provide effective checks to administrative records and a good measure of how effectively public services are being delivered, of what groups are not receiving them and the reasons why.

Discussion on the implementation of social statistics should, therefore, consider the present needs for improvement in systems of administrative data and how this improvement can be effectively accomplished.

(viii) technical support to countries interested in improving their systems of household surveys should strongly emphasize the provision of support in institutional strengthening. Sustainability of changes, in the long run, will be highly dependent on each country's capacity to continue the program after technical support ends. To ensure continuity, countries projects presented to the ISLC Program initiative should schedule program implementation in two stages. The first, active stage, would include the technical support during the redesign of the survey, from the definition of what the program of surveys will consist of to the definition of operational, data processing and dissemination of information aspects. Continuity of the program could be ensured with the incorporation of a second stage in which technical visits to the country would be scheduled at regular intervals so as to provide technical support and an open line of communication, particularly concerning needs for technological updates and for updating in data processing instruments. A pattern for such on-going technical cooperation has proved very successful in the case of National Accounts in Latin American countries like Brazil and Argentina, with the INSEE - the French Central Statistical Office - providing technical support for countries to guarantee the standards of quality required of such sensitive indicators.

Chapter 4.

HEALTH, EDUCATION AND OTHER TOPICS COVERAGE IN FIVE COUNTRIES: ARGENTINA, BOLIVIA, CHILE, URUGUAY AND PARAGUAY

The present section will provide an assessment of the indicators that can be obtained from surveys in Argentina, Bolivia, Chile, Uruguay and Paraguay. It will do so by comparing the 1989 Argentina and the 1989 and 1992-93 Uruguay surveys²⁷ - which are typically Labor Force-type surveys - with the Bolivia program of Integrated Household Surveys (EIH) - which is based on the LSMS-type survey - and with the CASEN (Encuesta de Caracterización Socioeconómica in Chile and the Household Survey on the Socioeconomic Characteristics of Paraguayan Families (Encuesta sobre Características Socioeconómicas de las Familias Paraguayas), which, in this section, will be shortened to Paraguay SES (Paraguay Socioeconomic Survey)²⁸. Although the Paraguay SES was a one-shot survey, contrary to the CASEN, which is institutionalized, its questionnaire content makes it a survey worthy of analysis.

The analysis emphasizes coverage of variables for the construction of Education and Health Indicators and is illustrative of the criteria used for the selection of countries to initiate the ISLC Program. The discussion of variables concerning the construction of Education and Health Indicators takes into account the framework set for organizing such indicators into Input, Access, Output and Outcome Indicators to be found in Vos (1992)

As mentioned in the previous chapter of this report, household surveys are a very effective source of data for the construction of social indicators, particularly of access, output and outcome indicators. The section below describes what kinds of input, access, output and outcome indicators can be obtained from household surveys in the 5 countries used for case-studies. Special attention will be given to Education and Health indicators, although this section also summarizes indicators that can be obtained on Housing, Sanitation, Population, Labor Force and Income, Nutrition and Expenditures and Consumption.

4.1. Housing and Population Characteristics

The Argentina survey and both Uruguay surveys collect information on the characteristics of dwellings, size and composition of household and marital status of respondents. In addition, the Argentina survey collects information on births and deaths plus inclusions or exclusions of people in the household. The use which is presently made of this information, however, is not clear since these variables are not included in the dictionary of variables and, therefore, are not coded. From a demographic point of view, however, this information is very useful for estimates (and cross-checking) of birth and death rates (although ages for the deceased are not provided) and to support the analysis of nuptiality patterns.

Both the 1989 Argentina and Uruguay surveys provide information on the type of dwelling, on whether the dwelling has running water, electricity and bathroom and on whether use of bathroom is exclusive of household unit; on the legal/property status of the dwelling and on the type of material predominantly used in external walls.

²⁷ The most recent version of the questionnaire for the Uruguay survey (1992-93) was obtained only when this paper was being concluded, so the analysis of the Uruguay survey will at first compare the 1989 Uruguay survey with the Argentinean survey and then add some analysis of the 1992-93 questionnaire, comparing it with the 1989 and trying to identify any improvements made.

²⁸ Sauma (1993), Sauma et. al (1993) and Monges et. al. (1993).

The Argentina survey does not collect information on the size of the dwelling (in number of rooms) nor number of rooms used as bedrooms. Such information could provide an important measure of population density (hacinamiento) in addition to the one that can be obtained from the existing questionnaires (average number of household members per household): average number of household members per room and per bedroom. Contrary to the Uruguay survey, there is no information on kitchen facilities neither on type of heat source used for cooking in the Argentina survey.

Information on sanitation services in the Argentina survey does not include water supply and sewerage neither on garbage collection and disposition, which would provide for indicators of sanitation conditions inside the dwelling and in its surroundings, an important measure to assess living conditions. Information on property value (in cases where the head of the household owns the dwelling) or on monthly rent is not provided, neither is the availability of basic appliances like cooking stoves and refrigerators.

Both surveys provide basic demographic information on household members (age, gender, marital status, etc.) and information on the relationship of respondents to the head of household as well as a control check for the respondent who provided the information (the surveyed member or another respondent).

The 1992-93 Uruguay survey, on the other hand, does not collect information on the material used to build the dwelling but instead asks about the overall quality of the building (comfortable, average, modest, precarious) and the building's overall conditions (needs major repairs done, needs minor repairs, does not need any repairs). It also asks about how many households share the dwelling and the number of people who live there as well as how many of them are over fourteen years of age.

The assessment of the overall quality conditions of the dwelling is left to the interviewer's discretion and the interviewer can request the support of the respondent in applying a list of criteria, described in the interviewer's manual, defining each category, including a description of the types of materials that characterize each of the quality categories as well as what is meant by major, minor and no repairs.

There are advantages in complementing this quality assessment for the traditional questions on material used in floor, walls and roof. The traditional questions on material used in floor, walls and roof allowed for the differentiation between buildings that had been actually erected and improvised constructions using, for instance, cardboard, tin, etc.

The information available prior to 1992 allowed for some differentiation concerning quality of material but not concerning the conditions of a dwelling in need of repair. It did not capture differences in the quality (and costs) of tiles or the wood used for floors, for instance. Therefore, it did not capture important differences in levels of household comfort, well-being (and even sumptuousness), in two houses both built with bricks, cement, shingles, and wooden floor, or two houses one of which has central air conditioning and heating and another which, although very comfortable, does not. Such differentiations are extremely relevant for refinements in the analysis of differentials in living conditions of sub-groups of a country's population.

Improvements in the 1992-93 Uruguay survey are complemented by a more detailed investigation of the sanitary conditions in the dwelling, with the inclusion of information on how the access to water by the household is done (whether there is running water in the dwelling or outside at a distance of more than 100 meters or less than 100 meters), and bathroom availability and sewage conditions, as well as on the availability of a series of equipments: heater, refrigerator with freezer, refrigerator, b/w t.v., color t.v., vcr, washer, dishwasher, microwave oven, car for exclusive use of household.

The 1989 Uruguay survey included one question on health coverage in the part of the questionnaire that covered characteristics of household members (this will be analyzed in section 4.4., on health coverage of surveys). The 1992-93 survey, in addition to widening the categories which cover this particular question on how respondent receives health care, includes an additional question on whether respondent was sick in the

previous 12 months. The previous format (from the 1989 survey) basically investigated the type of health care received by respondents²⁹. The 1992 surveys goes one step ahead in linking the delivery of medical services to an actual episode of illness or sickness, thus providing some information for the construction of morbidity indicators.

Comparison of these surveys with the Bolivia EIH, the Paraguay Socioeconomic Survey (SES) and the Chile CASEN shows how much more extensive are these surveys in terms of topics and variables coverage. For instance, these surveys inquire about the type of material used in the walls, floor and roof or dwellings and, this way, can provide a better picture of overall conditions of dwelling than surveys which only ask about material in one or two components at most. In addition, both CASEN and the Paraguay SES also investigate the quality of each of these components, by adding a question on the conditions in which components were found: good condition, regular condition, bad condition. In doing so, these surveys allow for cross-tabulations of these variables concerning the general conditions of sanitation and, as the analysis of CASEN data puts it, the level of comfort in the household.

One particular concern in the area of Housing indicators is to measure output indicators like the housing deficit. This indicator provides an effective measure of the mismatch between the size of the population and the availability of housing and can be obtained particularly through the CASEN and the SES. The CASEN identifies families living together in a household (families defined as a couple, or a couple and their single children under 18 economically dependent of the parents, a single parent and his (her) children) as well as aggregates who are family members. The SES identifies households sharing a same dwelling.

These situations indicate the need for solutions which can either be at the housing policy level or at the level of poverty reduction itself. Families sharing one dwelling may indicate either a quantitative housing deficit, that is, more people than the dwellings available or a qualitative housing deficit, in which overcrowded dwellings are a result of families strategies for stretching limited budgets because affordable housing is not available. This situation is not captured in most regular labor force-type surveys, with the exception of the Guatemala survey which inquires how many families live in the household and the Brazilian PNAD which also identifies and classifies families sharing the same household.

The Bolivia EIH, Chile CASEN and Paraguay SES allow for the effective construction of indicators of access to basic public sanitation services: water, sanitation, electricity. In this sense, the Uruguay survey is more complete than the Argentinean in that it provides information on source of water, identifying whether it comes from public works or not and of connection of dwelling with the sewage system. Only the CASEN, however, covers variables especially designed to measure the effects and beneficiaries of specific housing policies.

There are no substantive differences among these surveys in the coverage of strictly demographic variables, except that the Argentina survey and CASEN do not cover Migration variables, while Bolivia, Uruguay and the Paraguay SES do. Surveys cover age and gender of respondents, as well as relationship to the head of household. Data from the Bolivia EIH allow for the identification of migration patterns, both urban-urban and rural urban, for the previous 5 years and in the previous year. The Paraguay data does not specify time frames for the analysis of migration patterns and the analysis of data from the survey does not include a section on Migration.³⁰

²⁹ It also investigated whether respondents had any type of physical or mental disability.

³⁰ Fertility and Mortality indicators, although extremely relevant for demographic analysis are discussed under Health Indicators. Except for the Population Censuses and for special Health Surveys, Fertility and Mortality are only investigated in regular household surveys which apply modules on Health.

4.2. Labor Force, Occupation and Income

In the 1989 Argentina Survey, Housing and Demographic Characteristics comprise a set of 21 questions, in the Uruguay, 25. Occupation comprises forty-seven questions in Argentina and 50 in the Uruguay survey. In the Argentina survey, Income is investigated through one only question, in the Uruguay survey through 13 questions to workers or employees and 15 to respondents in agricultural activities. The 1992-93 Uruguay survey includes 32 questions on Housing, Demographic and Educational Characteristics of Household Members and 42 questions on Economic Activity, Occupations and the Labor Force and 17 questions on Income, of which 3 questions are on transfers and expenditures.

Occupation and the Labor Force

Investigation of Occupations and the Labor Force in household surveys usually follows the international conventions and definitions set by the ILO. In this sense, they try to identify the economically active population, the occupied and non-occupied as well as underemployment. Age of respondents varies slightly, ranging from 10 years and older in certain countries to 14 years and older in others. Definition of what constitutes "work" also varies slightly but usually includes performing certain tasks for a minimum number of hours (usually around 15 hours a week) and for some sort of pay, in cash or in kind. Depending on the characteristics of a country's economic activities, "work" may also include performing non-paid tasks at a family business.

More recently, in the last ten to fifteen years, much effort has been put into enlarging such definitions which are grounded on the characteristics of formal labor markets in structured economies of developed countries. Such efforts include enlarging the definition of "work" to include activities which are characteristic of informal labor markets, like home production and the performing of paid tasks for at least one hour a week; they also include enlarging the scope of respondents, inquiring respondents younger than 10 about the performance of any activities which directly or indirectly generate income for the household.

Coverage of Occupations and the Labor Force in the 1989 Uruguay survey includes respondents 14 and older; in the Chile CASEN and the Paraguay SES, respondents 12 and older. In Bolivia and Argentina respondents are 10 and older. Surveys differ in their approach for identifying the economically active population, the occupied and not-occupied, as well as underemployment.

The 1989 Uruguay and Argentina surveys, for instance, define as occupied those who worked for some pay or, in the case of Argentina, with no pay for more than 15 hours a week while the Bolivia and the CASEN enlarge this approach and ask respondents who say they did not work during the week whether they had not worked even one hour, even helping a relative, even as an apprentice, even selling something. Any of those situations would characterize respondents as occupied. The Paraguay survey is the only one that begins the module on Occupations and the Labor Force inquiring about the respondent's principal activity in the previous six months.

While the Bolivia and the CASEN approach allows for a better characterization of the occupied population, the CASEN does not allow for the characterization of underemployment. The Uruguay and Bolivia surveys and the Paraguay SES in addition to the questions used to characterize unemployment and which are related to the respondents search for a job, also inquire of those who are working whether they would like to work more hours a week. This way, they allow for the estimation of under-utilization of the labor force. The Uruguay survey goes further, inquiring whether respondent would like to have another job, and also asks about what the respondent did to find another job as well as the reasons why the respondent is looking for another job.

Even in what refers to the characterization of unemployment, The Argentina survey only investigates the search for a job for the non-occupied who are not on unemployment compensation, which restricts even more the potential for data from this survey to analyze the characteristics of unemployment in general and the match (or mismatch) between the labor market and the labor force.

Of all surveys, only CASEN and the Bolivia survey try to capture certain characteristics of the informal labor market. CASEN asks whether respondents have a signed contract concerning the present occupation and inquires about the site the location where the occupational activity is performed, with both "at home" and "in the street" as alternatives. The Bolivia survey investigates self-employed or "on own account" concerning the work-site. Alternatives, in addition to a fixed location, include "in a mobile unit" and "as a street vendor".

The Paraguay SES investigates the informal market through an investigation of the inactive population, asking whether those classified as students, housewives, retired and handicapped had performed any activity in the last 6 months like washing, ironing, cooking, sewing, washing cars, technical, professional or arts and crafts and how much they were paid for these activities.

The Uruguay and Bolivia surveys also investigate the inactive population in more detail, the Bolivia survey by asking them whether they would like to work and why they do not, and the Uruguay survey by asking them whether in the last twelve months they took any professional or technical capacitation courses, what type, where the course was taught and why the respondent took it.

Income

Coverage of income variables can express the different objectives in the design of different surveys. The SES in Paraguay was designed with the major goal of analyzing socio-economic characteristics of the population within the wider framework of differentials in income distribution. The survey was designed to capture income from : (i) salaries and wages, in cash and in kind, for respondents who were workers and employees, from all sources including commissions, reimbursements for business expenses, prizes, Christmas bonuses, etc.; (ii) profits, the gross entrepreneurial income of own account or employers, considering both cash and in-kind income; (iii) interest income; (iv) dividends, including dividends received for the property of firms; (v) rental income; (vi) imputed rental income for families who own the dwelling where they live or live in dwelling borrowed, income was imputed from how much rent they would pay were they renting that dwelling; (vii) other types of property income like rental of machinery, transportation equipment, etc.; (viii) retirement income and pensions for accident or illness; (ix) family transfers of income, in cash or in kind, including child support; (x) other institutional transfers, in cash or in kind, excluding pensions.

Grouping income from these sources into three categories - primary income, property income, and transfers (including both pensions and retirement income and family and institutional transfers) - the Paraguay SES allows for the analysis of family income at the national and regional level, for the identification of regional differences in the distribution of income, for comparisons of results from this study with results from previous studies and for comparisons at the international level with other Latin American countries.

In addition, it contains an agricultural and livestock activities and production supplement which investigates agriculture and livestock production. This supplement allows for a thorough investigation of rural activities, collecting information on their relative importance in the distribution of rural economic activities, on production, crops, animals raised and prices, on land property and land distribution. It does not however, cover self-employed in rural activities, only salaried workers, and family members.

Together with information provided in the main questionnaire, such data allow for the analysis of: volume production, quantity and surface of farms and quantity and surface of farms according to land property

rules, land usage and types of crops, technological resources available and their use, relationship between production for household consumption and production for sale, etc. It also allows for a thorough analysis of agricultural employment, types of labor relations in the agricultural activity, the occupational structure of the population occupied in agricultural activities, their educational level, position in the occupation, etc.

It allows for an analysis of population occupied in the traditional and modern segments of the agricultural labor market, as well as of underemployment and, of course, of income from agricultural and livestock activities. Finally, it allows for comparisons along the dimensions related to the characteristics of economic activities, labor market, income, education, between those in urban and those in agricultural-livestock occupations.

The 1989 Uruguay survey is rather detailed in what refers to income coverage, and overall includes the same categories and definitions as the ones used in the Paraguay SES, covering income from agricultural activities separately as well as imputed rent income for families who own the dwelling or use somebody else's dwelling for free. The Uruguay survey, however, does not investigate the farming unit as a production unit and does not differentiate tips from bonuses, compensation, commissions and overtime pay (they are all lumped together in one category). The geographic coverage of the Uruguay survey, however, is only urban and can only be desagregated for Montevideo and the remaining urban area of the country.

The only question on income in the Argentina survey asked about the amount and source of income in the previous month (no income, income from labor, income from self-employment, pensions and benefits, rent, property, interest and dividends income, income from retirement or pension, other types of income) and does not differentiate between income from main and secondary occupation in those cases where respondents had more than one occupation. It does not differentiate rent income from interest and dividend income. Neither Argentina nor Bolivia cover imputed rent income.

A Brief Assessment of the 1992-93 Uruguay LFS in what refers to Occupation and Income Variables

The 1992-93 survey introduces some changes in the variables used to investigate Labor and the Labor Force, although it keeps the age parameters for respondents as fourteen years and older. The most important changes in this survey as compared to the 1989 one were made in the investigation of income.

Innovation in the section investigating the characteristics of the labor force consist of asking respondents whether in the previous six months they did any work activity in a locality other than where they reside, either in Uruguay or abroad, whether this was their principal or their secondary activity and what activity it was and how often respondents traveled to this locality. It drops questions on capacitation courses and adds a question on how long the respondent has been in the present occupation.

The section on Income includes 3 questions on transfers/expenditures: (a) how much respondent paid/spent in the previous month giving financial help to relatives, paying alimony or child support or contributing to other households; (b) how much the head of household paid for rent of dwelling (in the case of tenants); (c) how much the head of the household paid of mortgage in the previous month (in the case of heads of household who are owners and are paying for the dwelling).

In the 1992-93 survey, "tips" became one separate category in the investigation of the composition of income both of employees or workers in the public sector and employees and workers in the private sector, while, in the 1989 survey "tips" were included with commissions and overtime compensation. In addition, it collects separate information for employees and workers in the private sector and employees and workers in the public sector as two occupational categories (while in the 1989 these groups were investigated together).

The investigation of income for own account respondents and for members of cooperatives of production was also widened in the 1992-93 survey, including 3 different sources of income: cash, family contributions and social benefits, and income in kind. The investigation of income for employers includes cash income and income in kind as in the 1989 survey.

Finally, for all occupational groups, the 1992-93 survey asks of respondents how much they received in the previous 12 months, from the country or from abroad, in retirement pensions or other types of pensions, in grants, scholarships and other subsidies, in family contributions, compensations for divorce or separation, contributions from other households, rent and leasing, interest, dividends and other types of income. Members of cooperatives of production are also asked how much they received in shares of profits, in the previous 12 months, in cash and in kind.

4.3. Education

A. Educational Indicators

The Argentinean HHS covers Education with 4 questions at the end of the questionnaire. These questions are applied to and coded for residents five years and older:

- can (respondent) read and write
- does (respondent) attend or has attended school
- what type of school facility (Pre-School - n/a, Elementary, National, Commercial, Teachers' Training [Normal], Technical, Other type of Secondary Level School, High School, College)
- whether level was completed or not.

From these questions, only some attainment/output indicators can be obtained: literacy rates, school attendance (excluding pre-school), highest level studied and whether it was completed or not or level attending. There is no information on grade. According to De Jong's analysis of the 1980, 1986 and 1989 Argentina surveys, the 1980 and 1986 collected information on pre-school attendance and the 1980 survey also collected information on last grade completed in addition to highest level studied (De Jong, 1995).

The 1989 Uruguay survey covers pre-school attendance, including whether pre-school is paid or not and school attendance with last grade and level completed of regular schooling. The 1992-93 Uruguay survey, however, shows some improvements in this section, asking of all respondents whether they attend an educational institution and type, for those who do not attend whether they have ever attended, whether institution attended is public, private and the student pays for it or private and the student does not pay for it. It also asks for the highest level and grade approved and whether the level was completed. Finally, it introduces a question for respondents 6 years and older on whether they attend language courses, computer courses, typing or shorthand or other types of courses.

The Bolivia EIH, Paraguay SES and Chile CASEN cover Education in more detail. The three surveys cover attendance and reasons for not attending school as well as last grade and level completed. The Paraguay survey, however, does not include "distance" as one possible reason for non-attendance.

Neither the Bolivia survey or the Paraguay survey investigate the present grade and level of respondents, although the Bolivia survey inquires about whether respondents have failed once or several times in elementary (basic) school.

The Paraguay survey does not investigate literacy directly, with the question on whether respondent can read and write and the Bolivia survey does not investigate whether school is paid or not. The CASEN does not directly investigate whether school is paid or not, but it includes, nevertheless, whether vouchers are provided, with what frequency and asks for the name and address of the school. The CASEN is also the only

survey inquiring about whether and what types of school meal children attending pre-school and elementary school receive. This stresses the use of CASEN data for the monitoring of programs and their beneficiaries rather than for the more encompassing socio-economic characterization of the population.

Only the Bolivia survey covers expenditures on Education, in its module on household expenditures. Coverage basically refers to how much was spent in the previous month with the payment of school, the payment of extra-curricular courses (English, typing, computers, etc.) and how much was spent in the previous year with school or university registration fees. Expenditures are provided as a lump sum, with no indication, in the case of expenditures with several children, of separate expenditures per child.

Coverage of educational variables in the Argentina survey is very poor, particularly in what refers to the construction of access and outcome indicators, but also in what refers to the construction of output indicators. The Uruguay survey provides a slightly better coverage particularly in what refers to attempts to obtain information for the construction of access indicators. CASEN's stress on providing information for the construction of indicators allowing for the monitoring of social programs places much emphasis on information for the construction of access indicators as well as, to a certain extent, to input indicators. The Paraguay SES as well as the Bolivia household survey also seem to place greater emphasis on access indicators than output and outcome indicators.

The gaps and deficiencies stressed above show that at least some improvement is required in all surveys so that they can provide an effective coverage of educational variables. It must be noted, however, the peculiar position of the CASEN as compared with the other surveys because the CASEN was not conceived as an instrument to analyze living conditions or to provide information for the construction of social indicators but, rather, as a means of monitoring specific social policies under implementation in Chile.

From this point of view, what this paper stresses is that, in addition to the CASEN, Chile could also benefit from the implementation of a survey instrument much broader in scope in order to measure living conditions. In all other cases, improvements are required in order to more effectively cover educational indicators.

B. Overall Assessment of Coverage of Educational Indicators

Coverage of Education is not as complete as desirable for the measurement of living conditions in all countries analyzed. In the case of traditional Labor Force-type Surveys, coverage of Education is restricted to a few variables which are considered as relevant for analyses of the characteristics of the labor force. In the case of the Uruguay survey, a few elements are provided to slightly expand the analysis of the educational characteristics of the population, particularly in what refers to schooling. Even the Bolivia EIH, the most thorough of the five surveys analyzed, does not provide all the elements which are required for the construction of educational indicators. Coverage of Education in the Bolivia survey contrasts, in a sense, with the coverage of Health in the same survey, which is much more thorough, as the next section will show.

4.4. Health and Nutrition

The Argentina survey does not cover health and the Uruguay survey only asks how respondents receive medical care and whether they have any type of physical, mental or emotional difficulty that prevents them from performing normal daily activities, either professional or educational.

Again the Bolivia EIH, the Paraguay SES and the Chile CASEN are the surveys in which coverage of Health is more complete. The Paraguay survey does not cover nutrition, while the Bolivia EIH and the CASEN assess nutritional conditions of children based on anthropometric measures and, in the case of Bolivia of information on food consumption by the household. Among these three surveys, the Bolivia EIH provides the most complete coverage of Health, allowing for the construction of the following health indicators:

A - Output Indicators

- Mortality Rates - Infant mortality rates and mortality rates for children younger than one and younger than five.
- Morbidity Rates for Children - rates for the most prevalent illnesses according to type of illness.
- Birth Rates
- Fertility Rates
- Life Expectancy at Birth
- Anthropometric measures: Weight/Age for children younger than 5 and Height/Age for Children 6-7 years old

B - Input Indicators

- Population with access to services per type of service
- Immunization coverage
- Average food consumption per household member

C - Access Indicators

- Number of medical visits per adult, per episode of illness or disease.
- Limitations to access medical services (including income limitations and limitations resulting from the physical distance to the nearest health service facility)

D - Other Indicators

In addition to the indicators that directly measure health and nutritional conditions of the population, a set of related input indicators in the areas of education and housing are important in that they contribute to

differentiate and explain relative differences among sub-groups of the population in access and output indicators. These related input indicators are:

- the educational level of the mother and of the head of the household: studies have repeatedly demonstrated that there is a strong positive correlation between education and health. Better educated people are usually more informed about proper nutrition and hygiene habits, better-educated mothers tend to seek pre-natal care, tend to breastfeed babies more often and for longer periods (an important element in the transmission of antibodies for several diseases) and better educated people will more often than not be able to identify symptoms and conditions requiring medical attention, to seek the right kind of medical attention for those conditions, and to follow medical instructions correctly.

- The same is true for income. In part the relationship between income and health conditions is covered through indicators of limitations to access medical services facilities). In addition to those, however, income (both average income per household and average per capita income) is an efficient predictor of possibilities to access medical care. The higher the income of a household, the better are the chances that its members will be able to afford not only medical care but also good nutrition habits. Higher income households will, more often than not, be able to afford proper housing, particularly in what refers to sanitation and will more often than not, be able to afford private medical insurance, and medicines when prescribed. Income is also an important indicator to be used in the targeting of health programs.

- Sanitation conditions of the household, the general conditions of the material used in the construction of the dwelling and household density are important in the assessment of health conditions. Studies have repeatedly shown that improvements in sanitation conditions, particularly in what refers to access to clean water, availability of bathroom and connection to sewage systems, may dramatically reduce infant and children mortality rates as well as the incidence of diseases, like cholera that thrive where poor sanitary conditions prevail.

Finally, the fourth round of the Bolivia EIH (1991) collects information on cholera. Data from the Bolivia EIH also allow for the identification of target population groups in governmental programs in general and in the area of health education, particularly and, thus, to match this information with information from administrative records concerning participants in and coverage of such programs.

The Paraguay SES does not cover health indicators for women and children in particular, neither does it cover input and output indicators as extensively as the Bolivia survey, restricting itself mostly to information on which to base the construction of access indicators. It covers morbidity for the whole population inquiring about whether respondents felt sick in the last year, what kind of medical care they used, where this care was provided and, in the case of those who did not seek medical care, why not. It also covers hospital stays in the previous year and length of stay, as well as coverage and type of health insurance (Social Security Institute or private or both), social security coverage and type and how much the contributions to social security are.

Data from the Paraguay SES allow for the construction of morbidity rates but not per most common types of diseases; population with access to services per type of service, and limitations to access medical services (with special emphasis on income limitations and limitations resulting from the physical distance to the nearest health service facility). Life expectancy rates can be derived from the survey as well as related input indicators: educational level of heads of household and of mothers wives of heads of household, income and sanitation conditions in the dwelling.

The Paraguay SES does not provide data to measure infant and children mortality rates or morbidity rates for most common types of diseases, fertility rates, pre-natal care, breastfeeding, immunization, anthropometric measures nor food consumption in the household. It does, however, provide indicators of access to food consumption, through an agricultural production-animal raising supplement which provides

information on crops and animals raised, products harvested and how much was used for household consumption, both human and animal, how much was given and how much was sold.

The Chile CASEN covers health more extensively than the Paraguay SES but from a different perspective, since its major interest is to assess coverage and types of beneficiaries of social programs in health. It includes specific questions on women and children for conditions covered by social programs, such as pregnancy and childhood. It does not, however, extensively cover information for the construction of output indicators, concentrating instead on access and input indicators.

A - Output Indicators

- Nutritional Conditions - children younger than 15 and pregnant women. The source of information can be either the medical follow-up booklet or the interviewer.
- morbidity - episode of illness or accident in the last three months

B - Input Indicators

- Availability of Services
- Immunization coverage
- PAP tests for women over 15
- Childbirth: C-sections, natural
- Preventive health care
- Cigarette smoking and frequency
- Pregnant Women, children younger than five and women who are breastfeeding - whether in the previous three months they received from the health office milk, milk and cereal, rice, and, if not, why not.

C - Access Indicators

- Number of medical visits per adult, per episode of illness or disease in the previous three months, per type of health facility and type of services received.
- Access to services like preventive health care, laboratory exams, medical visit to internist, to specialists, X Rays or Echo-scanning, childbirth, hospitalization, surgery.
- Limitations to access medical services (including income limitations and limitations resulting from the physical distance to the nearest health service facility)
- dental assistance in the last 6 months, whether for emergency and whether treatment was provided
- whether vouchers were used or services were not paid
- medicines prescribed and whether they had to be paid for.

D - Other Indicators

Similarly to the Bolivia EIH and the Paraguay SES, the CASEN can also provide a set of related input indicators in the areas of education and housing that are useful to differentiate and explain relative differences among sub-groups of the population in access and output indicators. These related input indicators are: the educational level of the mother and of the head of the household, income, sanitation conditions of the dwelling.

E. Overall Assessment of Health Coverage

Investigation of Health, particularly of certain aspects like Fertility, Infant Mortality, Contraception and Morbidity is always subject to the perceptions of respondents on these issues. The classical sequence of questions to assess fertility and infant mortality rates is subject to the correct recollection on the part of women of the number of children they had, to cultural perceptions involving single women who became pregnant and do not want to expose this fact to interviewers and to cultural conventions on stillbirths and death of children at birth.

Similarly, morbidity information may be affected by cultural perceptions of sickness as well as by the knowledge respondents have of symptoms which require medical attention. In all those cases, the correct use of administrative records (hospital records, vital statistics, etc.) could greatly reduce eventual errors in the interpretation of household data.

There is no way to assess the quality of data obtained in the surveys analyzed in this paper. The analysis of the questionnaires, however, shows that in the cases of surveys investigating health variables, much attention was paid to input and access indicators, particularly the ones related to government provided health services like immunization, medical care, pap tests, preventive health care and costs of obtaining certain services, be those costs measured in currency or in terms of how easy (or difficult) the access to health facilities is for the population as a whole. In addition, surveys investigating health variables paid special attention to vulnerable groups of the population: infants, children, pregnant women and women in childbearing age.

4.5. Income and Expenditures: the Investigation of Household Budgets in Labor Force Type Surveys

As mentioned in the previous section, only the Bolivia EIH covers in a more systematic way, Household Expenditures, particularly expenditures with food. The Uruguay and Argentina LFS-type surveys do not cover household budgets, expenditures and food consumption at all. Neither do the CASEN or the Paraguay SES. In the case of Paraguay, only crops and animal products used by the household for the consumption of its members are covered.

Both the CASEN and the 1992-93 Uruguay Labor Force Survey investigate the household is investigated concerning the existence of certain durable goods which might indicate relative differences in levels of consumption and comfort of households. In the case of CASEN, these items are: radio/tape player, B/W TV, bicycle, color TV, Refrigerator, Washer, VCR and car. In the case of Uruguay, bicycles are not included, refrigerators are differentiated between refrigerators with freezer and without freezer and heater, dishwasher and microwave oven are added to the list. This investigation is not an investigation of consumption but the information it gathers can be used for an overall assessment of the relative comfort and well-being households at different levels of income, enjoy.

4.6. Indicators and Measures of Living Standards: a summary

Table 4 (ANNEX) provides an overview of the five country-case studies concerning data coverage for the construction of input, access, output and outcome indicators in Education, Health and Nutrition. This basic list of indicators contains only the ones which can be obtained from household survey data and does not include other indicators which may be obtained from administrative data.³¹

In general terms, the table shows that household surveys - when properly designed, implemented and analyzed - can be particularly useful in providing data for the construction of access and output indicators, particularly in sectors like Health, Education and Housing; they can be extremely useful in the identification of the most vulnerable groups in the population which should be targeted as beneficiaries of social programs. Finally, they can also be very useful for the general assessment of programs and policies, particularly of the outcome of longer term policies and their impact on overall living conditions of the population. Household surveys are also an effective instrument to assess access to services.

Household surveys can be useful instruments to complement information collected at Social Services Facilities and known as Points of Services Delivery Surveys, that is, surveys of beneficiaries of programs which are applied to users as they come to receive the service. While PSDS can only cover those who are actually receiving the service, household surveys can provide information on those who should be receiving the service but who are not and on the reasons why they are not. It must be noted, however, that the use of household survey data to assess individual, specific, social programs in detail and social programs which do not cover all areas of the country, may prove to be extremely difficult due to the nature of the phenomena these surveys are designed to measure and of the sample design required to measure them.

This is the case, for instance, with trying to use household survey data for the assessment of coverage of food subsidy programs for children and pregnant women, or for assessing programs designed to alleviate urban poverty, or rural poverty. Specific programs and projects will much benefit from the overall picture of potential beneficiary groups and how they differ from other socio-economic groups that only national-scale household survey operations can provide. Targeting and monitoring of such programs and projects, as well as impact assessment, however, should be based on instruments clearly designed for such purposes.

Rather than instruments to measure outputs of specific social programs, household surveys can be efficient instruments to monitor general living conditions and, as a result, to provide data for the monitoring of outcome indicators (externalities) which go beyond the specific purposes of a program and have an impact on such a broad range of areas as to affect the general well-being of a population and are usually well-captured by well-designed household surveys.

Table 4 shows that, of the five countries studied, Argentina and Uruguay are the ones in which surveys requiring, by far, the most improvements in their content and coverage of topics and variables. The content of questionnaires in the 1989 Argentina survey and the 1989 Uruguay surveys is clearly directed to capturing the characteristics of urban labor, urban employment and income and although improvements have been made in the 1992-93 Uruguay Labor Force Survey, they do not alter its nature and composition of topics under investigation.

In general terms, the Argentina survey is the less encompassing in topics coverage, immediately followed by the Uruguay survey. In fact, in spite of improvements in the questionnaire of the 1992 Uruguay survey, its structure is still basically the same structure of a traditional household survey.

³¹ Table 1 provides information on the overall status of household surveys and Table 2 provides information on international support to survey-related activities in these countries, Table 3 provides an overview of topics coverage for each country.

The Bolivia EIH presents the most inclusive topics coverage from the point of view of the measurement of living standards, although the material analyzed provides no indication on data quality as well as on how effectively social indicators are processed for analysis. The Chile CASEN is the most well-rounded survey from the point of view of the objectives of the survey and the construction of its questionnaire. However, as previously mentioned, it does not exhaustively cover living conditions but rather concentrates on measures allowing for the monitoring of social programs and their beneficiaries.

Together with the Chile CASEN, the Paraguay SES presents a well-rounded coverage of basic variables to analyze the socio-economic characteristics of Paraguayan families, although not as extensive and integrated as the one provided in surveys based on the LSMS, with modular questionnaires, like the Bolivia survey. It must be noted, however, that the Paraguay SES is rather different from the CASEN in that it is not institutionalized yet. From the point of view of institutionalization and effective use of results, the CASEN experience is by far the most successful of all. The Paraguay SES was a one-time survey and has not been institutionalized. However, it may provide a good starting point for a program designed to improving the quality of household surveys in that country.

Chapter 5

CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS

Analysis of different experiences in the implementation of household survey programs point to the relevance of institutional and government support for the success of these programs. Multilateral agencies and development banks have repeatedly stressed the importance of a country's government support in the success of a program. In this sense, the Jamaica experience with the LSMS and the Chilean experience with the CASEN provide the best evidence, of successful, on-going household surveys activities. The Jamaica experience was not analyzed in detail in this paper for two reasons: (i) on the one hand, it is an exception in the attempt to integrate the LSMS with its regular program of household surveys; (ii) on the other, because it was already extensively analyzed by Grosh (1991).

An assessment of the Bolivian system of social statistics (Vos: 1992, part 3, p. 3-6) stresses that the need of macroeconomic policies for the control of inflation beginning in 1995 assigned priority to the regular production of economic indicators. As a result, social statistics for the production of social indicators present several problems, among them: discontinuity in time, high dispersion of information sources (including administrative records), non-existence of a central coordinating agency, lack of analytical classifications of topics for analysis (the only classifications available are the sectoral one), high degree of aggregation of data, areas in which very little has been done to create a system of statistics (like Nutrition and Housing). In addition, administrative records which form an important source of information for this system, are not always timely or effectively transferred to the INE (the central statistical agency).

Along similar lines, an assessment of Argentina's INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos) was published in April 1994 under the Program of Consolidation of the Financial and Administrative Reform of the Public Sector. This Program, supported by the IDB, intends to improve the management efficiency of the Public Sector and includes, among its components, the modernization of the Argentinean National Statistical System³². According to this document, Social and Demographic Statistics at INDEC enjoy a better reputation among users than the Economic Statistics. However, concerning the Sociodemographic Statistics in general the document states that:

"No obstante, la profundización del análisis revela carencias en varias áreas que tienen que ver con la cobertura geográfica, la modernización metodológica, el procesamiento incompleto de información y el retraso en la implementación de encuestas básicas para el país" (Melgar, 1994: 28)

And concerning the Household Surveys in particular, it says:

"A pesar que las evaluaciones internas y externas concluyen favorablemente en cuanto a la calidad de la información que recaba, se reconoce que la EPH tiene muchas limitaciones y carencias: faltan las localidades más chicas, debería ser representativa al menos del país urbano, el cuestionario está en vigencia desde hace 20 años, el marco muestral se basa en el Censo de 1980 y los muchos cambios experimentados por el mercado de trabajo no pueden ser totalmente captados" (Melgar, 1994: 31)

The document mentions efforts, in the form of isolated efforts to redesign the survey which may point in the direction of improvements. However, the revision as a whole lacks a schedule and does not count with enough human and material resources to implement it. The major advance so far had been the creation of a working group in charge of designing the sample frame - based on the 1991 Census - for all household surveys,

³² cf. Alicia T. Melgar. 1994.

including the Income-Expenditures Survey, which however is far from concluding the proposed task for lack of human resources in Statistics, Sociology and Economics.

This document lists the activities which are required for improvement of overall quality and efficiency in this area. We can perfectly adapt these recommendations to apply, in their almost entirety, to all countries analyzed in this report, as follows:

- a) regular Income-Expenditures Survey to update the CPI system of weights and to extend CPI calculations to a wider geographic basis as well as to estimate and analyze the consumption of families;
- b) a system of municipal information;
- c) good quality administrative data on educational establishments and regular censuses of educational establishments;
- d) the regular updating of the sample frame for household surveys;
- e) a sample design for Permanent Household Surveys which allows for estimates at the national, regional and state level, urban and rural, and for municipalities and urban conglomerates above a certain population size;
- f) compatibility in the classification of occupations used in the population census and in the economic surveys;
- g) analysis of internal and external migrations;
- h) effective dissemination of data from the Census, the Permanent Household Surveys and other sources;

5.1. General Recommendations

The analysis of household surveys in Latin American countries should take into account the countries are different in their weaknesses and strengths in this area. While some countries may need improvements in geographic coverage and others in topics coverage, others may need to put more effort in the timeliness with which information is released. What this paper really intends to show, however, is that a whole effort may be required, in all countries to reconceptualize household surveys so as to meet the present needs of analysis which is focused on social, rather than economic development issues and outcomes.

In general terms, the overall quality and efficiency of social statistics for policy-making in Latin America requires:

- (i) timely and reliable Income-Expenditures Surveys in addition to a regular program of household surveys with improved geographic and topics coverage;
- (ii) a system of information which accounts for indicators at different levels, from the national, to the municipal, including urban and rural and one in which operational procedures could be decentralized so as to allow different administrative levels to collect and organize information relevant for their specific planning and policy-making needs;
- (iii) the systematic updating of sample frames and improvements in the sample design of household surveys;
- (iv) improvements in the classification of occupations and the use of standard concepts and definitions linking the information extracted from economic, demographic and social surveys;
- (v) standard sets of tables and tabulations for the demographic census and regular household surveys so as to allow for inter-census comparative analysis;

Even in the countries where a relatively stable system of household surveys has been in operation, their content falls short of providing sound information for the much required analysis of living conditions. From this point of view, actions designed to improve the content, geographic coverage, methodology and operational procedures require attention to institutional difficulties in the area of data collection and production of statistical information in virtually all Latin American countries.

Looking more closely at the five cases analyzed in the previous section, for example, both the Argentina and the Uruguay Household Surveys need improvements both in geographic coverage and in topics coverage. Geographic coverage itself cannot be solved by merely incorporating rural strata to the sample. In fact, rural household surveys constitute, in themselves, a special type of survey in the sense that the categories and concepts used to investigate housing, economic activities and the labor market, income, education, etc. in urban areas are not adequate to investigate these topics in rural areas.

Quite often, the measurement of the characteristics of employment and of the labor force, as well as of housing and education will require a completely new questionnaire, designed to capture the peculiarities of these aspects in rural areas. The Bolivia EIH, which is LSMS-based and, more specifically the Paraguay SES are the surveys which allow for a better apprehension of rural aspects.

The Paraguay SES is organized in such a way as to effectively capture all the details of rural economic activities and their impact at the household level. The LSMS-model, in general, deals with the specific rural characteristics more comfortably due to the modular construction of its questionnaire: the module which is used for the investigation of economic activities in urban areas is different from the one used to investigate these activities in rural areas. Labor force surveys, however, are much less flexible. As a result, the few countries where the LFS sample covers both rural and urban areas, do not present particularly rich data

concerning the rural areas. Brazil is one known case that comes to mind in which attempts have been made at a certain point to conduct an LFS specifically designed for rural areas.

Recommendations for extending household survey coverage to rural areas should stress that such an extension implies an expansion of content and concepts with implications in the structure of the survey questionnaire itself through the incorporation of one questionnaire especially designed to be applied in rural areas and with content and concepts appropriate to capture different rural realities (mountain x plains, fertile soil x rocky areas, agriculture and/or livestock, etc.).

The Agriculture/Livestock supplement to the Paraguay Socio-Economic Survey is one step ahead in this direction in what refers to the analysis of agricultural activities and the characteristics of employment and the labor force in rural areas, as previously described. Because this supplement investigates not only agricultural and livestock production and income, but also the socio-economic characteristics of agricultural-livestock activities it may be used as an effective starting point for planning rural coverage of regular programs of household surveys.

The CASEN survey must be analyzed as a complement to a regular program of household surveys and -so it appears- a very efficient one for monitoring social investments. However, because it mostly covers indicators of access to the social programs being delivered, an instrument is required to measure topics the CASEN does not cover neither does Chile's PIDEH (Programa Integrado de Encuestas de Hogares. Coverage of these topics includes, particularly, variables for the construction of input indicators for health and education (nutrition), and output indicators in health (fertility rates, birth rates, mortality rates including infant and child mortality rates, life expectancy rates. Some of the sectoral output indicators are also general outcome indicators in the sense that improvements in their rates imply overall improvements in living conditions of the population.

5.2. Recommendations on Topics Coverage

Effective production of input, access, output and outcome indicators requires a more extensive coverage of topics coverage in household surveys in general than the one already available. Of the five surveys analyzed here, Bolivia, Chile and Paraguay provide a somewhat effective coverage of access indicators and the Bolivia EIH provides the most effective variables range coverage within each topic as well as the widest coverage of topics since it includes some information on Nutrition and on Expenditures. The Paraguay SES provides an effective coverage of topics concerning rural economic activities. On the other hand, the CASEN seems to be the best designed survey to investigate access and output indicators for special social programs.

Effective coverage of topics should also provide the basic elements for the organization of information under different classification systems in such a way that it could be analyzed from different approaches: either the sectoral, which was chosen to organize the information on surveys in this report, or for different population groups and different policy issues: children, women, mothers, the work force, the older population, poverty, etc. The general recommendations listed in section 3.6 of this report for all Latin American countries applies to some countries analyzed in this part.

Particularly in what refers to the need for improvements in geographic coverage aiming at representativeness of rural areas, frequency and level representativeness of data, the regular program of household surveys in Argentina, Bolivia, Chile, Paraguay and Uruguay require as much attention as any other Latin American country. As previously mentioned, however, geographic coverage, frequency and level of representativeness of data are not an issue in the Chilean CASEN and the Paraguayan SES. Topics coverage in Bolivia's EIH is rather encompassing as compared to the average of surveys analyzed while the Argentina and Uruguay surveys require improvements in all areas.

Improvements in each of these areas should take into account the need to guarantee data comparability within each country across time as well as, if possible, a minimum level of comparability across countries. Comparability of data within each country can only be guaranteed through comprehensive geographic coverage with data disaggregation for different geographic and administrative levels (national, rural, urban, states and municipalities, metropolitan regions, cities within strata of population). Comparability of data across countries can only be achieved through a core of topics and variables within topics which will be covered with the same methodology and operational procedures across countries, regardless of variables introduced to cover phenomena which are peculiar to individual countries.

A list of variables to be covered within each topic to provide a basic set of input, access, output and outcome social indicators as well as coverage for specific population groups and policy issues is provided below:

Topic	Type of Indicator	Indicators	Variables
3 AND DEMOGRAPHIC TERISTICS (1)		♦ Density	square footage - number of rooms and number of rooms used as bedrooms
		♦ Sanitation	access to drinking water (type and source), - bathroom and connection to sewerage - garbage collection and disposition - kitchen facilities and cooking conditions (type of fuel) - availability of stove, refrigerator, radio, t.v. set.
		♦ Level of comfort available to household members	- age - gender - relationship to head of household
		♦ Demographic Characteristics	- place of birth (urban or rural area) - when and why respondent left place of birth
		♦ Migration	- how long in present location - localities where respondent lived between place of birth and present location
ION (2)	♦ Input	- Father's and Mother's last grade/level completed - Housing, Health and Nutrition Indicators	- last grade and level completed for all members of household - listed in Housing, Health/Nutrition Section
	♦ Access	- Type of School - Costs - Geographic Access	- Public, Private, whether paid or not - how much in tuition, fees, uniforms - how long does it take, means of transportation used
	♦ Output	- Attendance - Performance - Literacy	- attendance and reasons for not attending - grade/level/age - repetition - can read and write

Topic	Type of Indicator	Indicators	Variables
AND NUTRITION (3)	* Input	- Nutrition - educational level of head of household and wife - Household Income - Immunization coverage - Health Education Programs - Pre-Natal Care Programs	- Average food consumption per person (for list of variables, see Nutrition below) - Availability of Food Subsidies Programs for Population at risk: Infants and Children, Pregnant and Breastfeeding Women - Children younger than one: Breastfeeding
	* Access	- Type of medical care sought and received - Type of care delivered (office visit, hospitalization/length, surgery, etc.) - Costs - - Geographic Access - Degree of Satisfaction with services received:	- private doctor, public health facility, drugstore, nurse, village medicine man, talked to a neighbor or self-medication, etc - how much paid for care - whether medicine prescribed was given or bought) - kind of transportation was used - how far is medical care facility - length respondents had to wait to be attended - how respondents evaluate care received.
	* Output	- Fertility/Birth Rates - Infant and Child Mortality Rates - Morbidity Rates for Adults - Morbidity Rates for Children - Nutritional/Health State of Children	- To all women between 15 yrs. of age and 49 - Pregnancy? How many times? - How many children born alive? - How many children are still alive? - Age when had first child - In the last 5 yrs. lost any children younger than five? - How many? Date of birth, date, age and cause of death - symptoms - symptoms - cough, diarrhea, fever - anthropometric measures: height/age (6-7 years old) and weight/age (0-5 years old).

(1) Housing and Demographic Characteristics of Population

It would be very useful if household survey data could provide information on families sharing a dwelling, to differentiate households which are composed of only one nuclear family (husband, wife and children), one nuclear family in which either the father or mother is missing, two or more unrelated individuals or two or more families sharing the same dwelling. Such information can be easily obtained when the list of household member provides information on who is the head of household, who are the heads of families (in the case of two or more families) and assigns numbers for each cluster of household members which compose a different family. Such information would allow for the analysis of changes in nuptiality patterns, changes in family composition, as well as for the identification of different strategies adopted by households, families and individuals to cope with constraints like low income, unemployment, single parenthood, etc.

(2) Education

To improve output indicators on educational performance and to support analysis of indirect costs of education for households:

- School-Age, Basic, Middle and High School, College, Graduate, Vocational, etc.: Attends School Exclusively, Attends School and Works, Attends School and Helps with Housework, Only Helps with Housework, Only Works. This can be expanded to:

> For those who attend school and work or who only work:

- How many hours of work a week?

> For those who attend school and help with housework or who only help with housework

- how many hours of housework a week?

> For all respondents who attend school:

- Home Study/Homework: how many hours a day are spent at home studying/doing homework?

Concerning Input Indicators, in Education, Housing Conditions are among the most important ones in addition to Health and Nutrition Conditions. Concerning Outcome Indicators, as mentioned earlier in this report, they measure the externalities of policies, or the improvements made in one area as an indirect result of policies and investments in another. This is particularly the case of investments in Education because studies have repeatedly shown the spillover effect of improvements in educational indicators to other areas: a better educated population has more access to better jobs - and consequently to a better income, better housing conditions and better health, better educated women show lower fertility rates, and their children show lower mortality rates, as well as lower drop-out and repetition rates in school. Therefore, the construction of outcome indicators in Education requires particularly good information in Health, as described below.

(3) HEALTH INDICATORS

Health Indicators should cover all residents and investigate general morbidity as well as specific aspects concerning groups at risk: pregnant women and women in childbearing years and children, particularly infants and pre-school age children, but also school age children. For these groups, health conditions are intrinsically related to basic sanitary conditions in the household, level of education of the head of household and, more important yet, of the women/mothers, and to the nutritional conditions which, on their turn, are highly dependent on household income. Therefore, questionnaires should investigate all these aspects. Concerning Input Indicators, the average food consumption per person (for list of variables, see Nutrition below), the availability of food subsidies programs for groups of the population at risk, breastfeeding for children younger than one, the educational level of head of household and wife, household Income. Input indicators in Health would be the coverage of programs like immunization, health education and pre-natal care.

5.2.1. Additional Important Indicators

Nutrition

Investigation of Nutrition in household surveys should be kept to a minimum due to all the methodological and operational difficulties involved in collecting the information on quantities bought, amount paid and quantities of food effectively consumed by household members in the reference period. The solution adopted in the few countries which included modules on nutrition in their household surveys is to investigate nutritional aspects which are relevant for certain groups of the population who may be at risk: pregnant women, infants and children. Meals at home and outside as well as the access to certain programs like meals provided at work, meal subsidy tickets, and school lunch programs are not difficult to investigate either.

Anthropometric measures are an effective and reasonably simple way of obtaining measures of the nutritional conditions of infants and children. Because of the relevant role it plays in early infancy as a natural provider of protection against certain conditions, breastfeeding is an important aspect to investigate concerning the nutritional conditions of infants (0-1 year old): whether infant is being breastfed, if not whether infant was, for how long, when were infants introduced to solid foods, etc.).

Pregnant women and women who are breastfeeding should be investigated concerning the intake of calcium, iron and folic acid supplements.

Income and Expenditures

As noted earlier in this report, Income-Expenditures Surveys are, in themselves, extremely difficult to implement at regular intervals because of the high costs of a lengthy operation and a complex questionnaire. The countries which opt to implement the LSMS-type survey will, in general have some information on Expenditures, although not as extensive as the information usually provided in Income-Expenditures surveys: it usually covers a smaller number of items and shorter reference periods.

Because the consumption of individual items and products varies from country to country due to their availability, price, cultural factors determining their use, etc., it is of no avail to provide a detailed list of aspects to be investigated. In general terms, however, a few recommendations on the classification of Expenditures can be made:

- Food and Non-food Consumption Expenditures

> For Food Consumption: reference periods should be the previous day and the past seven days.

> Non-Food Consumption Expenditures includes: expenditures with the consumption of durable goods (articles for the home, personal care, clothing and shoes) and expenditures with services, housing and car maintenance, education, health care, transportation, recreation and leisure, etc. Reference periods for these expenditures are usually longer, varying from 4 to 12 months.

Concerning Income, in addition to the classical variables used to investigate Income in Labor Force Surveys, the following general recommendations are in order: Income types, sources and amount should be as detailed as possible so that the best picture can be obtained. In addition, indirect income should also be included in the computation of both household and individual income. Indirect income includes savings derived from not paying rent or mortgage on a house, family remittances, loans, insurance premiums, benefits like employee-sponsored medical insurance and medical benefits, retirement plans, bonuses, transportation, etc.

Finally, an Inventory of Durable Goods in the Household like cars, refrigerators, TV sets, VCR, computers, sewing machines, motor boats, bicycles, etc., and their purchase value - as well as for how much they could be sold today - can provide an additional set of information to assess the general well-being of different population groups.

5.3. Final Remarks

Improvements in the systems of household surveys in most Latin American countries will require, in addition to financial resources and technical support, a strong commitment on the part of the governments and agencies involved. Therefore, an assessment of the institutional capacity of countries should look back into the institutional history of household survey programs in the countries, attempting to identify trends in human and budget resources assigned to the implementation of these programs. This analysis might clarify the weaknesses and strengths (both technical and institutional) of programs, guiding the actions to be implemented in each individual country³³. Goals to be set and their order of priority may be very different in each case, depending on the areas which need more support.

This report could only provide an overview of major aspects to be considered in attempts to reformulate survey programs in Latin American countries. Implementation of the program will certainly require local assessment in each country where project will be implemented. This assessment should particularly include aspects that were hardly touched upon in this report, like the coordination of field operations, the quality of field staff, coding, data entry procedures, procedures for dissemination, microdata, etc.

It must be noted that the emphasis on an ideal coverage of topics does not mean that such topics must be investigated every year at the length recommended here. It only means that countries would much benefit from investigating them at regular intervals. This can be done in several ways, the easiest one being of including supplementary questionnaires, on a rotation basis to go with the regular program of household surveys implemented in the country. For those countries already implementing the LSMS-type questionnaire, this rotational basis could significantly reduce operational costs. This requires: (a) that countries design a basic program of household surveys and implement this program on a regular basis; (b) improvements in the sample frame and a flexible enough sample design in order to maximize the information obtained for particular groups of the population who are being targeted by social policies and programs.

In addition to an assessment of each survey program operational infrastructure, an institutional diagnosis, providing additional data and information on the institutional history of each particular household survey which will be included in the ISLC program, as well on their historical trends concerning human and budget resources, frequency, data availability, etc. In the countries where very little activity exists in this area and where data is scarce, irregular and infrequent, the first step should be to begin from the beginning, supporting the implementation of a good population census where it is not done, or improvements in census operations: planning, operation, data processing and analysis.

It is also important to integrate and coordinate the actions of government agencies, the Statistical Offices, Universities, as well as users concerning financial and human resources for surveys planning and operations, training programs, etc. Such coordination is of foremost importance when it comes to the need of administrative records to back-up or to complement the analysis of household survey data. An effective system of social statistics cannot rely solely on household survey data and requires effective, good quality and timely administrative data.

Concerning the topics coverage of questionnaire, it is recommended that particularly in countries with little or irregular activity in the area of household surveys or where institutional support to the activity is unstable, could begin with the design of a very simple questionnaire, covering basically the same topics they already cover but at a greater length. Once this instrument gets institutionalized and is running smoothly, other topics could be added (Health and Health Services, Fertility and Infant Mortality, Nutrition, Expenditures and Consumption, etc.

Undoubtedly the analytical richness of data from integrated household surveys (where all the modules are applied together, at the same time, to the same sample) is much higher because of their potential for analyzing the interrelations among several socio-economic aspects all at once and their impact upon each other. However, countries which have difficulties to implement such surveys each year might benefit from doing modules on specific topics on a rotational basis, like a program of topics investigated sequentially each year so that every topic would be covered every two or three years, for instance.

³³ This point will be further explored in the final section of this report, which contains recommendations for improvement in household surveys in Latin American countries.

Although this reduces the analytical potential of survey data to show the multiple interactions of different factors in the living conditions of the population, at this point it would be better to have a more condensed topics coverage and search for improvements in the quality of the sample frame and design, of field operations and coding instruments, coding procedures, etc., leading to a sustainability of the operation, with visible impact on frequency and data availability. Once these elements are running smoothly, more complexity and detail can be added to the questionnaire content itself. A good quality and well-designed questionnaire can only offer good data if the survey infrastructure is of good quality.

Some countries, particularly the countries with a more solid experience in household surveys, might benefit from a combination of their traditional Labor Force surveys with the LSMS or the CASEN, much in the style of the experience of Jamaica. The option for one instrument or the other will be highly dependent on the reasons why the country wants to improve its system of household surveys: if there is an interest in obtaining more information for the analysis of poverty and living conditions, the LSMS will be a better choice. If, on the contrary, the country's interest is primarily in the monitoring of social investments and social programs, a CASEN-type questionnaire would be much more appropriate.

BIBLIOGRAPHY

- Ainsworth, Martha & Jacques van der Gaag (1988) **Guidelines for Adapting the LSMS Living Standards Questionnaires to Local Conditions**, Living Standards Measurement Study Working Paper no. 34, Washington, D.C.: The World Bank.
- Bernstein, Boris & James M. Boughton (1993) **Adjusting to Development: the IMF and the Poor**, Washington, D.C.: IMF Paper on Policy Analysis and Assessment.
- Berumen, Edmundo (1993) **Household Survey Programmes in Latin America: some aspects of sample designs currently in use in Central Statistical Offices**, Contributed Paper Meeting ST 49, International Statistical Institute, 49th Session.
- Caillaux, Elisa L. (1994) **Levantamento das Variáveis que Compõem o Corpo Básico e Suplemento da PNAD nas Décadas de 1970 e 1980, da PME e do Registro Civil**, Rio de Janeiro, RJ.: Fundação IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais.
- Cardoso, Eliana (1992) **Inflation and Poverty**, Cambridge, Mass: National Bureau of Economic Research, INC.
- CEPAL (1983) **Las Encuestas de Hogares en America Latina**, Cuadernos de la CEPAL, no. 44, Santiago de Chile: Publicacion de las Naciones Unidas.
- Glewwe, Paul & Dennis de Tray (1989) **The Poor in Latin America during Adjustment: A Case Study of Peru**, Living Standards Measurement Study Working Paper no. 56, Washington, D.C.: The World Bank.
- Grosh, Margaret E. (1991) **The Household Survey as a Tool for Policy Change: Lessons from the Jamaican Survey of Living Conditions**, Living Standards Measurement Study Working Paper no. 80, Washington, D.C.: The World Bank.
- de Jong, Niek (1995) **Education, Income distribution and Poverty: a Critical Analysis of Household Survey Data of Selected Latin American Countries**, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, INT/SDI.
- Leite, Márcia B. de Mello (1990), **Estatísticas e Indicadores Sociais para a Década de 90**, Textos para Discussão no. 19, Rio de Janeiro, RJ.: Fundação IBGE, Diretoria de Pesquisas
- Melgar, Alicia T. (1994) **Programa de Consolidación de la Reforma Administrativa y Financiera del Sector Público: Fortalecimiento Institucional del INDEC**.
- MIDEPLAN, Chile (1992) **Población, Educación, Vivienda, Salud, Empleo y Pobreza: CASEN 1990**, Santiago, Chile.
- Monges, Fulvio et. al. (1993) **Ingresos y Política Económica, Educación y Empleo Agropecuario en Paraguay**, Asuncion, Paraguay: Universidad Nacional de Asuncion, Facultad de Ciencias Económicas, Administrativas y Contables.
- Morley, Samuel A. & Carola Alvarez (1992a) **Poverty and Adjustment in Costa Rica**, Working Papers Series no. 123, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Economic and Social Development Department.
- Morley, Samuel A. & Carola Alvarez (1992b) **Recession and the Growth of Poverty in Argentina**, Working Papers Series no. 125, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Economic and Social Development Department.
- Morley, Samuel A. (1992c) **Policy, Structure and the Reduction of Poverty in Colombia: 1980-1989**, Working Paper Series no. 126, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Economic and Social Development Department.
- Morley, Samuel A. & Antonia Silva (1994) **Problems and Performance in Primary Education: why do systems differ?**, Washington, D.C.: The Social Agenda Policy Group, Inter-American Development Bank.

Sauma, Pablo (1993) **La Distribucion del Ingreso en el Paraguay**, Asuncion, Paraguay: Universidad Nacional de Asuncion, Facultad de Ciencias Economicas, Administrativas y Contables.

Sauma, Pablo et. al (1993) **Producción, Ingresos, Empleo y Estratificación Social en el Paraguay**, Asuncion, Paraguay: Universidad Nacional de Asunción, Facultad de Ciencias Económicas, Administrativas y Contables.

Schwartzman, Simon (1995) **O Presente e o Futuro do IBGE**, Rio de Janeiro, RJ: Fundação IBGE.

UNDP (1994) **Human Development Report**

UNESCO (1994) **Taller regional sobre indicadores de educación para el desarrollo humano**, Documento de Trabajo, Paris: UNESCO, división de Estadística.

Vos, Robert (1992) **Hacia el Mejoramiento del Sistema de Indicadores Sociales para America Latina**, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank & Institute of Social Studies (ISS).

Vos, Robert (1995) **Educational Indicators: What is to be Measured**, Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, Inter-American Institute for Social Development, internal paper, not for distribution.

ANNEX I

Inventory of Available Censuses and Surveys

Page 1

COUNTRIES	MOST RECENT POPULATION CENSUS	PERMANENT HHS					
		Name	Type and Date Initiated	Frequency	Coverage	Sample Size Last data avail.	Special Modules
Argentina	1991	Encuesta Permanente de Hogares (INDEC)	LFS (since 1972)	Permanent, 2 x year, May and October	B.A. Metro and 26 urban conglomerates	1989: 4,893 hhlds. B.A.: 3,100 in 1992	1978&1986-Housing 1989 - Health
Barbados	N/A	Continuous Household Sample Survey	LFS (since 1975)	Permanent, quarterly	National: Urban and Rural	appr. 1,400 hhlds.	N/A
Belize	1991 (CSO)	Labor Force Survey (LFS) (CSO)	LFS (since 1993)	2 x year	N/A	N/A	N/A
Bolivia	1992 INE	Encuestas Integradas de Hogares (previously Encuesta Permanente de Hogares) (INE)	Multipurpose HHS based on LSMS model (Since 1989)	Permanent, 1 x year, Variable 5 rounds 1989-92. continuous since '93.	8 Capital cities plus El Alto (U)	1986: 2,788 hhlds. 1989: 7,624 hhlds. (approximately 5,000 dwellings)	
Brazil	1991 IBGE	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios (PNAD) (IBGE) Pesquisa Mensal de Emprego (P (IBGE)	Multipurpose HHS (since 1987) LFS (since 1980)	Permanent 67-70: quarterly 71 on: Yearly, iv trim. Permanent, monthly	National, except for rural North Metro Regions: RJ, SP, Porto Alegre, BH, Salvador, Recife	1986: 75,000 hhlds. 1993: 90,000 hhlds. 40,000 hhlds.	PNAD Supplements: 1973-Labor Force & Fertility 1976 - Race, Labor & Social Mobility 1977 - Housing 1981 - Health 1982 - Education 1983 - Labor & The Welfare System 1984 - Fertility 1985 - Living Cond. of Children in Metropolitan Areas 1986 - Contraceptive Practices, Access to Social Programs & Unionization/Community Participation 1988 - Social and Political Participation 1989 - Labor Force: Formal and Informal Labor Market

Inventory of Available Census and Surveys

Page 2

COUNTRIES	IES			OTHER RELEVANT SURVEYS				
	Name	Date, Frequency and Institution	Coverage	Sample Size - # Hhlds.	Name	Date	Sample Size	Coverage
Argentina			Greater B.A.	2,745 hhlds				
Barbados								
Belize	Household Expenditures Survey	every 5 yrs. (CSO)	National	n/a	Fam. Health Survey Toledo District Survey. Nutrition Survey (CSO)	1991 n/a 1993	n/a n/a n/a	n/a Local (Toledo Distr.) n/a
Bolivia	Included in EIH as a module	Jan 80-Jan 91 (INE)	La Paz, El Alto Cochabamba Sta. Cruz	6,093 hhlds.	National Survey of Population and Housing Rural HHS (USAID) Food Consumption Survey Demogr. Health Survey (USAID)	1988 (INE) 1991 1991 1989 & 1992	43,000 hhlds. n/a n/a n/a	National Cochabamba La Paz & rural National
Brazil	Pesquisa de Orcamentos Familiares (POF)	every 5 years Mar 87- Feb 88 (IBGE)	Metro Areas	n/a	National Survey on Health and Nutrition (IBGE/INAN/IPEA) LSMS	1989 pilot 1995	15,000 7,000 hhlds.	National, except for rural NE. Northeast & Southe

COUNTRIES	MOST RECENT POPULATION CENSUS	PERMANENT HHS					
		Name	Type and Date Initiated	Frequency	Coverage	Sample size # hhlds. Last data Avbl.	Special Modules
Chile	1992 (INE)	Programa Integrado de Encuestas de Hogares (PIDEH): Encuesta Nacional del Empleo Encuesta de Mano de Obra y Remuneracion Encuesta Ocupacional Encuesta Ocupacional y Ingreso (INE) Caracterización Socioeconómica Nacional (MIDEPLAN)	LFS LFS LFS LFS CASEN (since 1985)	Permanent, Quarterly (INE) monthly monthly monthly once a yr. 1987, 1990, 1992, 1994	Gran Santiago since 1973 National since 1976 National National National Metro Area National	iv trim 1990 32,523 hhlds. 1990: 21,480 hhlds. 1992: 27,666 hhlds.	
Colombia	1985 (DANE) 1993 (results avbl. 94)	Encuesta Nacional de Hogares (DANE)	LFS Since 1970	Permanent, quarterly in urban areas, variable frequency in rural areas	National: Urban 1988 & 1991: Rural	1994: 18,286 dwellings Urban (7 Metropolitan Regions and 4 cities) 18,200 hhlds. 1991 - Rural (4 regions): 7,122 hhlds.	Housing - annual, since 1986 Fertility - 1971, 72, 77, 78, 80 Needs (?) - 1984 Housing & Transportation - 1978 Transportation - 1980 Informal Sector - 1984, 86, 88, 90 Food, Nutrition & Housing - 1981 TV, Energy, Pnts of Purchase - 1985 Criminallity - 1985 Tourism - 1989 Health/ Job Quality - 1994
Costa Rica	1984 (DGEC)	Encuesta de Hogares de Propósitos Múltiples (Includes Encuesta Puntual de Empleo, Encuesta Continua de Hogares y Módulos Especiales) (DGEC)	Multipurpose HHS (since 1987) (encuestas de hogares initiated in 1965)	Permanent 1 x year, July	National: Regional Urban/Rural: groups of Regl	1988: 7,827 dwellings 1989: 7,837 dwellings 1993: 8,698 dwellings 1994: 9,736 dwellings	Housing - 1989, 92, 94 Access to Health Services - 1990, 93 Insurance - 1988/94 - yearly Fat Intake - 1990 Anthropometric Measures - 1992 Breastfeeding - 1990, 94 Senior citizens - 1994 Working children - 1994
Dom. Rep.	1993 (OCE)	Encuesta Nacional de Hogares (Central Bank)	LFS (since 1991)	Permanent, 2 x year	National	n/a	

**Inventory of Available Census
and Surveys, (cont.)**

Page 4

COUNTRIES	IES				OTHER RELEVANT SURVEYS			
	Name	Date, Frequency and Institution	Coverage	Sample Size Last Data Available	Name	Date	Sample Size (#hhlds) Last Data Avail.	Coverage
Chile		Dec 87 - Nov 88 (INE)	Gran Santiago	5,078 hhlds.				
Colombia	Encuesta de Ingresos y Gastos	Mar 84-Feb 85 (DANE) 1984-85	15 main cities	28,704 hhlds.	Multisectoral Survey (Social Publ. Expend.) (DNP) CASEN Encuesta de Calidad de Vida	1994 1993 1993	n/a Urban: 22,125 hhlds Rural: 1,620 hhlds.	n/a National and Bogota
Costa Rica		Nov. 87 - Nov. 88 (DGEC)	National	4,884 hhlds.				
Dominican Republic		Irregular Freq. 1984, 1992 1993 (Central Bank)	National	n/a	Encuesta Demografica y de Salud (Tufts University) Encuesta de Consumo y Nutricion (UNDP) Encuesta de Gastos Sociales	1988 1989	n/a n/a	National National

**Inventory of Available Census
and Surveys (cont.)**

Page 6

COUNTRIES	MOST RECENT POPULATION CENSUS	HHS					
		Name	Type and Date Initiated	Frequency	Coverage	Sample size # hhlds. Last data Avail.	Special Modules
Ecuador	1990 (INEC)	Encuesta Permanente de Hogares (initiated in 1988 as Encuesta de Hogares, LFS, urban	Multipurpose HHS (Since 1987)	Permanent, 2 x year Annual at var. dates (INEM/INEC)	National (from 1990 on) Regional (serra y costa) 1987: Quito, Cuenca & Guayaquil 1988: National Urban 1989: National Urban 1990: National Rural 1991-94: National Urban	Jul 93: 4,491 hhlds. 11,237 hhlds. 11,829 hhlds. 1994: 9,180 dwellings	Health - 1988-1990 Fertility - 1988-1990 Housing, Services - 1988-1990 Education - 1987- 1994 Capacitation - 1988-1991 Demographic charact. - 1987-1994
El Salvador	1992 (DGEC/USAID)	Encuesta de Hogares de Propositos Multiples (EHPM) (MIPLAN)	Multipurpose HHS (Since ?)	Permanent, Annual Variable dates Since....	Urban National in 1992.	1991: 6,321	
Guatemala	1995 (INE) (previous one done in 1981)	Encuesta Nacional Sociodemografica (since 1986)	LFS	Planned for every 2 yrs. Not Permanent Collected at var. dates (INE)	Metro Area of Guatemala City	1990: 10,900 hhlds.	
Guyana	1992-93	Living Standards Measurement Survey (WB)	LSMS	Not institutionalized, 1994 round in discussion	National		
Haiti	1982 (IHEI)						
Honduras	1988 (DGEC)	Encuesta Continua sobre Fuerza de Trabajo Encuesta Permanente de Hogares de Propositos Multiples (EHPM)	LFS (Since 1986) Multipurpose HHS (DGEC) (Since 1989)	 Permanent, 2x yr, March & Sept.	Urban: 16 major cities Rural: 7 regional strata	1988: 8,450 hhlds. 1989: 8,648 hhlds. (4,394 urban + 4,254 rural) 1992: 4,757 hhlds 1993: 7,200 dwellings	Consumption - 1991, 92, 93 Consumption of Basic Grains - 1989 Women in the Labor Force - 1990 May Demand for Rural Labor Force - 1990 & Perceptions Regarding Salaries - 1991
Jamaica		Labor Force Survey (STATIN) Jamaican Survey of Living Conditions	LFS (Since 1988) LSMS	Quarterly (since the early 80's) Annual		6,000 hhlds. per round 4,485 hhlds.	

COUNTRIES	IES			OTHER RELEVANT SURVEYS			
	Date and Frequency	Coverage	Sample Size	Name	Date	Sample Size	Coverage
			Last Data Avail.			(#hhlds) Last Data Avail.	
Ecuador	Jul. 75- Jun 76: Urban Sept. 78-Oct. 79: Rural	Urban Rural	9,606 hhlds. 4,200 hhlds.	Encuesta Nacional de Fecundidad (INEC/ISI)	1979		National (except for the Amazon Region and the Province of Galapagos)
	Sept-Nov 1991 1995 -Central Bank/ USAID (planned)	National: Urban	5,039 hhlds.	Encuesta de Condiciones de Vida - LSMS	1994		National
El Salvador	1992 (MIPLAN)	Urban	3,536 hhlds.				
Guatemala	Nov 79 - Aug. 81	National	9,688 hhlds.	Necesidades Basicas Insatisfechas Encuesta Nacional de Consumo Aparente de Alimentos	1981 1991	n/a n/a	National & Regional
Guyana	1992-1993 Not Permanent			National Food & Nutrition Survey (PAHO) Surv. of Needs of Women in Selected Coastal Communities (UNDP) Rural Social and Economic Survey (IICA - IFAD - IDS/ University of Guyana)	1978 1990 1994	n/a n/a	
Haiti	HH Expend. Survey 1976 (IHEI)	Metro Area Port-au-Prince	n/a				
Honduras	1978-1979 (DGEC)	Urban	n/a	Prevalence of Contraception (DGEC)	1981		
Jamaica	Every 5 yrs.						

COUNTRIES	MOST RECENT POPULATION CENSUS	HHS					
		Name	Type and Date Initiated	Frequency	Coverage	Sample Size Last Data Avail.	Special Modules
Mexico	1990 (INEGI)	Encuesta Nacional de Empleo Urbano (since 1985)	LFS	Permanent, Quarterly (INEGI)	Urban: 3rd. trim. 1992 covers approx. 97% of population in urban centers with at least 100,000 pop. size	38,388 hhlds.	
Nicaragua	1972 (1995?)	Encuesta Nacional de Hogares sobre Medicion de Nivel de Vida (INEC/WB)	LSMS (less agric. module) 1993	not permanent	National: Urban & Rural Managua + 6 regions	1993 4,200 hhds.	
Panama	1990 (DEC)	Encuestas Anuales de Hogares	LFS	Permanent, once a year in August (DEC)	National	1993: about 10,000, excluding indigenous populations and rural workers self- employed or employers	1982 - Lactation 1987 - Agricultural Employment 1989 - Crisis Impact
Paraguay	1992 (DGEC)			Permanent, yearly at var. times	Metro Area of Asuncion	1,052 hhlds.	
Peru	1993 (INEI)	Encuesta Nacional de Hogares sobre Medicion de Niveles de Vida (Cuanto S.A.)	LSMS	3 rounds (85/86, 89, 91)	National, Urban and Rural, Regional	1985/86: 5,024 hhlds. 1994: 3,600 dwellings	Housing, Education, Health, Consumption, Econ. Activity, Dem. Charact., Migration, Household business: 1985-86, 89, 91, 94 Fertility - 1985-86, 1994 Nutrition - 1994 Food Programs - 1991, 1994
Suriname	1980			ONGs., no institutional- ized frequency			
Trin & Tob.	1990 every ten yrs.	Continuous Sample Survey of Population	LFS	Quarterly (since 1983)	National: Urban and Rural	1994: 2,700 hhlds.	
Uruguay	1985 (DGEC) (1995 in preparation)	Encuesta Continua de Hogares (INE - Since 1988)	LFS	Permanent, 2 x year	Urban	1988: 9,470 hhlds. in Montevideo & 12,003 hhlds. in the interior 1992: 9,282 Montevideo 1994: 19,200 urban hhlds.	1988 - Housing and House Lease 1989/90 - Youth
Venezuela	1990 (OCEI)	Encuesta de Hogares por Muestra (since 1987)	LFS	Permanent, 2 x yr	National: Urban & Rural	1989: 61,385 hhlds. 1992: 62,775 hhlds.	1987 - Victimization, 1987 - 2nd. Job 1987 - Child Care

COUNTRIES	IES			OTHER RELEVANT SURVEYS			
	Date and Frequency	Coverage	Sample Size (# hhlds) Last Data Avail.	Name	Date	Sample Size (# hhlds) Last Data Avail.	Coverage
Mexico	1992 every 5 yrs.	National 65% of hhlds. in urban areas	13,650 hhlds.	Encuesta Nacional de Economía Informal	1991		
Nicaragua	May 84-Jun 85 Sample size n/a (INEC)	Managua	n/a				
Panama	1983 Every ten yrs. (next one planned for 1998)	National		Encuesta Nacional de Nutrición (MS) Encuesta de Condición de Vida de la Ciudad de Panamá y del distrito de San Miguelito Encuesta Nacional Materno- Infantil (MS) Encuesta Nacional de Consumo Canasta Básica de Alimentos Encuesta sobre Salud Materno- Infantil y Planificación Familiar (MS) Encuesta de Condición de Vida (LSMS)	1988 Apr. 83-Mar 84 (DEC) 1984 1991 1993-94 Pilot in 1995, survey in 1996	1,070	Panama City and San Miguelito Metro Region and the rest of the country
Paraguay	Encuesta de Presupuestos Familiares (Central Bank)	Urban: 2,500 hhlds. (Gran Asunción y resto urbano)	1991	Caracterización Socio-Económica de las Familias Paraguayas	1992	5,059 hhlds.	National
Peru				ENAPROM Nat. Rural HH Survey (USAID) National Survey on Health and Nutrition Consumption Dem. Health Survey (DHS)	1985-88, 1989- 1994 1984 1990 1991	n/a n/a 15,662 women 648 hhlds. n/a	National National National
Suriname	***			Infreq. studies on health and nutrition, feeding practices			
Trin. & Tob.	Household Budget Survey (1988) evr. 4 yrs.	National		Survey on Living Conditions	1992	1,487 hhlds.	
Uruguay	Aug 82 - Sept 83 (DCEC) 1994 in execution	Urban	4,000 hhlds.				
Venezuela	Apr 88 - Mar 89 (OCEI & Central Bank)	Urban (in localities w/ 10,000 people and over)	8,260 hhlds.	Encuesta Social (LSMS) (1991)			

Table 2 - Countries by Basic Coverage of Topics

Countries	Type of Survey	Dwelling & HH. Charact.	Demogr. Charact. of HH Members		Occupation	Income		Education	Health	Nutrition	Fertility & Inf. Mort.	Migration	Expend. & Cons.
			All HH Members	Only HH Heads		Total (6)	Partial						
Argentina	(EPH) HHS 1989	x	x		x	yes		x	-	-	-	x	-
Barbados (1)	CHSS (LFS)	-	x		x	no	labor	x	-	-	-	-	-
Belize	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bolivia	EPH 1986	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Brazil	PNAD 1989	x	x		x	yes		x	-	-	-	-	-
Chile	(PIDEH) HHS 1989	-	-		x	yes		x	-	-	-	-	-
Colombia	HHS 1989	x	x		x	yes		x	-	-	-	-	-
Costa Rica (*)	EHPM		x		x	no	labor	x	-	-	-	-	-
Czech Republic (*)	EPH	x	x		x	yes		x	-	-	-	-	-
Ecuador (2)	EPH 1988	x	x		x	no	labor	x	x	-	-	-	-
El Salvador (*)	EPH	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	-
Guatemala (*)	EPH	x	x		x	no	labor, pension	x	x	-	-	-	-
Guyana (3)	LSMS	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Haiti	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Honduras	Multi HHS 1989	x	x		x	no	labor	x	x	-	-	-	x
Honduras	LSMS (1993)	x	x		x	yes		x	x	x	-	-	-
Mexico	ENEU	x	x		x	no	labor	x	-	-	-	-	-
Nicaragua (4)	LSMS	x	x		x	yes		x	x	x	-	x	-
Norway (*)	EPH	-	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Paraguay (*)	EPH	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Peru (5)	LSMS	x	x		x	no	labor, pension	x	x	x	-	-	x
Trinidad	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Tobago	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Uruguay	HHS 1989	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Venezuela	HHS 1989	x	x		x	no	labor, transfers	x	x	-	-	-	x

Notes:

Information was extracted from table provided by Jacques Anas based on CEPAL data and from questionnaires analyzed in paper

Questionnaire for Barbados is very short and does not keep the same format as that of the Labor Force or Employment/Unemployment Survey as in other countries

Ecuador has started a program of LSMS in 1992. Data on table refers to Health Supplement to 1988 EPH and was obtained from the material quoted in no. 1 (*) above

Questionnaire for Guyana not available. Inclusion of non-institutionalized LSMS is a result of unavailability of other surveys

Although Nicaragua had only 1 round of LSMS and does not have the program institutionalized, it was included here because no other surveys are available

Peru's LSMS was done by a private firm and seems to be rather irregular.

(6) In most cases, income from labor, property/rent, pensions, transfers and capital.

Most countries, however, collect this information with different levels of aggregation, for instance,

In some cases, income from labor is one category and income from all other sources is another.

Most countries, except for Chile and Uruguay, do not compute imputed income from

Table 2- Countries by Basic Coverage of Topics

Countries	Type of Survey	Dwelling & HH. Charact.	Demogr. Charact. of HH Members		Occupation	Income		Education	Health	Nutrition	Fertility & Inf. Mort.	Migration	Expend. & Cons.
			All HH Members	Only HH Heads		Total (6)	Partial						
Argentina	(EPH) HHS 1989	x	x		x	yes		x	-	-	-	x	-
Barbados (1)	CHSS (LFS)	-	x		x	no	labor	x	-	-	-	-	-
Belize	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Bolivia	EPH 1986	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Brazil	PNAD 1989	x	x		x	yes		x	-	-	-	-	-
Chile	(PIDEH) HHS 1989	-	-		x	yes		x	-	-	-	-	-
Colombia	HHS 1989	x	x		x	yes		x	-	-	-	-	-
Costa Rica (*)	EIHPM		x		x	no	labor	x	-	-	-	-	-
Dom. Republic (*)	EPH	x	x		x	yes		x	-	-	-	-	-
Ecuador (2)	EPH 1988	x	x		x	no	labor	x	x	-	-	-	-
El Salvador (*)	EPH	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	-
Guatemala (*)	EPH	x	x		x	no	labor, pension	x	x	-	-	-	-
Guyana (3)	LSMS	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Haiti	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Honduras	Multi HHS 1989	x	x		x	no	labor	x	x	-	-	-	x
Jamaica	LSMS (1993)	x	x		x	yes		x	x	x	-	-	-
Mexico	ENEU	x	x		x	no	labor	x	-	-	-	-	-
Nicaragua (4)	LSMS	x	x		x	yes		x	x	x	-	x	-
Panama (*)	EPH	-	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Paraguay (*)	EPH	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Peru (5)	LSMS	x	x		x	no	labor, pension	x	x	x	-	-	x
Suriname	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Trin & Tob.	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Uruguay	HHS 1989	x	x		x	yes		x	x	-	-	-	x
Venezuela	HHS 1989	x	x		x	no	labor, transfers	x	x	-	-	-	x

Footnotes:

(*) Information was extracted from table provided by Jacques Anas based on CEPAL data and from questionnaires analyzed in paper

(1) Questionnaire for Barbados is very short and does not keep the same format as that of the Labor Force or Employment/Unemployment Survey as in other countries

(2) Ecuador has started a program of LSMS in 1992. Data on table refers to Health Supplement to 1988 EPH and was obtained from the material quoted in note (*) above

(3) Questionnaire for Guyana not available. Inclusion of non-institutionalized LSMS is a result of unavailability of other surveys

(4) Although Nicaragua had only 1 round of LSMS and does not have the program institutionalized, it was included here because no other surveys are available

(5) Peru's LSMS was done by a private firm and seems to be rather irregular.

(6) In most cases, income from labor, property/rent, pensions, transfers and capital.

Most countries, however, collect this information with different levels of aggregation, for instance,

In some cases, income from labor is one category and income from all other sources is another.

Most countries, except for Chile and Uruguay, do not compute imputed income from owning the dwelling.

Table 3.

Topics and Indicators (**)	Bahamas, Belize, Costa Rica, Guyana Haiti, Mexico, Suriname, Trin. & Tobago questionnaire n/a	Barbados	Brazil	Colombia	Domin. Republ.	Ecuador	Countries								Peru	Venezuela (Encuesta social)
							El Salvador	Guatemala	Honduras	Jamaica (***) (LFS)	Nicaragua	Panama				
I - Housing																
Material/conditions		-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-	+	+	
Density		-	++	++	++	++	-	++	++	++	++	++	-	+	++	
Kitchen		-	-	+	-	-	+	+	-	+	-	-	+	-		
Sanitation		-	++	++	++	+	+	++	++	+	++	++	-	+	++	
Water		-	++	++	+	+	+	+	+	+	+	+	-	+	+	
Sewerage		-	++	++	++	+	++	++	++	+	++	++	-	+	++	
II - Education	questionnaire n/a															
Input Indicators:																
Nutrition		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	
Health		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	+	
Housing		-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-	+	+	
Educ. Level HH Head/Wife		-	++	++	+	++	+	+	+	+	+	+	+	+	++	
Access Indicators:																
distance		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	+	+	
type (public/private)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	+	+	
costs		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	+	+	
non-attend. due to work		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	-	+	+	
Output Indicators:																
Literacy Rates		-	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	-	+	+	
Attendance		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
Enrollment - gr/level		+	++ (cap.)	++	++	++ (cap.)	++	++ (cap.)	++ (cap.)	++ level	++ level	++ (cap.)	++ level	++ level	++	
Schooling Rates		+	++	++	+	++	+	+	+	+	+	+	+	+	++	
Repetition		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	
Outcome Indicators:																
Health		-	-	-	-	+	+	+	+	-	-	+	-	♦(children)	+	
Income		-	-	+	+	+	+	+	+	-	+	+		+	+	

[illegible]

Topics and Indicators (**)	Countries														
	Bahamas, Belize, Costa Rica, Guyana, Haiti, Mexico, Suriname, Trin. & Tobago	Barbados	Brazil	Colombia	Domin. Republ.	Ecuador	El Salvador	Guatemala	Honduras	Jamaica (***) (LFS)	Nicaragua	Panama	Peru	Venezuela (Encuesta social)	
IV - Nutrition	questionnaire n/a														
Input Indicators:															
Food consumption		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Programs Pop. at Risk		-	-	-	-	+	-	-	-	-	-	-	-	+	
Access:															
Family/household Income		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
Food Availability		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Output Indicators:															
Anthropom. Measures		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+	
Health conditions		-	-	-	-	+	+	+	-	-	+	-	+	+	
Outcome Indicators:															
School Attainment		+	++	++	++	+	+	+	+(level)	+	+	-	+	+	
School Performance		-		+	+	+	+	+	-	-	+	+	+	+	
V - Income	questionnaire n/a	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
VI -Occupation/ Labor force	questionnaire n/a	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
VII - Migration	questionnaire n/a	-	-	+	+	+	+	+	+	-	+	-	+	+	

*) - Countries analyzed in Part
i were not included in this table

**) Conventions for Coverage:
no coverage
- some coverage
+ - good coverage

**) Coverage of LSMS basically follows LSMS structure

Topics and Indicators (**)	Argentina	Bolivia	Selected Countries Chile CASEN	Uruguay	Paraguay SES
I - Housing					
- Material/conditions	+	-	-	-	+
- Density	-	+	-	-	+
- Kitchen	-	+	+	+	+
- Own or Rent	+	+	-	+	+
- Sanitation			+	+	+
Water	-	+	+	+	+
Sewerage	-	+	+	+	+
Garbage Coll/Disp.	-	-	-	-	+
II - Education					
Input Indicators:					
Nutrition	-	+	-	-	
Health	-	-	-	-	
Housing		+	++	+	+
Educ. Level HH Head/Wife	+	+	-	+	+
Access Indicators:					
- distance	-	+	+	-	+
- type (public/private)	-	+	+	-	+
- costs	-	+	(vouchers?)	-	-
- non-attend. due to work	-	+	+	-	+
Output Indicators:					
Literacy Rates	+	-	+	-	
Attendance	+	+	+	+	+
Attainment - gr/level	only level	+	+	+	+
Schooling Rates		+	+	+	+
Repetition	-	-	-	-	-
Outcome Indicators:					
Health	-	+	-	-	-
Income	+	-	-	+	+
III - Health					
Input indicators:					
Income	-	+	-	+	+
Nutrition	-	-	(children 15 -)	-	-
Immun. coverage	-	-	-	-	-
Housing/Sanitation		-	+	+	+
Access Indicators:				only use of service	
Physical - geogr. dist.	-	-	+		+
Costs	-	+	+	-	-
Type/quality Service	-	+	+	-	-
Output Indicators:					
Mortality Rates - general	-	-	-	-	-
Mortality Rates - Inf/child	-	-	-	-	-
Fertility Rates	-	-	-	-	-
Birth Rates	-	-	-	-	-
Morbidity	-	-	+	-	-
Life Expectancy	-	+		-	-
Outcome Indicators:					
Inc. diseases	-	-	-	-	-
School/work absenteeism	-	-	-	-	-

Topics and Indicators (**)	Selected Countries				
	Argentina	Bolivia	Chile CASEN	Uruguay	Paraguay SES
IV - Nutrition					
Input Indicators:					
Food consumption	-	+	-	-	-
Programs Pop. at Risk	-	+	-	-	-
Access:					
Family/household Income	-		-	-	+
Food Availability	-	+	-	-	Agric. areas)
Output Indicators:					
Anthropom. Measures	-	+	-	-	-
Health conditions	-	+	-	-	+
Outcome Indicators:					
School Attainment	-	+	-		+
V - Income	+	+	-	-	+
VI -Occupation/ Labor force	+	+	-	+	-
VII - Migration	-	+	-	+	-
Conventions for Coverage:					
- no coverage					
+ -some coverage					

COMMENTS

Gláucio Ary Dillon Soares
DATAUnB

The paper by Márcia Leite Arieira, *Household Surveys in Latin America and the Caribbean: an Assessment*, provides us with an exhaustive evaluative description of the contents and methodology of HHS in the area. The paper shows that HHS in the area differ in many ways, such as regularity, sampling frame and design, focus, coverage , measurement etc. These differences make comparative work in the area illustrative at best.

Arieira's data also show that, although the major *foci* of the information that is sought varies, the instruments include questions on common areas thereby making some sort of comparisons possible. Therefore, the question is: can comparisons among countries in the region be expanded to cover more areas and can comparability be improved?

This is not at the core of Arieira's concerns:

"...intra-country comparison across regions and over time should be prioritized over inter-countries comparison. (p. 27)"

I understand Arieira fear of seeing series that are *internally* comparable interrupted and comparability disrupted. However, this is not a zero-sum model and international comparability can be achieved *without* loss in internal comparability. Furthermore, priorities in data gathering by public agencies are not set exclusively nor predominantly by the agencies' technicians, nor should they.

MERCOSUL is a success. The absolute and relative growth of trade within the area, the growing number of tourists, of migrants within the area and the beginnings of an academic response through the establishing of disciplines dealing with the area and even of a doctoral program at UFRGS, unless halted, will put pressure on the agencies in the area to provide more and better data and information. The question is not *if* this should be done, but one of how to best accomplish this.

Facilitating Comparative Work

Extreme specialization is losing favor in information-gathering agencies in the developed world. The benefits of the relational data banks that have been built are convincing. It is, of course, wasteful and time consuming to put together information that was gathered separately, sometimes by the same agency, when it could be gathered together.

Multi-purpose surveys are here to stay. They have offered the highest returns. They attract most external users. Elsewhere, they have strengthened and even generated new disciplines. When I and the many colleagues that I have talked to about the subject think about comparative work in the region, this is what we have in mind.

Therefore, the thrust will be to organize international surveys, multi-purpose in nature, that will tackle the growing number of problem areas in Latin America and the Caribbean in general, and in MERCOSUL in particular¹. This can be done at a relatively small cost. An item-by-item analysis of current survey questionnaires may produce several items that have zero and close-to-zero usefulness.

I feel that standardization will begin at the questionnaire level and then expand to frequency and sampling, among others. To assure comparability and maximum use, a module of basic data in different areas should be provided in very specific categories, so that comparable collapsing of categories will be possible.

External Constraints in the use of HHS by social and political scientists in Latin America

One of the major limitations in the use of survey-type data in Latin America derives from its training requirements. Few people with a college degree in the social and political Sciences are qualified to begin this task. Even graduate programs now fail to turn out trained people, prepared to competently handle quantitative data.

Traditionally, due to interest and the training required by the discipline, economists and demographers have been the main users of HHS in Latin America²; followed, at a great distance, perhaps by

¹ All South American countries certainly should participate. Chile and Venezuela are negotiating their status in MERCOSUL; I feel that others will soon do likewise.

² Elsa Berquó, analisando 331 trabalhos da ABEP, encontrou 25 que usavam a PNAD. De 12.200 trabalhos que existiam na DOCPOP, 12% usavam o Censo Demográfico, as PNADs e o Registro Civil. Ver Ana Amélia Camarano, "Informações demográfica: o que se tem, o que se usa e como se usa?". RBEP, vol. 7, n. 2, jul/dez. 1990. Os sociólogos e cientistas políticos que usaram a PNAD são poucos.

sociologists, political scientists, educators and the health professions. In the social and political Sciences, the use is limited: Due to the contributions of a relatively small number of fellowship programs and institutions, the 60's and 70's witnessed a growth in the number of social science professionals who were able to, and interested in, competently handling quantitative data. This trend seems to have been reversed in the 80's and 90's. In some institutions, students currently can and do obtain a doctorate without being able to *read* relatively simple statistics, let alone use them. Actually, there are programs which do not require *any* proficiency in statistics. This is not a Brazilian deficiency: it is a Latin American phenomenon.

Thus the pool of potential, external users of HHS in the social and political sciences is rather narrow, largely due to incompetence to handle even simple statistics. If output, and hopefully outcomes, are to grow, policies must be enforced that will train potential users first. In the academic world, I see this happening in four different ways:

retraining of current graduate degree holders, particularly those who teach in graduate programs;

progressive substitution of, or additions to , the current faculty teaching in graduate programs in the Social Sciences, with the purpose of changing the characters of these programs and making them more useful to the society which pays for them;

creation of new graduate programs in the Social Sciences particularly designed to train social scientists able to handle quantitative data and

a program of fellowships abroad, designed to train social scientists at the doctoral level, able to expertly handle quantitative data.

I am skeptical of the first two. Retraining requires a humbleness and a willingness to admit lack of knowledge that I fear is not there, as well as institutional requirements, such as training leaves, that are not easy to obtain. New programs, designed to train new students, do not have to face the internal opposition that attempts to modify old programs have. External fellowships may be the easiest way, but to train the kinds of numbers that would be needed to make use of HHS standard practice it would be costly.

If use is to go beyond economists and demographers, it is imperative that new training programs be created and supported. Fellowship programs designed to support students willing to use HHS data for their theses and dissertations should be created and some may be able to operate in the framework of existing training programs.

Data Distribution

Lack of training of outside users is only *one* of the factors reducing utilization of HHS data. *Distribution and availability* have been major problems. Qualified individual users, who could account for a significant proportion of all analyses, are hindered in their attempts to use HHS data due to overwhelming bureaucratic requirements. Data distribution policies must have these users in mind.

What *media*? I hypothesize that current users rely largely on PC's for the analysis of smaller data sets. This means having the data available on 3.5 1.44 diskettes. Larger data sets can be assessed by a much smaller number of users if stored in QIC's. Few have 4mm by 90mm equipment. The recent growth of CD ROM's and, more recently, of read-and-write CD's opens a new avenue for data distribution.

What *format*? My suggestion is to distribute the data sets in any format that is readable by existing, often-used statistical packages. SAS and SPSS seem to be the most common ones in the Social Sciences, perhaps with SYSTAT and BMD next. Many use spreadsheets, such as EXCEL, but spreadsheets have known inefficiencies handling large sets of data.

Ideally, data sets would be distributed in a limited number of common formats, such as TXT, DBF etc. that may be easily and safely imported by their favorite statistical packages.

Cost is another consideration. If we think of external users as unpaid collaborators, which, in many senses, they are, free distribution is easily justified and clearly is low investment/high return. If, for some bureaucratic reason, data must be sold, let it be sold at reproduction cost to Latin American institutions and individual researchers. Surely, graduate students should be able to use them free of charge.

Multi-level data can be provided by agencies with relatively little effort. The need derives from the knowledge that the behavior of individuals varies with characteristics of the broader units to which they belong. Schools, neighborhoods, countries etc have shown, through the use of context-analytic techniques to influence behavior *in addition to*, and sometimes *in interaction with*, individual attributes. Data sets can be

organized so as to include not only individual data, but aggregate data on the *município*, *estado*, *região* and, in the case of MERCOSUL, of course, nation.

Final Comment

The paper by Arieira is a competent and extremely useful piece. As an end-user seriously interested in comparative work in Latin America and the Caribbean, I now have a useful guide of what is out there, its potentialities and limitations.

**PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA
DE DOMICÍLIOS (PNAD)
PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO** Erro! Indicador não
definido.

Antonio Carlos Alkmim

Antonio Duran

Rosa Ribeiro

(dezembro/1994)

APRESENTAÇÃO

O presente texto trata de uma proposta de desagregação geográfica das informações geradas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Esta proposta é a sequência ampliada de um primeiro estudo realizado em 1992, onde a região metropolitana fluminense foi subdividida em nove áreas (1).

O texto divide-se em duas partes. A primeira, Tratam-se os aspectos gerais ligados ao procedimento de desagregação dos dados da PNAD. A segunda parte mostra os procedimentos metodológicos adotados, assim como detalha o desenho amostral da pesquisa.

PARTE 1 - ASPECTOS RELACIONADOS À DESAGREGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA PNAD.

A iniciativa de desagregação da PNAD partiu da necessidade de obtenção de indicadores intra-metropolitanos que permitam acompanhar, mais sistematicamente, o processo de urbanização e as diferenciações entre os segmentos populacionais no interior do estado e da região metropolitana do Rio de Janeiro. As informações mais detalhadas e precisas divulgadas decenalmente pelos censos deixam, no seu intervalo, uma grande lacuna não totalmente preenchida pelas informações produzidas anualmente pela PNAD ao nível das regiões metropolitanas. O objetivo básico desta proposta, é portanto, explorar mais intensamente as possibilidades de estabelecer, a partir da PNAD, um conjunto de indicadores básicos e significativos que permitam a compreensão do complexo urbano em que se transformou a quase totalidade do estado fluminense (cerca de 80% de sua população reside na área metropolitana).

A proposta se desdobra em dois objetivos. Trata-se, inicialmente de definir os parâmetros para a subdivisão da metrópole em subáreas menores que os atuais níveis estabelecidos para a divulgação dos dados da PNAD. Alcançado esse objetivo, será possível a criação de um sistema contínuo de indicadores a nível das subáreas selecionadas, de periodicidade anual, permitindo o acompanhamento sistemático da evolução das informações.

2. ALGUMAS DIFICULDADES METODOLÓGICAS

Dificuldades metodológicas e de ordem substantiva se apresentam. Em primeiro lugar, a PNAD não se prestaria em tese para a divulgação dos dados a um nível mais desagregado do que vem sendo feito atualmente. Daí a necessidade de uma avaliação estatística mais apurada, que indique a precisão das estimativas obtidas para cada área. No estudo desenvolvido por Antonio Duran (1994) (2), esta avaliação foi feita a partir da comparação dos coeficientes de variação obtidos para indicadores selecionados das PNADs de 1984 e 1990, e o Censo Demográfico de 1991.

Sendo a amostra da PNAD para o estado do Rio de Janeiro bastante ampla, abrangendo cerca de 10 mil domicílios e mais de 30 mil pessoas investigadas, parece animadora a possibilidade da exploração mais detalhada destas informações do ponto de vista espacial. É bom lembrar que os surveys de abrangência nacional realizados pelos grandes institutos de opinião pública (IBOPE, DATAFOLHA, VOX POPULLI, GALLUP, etc), contam com amostras que não superam os 10 mil eleitores. Muitas vezes, é bem verdade, estes institutos erram em suas estimativas ao não apontar antecipadamente os vencedores dos pleitos realizados. Mas é igualmente certo, que estas estimativas, as mais difíceis de serem calculadas, constituem apenas uma parcela reduzida do amplo conjunto de informações que estes estudos revelam com maior precisão (perfil da disputa e da escolha eleitoral, dimensões sócio-demográficas e culturais associadas ao voto, etc.).

Um segundo problema diz respeito às estimativas de população divulgadas pela PNAD ao longo da década e que são corrigidas de acordo com os resultados dos censos. Para contornar esta dificuldade, optou-se por uma saída simples, de forma que os indicadores propostos sejam apresentados em proporções. Desta forma não são apresentadas estimativas populacionais para as áreas desagregadas.

Optou-se também pela utilização de indicadores mais robustos, ou seja, indicadores sintéticos que permitam uma avaliação de diferenciações substantivas do ponto de vista geográfico e social, ainda que de forma não exaustiva ou detalhada. Desta maneira, a avaliação de eventos que por sua natureza exigem uma especificação maior das variáveis utilizadas (por exemplo, um estudo minucioso da estrutura ocupacional em cada uma das áreas a serem desagregadas), estará comprometida em função da baixa representatividade estatística desta informação. Em suma, este é um custo que se impõe, uma vez que ainda não se dispõe no momento de outra pesquisa com a mesma abrangência e periodicidade que permita dar conta das profundas transformações sócio-econômicas e demográficas que vêm ocorrendo nas regiões metropolitanas, sobretudo nas últimas décadas.

Uma terceira questão consiste na reflexão sobre o conjunto de indicadores sintéticos que possam constituir um quadro interpretativo da dinâmica e evolução da região metropolitana. A obtenção desses indicadores permitirá analisar diferenciações espaciais no interior da região

metropolitana, acompanhar periodicamente a sua evolução, avançar na reflexão teórica sobre a segmentação social, avaliar e monitorar políticas públicas. A construção deste conjunto de indicadores permitirá a criação de um sistema contínuo de informações. Esta tarefa está reservada à sequência deste projeto, uma vez definidas as áreas espaciais desagregadas.

Finalmente, resta estabelecer os critérios e princípios norteadores da desagregação. A amostra da pesquisa que se distribui por municípios, distritos e setores é o ponto de partida formal e estabelece os limites para esta tarefa. Por outro lado, a reflexão desenvolvida a partir da década de 70 sobre o espaço metropolitano fluminense, constitui a base teórica da qual se parte para a elaboração da proposta do desenho geográfico almejado. Parte desta bibliografia situa o padrão de urbanização do estado do Rio de Janeiro dentro do contexto brasileiro, estabelecendo também sua diferença com padrões de urbanização de outros países. Desta forma, a proposta aqui delineada não deve ser encarada como um exercício meramente estatístico ou formal. Nesse sentido, é fundamental o conhecimento acumulado a respeito da evolução histórica e urbana do Rio de Janeiro, do seu processo de segmentação social e da evolução de seus indicadores sócio-demográficos. Sem este conhecimento histórico e sociológico corre-se o risco de estar adotando um procedimento meramente empiricista, mesmo que cercado dos mais rígidos critérios estatísticos e metodológicos.

3. UMA SEGUNDA PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO DOS DADOS DA PNAD

Em abril de 1992 foi constituído um grupo de trabalho formado por técnicos do IBGE, lotados no Departamento de Emprego e Rendimento (DEREN) e Departamento e Estatísticas e Indicadores Sociais (DEISO), com o objetivo de examinar a possibilidade de divulgação dos dados da PNAD para um conjunto - o mais amplo possível - de municípios brasileiros (3). De certa forma, alguns estudos, inclusive realizados no próprio IBGE, já haviam na prática divulgado informações para algumas das capitais brasileiras, fazendo a distinção entre núcleo e periferia das regiões metropolitanas (Belém, Recife, Salvador, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

A orientação inicial daquele grupo, em resumo, era estabelecer um conjunto de variáveis básicas, a partir das quais pudesse ser gerado um plano tabular para os municípios auto-representativos na PNAD (basicamente municípios das capitais, municípios das áreas metropolitanas, e um conjunto de municípios com alta densidade populacional). Estabeleceu-se, inicialmente como critério, a estimativa mínima de 250 mil habitantes para os estudos iniciais, obtendo dessa forma um conjunto de 63 municípios.

A avaliação inicial dos coeficientes de variação para as tabelas geradas determinou uma primeira redução neste conjunto para 32 municípios. Posteriormente, ao se fixar o critério máximo de 25% para os coeficientes de variação das estimativas, a lista de municípios caiu para os 16 seguintes: Manaus, Belém, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Campo Grande e Nova Iguaçu. A esta lista foram acrescentados além do Distrito Federal, as seguintes capitais: Teresina, João Pessoa, Florianópolis, Vitória e Cuiabá; sendo que para estes últimos municípios as estimativas apresentam coeficientes de variação menores, sendo portanto, maior o nível de imprecisão. O relatório final indica a desagregação dos dados da PNAD para os 21 municípios acima discriminados e para o Distrito Federal.

A proposta, apresentada por técnicos do DEISO/DEREN representa um importante avanço quanto à potencialização do uso dos dados da PNAD, ao ampliar consideravelmente as unidades municipais de análise, permitindo aos usuários da pesquisa uma fonte mais rica de informações anuais.

No entanto, a preocupação central do estudo do IBGE em estabelecer um corte populacional mínimo e ao mesmo tempo representativo estatisticamente não esgota outras possibilidades de adoção de parâmetros igualmente válidos para a desagregação dos dados da PNAD. Por que municípios com o peso populacional de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte não poderiam ser desagregados em áreas para as quais seriam geradas estimativas específicas, desde que mantidos coeficientes de variação aceitáveis? Por outro lado, por que não poderiam ser agregados municípios com população reduzida em áreas homogêneas, como, por exemplo, o caso dos municípios que formam a Baixada Fluminense?

Ao se admitir uma outra possibilidade de desagregar espacialmente os dados da PNAD, este novo percurso sugere uma série de dificuldades adicionais, envolvendo critérios para a composição das áreas intra ou inter-municipais, critérios estes que, como dito anteriormente, vão além de procedimentos meramente estatísticos. Seguindo este procedimento, pretende-se que a desagregação da PNAD além de oferecer resultados para um conjunto de municípios mais representativos, conforme propõe o estudo do IBGE, crie a alternativa de que os municípios mais populosos sejam desagregados, ao mesmo tempo em que os municípios menores possam ser agrupados em áreas homogêneas.

É importante frisar que esta proposta implica no cálculo dos coeficientes de variação para as estimativas obtidas, e no confronto com dados censitários, utilizados como parâmetros para a análise de consistência das informações. O detalhamento da metodologia utilizada está contido na terceira parte deste estudo. Finalmente, o redesenho geográfico das áreas não poderá ser totalmente “cego”. Uma avaliação da literatura disponível sobre o espaço e sua estrutura social correspondente, torna-se um instrumento imprescindível à tarefa.

A partir deste roteiro, mais complexo, e consequentemente sujeito a maiores riscos de percurso, é que foi formulada a experiência de desagregação dos dados da PNAD para a região metropolitana do Rio de Janeiro.

4. A REFLEXÃO SOBRE O ESPAÇO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Em 1976, foi publicado um estudo coordenado por Ana Maria Brasileiro, envolvendo técnicos do IPEA, IPLANRIO e IBAM (4). O objetivo geral do trabalho consistia em avaliar a distribuição dos serviços de interesse comum na região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo em vista a necessidade de planejamento para a área, de acordo com as atribuições legais, derivadas do recente processo de fusão entre o estado da Guanabara e o antigo estado do Rio de Janeiro.

Na segunda parte do estudo, avalia-se o contexto metropolitano, a partir de sua evolução histórica e econômica, que redundou no surgimento do conglomerado urbano no estado do Rio de Janeiro. Segundo aponta o estudo, o Rio caracteriza-se por um “centro hipertrofiado em relação à sua periferia e à região metropolitana em geral. O processo de metropolização foi incompleto, com o núcleo concentrando os recursos econômicos e financeiros e redistribuindo-os de maneira insuficiente e desigual pela periferia” (5). Duas características são, portanto, ressaltadas. Primeiro o peso da área metropolitana em relação ao estado como um todo, concentrando população e recursos. Segundo, a distinção entre o “núcleo” e a “periferia” da metrópole, como áreas fortemente diferenciadas do ponto de vista econômico e social.

Na verdade a estrutura metropolitana, segundo este estudo, é dividida em áreas concêntricas, na forma de anéis (ver mapa no anexo), partindo do núcleo metropolitano (composto pelo centro da cidade do Rio de Janeiro, Zonas Sul e Norte, e Zona Sul de Niterói); seguido por uma periferia imediata (subúrbios cariocas e Zona Norte de Niterói); uma periferia intermediária (área suburbana carioca mais distante, Zona Oeste, parte da Baixada Fluminense, parte de São Gonçalo e de Magé); e uma periferia distante (formada principalmente pelos municípios no limite da região metropolitana).

Os critérios para delimitação destas áreas são definidos em primeiro lugar pela reflexão a respeito do desenvolvimento histórico que marca o processo de ocupação e metropolização do

Rio de Janeiro, representado por vetores de orientação da ocupação populacional que partem do núcleo em direção às áreas periféricas. O estudo aponta sete “vetores de urbanização” que orientam este processo histórico de metropolização (6). Por outro lado, a conurbação, que é definida como “aglomerado urbano em que dois ou mais centros, política e administrativamente independentes apresentam continuidade de tecido urbano” (7). Ou seja, é pelos limites populacionais e dos recursos urbanísticos disponíveis que se processam os limites entre o núcleo e as periferias.

Estes limites, entretanto, mostram-se imprecisos do ponto de vista geográfico, e esta é uma das dificuldades apresentadas por este trabalho (ver quadro 1, no anexo). Uma outra dificuldade consiste na ausência de uma discussão teórica que justifique a hipótese do desenho metropolitano pela forma dos anéis.

Em relação à primeira dificuldade, um avanço considerável foi feito nos estudos produzidos pelo DEISO/IBGE avaliando os indicadores sociais e indicadores referentes à infraestrutura metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como referência dados do censo de 1970 e a divisão administrativa do município do Rio de Janeiro em Regiões Administrativas (RAs) (8). Nestes trabalhos retoma-se a distinção núcleo e periferia (imediata, intermediária e distante) localizando as RAs e os municípios da região metropolitana em cada uma destas áreas, além de criar subáreas homogêneas do ponto de vista da estrutura social. Os limites entre cada área e subárea são precisamente demarcado pois coincide com as demarcações administrativas e legais dos municípios e distritos censitários (RAs).

Quanto à segunda dificuldade - ou seja, precariedade de uma discussão teórica que sustente a hipótese de uma subdivisão metropolitana na forma de anéis concêntricos - o artigo de Carlos Nelson F. Santos e Olga Bronstein, publicado em 1978 (9) traz uma reflexão sobre o modelo metropolitano do Rio de Janeiro, reforçando o diagnóstico da oposição entre o núcleo e a periferia. Segundo os autores “Seria arriscado pensar em modelo pronto: mais sensato, talvez seria falar de tendências. O modelo do Rio tende a ser o de uma metrópole de núcleo hipertrofiado, concentrador da maioria da renda e dos recursos urbanísticos disponíveis, cercado por estratos urbanos periféricos cada vez mais carentes de serviços e de infraestrutura à medida

em que se afastam do núcleo, e servindo de moradia e de local de exercício de algumas outras atividades às grandes massas de população de baixa renda” (10).

Este modelo difere substancialmente daquele das grandes metrópoles como Nova Iorque, onde, por exemplo, os recursos urbanos são alocados dispersamente pela periferia, nos locais de moradia dos segmentos populacionais mais favorecidos economicamente. Este padrão “clássico”, apresenta-se como o inverso do modelo metropolitano fluminense no que diz respeito à sua forma, sendo que acentuadas diferenças sociais encontram-se presentes nessas duas grandes metrópoles.

O Rio de Janeiro, ainda segundo o estudo, inspirado na teoria da dependência, é uma metrópole que não é autônoma nem regionalmente (dependente principalmente de São Paulo), nem nacional ou internacionalmente, pois o seu desenvolvimento submete-se à lógica de processos políticos e econômicos mais gerais que reforçam, através dos atores com recursos e poder (governos federal, estadual, municipal, empresários), o modelo dicotômico, valorizando o núcleo urbano em detrimento de suas periferias.

É o estudo de Maurício de Abreu, publicado pela primeira vez em 1978 (11), que sintetiza a discussão até o momento, contribuindo tanto para o aprofundamento da reflexão teórica sobre o “modelo metropolitano”, quanto para a definição e delimitação de suas áreas. Além disso, daí o interesse histórico deste estudo, retrata o processo de formulação das políticas urbanas para a cidade do Rio de Janeiro a partir do final do século XIX, e seu impacto do ponto de vista paisagístico e social.

Este autor faz ainda uma série de críticas às teorias da escola de ecologia humana de Chicago, que vêem a expansão das cidades como “um complexo ecológico estruturado a partir de processos ‘naturais’ de adaptação social, especialização funcional e competição por espaço, processos estes que se desenvolvem dentro de uma determinada ordem moral, segundo ‘uma forma culturalmente definida de solidariedade social’ (12). Segundo esta teoria, a urbanização é um fenômeno evolutivo do ponto de vista demográfico e econômico, no qual o mercado, e as interações sociais acabam ajustando esta expansão. O núcleo urbano (core) possui um papel “simbólico”, esvaziado arquitetônica e demograficamente. O Estado tem um papel de árbitro,

acomodando ou atenuando interesses eventualmente conflitantes, ou seja, agindo como regulador do conflito.

Maurício de Abreu critica esta teoria e aponta o caso do Rio de Janeiro como totalmente desviante em relação a este modelo. Inspirado pela teoria marxista, afirma que “a estrutura espacial de uma cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas” (13). Nesta situação de conflito o Estado, ao contrário do postulado neoclássico-liberal não age de forma neutra. Segundo Abreu, embora não ocorra uma instrumentalização automática dos interesses capitalistas pelas políticas governamentais, existe uma nítida associação entre seus agentes. Assim, no caso do Rio de Janeiro, a história de sua evolução urbana é visivelmente marcada por políticas que privilegiam os segmentos sociais mais favorecidos, estruturando diferencialmente o seu espaço. Seria a “formação social”(novamente a inspiração marxista) o resultante das relações entre as estruturas econômicas, jurídica, política e ideológica da sociedade (14).

O modelo metropolitano do Rio de Janeiro, para Abreu, em sintonia com a idéia dos autores precedentes, caracteriza-se pela dicotomia núcleo/periferia e contraria o modelo retratado pelos estudos da escola de Chicago: “A cidade do Rio de Janeiro, e mais especificamente o seu núcleo, concentrou todos os recursos, muitas vezes aplicando em obras suntuosas e de prestígio, sem reinvestir nada numa região onde não tinha responsabilidades políticas. O resultado foi um núcleo forte, cercado por uma periferia pobre e superpovoada...” (14). Abreu ressalta que esta dicotomia foi acentuada em função da divisão metropolitana em dois estados (Guanabara e Rio de Janeiro) . Enquanto o primeiro recebia os benefícios das intervenções urbanísticas, o segundo arcava com os ônus.

Quanto à delimitação do espaço metropolitano, ao utilizar os estudos já referidos, baseados em informações censitárias, Abreu detalha a composição de suas áreas, dentro da perspectiva circular e concêntrica, representada pelos anéis que formam o núcleo e as periferias imediata, intermediária e distante. A classificação abrange as Regiões Administrativas, e os municípios que compunham até então a região metropolitana (incluindo Petrópolis, que posteriormente é excluído). É esta proposta, sistematizada por Maurício de Abreu, que é tomada como ponto de referência para a desagregação dos dados da PNAD (ver quadro 2, anexo).

5. UMA NOVA PROPOSTA DE DESAGREGAÇÃO PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Como já assinalado, a presente proposta inspira-se no modelo clássico apresentado acima, que divide a área metropolitana em anéis concêntricos, opondo o núcleo e sua periferia.

A primeira tentativa de classificação (Ana Maria Brasileiro) é a mais imprecisa, pois tem a preocupação central de examinar os contornos da urbanização como um todo (conurbação). Diversos municípios e RA(s) são repartidos por diferentes áreas, como o caso de Niterói cujo Centro e Zona Sul fazem parte do núcleo, enquanto a Zona Norte faz parte da periferia imediata. Jacarepaguá, Duque de Caxias, São Gonçalo e Magé são outros exemplos.

A definição dos limites entre as áreas não é clara, pois não obedece as divisões político-administrativas das RA(s) e municípios e nem segue critérios suficientemente explícitos. Tanto a evolução histórica da metrópole é considerada como um fator importante, quanto os vetores de ocupação intensiva do espaço.

Outro caso a ser mencionado é o da Barra da Tijuca, que naquele momento, por ser um bairro ainda em formação, foi classificado como pertencente à periferia imediata, embora com o decorrer do tempo assumisse características que o colocam como uma extensão da Zona Sul carioca.

A proposta sistematizada por Maurício de Abreu, baseada em estudos sócio-demográficos, é bem mais definida, em parte por levar em conta a divisão administrativa da região em RA(s) e municípios (exceto ainda, pelo caso de Niterói). Por outro lado estabelece uma subdivisão mais “fina” entre o núcleo e as periferias, através da classificação de onze subáreas, que vão do centro, zona sul e norte cariocas (mais Niterói) aos municípios periféricos, passando pelas zonas suburbana, “rural” e subúrbios periféricos. Esta classificação pressupõem não somente uma conformação espacial no formato de anéis concêntricos, mas também uma certa hierarquização das áreas e subáreas, a partir de critérios voltados para a presença de infraestrutura e serviços, como também de características sócio-econômicas da população residente.

A presente proposta de desagregação retoma o critério de hierarquização do espaço metropolitano privilegiando, no entanto, a dimensão sócio-econômica e demográfica. Neste sentido, procura-se definir áreas homogêneas do ponto de vista dos atributos da população residente, uma vez que o propósito do trabalho é a reflexão sobre a segmentação social da região metropolitana do Rio de Janeiro, sua evolução na década de oitenta, a diferenciação dos equipamentos e serviços públicos e o impacto das políticas e intervenções sociais nessas áreas.

Chegou-se, seguindo estes critérios à definição de oito áreas (quadro 3, anexo). O chamado núcleo foi decomposto em Zona Sul, por um lado, e Zona Norte, por outro. Distinguiu-se em duas as áreas dos subúrbios cariocas (o da Central e da Leopoldina) que se formaram ao longo dos ramais de transporte ferroviário. A Zona Oeste representa outra área periférica carioca, situada no limite do município. Já antigo município de Nova Iguaçu, embora tratado separadamente, dada a expressividade de sua população forma junto com os demais municípios da Baixada Fluminense o cinturão densamente povoado em torno do município do Rio de Janeiro. Finalmente, os demais municípios compõem a periferia mais distante, agrupados ao município de São Gonçalo.

A metodologia estatística adotada para a composição das áreas e testes de consistência de resultados para a PNAD de 1984 são apresentados na parte seguinte deste relatório.

8. ANEXO

QUADRO 1 -PROPOSTA IBAM /IPEA/IPLAN (1976)

AREA	RAs/MUNICÍPIOS
1.NÚCLEO	RA BOTAFOGO RA COPACABANA RA LAGOA RA PORTUÁRIA RA RIO COMPRIDO RA SÃO CRISTÓVÃO RA SANTA TERESA RA CENTRO Z.SUL /CENTRO DE NITERÓI
2. PERIFERIA IMEDIATA	RA VILA ISABEL RA RAMOS RA PENHA RA MÉIER RA ENGENHO NOVO RA IRAJÁ RA MADUREIRA RA JACAREPAGUÁ (PARTE) RA BARRA DA TIJUCA ZONA NORTE DE NITERÓI
3. PERIFERIA INTERMEDIÁRIA	RA JACAREPAGUÁ (PARTE) RA BANGU RA ANCHIETA

ÁREA	RAs/MUNICÍPIOS
4. PERIFERIA DISTANTE	RA CAMPO GRANDE NILÓPOLIS SÃO JOÃO DE MERITI DUQUE DE CAXIAS (PARTE) NOVA IGUAÇU (PARTE) SÃO GONÇALO (PARTE) MAGÉ (PARTE)
	RA SANTA CRUZ MANGARATIBA ITAGUAÍ PARACAMBI PETRÓPOLIS MAGÉ ITABORAÍ MARICÁ CAVA (NOVA IGUAÇU) XERÉM (CAXIAS) IPIÚBA (SÃO GONÇALO)

QUADRO 2 - PROPOSTA MAURICIO DE ABREU (1978)

ÁREA	SUBÁREAS	RAs/MUNICÍPIOS
1. NÚCLEO	1. CENTRO	RA CENTRO
	2. PERIFÉRICA CENTRAL	RA PORTUÁRIA RA RIO COMPRIDO RA SÃO CRISTÓVÃO RA SANTA TERESA
	3. ZONA SUL	RA BOTAFOGO RA COPACABANA RA LAGOA
	4. ZONA NORTE	RA TIJUCA RA VILA ISABEL
	5. NITERÓI	ZONA SUL/CENTRO
2. PERIFERIA IMEDIATA	6. ZONA SUBURBANA I	RA RAMOS RA PENHA RA MÉIER RA ENGENHO NOVO RA IRAJÁ RA MADUREIRA RA JACAREPAGUÁ

ÁREA	SUBÁREAS	RAs/MUNICÍPIOS
3. PERIFERIA INTERMEDIÁRIA	7. ZONA SUBURBANA II	RA BARRA DA TIJUCA RA ILHA DO GOVERNADOR RA ILHA DE PAQUETÁ
		RA BANGU RA ANCHIETA
	8. ZONA "RURAL"	RA CAMPO GRANDE RA SANTA CRUZ
	9. SUBÚRBIOS PERIFÉRICOS I	DUQUE DE CAXIAS NILÓPOLIS NOVA IGUAÇU SAO JOÃO DE MERITI
4. PERIFERIA DISTANTE	10. SUBÚRBIOS PERIFÉRICOS II	SÃO GONÇALO
	11. MUNICÍPIOS PERIFÉRICOS	MANGARATIBA ITAGUAÍ PARACAMBI PETRÓPOLIS MAGÉ ITABORAÍ MARICÁ

QUADRO 3 - PROPOSTA DESAGREGAÇÃO DA PNAD - 1994

ÁREA	RAs/MUNICÍPIOS
1. ZSUL/NITERÓI	RA BOTAFOGO RA COPACABANA RA LAGOA RA BARRA NITERÓI
2. ZONA NORTE	RA TIJUCA RA VILA ISABEL RA MÉIER RA RIO COMPRIDO RA STA TEREZA RA ILHA DO GOVERNADOR RA ILHA DE PAQUETA
3. SUBÚRBIOS DA CENTRAL	RA CENTRO RA PORTUÁRIA RA S. CRISTÓVÃO RA RAMOS RA INHAÚMA RA IRAJÁ RA PENHA
4. SUBÚRBIOS DA LEOPOLDINA	RA ANCHIETA RA PAVUNA RA MADUREIRA RA JACAREPAGUÁ

ÁREA	RAs/MUNICÍPIOS
5. ZONA OESTE	RA BANGU RA CAMPO GRANDE RA STA. CRUZ RA GURATIBA
6. NOVA IGUAÇU	NOVA IGUAÇU
7. BAIXADA	NILÓPOLIS S.J. MERITI DUQUE DE CAXIAS
8. PERIFERIA	S. GONÇALO MANGARATIBA ITABORAÍ PARACAMBI MAGÉ ITAGUAÍ MARICÁ

8. NOTAS

1. Alkmim, Antonio Carlos e Ribeiro, Rosa. **“Procedimentos Metodológicos para a Desagregação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em Nove Áreas”**, (mimeo), Rio de Janeiro, novembro de 1992.
2. Duran, Antonio.
3. **“Divulgação dos Resultados da PNAD para municípios auto-representativos”**. Documentos 1, 2 e relatório final (mimeo). IBGE/DEISO, Rio de Janeiro (s/d).
4. Brasileiro, Ana Maria (coord.). **“Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum”**. Série Estudos para o Planejamento, número 13, IPEA. Brasília, 1976.
5. Brasileiro, op. cit. (p.55)
6. Brasileiro, op. cit. (p.69)
7. Brasileiro, op. cit. (p.69)
8. Ver especialmente os trabalhos de Vetter, David; Massena, Rosa M.R. & Rodrigues, Elza F. **“Epaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-estrutura Urbana: Uma Análise do Município do Rio de Janeiro”**. IBGE, Departamento de Estudos e Indicadores Sociais, 1978 (mimeo). E ainda: Vetter, David. **“The Distribution of Monetary and Real Income in Grande Rio’s Metropolitan System”**. Los Angeles, University of Califórnia, 1975.

9. Santos, Carlos Nelson F. & Bronstein, Olga. "Metaurbanização - Caso do Rio de Janeiro". Revista de Administração Municipal 25 (140), outubro/dezembro de 1978.

10. Santos e Bronstein, op. cit. (p.8)

11. Abreu, Mauricio de A. "Evolução Urbana do Rio de Janeiro". 2a. edição. IPLANRIO/Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1987.

12. Abreu, op. cit. (p.13)

13. Abreu, op. cit. (p.15)

14. Abreu, op. cit. (p.16)

15. Abreu, op. cit. (p.17)

2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

A pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios(PNAD) , implantada progressivamente a partir de 1967 sob a responsabilidade técnica do IBGE, tem por finalidade principal o fornecimento de dados contínuos intercensitários, sobre a situação e características demográficas e sócio-econômicas da população e da força de trabalho, para fins de planejamento e pesquisa no contexto nacional, regional e estadual.

Muitas mudanças tem ocorrido na PNAD ao longo dessas quase três décadas de funcionamento. Entre as mais significativas, cabe registrar: aumentos contínuos de cobertura geográfica e sistemático aumento dos tamanhos da amostra, não somente em função dos ganhos geográficos de cobertura e da atualização permanente do painel da amostra, mas também pela necessidade de maiores desagregações dos resultados para atender a requerimentos estaduais.

Descrição do Modelo de Amostragem da PNAD

A metodologia adotada para as PNADs incorpora um plano de amostragem, com desenho autoponderado em três estágios de seleção: unidades primárias -municípios; unidades secundárias- setores censitários; unidades terciárias- unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos)

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da década de 80, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes em 1 de setembro de 1980 e utilizadas para a realização do Censo Demográfico

Processo de Seleção da Amostra

As unidades de primeiro estágio, os municípios, foram classificados em duas categorias: auto-representativos (probabilidade um de pertencer a amostra) e não auto-representativos. Os municípios pertencentes ao segundo grupo sofreram, então, um processo de estratificação e, dentro de cada estrato, foram selecionados com probabilidade proporcional à população residente do Censo Demográfico de 1980.

As unidades de segundo estágio, os setores censitários, foram selecionados dentro dos municípios da amostra, também com probabilidade proporcional, sendo a medida de tamanho utilizada o número de domicílios existente por ocasião do Censo Demográfico de 1980.

O último estágio consistiu em selecionar com equiprobabilidade, em cada setor da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos onde foram investigadas as características da população.

Cadastro de Unidades Domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Além desta atualização, criou-se em todos os municípios pertencentes a amostra, um cadastro complementar de unidades domiciliares, denominado de novas construções, surgidas após realização do censo demográfico de 1980, abrangendo os conjuntos residenciais, edifícios e favelas com 30 ou mais unidades domiciliares, com a finalidade de acompanhar o crescimento destes municípios.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana). Essas projeções consideram o crescimento populacional ocorrido entre os Censos Demográfico de 1970 e 1980 sob hipóteses de crescimentos associadas a taxas de fecundidade, mortalidade e migração.

DESAGREGAÇÃO GEOGRÁFICA DAS INFORMAÇÕES DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Objetivo

A Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios (PNAD) constitui-se numa fonte de dados para a realização de diagnósticos globais sobre algumas características tais como: idade, sexo, condição na família, alfabetização, nível de instrução e outras.

Com o objetivo de gerar estimativas percentuais desagregadas de algumas dessas características, utilizando os dados da amostra da PNAD de 1984, a região metropolitana do Rio de Janeiro foi dividida em cinco áreas.

Definição das regiões desagregadas

Para a definição destas áreas, foram agregadas regiões administrativas e/ou municípios, considerando o número de setores e domicílios na amostra, além da renda média do chefe dos domicílios em cada região administrativa ou município, mas não considerando o conjunto de unidades domiciliares denominado de novas construções.

A Tabela 1 apresenta a desagregação efetuada, onde as regiões 1,2,3,4,e 5 constituem o município do Rio de Janeiro, incluindo também o município de Niterói.

Tabela 1- PNAD 1984 Descrição das áreas de desagregação segundo o número de setores, número de domicílios, número de pessoas e renda média domiciliar do chefe.

Áreas	Descrição das áreas Região Administrativa e municípios	Número de Setores	Renda Média do chefe
1	IV-RA Botafogo	17	440
	V-RA Copacabana	16	169
	VI-RA Lagoa	12	588
	XXIV-RA Barra	4	654
	Niterói	19	268
soma	-	68	-
2	VIII-RA Tijuca	11	363
	IX-RA Vila Isabel	10	319
	XIII-RA Méier	21	200
	III-RA Rio Comprido	4	160
	XXIII-RA Sta. Tereza	4	185
	XX-RA I. do Governador	9	225
soma		59	-
3	II-RA Centro	5	165
	I-RA Portuária	1	96
	VII-RA São Cristóvão	4	111
	X-RA Ramos	13	106
	XII-RA Inhaúma	10	112
	XI-RA Penha	14	
	XIV-RA Irajá	13	150
soma		60	-
4	XXII-RA Anchieta	15	110
	XV-RA Madureira	14	125
	XVI-RA Jacarepaguá	16	188
soma		45	-
5	XVII-RA Bangu	24	107
	XVIII-RA Campo Grande	15	116
	XIX-RA Santa Cruz	8	88
soma		47	-

Obtenção das Estimativas

a) O estimador r_{1a} definido como $r_{1a} = \frac{X_{1a}}{Y_1}$ é empregado para obter o percentual da distribuição por classe de idade sendo que X_{1a} é o número de pessoas na classe na amostra e Y_1 é o total de pessoas na amostra.

b) o estimador r_{2a} definido como $r_{2a} = \frac{X_{2a}}{Y_2}$ é utilizado para obter o percentual da distribuição de idades para homens, sendo que X_{2a} é o número de homens na classe na amostra e Y_2 é o total de homens na amostra.

c) o estimador r_{3a} definido como $r_{3a} = \frac{X_{3a}}{Y_3}$ é utilizado para obter o percentual da distribuição de idades para mulheres, sendo que X_{3a} é o número de mulheres na classe na amostra e Y_3 é o total de mulheres na amostra.

d) o estimador r_{4a} definido como $r_{4a} = \frac{X_{4a}}{Y_4}$ é utilizado para obter o percentual da distribuição de anos de estudos do chefe do domicílio, sendo que X_{4a} é o número de chefes na classe na amostra e Y_4 é o total de chefes na amostra a amostra

e) o estimador r_{5a} definido como $r_{5a} = \frac{X_{5a}}{Y_5}$ é utilizado para obter o percentual da distribuição dos maiores de cinco anos segundo o grau de alfabetização, sendo que X_{5a} é o número maiores de cinco anos na classe a na amostra e Y_5 é o total de maiores de cinco anos na amostra..

Os coeficientes de variação dessas estimativas foram calculados usando o método de ultimate cluster de acordo com as fórmulas constantes no livro SAMPLE SURVEY METHODS AND THEORY(HANSEN, HURWITZ AND MADOW), volume 2.

No cálculo das estimativas se adotou tres procedimentos a saber:

Procedimento I - Nesse procedimento as estimativas foram obtidas observando-se as características do desenho da amostra da PNAD de 1990.

ESTIMATIVAS DESAGREGADAS COM BASE NOS DADOS DA PNAD 1990

Uma mudança importante ocorreu na realização da PNAD 1986 com a redução do tamanho da amostra que permitiu uma maior eficiência na relação custo benefício, na medida que o aumento dos coeficientes de variação foi pequeno para uma amostra significativamente menor, em cerca de 50%, mantendo o mesmo modelo de amostragem.

A tabela 2 apresenta o número de setores, domicílios e pessoas por região desagregadas considerada na PNAD 90, após a redução do tamanho da amostra.

Tabela 2 - Número de setores, domicílios, pessoas, média de pessoas por domicílio por área para PNAD 1990

Área	Número			Média
	Setores	Domicílios	Pessoas	(Pessoas/domicílios)
1	72	538	1648	3,36
2	59	501	1617	3,22
3	61	536	1865	3,47
4	45	452	1646	3,64
5	49	466	1733	3,71
Total	286	2493	8509	3,41

Os resultados das tabelas DES1 A DES5 , para os dados da PNAD DE 1990 foram obtidos por intermédio dos estimadores de razão anteriormente mencionados observando-se as características do desenho da amostra.

TABELA DES1 -PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS
COEFICIENTES DE VARIAÇÃO, INTERVALO DE CONFIANÇA, SEGUNDO AS CLASSES
DE IDADE E SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 1 CONFORME DESENHO

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%	
			LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
MENOS DE 14 ANOS	19.36	7.28	16.59	22.12
15 A 19 ANOS	7.04	8.54	5.86	8.22
20 A 24 ANOS	8.07	9.79	6.52	9.62
25 A 34 ANOS	15.78	7.44	13.48	18.08
35 A 44 ANOS	16.26	5.77	14.42	18.10
45 A 64 ANOS	23.30	4.75	21.13	25.47
65 E MAIS ANOS	10.19	11.58	7.88	12.51
SEM DECLARAÇÃO	0	0	0	0
HOMENS				
MENOS DE 14 ANOS				
15 A 19 ANOS	23.05	8.27	19.31	26.78
20 A 24 ANOS	6.25	13.45	4.60	7.90
25 A 34 ANOS	9.24	11.89	7.09	11.40
35 A 44 ANOS	13.80	10.01	11.10	16.51
45 A 64 ANOS	14.55	7.52	12.40	16.69
65 E MAIS ANOS	23.31	6.26	20.45	26.17
SEM DECLARAÇÃO	7.68	14.43	5.51	9.86
	0	0	0	0
MULHERES				
MENOS DE 14 ANOS	16.14	9.25	13.21	19.06
15 A 19 ANOS	7.73	11.32	6.01	9.44
20 A 24 ANOS	7.05	13.73	5.15	8.94
25 A 34 ANOS	17.50	7.76	14.84	20.16
35 A 44 ANOS	15.91	8.10	13.38	18.44
45 A 64 ANOS	23.30	5.70	20.69	25.90
65 E MAIS ANOS	12.39	12.79	9.28	15.49
SEM DECLARAÇÃO	0	0	0	0
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICÍLIO				
MENOS DE 1 ANO	4.09	27.47	1.89	6.29
1 A 3 ANOS	7.81	20.04	4.74	10.87
4 A 7 ANOS	20.07	12.10	15.31	24.84
MAIS DE 8 ANOS	68.03	5.05	61.29	74.77
MAIORES DE 5 ANOS				
SABE LER	93.62	1.09	91.63	95.61
NÃO SABE LER	6.38	15.94	4.39	8.37
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-

TABELA DES2 -PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS
COEFICIENTES DE VARIAÇÃO, INTERVALO DE CONFIANÇA, SEGUNDO AS
CLASSES DE IDADE E SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 2 CONFORME DESENHO

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%	
			LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
MENOS DE 14 ANOS	22.26	5.09	20.04	24.48
15 A 19 ANOS	7.79	10.10	6.25	9.34
20 A 24 ANOS	7.73	8.14	6.50	8.96
25 A 34 ANOS	16.51	6.26	14.49	18.54
35 A 44 ANOS	14.53	7.20	12.48	16.58
45 A 64 ANOS	22.08	5.04	19.90	24.26
65 E MAIS ANOS	9.09	11.68	7.01	11.17
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
HOMENS				
MENOS DE 14 ANOS	24.56	5.93	21.71	27.42
15 A 19 ANOS	8.72	12.85	6.53	10.92
20 A 24 ANOS	8.19	12.78	6.14	10.24
25 A 34 ANOS	15.84	9.13	13.00	18.67
35 A 44 ANOS	12.50	9.84	10.09	14.91
45 A 64 ANOS	21.48	6.56	18.72	24.24
65 E MAIS ANOS	6.58	14.25	4.74	8.41
SEM DECLARAÇÃO	=	-	-	-
MULHERES				
MENOS DE 14 ANOS	20.30	6.93	17.54	23.05
15 A 19 ANOS	7.00	13.60	5.13	8.86
20 A 24 ANOS	7.34	10.59	5.82	8.86
25 A 34 ANOS	17.09	7.21	14.67	19.50
35 A 44 ANOS	14.45	8.25	12.11	16.79
45 A 64 ANOS	22.59	5.59	20.12	25.07
65 E MAIS ANOS	11.24	12.21	8.55	13.93
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICÍLIO				
MENOS DE 1 ANO	5.99	25.04	3.05	8.93
1 A 3 ANOS	9.38	16.47	6.35	12.41
4 A 7 ANOS	31.74	7.86	26.85	36.62
MAIS DE 8 ANOS	52.89	6.45	46.20	59.58
MAIORES DE 5 ANOS				
SABE LER	92.89	1.20	90.70	95.07
NÃO SABE LER	7.11	15.64	4.93	9.30
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-

TABELA DES3-PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS
COEFICIENTES DE VARIAÇÃO, INTERVALO DE CONFIANÇA, SEGUNDO AS CLASSES DE
IDADE E SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 3 CONFORME DESENHO

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIACÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%	
			Limite Inferior	Limite Superior
MENOS DE 14 ANOS	24.40	3.91	22.53	26.27
15 A 19 ANOS	8.58	9.12	7.05	10.11
20 A 24 ANOS	8.42	8.27	7.05	9.78
25 A 34 ANOS	17.53	5.15	15.76	19.30
35 A 44 ANOS	14.75	5.79	13.07	16.42
45 A 64 ANOS	19.73	4.44	18.02	21.45
65 E MAIS ANOS	6.60	11.96	5.05	8.14
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
HOMENS				
MENOS DE 14 ANOS	26.97	5.75	23.93	30.01
15 A 19 ANOS	8.80	13.74	6.43	11.17
20 A 24 ANOS	8.91	10.86	7.02	10.81
25 A 34 ANOS	17.26	6.22	15.15	19.36
35 A 44 ANOS	13.03	6.98	11.25	14.81
45 A 64 ANOS	17.94	6.41	15.69	20.20
65 E MAIS ANOS	5.37	17.25	3.55	7.19
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
MULHERES				
MENOS DE 14 ANOS	22.12	5.45	19.76	24.48
15 A 19 ANOS	8.38	12.42	6.34	10.42
20 A 24 ANOS	7.98	9.77	6.45	9.51
25 A 34 ANOS	17.78	6.29	15.59	19.97
35 A 44 ANOS	14.75	7.04	12.71	16.78
45 A 64 ANOS	21.31	5.01	19.22	23.41
65 E MAIS ANOS	7.68	12.53	5.79	9.56
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICILIO				
MENOS DE 1 ANO	10.45	18.83	6.59	14.30
1 A 3 ANOS	13.43	12.33	10.19	16.68
4 A 7 ANOS	30.22	7.78	25.62	34.83
MAIS DE 8 ANOS	45.90	7.41	39.23	52.56
MAIORES DE 5 ANOS				
SABE LER	89.90	1.40	87.44	92.36
NÃO SABE LER	10.10	12.44	7.64	12.56
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-

TABELA DES4 -PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS
COEFICIENTES DE VARIAÇÃO, INTERVALO DE CONFIANÇA, SEGUNDO AS
CLASSES DE IDADE E SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 4 CONFORME DESENHO

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%	
			LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR
MENOS DE 14 ANOS	26.73	4.67	24.28	29.18
15 A 19 ANOS	7.72	7.18	6.63	8.80
20 A 24 ANOS	8.87	8.29	7.43	10.31
25 A 34 ANOS	17.25	6.49	15.06	19.45
35 A 44 ANOS	14.95	5.95	13.20	16.69
45 A 64 ANOS	18.53	6.36	16.22	20.84
65 E MAIS ANOS	5.95	13.87	4.34	7.57
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
HOMENS				
MENOS DE 14 ANOS	28.48	6.12	25.06	31.90
15 A 19 ANOS	8.10	10.57	6.42	9.78
20 A 24 ANOS	9.87	9.59	8.02	11.73
25 A 34 ANOS	17.22	7.09	14.82	19.61
35 A 44 ANOS	12.73	7.80	10.79	14.68
45 A 64 ANOS	17.97	7.96	15.17	20.78
65 E MAIS ANOS	4.56	15.78	3.15	5.97
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
MULHERES				
MENOS DE 14 ANOS	25.12	5.75	22.29	27.95
15 A 19 ANOS	7.36	11.89	5.64	9.08
20 A 24 ANOS	7.94	12.65	5.97	9.91
25 A 34 ANOS	17.29	8.82	14.30	20.28
35 A 44 ANOS	16.00	6.95	13.82	18.19
45 A 64 ANOS	19.04	7.28	16.33	21.76
65 E MAIS ANOS	7.24	16.74	4.87	9.62
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICÍLIO				
MENOS DE 1 ANO	6.19	21.45	3.59	8.80
1 A 3 ANOS	13.05	13.96	9.48	16.63
4 A 7 ANOS	34.07	7.02	29.38	38.76
MAIS DE 8 ANOS	46.68	7.32	39.99	53.38
MAIORES DE 5 ANOS				
SABE LER	90.93	1.31	88.60	93.26
NÃO SABE LER	9.07	13.09	6.74	11.40
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-

TABELA DESS - PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS COEFICIENTES DE VARIAÇÃO, INTERVALO DE CONFIANÇA, SEGUNDO AS CLASSES DE IDADE E SEXO E NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 5 CONFORME DESENHO

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%	
			INFERIOR	SUPERIOR
MENOS DE 14 ANOS	28.16	4.66	25.59	30.73
15 A 19 ANOS	8.02	9.05	6.60	9.44
20 A 24 ANOS	8.48	9.67	6.87	10.09
25 A 34 ANOS	17.48	6.10	15.39	19.57
35 A 44 ANOS	15.41	5.78	13.66	17.15
45 A 64 ANOS	17.31	5.74	15.36	19.26
65 E MAIS ANOS	5.14	13.10	3.82	6.45
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
HOMENS				
MENOS DE 14 ANOS	30.24	5.35	27.07	33.41
15 A 19 ANOS	8.67	10.60	6.87	10.48
20 A 24 ANOS	8.55	13.50	6.29	10.82
25 A 34 ANOS	16.02	7.83	13.56	18.48
35 A 44 ANOS	13.73	7.99	11.58	15.88
45 A 64 ANOS	17.59	6.89	15.21	19.97
65 E MAIS ANOS	3.98	15.42	2.77	5.18
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
MULHERES				
MENOS DE 14 ANOS	26.25	6.25	23.03	29.46
15 A 19 ANOS	7.42	12.69	5.57	9.27
20 A 24 ANOS	8.42	12.10	6.42	10.41
25 A 34 ANOS	18.83	6.79	16.32	21.33
35 A 44 ANOS	15.84	7.14	13.62	18.05
45 A 64 ANOS	17.05	7.06	14.69	19.41
65 E MAIS ANOS	6.20	14.55	4.43	7.97
SEM DECLARAÇÃO	-	-	-	-
NÍVEL DE INSTRUÇÃO				
ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICÍLIO				
MENOS DE 1 ANO	4.72	25.69	2.34	7.10
1 A 3 ANOS	21.67	11.84	16.64	26.70
4 A 7 ANOS	36.91	6.57	32.16	41.66
MAIS DE 8 ANOS	36.70	8.06	30.90	42.49
MAIORES DE 5 ANOS				
SABE LER	89.66	1.24	87.48	91.85
NÃO SABE LER	10.34	10.78	8.15	12.52
SEM DECLARAÇÃO				

Procedimento II - Nesse procedimento as estimativas estão calcadas na premissa de que dentro de cada uma das áreas anteriormente citadas temos uma amostra de setores selecionada com probabilidade proporcional ao número de domicílios e dentro de cada setor é selecionado uma amostra aleatória simples sem reposição de domicílios.

TABELA 91P - PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS COEFICIENTES DE VA INTERVALO DE CONFIANÇA, PERCENTUAL DO CENSO DE 1991 SEGUNDO CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 1, CONFORME PROCEDIMENTO 2.

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%		C
			LIMITE		
			INFERIOR	SUPERIOR	
MENOS DE 14 ANOS	19,36	7,32	16,58	22,13	2
15 A 19 ANOS	7,04	8,59	5,85	8,22	7
20 A 24 ANOS	8,07	9,85	6,51	9,63	8
25 A 34 ANOS	15,78	7,48	13,46	18,09	1
35 A 44 ANOS	16,26	5,8	14,41	18,11	1
45 A 64 ANOS	23,3	4,77	21,12	25,48	2
65 ANOS E MAIS	10,19	11,64	7,87	12,52	8
HOMEM					
MENOS DE 14 ANOS	23,05	8,31	19,29	26,8	2
15 A 19 ANOS	6,25	13,52	4,59	7,91	7
20 A 24 ANOS	9,24	11,96	7,08	11,41	8
25 A 34 ANOS	13,8	10,06	11,08	16,52	1
35 A 44 ANOS	14,55	7,56	12,39	16,7	1
45 A 64 ANOS	23,31	6,3	20,43	26,18	1
65 ANOS E MAIS	7,68	14,51	5,5	9,87	8
MULHER					
MENOS DE 14 ANOS	16,14	9,3	13,2	19,08	1
15 A 19 ANOS	7,73	11,38	6	9,45	7
20 A 24 ANOS	7,05	13,8	5,14	8,95	
25 A 34 ANOS	17,5	7,8	14,82	20,18	1
35 A 44 ANOS	15,91	8,14	13,37	18,45	1
45 A 64 ANOS	23,3	5,73	20,68	25,91	
65 ANOS E MAIS	12,39	12,85	9,27	15,51	
ANOS DE ESTUDO					
MENOS DE 1 ANO	4,09	27,62	1,88	6,3	4
1 A 3 ANOS	7,81	20,14	4,72	10,89	
4 A 7 ANOS	20,07	12,17	15,29	24,86	1
MAIS DE 8 ANOS	68,03	5,08	61,26	74,8	7
MAIORES DE 5 ANOS					
SABE LER	93,62	1,09	91,62	95,62	9
NÃO SABE LER	6,38	16,02	4,38	8,38	6

TABELA 92P - PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS COEFICIENTES DE VARIAÇÃO INTERVALO DE CONFIANÇA, PERCENTUAL DO CENSO DE 1991 SEGUNDO CLASSES DE IDADE E SEXO NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 2, conforme procedimento 2.

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%		CENSO 1991 %
			LIMITE		
			INFERIOR	SUPERIOR	
MENOS DE 14 ANOS	22,26	5,12	20,03	24,5	22,75
15 A 19 ANOS	7,79	10,17	6,24	9,35	7,64
20 A 24 ANOS	7,73	8,2	6,49	8,97	7,91
25 A 34 ANOS	16,51	6,3	14,47	18,55	17,54
35 A 44 ANOS	14,53	7,25	12,47	16,6	15,48
45 A 64 ANOS	22,08	5,07	19,88	24,27	20,35
65 ANOS E MAIS	9,09	11,76	7	11,19	8,29
HOMEM					
MENOS DE 14 ANOS	24,56	5,97	21,69	27,44	24,64
15 A 19 ANOS	8,72	12,94	6,51	10,94	7,91
20 A 24 ANOS	8,19	12,86	6,12	10,25	8,16
25 A 34 ANOS	15,84	9,19	12,98	18,69	17,64
35 A 44 ANOS	12,5	9,9	10,07	14,93	14,95
45 A 64 ANOS	21,48	6,6	18,7	24,26	19,1
65 ANOS E MAIS	6,58	14,34	4,73	8,43	7,56
MULHER					
MENOS DE 14 ANOS	20,3	6,98	17,52	23,07	21,1
15 A 19 ANOS	7	13,69	5,12	8,87	7,39
20 A 24 ANOS	7,34	10,66	5,81	8,87	7,69
25 A 34 ANOS	17,09	7,26	14,66	19,52	17,44
35 A 44 ANOS	14,45	8,31	12,1	16,8	15,93
45 A 64 ANOS	22,59	5,62	20,1	25,08	21,43
65 ANOS E MAIS	11,24	12,29	8,53	13,95	8,99
ANOS DE ESTUDO					
MENOS DE 1 ANO	5,99	25,2	3,03	8,95	4,83
1 A 3 ANOS	9,38	16,58	6,33	12,43	7,18
4 A 7 ANOS	31,74	7,91	26,82	36,66	23,02
MAIS DE 8 ANOS	52,89	6,5	46,16	59,63	64,95
MAIORES DE 5 ANOS					
SABE LER	92,89	1,21	90,69	95,08	93,52
NÃO SABE LER	7,11	15,75	4,92	9,31	6,47

TABELA 93P - PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS COEFICIENTES DE VA
INTERVALO DE CONFIANÇA, PERCENTUAL DO CENSO DE 1991 SEGUNDO CLASSES DE IDADE E
NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 3, CONFORME PROCEDIMENTO 2.

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%		C 1
			LIMITE		
			INFERIOR	SUPERIOR	
MENOS DE 14 ANOS	24,4	3,94	22,51	26,28	2
15 A 19 ANOS	8,58	9,18	7,04	10,12	8
20 A 24 ANOS	8,42	8,32	7,05	9,79	
25 A 34 ANOS	17,53	5,18	15,75	19,32	1
35 A 44 ANOS	14,75	5,82	13,06	16,43	1
45 A 64 ANOS	19,73	4,47	18	21,46	1
65 ANOS E MAIS	6,6	12,04	5,04	8,15	6
HOMEM					
MENOS DE 14 ANOS	26,97	5,79	23,91	30,03	2
15 A 19 ANOS	8,8	13,83	6,41	11,19	8
20 A 24 ANOS	8,91	10,93	7,01	10,82	9
25 A 34 ANOS	17,26	6,26	15,14	19,38	1
35 A 44 ANOS	13,03	7,03	11,24	14,82	1
45 A 64 ANOS	17,94	6,45	15,68	20,21	1
65 ANOS E MAIS	5,37	17,36	3,54	7,2	5
MULHER					
MENOS DE 14 ANOS	22,12	5,48	19,74	24,5	2
15 A 19 ANOS	8,38	12,5	6,33	10,44	8
20 A 24 ANOS	7,98	9,83	6,44	9,52	8
25 A 34 ANOS	17,78	6,33	15,57	19,98	1
35 A 44 ANOS	14,75	7,08	12,7	16,79	1
45 A 64 ANOS	21,31	5,04	19,21	23,42	1
65 ANOS E MAIS	7,68	12,61	5,78	9,57	6
ANOS DE ESTUDO					
MENOS DE 1 ANO	10,45	18,95	6,57	14,33	9
1 A 3 ANOS	13,43	12,41	10,17	16,7	1
4 A 7 ANOS	30,22	7,83	25,59	34,86	3
MAIS DE 8 ANOS	45,9	7,46	39,19	52,6	4
MAIORES DE 5 ANOS					
SABE LER	89,9	1,41	87,42	92,38	8
NÃO SABE LER	10,1	12,52	7,62	12,58	1

TABELA 94P - PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS COEFICIENTES DE VARIAÇÃO INTERVALO DE CONFIANÇA, PERCENTUAL DO CENSO DE 1991 SEGUNDO CLASSES DE IDADE E SEXO NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 4, CONFORME PROCEDIMENTO 2.

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%		CENSO 1991 %
			LIMITE		
			INFERIOR	SUPERIOR	
MENOS DE 14 ANOS	26,73	4,71	24,26	29,2	26,43
15 A 19 ANOS	7,72	7,24	6,62	8,81	8,53
20 A 24 ANOS	8,87	8,37	7,42	10,32	8,56
25 A 34 ANOS	17,25	6,55	15,04	19,47	18,04
35 A 44 ANOS	14,95	6,01	13,19	16,71	14,84
45 A 64 ANOS	18,53	6,42	16,2	20,86	17,94
65 ANOS E MAIS	5,95	14	4,32	7,59	5,61
HOMEM					
MENOS DE 14 ANOS	28,48	6,18	25,03	31,93	27,97
15 A 19 ANOS	8,1	10,67	6,41	9,79	8,78
20 A 24 ANOS	9,87	9,68	8	11,75	8,67
25 A 34 ANOS	17,22	7,16	14,8	19,63	17,81
35 A 44 ANOS	12,73	7,88	10,77	14,7	14,41
45 A 64 ANOS	17,97	8,04	15,14	20,81	17,08
65 ANOS E MAIS	4,56	15,93	3,13	5,98	5,25
MULHER					
MENOS DE 14 ANOS	25,12	5,8	22,26	27,97	25
15 A 19 ANOS	7,36	12,01	5,63	9,09	8,3
20 A 24 ANOS	7,94	12,77	5,96	9,93	8,45
25 A 34 ANOS	17,29	8,91	14,27	20,31	18,24
35 A 44 ANOS	16	7,02	13,8	18,21	15,22
45 A 64 ANOS	19,04	7,35	16,3	21,78	18,71
65 ANOS E MAIS	7,24	16,89	4,84	9,64	6,04
ANOS DE ESTUDO					
MENOS DE 1 ANO	6,19	21,65	3,57	8,82	7,19
1 A 3 ANOS	13,05	14,09	9,45	16,66	9,99
4 A 7 ANOS	34,07	7,09	29,34	38,8	31,38
MAIS DE 8 ANOS	46,68	7,39	39,92	53,44	51,43
MAIORES DE 5 ANOS					
SABE LER	90,93	1,32	88,58	93,28	91,57
NÃO SABE LER	9,07	13,22	6,72	11,42	8,42

TABELA 95P - PNAD 1990 PERCENTUAL ESTIMADO COM OS RESPECTIVOS COEFICIENTES DE VA
INTERVALO DE CONFIANÇA, PERCENTUAL DO CENSO DE 1991 SEGUNDO CLASSES DE IDADE E
NÍVEL DE INSTRUÇÃO PARA A REGIÃO 5, CONFORME PROCEDIMENTO 2.

CLASSES DE IDADE E NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PERCENTUAL ESTIMADO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	INTERVALO DE CONFIANÇA COM 95%		C 1
			LIMITE		
			INFERIOR	SUPERIOR	
MENOS DE 14 ANOS	28,16	4,7	25,56	30,75	2
15 A 19 ANOS	8,02	9,13	6,59	9,46	9
20 A 24 ANOS	8,48	9,75	6,86	10,1	8
25 A 34 ANOS	17,48	6,15	15,38	19,59	1
35 A 44 ANOS	15,41	5,83	13,65	17,17	1
45 A 64 ANOS	17,31	5,79	15,35	19,28	1
65 ANOS E MAIS	5,14	13,21	3,81	6,47	4
HOMEM					
MENOS DE 14 ANOS	30,24	5,4	27,04	33,44	3
15 A 19 ANOS	8,67	10,69	6,86	10,49	9
20 A 24 ANOS	8,55	13,61	6,27	10,84	9
25 A 34 ANOS	16,02	7,9	13,54	18,5	1
35 A 44 ANOS	13,73	8,06	11,56	15,9	1
45 A 64 ANOS	17,59	6,95	15,19	19,99	1
65 ANOS E MAIS	3,98	15,55	2,76	5,19	4
MULHER					
MENOS DE 14 ANOS	26,25	6,3	23	29,49	2
15 A 19 ANOS	7,42	12,8	5,56	9,28	9
20 A 24 ANOS	8,42	12,2	6,4	10,43	8
25 A 34 ANOS	18,83	6,85	16,3	21,35	1
35 A 44 ANOS	15,84	7,21	13,6	18,07	1
45 A 64 ANOS	17,05	7,12	14,67	19,43	1
65 ANOS E MAIS	6,2	14,68	4,42	7,99	4
ANOS DE ESTUDO					
MENOS DE 1 ANO	4,72	25,91	2,32	7,12	9
1 A 3 ANOS	21,67	11,94	16,6	26,75	1
4 A 7 ANOS	36,91	6,62	32,12	41,7	3
MAIS DE 8 ANOS	36,7	8,13	30,85	42,54	4
MAIORES DE 5 ANOS					
SABE LER	89,66	1,25	87,46	91,87	8
NÃO SABE LER	10,34	10,88	8,13	12,54	1

Procedimento - III - Nesse procedimento foi simulado o desenho da amostra da PNAD com base nos dados do censo demográfico de 1990.

Com o objetivo de proceder uma avaliação das premissas até então estabelecidas em relação ao desdobramento da área de estimação da PNAD, procedeu-se a simulação do desenho da amostra da PNAD com base nos dados do censo demográfico de 1991, mantendo-se as mesmas características em termos das regiões geográficas.

Com essa finalidade se utilizou os dados do arquivo de agregados de setores elaborado pelo IBGE/CDDI. Esse arquivo apresenta os totais de algumas variáveis a nível de setor censitário. Esse fato faz com que seja excluída a possibilidade do uso de estimadores de razão. Ainda devido a limitação do arquivo somente será possível se obter as variâncias entre as pessoas dentro de cada um dos setores censitários, ao invés como seria desejável de se ter a variância entre os domicílios dentro dos setores.

Assim o desenho da amostra fica restrito a um plano de amostragem bi-etápico. As unidades primárias de amostragem são os setores censitários selecionados com probabilidade proporcional ao número de pessoas, dentro de cada setor incluído na amostra é selecionado uma amostra aleatória simples sem reposição de pessoas. As tabelas 1C a 8C apresentam os coeficientes de variação para os totais estimados com base nos tamanhos da amostra da PNAD em termos de número de setores e de pessoas conforme os valores anteriormente especificados e constantes da tabela 3.

Tabela 3 - Número de setores, domicílios, pessoas, média de pessoas por domicílio por área para PNAD 1984

Área	Número			Média
	Setores	Domicílios	Pessoas	(Pessoas/domicílios)
1	68	1105	3624	3,27
2	59	1021	3578	3,50
3	60	1004	3775	3,61
4	45	831	3129	3,76
5	47	755	3194	4,23
Total	279	4716	17300	3,76

Os coeficientes de variação dos totais estimados com base numa amostra de setores e pessoas são ligeiramente inferiores aos obtidos na amostra da PNAD empregando-se um estimador de razão. Esse fato em parte, pode ser explicado devido ao fato do coeficiente de correlação intra classe da amostra de setores e pessoas ser muito baixo. A experiência prática mostra que os coeficientes de variação de uma amostra de setores selecionada com probabilidade proporcional ao número de domicílios e dentro de cada setor selecionada uma amostra aleatória simples sem reposição de domicílios, fornece coeficientes de variação obtidos por estimadores de razão ligeiramente maiores, flutuando em torno de mais ou menos 1%.

TABELA 1C REGIÃO 1 SIMULAÇÃO DO PLANO DE AMOSTRAGEM COM DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991, PROCEDIMENTO 3.

CLASSES	TOTAL	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PERCENTUAL
MENOS DE 14 ANOS	243434	5,39	20,98
15 A 19 ANOS	88536	6,7	7,63
20 A 24 ANOS	97428	6,14	8,39
25 A 34 ANOS	205039	4,24	17,67
35 A 44 ANOS	179601	4,48	15,48
45 A 64 ANOS	241846	4,59	20,85
65 ANOS E MAIS	104041	8,72	8,96
HOMENS			
MENOS DE 14 ANOS	122832	6,63	22,89
15 A 19 ANOS	42784	9,52	7,97
20 A 24 ANOS	46855	9,11	8,73
25 A 34 ANOS	95655	6,39	17,82
35 A 44 ANOS	79877	6,84	14,88
45 A 64 ANOS	104558	6,13	19,48
65 ANOS E MAIS	43967	10,83	8,19
MULHERES			
MENOS DE 14 ANOS	120602	6,64	19,33
15 A 19 ANOS	45752	8,91	7,33
20 A 24 ANOS	50573	8,28	8,1
25 A 34 ANOS	109384	5,65	17,53
35 A 44 ANOS	99724	5,94	15,98
45 A 64 ANOS	137288	6,01	22
65 ANOS E MAIS	60547	10,28	9,7
ANOS DE ESTUDO			
MENOS DE 1 ANO	18274	21,6	4,85
1 A 3 ANOS	23739	16,62	6,3
4 A 7 ANOS	61691	10,12	16,39
MAIS DE 8 ANOS	272641	6,17	72,44
MAIORES DE 5 ANOS			
SABE LER	1029608	1,34	93,45
NÃO SABE LER	72159	14,14	6,54

TABELA 2C REGIÃO 2 SIMULAÇÃO DO PLANO DE AMOSTRAGEM COM DADOS
DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991,PROCEDIMENTO 3.

CLASSES	TOTAL	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PERCENTUAL
MENOS DE 14 ANOS	254574	4,7	22,75
15 A 19 ANOS	85474	6,62	7,64
20 A 24 ANOS	88573	6,62	7,91
25 A 34 ANOS	196238	4,41	17,54
35 A 44 ANOS	173203	4,45	15,48
45 A 64 ANOS	227729	4,49	20,35
65 ANOS E MAIS	92753	8,25	8,29
HOMENS			
MENOS DE 14 ANOS	128520	5,94	24,64
15 A 19 ANOS	41306	9,37	7,91
20 A 24 ANOS	42592	9,96	8,16
25 A 34 ANOS	92040	7,36	17,64
35 A 44 ANOS	78010	6,83	14,95
45 A 64 ANOS	99653	6,12	19,1
65 ANOS E MAIS	39456	10,7	7,56
MULHERES			
MENOS DE 14 ANOS	126054	6,14	21,1
15 A 19 ANOS	44168	8,97	7,39
20 A 24 ANOS	45981	8,82	7,69
25 A 34 ANOS	104198	5,69	17,44
35 A 44 ANOS	95193	6	15,93
45 A 64 ANOS	128076	5,79	21,43
65 ANOS E MAIS	53715	9,97	8,99
ANOS DE ESTUDO			
MENOS DE 1 ANO	16209	20,68	4,83
1 A 3 ANOS	24070	15,27	7,18
4 A 7 ANOS	77135	8,33	23,02
MAIS DE 8 ANOS	217620	6,17	64,95
MAIORES DE 5 ANOS			
SABE LER	985981	1,29	93,52
NÃO SABE LER	68222	13,72	6,47

TABELA 3C REGIÃO 3 SIMULAÇÃO DO PLANO DE AMOSTRAGEM COM DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991, PROCEDIMENTO 3.

CLASSES	TOTAL	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PERCENTUAL
MENOS DE 14 ANOS	250587	4,2	25,7
15 A 19 ANOS	82561	6,03	8,47
20 A 24 ANOS	85839	5,95	8,8
25 A 34 ANOS	174257	3,98	17,87
35 A 44 ANOS	141560	4,45	14,52
45 A 64 ANOS	180683	4,81	18,53
65 ANOS E MAIS	59216	9,43	6,07
HOMENS			
MENOS DE 14 ANOS	126195	5,38	26,97
15 A 19 ANOS	40491	8,49	8,65
20 A 24 ANOS	42385	8,67	9,06
25 A 34 ANOS	83938	6,21	17,94
35 A 44 ANOS	66331	6,58	14,17
45 A 64 ANOS	81692	6,53	17,46
65 ANOS E MAIS	26792	12,19	5,72
MULHERES			
MENOS DE 14 ANOS	124392	5,37	24,5
15 A 19 ANOS	42070	8,28	8,28
20 A 24 ANOS	43454	8,08	8,56
25 A 34 ANOS	90319	5,44	17,79
35 A 44 ANOS	75229	6,15	14,82
45 A 64 ANOS	98991	6,05	19,5
65 ANOS E MAIS	33129	11,24	6,52
ANOS DE ESTUDO			
MENOS DE 1 ANO	25470	14,82	9,18
1 A 3 ANOS	34797	11	12,55
4 A 7 ANOS	93522	5,79	33,74
MAIS DE 8 ANOS	123369	7,88	44,51
MAIORES DE 5 ANOS			
SABE LER	810049	1,6	89,76
NÃO SABE LER	92389	10,73	10,23

TABELA 4C REGIÃO 4 SIMULAÇÃO DO PLANO DE AMOSTRAGEM COM DADOS DO CENSO

DEMOGRÁFICO DE 1991,PROCEDIMENTO 3.

CLASSES	TOTAL	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PERCENTUAL
MENOS DE 14 ANOS	247475	4,09	26,43
15 A 19 ANOS	79909	6,51	8,53
20 A 24 ANOS	80198	6,57	8,56
25 A 34 ANOS	168921	4,52	18,04
35 A 44 ANOS	138977	4,96	14,84
45 A 64 ANOS	168014	5,26	17,94
65 ANOS E MAIS	52550	10,01	5,61
HOMENS			
MENOS DE 14 ANOS	125006	5,48	27,97
15 A 19 ANOS	39261	9,31	8,78
20 A 24 ANOS	38780	9,5	8,67
25 A 34 ANOS	79598	6,52	17,81
35 A 44 ANOS	64398	7,17	14,41
45 A 64 ANOS	76359	7,01	17,08
65 ANOS E MAIS	23461	13,31	5,25
MULHERES			
MENOS DE 14 ANOS	122469	5,46	25,0
15 A 19 ANOS	40648	9	8,3
20 A 24 ANOS	41418	8,87	8,45
25 A 34 ANOS	89323	6,07	18,24
35 A 44 ANOS	74579	6,67	15,22
45 A 64 ANOS	91655	6,72	18,71
65 ANOS E MAIS	29600	12,23	6,04
ANOS DE ESTUDO			
MENOS DE 1 ANO	18589	18,4	7,19
1 A 3 ANOS	25828	13,87	9,99
4 A 7 ANOS	81125	7,24	31,38
MAIS DE 8 ANOS	132970	7,56	51,43
MAIORES DE 5 ANOS			
SABE LER	792363	1,51	91,57
NÃO SABE LER	72926	12,36	8,42

TABELA 5C REGIÃO 5 SIMULAÇÃO DO PLANO DE AMOSTRAGEM COM DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1991, PROCEDIMENTO 3.

CLASSES	TOTAL	COEFICIENTE DE VARIACÃO	PERCENTUAL
MENOS DE 14 ANOS	366290	3,62	29,9
15 A 19 ANOS	115998	6,04	9,46
20 A 24 ANOS	109858	6,45	8,96
25 A 34 ANOS	216269	4,34	17,65
35 A 44 ANOS	175266	4,97	14,3
45 A 64 ANOS	189093	5,16	15,43
65 ANOS E MAIS	52137	10,79	4,25
HOMENS			
MENOS DE 14 ANOS	185549	4,93	31,05
15 A 19 ANOS	57786	8,78	9,67
20 A 24 ANOS	54939	9,72	9,19
25 A 34 ANOS	103873	6,65	17,38
35 A 44 ANOS	83330	7,15	13,94
45 A 64 ANOS	87818	7,07	14,69
65 ANOS E MAIS	24236	14,41	4,05
MULHERES			
MENOS DE 14 ANOS	180741	4,95	28,77
15 A 19 ANOS	58212	8,35	9,26
20 A 24 ANOS	54919	8,64	8,74
25 A 34 ANOS	112396	5,97	17,89
35 A 44 ANOS	91936	6,79	14,63
45 A 64 ANOS	101275	6,86	16,12
65 ANOS E MAIS	28553	13,43	4,54
ANOS DE ESTUDO			
MENOS DE 1 ANO	29841	14,36	9,42
1 A 3 ANOS	39759	11,39	12,55
4 A 7 ANOS	118087	6,18	37,29
MAIS DE 8 ANOS	128967	7,87	40,72
MAIORES DE 5 ANOS			
SABE LER	993662	1,53	88,98
NÃO SABE LER	123015	9,55	11,01

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apesar da forte redução da amostra para PNAD 1990, tendo como consequência um pequeno aumento dos coeficientes de variação em relação a PNAD 1984, a distribuição dos percentuais estimados com base nos dados da amostra desagregada da PNAD 1990, aproximou-se mais da distribuição do censo demográfico de 1991. Este fato, também é devido a proximidade dos períodos de comparação.

Os percentuais estimados do censo demográfico de 1991, com raras exceções não estão contidos nos intervalos de confiança de 95% , construídos a partir dos coeficientes de variação obtidos com as estimativas desagregadas da PNAD 1990, o que demonstra a consistência dos resultados obtidos.

Não resta a menor sombra de duvida que as estimativas a nível de região desagregada, deve se limitar a obtenção de taxas(percentagem) e acreditamos do ponto vista pratico não existir nenhum empecilho de se expandir os dados PNAD a nível das regiões consideradas nesse trabalho desde que sejam observados alguns pré-requisitos no tocante a estabilidade da variancia.

A tabela abaixo apresenta o valor do tamanho de uma amostra aleatória simples , para o caso particular de uma variável que somente assuma dois valores ou seja zero ou um, de modo a ter um coeficiente de variação da variancia menor ou igual a 20%.

PROPORÇÃO P	TAMANHO DA AMOSTRA
0.05	426
0.10	177
0.15	96
0.20	56
0.25	33
0.30	19
0.70	19
0.75	33
0.80	56
0.85	96
0.90	177
0.95	426

A análise dos resultados apresentam alguns aspectos que devem mencionados de modo a se ter uma primeira idéia da consistência dos resultados. Com o auxilio da tabela abaixo verificamos que conforme vamos nos afastando para a periferia do município do Rio de Janeiro o percentual de chefe de domicílios com mais de cinco anos de estudos vai decrescendo, enquanto que o número de pessoas que não sabem ler vai aumentando. A mesma tendência é observada para o número de pessoas com menos de 14 anos. Em parte esses

fatos podem ser explicado pelo o nível de renda das pessoas que moram nessas regiões.

REGIÃO	PERCENTAGEM		
	CHEFE DO DOMICÍLIO COM 8 ANOS E MAIS DE ESTUDOS	PESSOAS COM MENOS DE 14 ANOS	NÃO SABEM LER
1	69,00	22,20	6,70
2	50,00	25,40	8,90
3	37,20	26,40	11,20
4	36,30	27,90	11,60
5	32,80	29,90	10,50